UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JULIANO CUSTÓDIO SOBRINHO

**Sobre um tempo de incertezas:
o processo da abolição e os significados da liberdade em Minas Gerais
(1880-1888)**

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Sobre um tempo de incertezas:
o processo da abolição e os significados da liberdade em Minas Gerais
(1880-1888)**

Juliano Custódio Sobrinho

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do
título de Doutor em História.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado

São Paulo
2014

JULIANO CUSTÓDIO SOBRINHO

**Sobre um tempo de incertezas: o processo da abolição e os significados
da liberdade em Minas Gerais (1880-1888)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Social

Banca examinadora:

Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado (Orientadora)
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Enidelce Bertin
Universidade Nove de Julho

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Keila Grinberg
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Martha Campos Abreu
Universidade Federal Fluminense

São Paulo, de de

Para meus pais, Maria José e Antonio, por apostarem em muitos dos meus sonhos.

Para Malu que me enche de esperanças a cada dia.

Para Fábio e Bia com quem divido a "dor e a delícia" de ser o que sou.

AGRADECIMENTOS

Demorei a acreditar que chegaria a escrever esse protocolo da tese. Por vezes, pensei que tudo estava tão longe de acontecer que só me restava apostar alto naquelas escolhas. Aprendi que uma tese é apenas mais um processo que tracei para a minha vida profissional e para dar a ela o valor necessário, precisava não esquecer que minha vida pessoal demandava outros valores muito mais importantes, que só permitiriam que esta pesquisa avançasse se estivesse convicto disso. E como todos os desafios que enfrentei neste período me trouxeram como fruto esta obra, que agora se junta a vida de seu autor, preciso agradecer a muitas pessoas que, ao longo desses anos de pesquisa, me ajudaram a ressignificar todos esses valores essenciais para a minha existência.

Inicialmente, agradeço as instituições que me fizeram chegar até aqui: a escola pública, que me ensinou as ciências, a cidadania, a dignidade e me empoderou para sonhar com um futuro melhor; as universidades públicas por onde passei - Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade de São Paulo - por terem sido a continuidade dessas aprendizagens; ao CNPq que financiou boa parte de todas as andanças que fiz para viabilizar esta tese.

Aos professores e alunos que muito contribuíram para a minha formação e que, despretenciosamente, influenciaram, dia após dia, nos encaminhamentos que venho construindo para a minha vivência como professor-pesquisador.

À minha orientadora, Prof. Maria Helena P. T. Machado, que com muita generosidade, paciência e persistência, soube me conduzir em momentos que precisei estar bem atento para as demandas da pesquisa (e em outros que já nem mais acreditava ser capaz de cumprir esta tarefa), levantando sugestões e críticas extremamente construtivas e indispensáveis para meu crescimento intelectual. Sua dedicação aos orientandos e ao espaço público, sua seriedade intelectual e seu didatismo em sala de aula imprimem marcas naqueles que se deixam levar por ela. Por isso, minha admiração e respeito por uma profissional verdadeiramente comprometida com os alicerces fundamentais da universidade brasileira - ensino, pesquisa e extensão.

À Enidelce Bertin, amiga, colega de trabalho e grande incentivadora do meu trabalho. Suas considerações e críticas foram fundamentais e devo a ela muitos dos acertos que venham surgir neste trabalho. Mais que isso, minha gratidão à Eni também se deve ao seu carinho, dedicação e sensibilidade em momentos que precisei desabafar e buscar forças em uma amiga que já havia passado pelos caminhos tortuosos da difícil arte de conciliar a empreitada do doutorado com os desafios diários da sala de aula.

Ao Marcos Andrade, amigo e grande inspirador deste trabalho que, nos idos de 2009, me ajudou a "lapidar" as propostas iniciais do meu projeto de doutorado, mostrando aspectos que davam consistência para o turbilhão de ideias que surgiam em minha cabeça, mas que precisavam de amadurecimento intelectual.

Ao Éber Lima, amigo e colega de trabalho que me apresentou Eduardo Carlos Pereira e o mundo dos estudos do presbiterianismo. Acho que a tese ganhou uma grande contribuição a partir das suas sugestões.

Aos colegas de trabalho do curso de História da Universidade Nove de Julho - Gislene, Lúcio Menezes, Savério Lavorato, Cris Romano, Eni Bertin, Éber Lima, Kátia Kenez, Margarida Marques, Roberto Caresia e Geraldo Alves - que se colocaram sempre à disposição para me ajudar, fosse com uma substituição de aula quando precisei de tempo integral para a pesquisa, ou com uma simples mensagem de apoio e votos de sucesso na empreitada.

Ao Luiz Gustavo Cota, amigo e parceiro de pesquisa, com quem pude trocar muitas informações, acesso às fontes e conversas intermináveis ao telefone. Foi muito importante dialogar com você, camarada!

À Livia Monteiro, amiga de boas épocas da faculdade e que dividiu comigo os dilemas e desafios da pesquisa. Suas palavras foram sempre acolhedoras e inspiradoras.

Às colegas do doutorado, Luciana Brito, Maíra Chinelatto, Marília Ariza, Maria Clara Sampaio e Débora Mattos, com quem sempre encontrei boas conversas, mesmo não sendo tão próximo como deveria.

À Karoline Carula que me apontou outras possibilidades na minha banca de qualificação.

A todos os funcionários dos arquivos e demais instituições por onde peregrinei ao longo desses quatro anos, em especial a Elza Valladão, Carlos de Souza, Flávia Tegon e Nara Rachel.

Ao Emerson Mathias que me ajudou na digitalização e organização da documentação pesquisada.

Aos descendentes dos abolicionistas que estudei e que, gentilmente, me receberam em suas casas, me disponibilizaram acervos de família e me contaram suas histórias.

Aos amigos, Bia Ramsthaler, Emanuel Jones, Elaine Lourenço, Flávio Trovão e João Fernandes, que me deram carinho, compreensão e acolhimento ao longo dessa jornada que se encerra. Vocês foram essenciais para que eu não me esquecesse da essência da vida.

À minha mãe, Maria José, meu pai, Antonio, meus irmãos, Julio César, Flávia e Tilander, que souberam entender as minhas ausências, me apoiando e emanando forças onde quer que eu fosse. À Maria Luísa, minha sobrinha, que me alegra com cada "tio, te amo" que ouço toda vez que nos falamos.

Por fim, agradeço ao Fábio Turri pela amizade, amor e companheirismo que sempre dedicou a mim, me ouvindo e me apoiando em todos os momentos desafiadores que enfrentei nesses quatro longos anos de pesquisa.

Ao infinito e além, meus queridos!

Os tambores de Minas soarão

Seus tambores nunca se calaram

(Milton Nascimento e Márcio Borges)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de abolição da escravidão, enfocando a participação de diversos setores que negociaram ideias e vivenciaram relações - a partir de embates, expectativas, leituras de mundo e significados da liberdade - em um momento que diferentes projetos estavam sendo apresentados na arena social. Levando em consideração a diversidade regional, a pesquisa procura inserir o caso do Sul de Minas Gerais no debate historiográfico atual sobre a abolição e o abolicionismo no Império brasileiro (1880-1888). No que tange aos múltiplos projetos, ações e discursos propostos naquele período, abordamos o perfil e as perspectivas de indivíduos e grupos - escravos, libertos, livres, senhores e abolicionistas - que, através dos documentos, deixaram evidenciar seus posicionamentos diante da crise do sistema escravista. Assim, procuramos acessar as formas de resistência elaboradas e experimentadas pelos escravos na busca pela liberdade; os desafios das políticas de Estado para a manutenção da ordem e do controle sobre os conflitos sociais; as estratégias das elites para a preservação de certos privilégios, bem como sua tentativa de conduzir o processo de transformação das relações de força e de trabalho; e as mais variadas formas e atuações abolicionistas que deram o tom naquele cenário, carregadas de interesses, arranjos políticos e jogadas de poder. Para isso, as principais fontes elencadas foram a documentação da Polícia e da Justiça, os jornais e os relatos memorialísticos.

Palavras-chave: Escravidão; processo de abolição; abolicionismo; Minas Gerais; liberdade.

ABSTRACT

This work aims to analyze the abolition of slavery process, focusing on the participation of various social sectors that negotiated ideas and experienced relationships – from clash of interests, expectations, world views and freedom meanings – at a time when different projects were being presented in the social arena. Taking into account regional diversity, this research seeks to insert southern Minas Gerais case in the current historiographical debate on abolition and abolitionism in Brazilian Empire period (1880-1888). Regarding multiple projects, proposed actions and speeches at that time, we discuss the profile and prospects of individuals and groups – slaves, freedmen, free, masters and abolitionists – that have made very clear their positions, by means of documents, in facing the crisis of the slavery system. Thereby we seek to access the ways of resistance developed and experienced by slaves in the quest for freedom; the state policies challenges for the maintenance of order and control over social conflicts; the elites strategies to preserve certain privileges, as well as their attempt to lead the transformation process of power and work relationships; and the most varied abolitionists ways and performances that set the tone in that scene, loaded of interests, political arrangements and power moves. For this, the main listed sources were Police and Justice documentation, newspapers and memorialistic reports.

Keywords: Slavery; abolition process; abolitionism; Minas Gerais; freedom.

Lista de abreviaturas e siglas

APM	-	Arquivo Público Mineiro
CECML	-	Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort
BN	-	Biblioteca Nacional Digital
SIA-APM	-	Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro
APESP	-	Arquivo Público do Estado de São Paulo
CEDEPLAR	-	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-UFMG
AE-IPHAN	-	Arquivo do Escritório do Instituto Histórico e Artístico Nacional

Lista de mapas

Mapa 1: Minas Gerais (adaptação de mapa atual) - localidades de pesquisa..... 39

Mapa 2: Mobilidade espacial de José Cearense - Províncias do
Rio de Janeiro e Minas Gerais..... 82

Lista de imagens

Imagem 1: Fundadores do Clube Republicano Mineiro (participação de membros da Comissão Libertadora), 1883.....	198
Imagem 2: Vista da antiga Matriz de Itajubá, s/d.....	205
Imagem 3: Festa de congado de Nossa Senhora do Rosário em Campanha, s/d.	210
Imagem 4: Residência de Bráulio Lion (primeira da esquerda para a direita) à Rua do Fogo (atual Rua José Luiz Alves), Campanha-MG, s/d.	224
Imagem 5: Américo Gomes Ribeiro da Luz, s/d.	228
Imagem 6: A camélia branca, símbolo abolicionista, em Muzambinho-MG.....	237
Imagem 7: Padre Francisco de Paula Vitor, s/d.	253
Imagem 8: Antigo Templo Presbiteriano de Cabo Verde, fundado em 1909, s/d.	259
Imagem 9: Antonio de Pádua Dias (em pé à esquerda), 1891.....	264
Imagem 10: Eduardo Carlos Pereira e sua esposa Luiza Pereira de Magalhães, 1905.....	267
Imagem 11: "A religião christã em suas relações com a escravidão", 1886.....	273

Lista de tabelas

Tabela 1: Estimativas para as províncias mais populosas - 1819-1872 (adaptação de “Estatísticas Históricas”, IBGE).....	49
Tabela 2: População para Minas Gerais a partir do Censo de 1872-1873.	52
Tabela 3: População escrava para Minas Gerais por regiões – 1873-1886.....	53
Tabela 4: População por município no Sul de Minas a partir do Censo de 1872-1873	54
Tabela 5: População por município no Sul de Minas – Censo 1872-73 e Relatório de Presidente de Província(1882; 1884; 1887)	55

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 01 – Cenas da escravidão em contornos distintos: o Sul de Minas nos últimos anos do oitocentos	20
1.1 - As muitas Minas e a vastidão das Gerais.....	20
1.2 - O Sul de Minas e a “regionalização” como ponto de partida	25
1.3 - A vitalidade da instituição servil no Sul de Minas	40
Capítulo 02 – Caminhos da liberdade: as marcas jurídicas no limiar da abolição.....	59
2.1 - Perspectivas historiográficas e os porquês da pesquisa	59
2.2 - Crimes, sujeitos e fontes.....	69
2.3 - O cotidiano vigiado e os caminhos para a liberdade	75
2.4 - Um homem móvel	81
2.5 - O desfecho processual e o entrecruzamento de histórias na busca pela liberdade	96
Capítulo 03 – Ebulições sociais em meio às palavras de ordem: sociedade em transe	107
3.1 - A busca pela ordem	108
3.2 - Novas leis, novas leituras de mundo	113
3.3 - A sensação de descontrole	132
3.4 - Polícia, escravos e a divisa Sul de Minas/São Paulo	143
Capítulo 04 - O "ocaso da negrada instituição": ideias, ações e trajetórias abolicionistas	160
4.1 - O pêndulo, a imprensa mineira e a política do "justo meio"	161
4.2 - Homens no centro do palco: atores sociais e seus abolicionismos	188
4.3 - Sinais dos tempos: as "desordens" e trajetórias abolicionistas	214
Capítulo 05 - “A paciência de Deus em dissimular os tempos dessa ignorância”: protestantes e católicos e as ideias abolicionistas.....	239
5.1 - Padre Calixto, o Club Abolicionista e Felicidade - um enredo social	240
5.2 - O “advogado dos escravos” - entre a delegacia e a igreja protestante.....	253
5.3 - O "celeste porvir" - a intelectualidade presbiteriana e a abolição	265
Considerações finais	276
Fontes e Bibliografia.....	279

Introdução

Escrevendo em jornais, entrando em confronto com a polícia, participando de associações abolicionistas, fugindo do cativeiro, enfrentando o poder dos senhores nos tribunais, negociando as relações em busca da liberdade... Não parece simples explicar a conjunção de fatores que levaram à abolição da escravidão, sem considerarmos uma gama de situações que colocou em cena diversos atores que barganharam e dividiram os espaços sociais, produziram ações individuais e coletivas, questionaram as estruturas até então vigentes e ressignificaram o sentido de liberdade dia após dia. Enquanto um fenômeno continental e complexo, a abolição necessitava ser interpretada para além das longas discussões políticas que se deram nas rodas e salões aristocráticos da Corte, como também era preciso despojar de consagração a ação heróica bancada pelos nobres e corajosos abolicionistas, que cheios de altruísmo, de convicção ideológica e do bom-mocismo, se aventuraram pelas senzalas levando luz e esperança aos escravos que nada podiam fazer por si mesmos.

Contudo, sobre o tempo da abolição, a apoteose foi destinada à Princesa Isabel e a um grupo de homens de "boa vontade", que alçaram ao panteão dos redentores, recebendo assim os louros da campanha abolicionista. Com apenas dois artigos - "declara-se extinta a escravidão no Brasil" e "revogo as disposições contrárias" - a escravidão se encerrava no país em 1888. Finalmente havia sido dada a "graça" àqueles que não tinham condições de romper com as velhas estruturas. E já antes desta data, se percebeu-se uma política de controle sobre as ações dos egressos, sempre sob a alegação de que eram "degenerados", "inferiores", "indisciplinados" e "malevolentes". Não à toa, vários projetos de tutela e vigilância eram defendidos nos discursos abolicionistas, da polícia e dos senhores. As novas configurações do mundo do trabalho procuravam, por vezes, se assentarem nas velhas formas do próprio trabalho escravista.

No campo das disputas das memórias, esta versão da abolição se sagrou vitoriosa. Se os escravos, entendidos como sujeitos passivos, utilizavam apenas dos limites de suas forças - fugindo ou agredindo seus proprietários - como poderiam planejar a fundo uma série de articulações que colocariam em xeque o sistema escravista? Assim, caberia aos cidadãos de bem decidirem o celeuma, afinal, escravos e libertos não estavam plenamente cientes para executarem tamanha façanha. Mas, os

dois artigos da Lei Áurea, citados acima, escondem situações daqueles anos finais da escravidão que entraram na pauta do esquecimento por longas décadas. Não à toa, trataram logo de escrever a lei de forma sucinta, estando clara e evidente para quem quisesse ler e ouvir. Todo esse pragmatismo da escrita da lei parece desvelar aos nossos olhos que se outorgava algo que já estava consumado e precisava apenas ser oficializado. Uma lei curta e sem "rodeios", produto de uma pressão popular para se abolir aqueles que ainda eram escravos às vésperas do 13 de maio de 1888.

Por mais que a data simbólica tenha sido protocolar, ela foi um acontecimento ímpar nas lutas que se travaram ao longo de séculos de resistências, trazendo tanto a libertação imediata (não indenizatória aos senhores) como reconheceu a igualdade civil de todos os brasileiros, mesmo que as ambiguidades dessa cidadania tenham ficado evidentes rapidamente, pauta de estudos de vários trabalhos acadêmicos hoje.¹ As efetivas conquistas de promoção social - reparação das mazelas que recaíram sobre negros durante e depois da escravidão e a reivindicação de políticas em prol da igualdade racial - são lutas históricas não efetivadas até nossos dias.

Para a historiografia da abolição no Brasil, as interpretações sobre o acontecimento deixou de ser negócio exclusivo de branco e ganhou encorpamento teórico-metodológico, principalmente, a partir dos estudos da *História Social da Escravidão*, que desvelaram a atuação escrava - em suas inúmeras formas e representações - como crucial para o dismantelamento dos pilares da instituição escravista.² Na crise do escravismo, que se fortaleceu pós Lei do Ventre Livre, as incertezas quanto ao futuro do elemento servil, nos mais variados postos em que estava inserido, passou a provocar reações desesperadas e discursos apocalípticos, principalmente, naquelas regiões em que tal apego era bastante perceptível. Com mais frequência na década de 1880, os embates sociais que se travaram já deixavam claro hipóteses nada auspiciosas para a lavoura brasileira. Agitações e fugas escravas

¹ CUNHA, Olívia; GOMES, Flávio. *Quase-cidadão*. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

² Aproveitamos o espaço para citar autores e obras que fizeram parte daquele momento da historiografia e que primeiro lançaram em nós o gosto pela temática, nos instigando aos estudos que deram vida a esse projeto de pesquisa. A eles, os nossos agradecimentos: SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico*. Os movimentos sociais na década da abolição. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2010; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

tornaram-se frequentes e cada vez mais numerosas, enfraquecendo o poder dos senhores e colocando em xeque a atuação do Estado na manutenção da ordem e do controle sobre os populares. Somados a isso, se viu ganhar força um consenso de reprovação do cativo entre setores distintos da população livre, que exerceram seus discursos e argumentos a partir da imprensa e da política formal. Nesses setores se encontravam parte dos abolicionistas.

Com isso, suas motivações foram mais que uma simples resposta à pressão das movimentações sociais que pululavam pelo Império e tencionavam as relações escravistas. Elas representavam também a participação de indivíduos que explicitaram suas convicções frente às transformações, que com cores fortes e dramáticas, se sucediam no país. Assim, uma das frentes que passamos a percorrer nesta pesquisa foi entender os múltiplos perfis abolicionistas que somaram forças para a derrubada da escravidão. Era todo um contexto histórico - desde suas esferas micro e macroestruturais - que desencadearam no difícil e árduo processo da abolição.

Deste modo, duas inquietações se fizeram presentes na elaboração do projeto que se conclui com esta tese. Se a abolição estava muito longe de ser entendida por um único ato - e se inúmeras foram as formas de se agir e reagir a partir da crise do sistema escravista - era preciso ampliar o olhar sobre os cenários que, aparentemente, estavam longe dos maiores centros urbanos e da efervescência abolicionista. A escolha por pesquisar a temática em Minas Gerais se deu por esta razão, priorizando a porção Sul, no período de 1880 a 1888. Apontada como a província com o maior contingente escravo do Império, às vésperas da abolição, e com uma economia baseada fortemente na agropecuária, sobretudo no sul mineiro,³ nos parecia que a ideia de um enredo abolicionista "pacato", inspirado na noção da "mineiridade" não coadunava com as ebulições sociais que aconteciam por todo o Sudeste brasileiro.⁴ Vale reafirmar que não tivemos a pretensão de realizar uma história da abolição apartada, mas sim conectada com os demais espaços brasileiros, sobretudo, as províncias vizinhas de São Paulo e Rio de Janeiro. Empreendemos a tentativa de analisar aquele processo a partir de personagens distintos, de suas histórias do cotidiano e das tramas e tensões recheadas de certo grau de complexidade.

³ MARTINS, Roberto. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Vanderbilt University, 1980; SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamante: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Cadernos IFCH-UNICAMP, n.17, 1985.

⁴ OILIAM, José. *A abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

Outra questão que nos despertou para a escolha do tema estava diretamente ligada à carreira docente na escola. Frente ao silenciamento dos livros didáticos - quanto a uma leitura que trouxesse à tona a ideia multifacetada do processo da abolição e da participação dos sujeitos - percebíamos a necessidade de ressignificar as leituras sobre aquele período com os alunos. Em 2009, ano de amadurecimento das propostas desta pesquisa, lecionávamos em uma escola pública de Petrópolis-RJ, aclamada com o título de "cidade imperial", em que o peso simbólico da imagem da "Redentora dos escravos" perpassava diariamente as aulas. Era um desafio muito grande alinhar os saberes acadêmicos com os saberes escolares para assim apontarmos outras perspectivas sobre o tema que ensinávamos. Mais que isso, acreditávamos ser preciso investir em um ensino do conhecimento histórico que fosse capaz de ajudar os alunos a conhecerem quem eram e as razões humanas que motivaram indivíduos e grupos a estabelecerem relações sociais ao longo do tempo.⁵ De acordo com o que acreditávamos, não fazia o menor sentido se as aulas não possibilitassem um espaço de pesquisa e de tomada de consciência do papel dos sujeitos nos diversos períodos da história.

Estas foram as perguntas motivadoras. E esta tese tem o propósito de investigar as complexas e dinâmicas ações provocadas pelos indivíduos e grupos que se envolveram no processo de abolição. Por isso, a apreensão das práticas sociais, das ideias e do perfil das pessoas inseridas com os debates sobre a questão da crise da escravidão foram fundamentais para a compreensão daquele momento no sul mineiro. Em relação às fontes analisadas, privilegiamos os acervos de polícia, jornais, processos criminais e relatos memorialísticos encontrados em Belo Horizonte, Cabo Verde, Campanha, Itajubá, Muzambinho, São João del Rei, São Paulo e Três Pontas - além da consulta aos acervos digitais da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. A partir do esforço de entendermos os diferentes discursos e ações, presentes nas linhas e entrelinhas de cada página documental, procuramos estar atentos a um passado histórico recheado de interações sociais, jogadas de poder, ambiguidades e significados.

No primeiro capítulo, propomos apresentar uma contextualização sobre a região em estudo, procurando delinear o peso da escravidão no sul mineiro na década de 1880. Para isso, o capítulo discute sobre problematizações metodológicas que se fizeram presentes na pesquisa, como a análise das fontes, as definições regionais e as mudanças político-administrativas da província ao longo da segunda metade do oitocentos.

⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

Também se procurou desenhar as estruturas produtivas e o perfil da população livre e escrava na região, na tentativa de se argumentar sobre uma porção do Império essencialmente voltada ao mercado interno e com um contingente escravo considerável para o período.

No segundo capítulo, nossa intenção foi iniciar as discussões acerca das ações de escravos, libertos e livres, trazendo à tona algumas trajetórias daqueles indivíduos que deixaram seus rastros na documentação. Mais especificamente, discutimos sobre fugas e trânsitos dos escravos, libertos e aqueles marcados pela suspeição da cor. O caso que nos dedicamos com mais afinco foi do feitor José Cearense, que ao agredir o escravo Félix, que fugia do cativo, desencadeou a abertura de inquérito policial e, posteriormente, de um processo.⁶ A partir da correspondência de polícia que citava o caso, tivemos a sorte de encontrar seu desdobramento em arquivo judicial, nos permitindo entender as histórias desses personagens e a ideia de deslocamentos que foram traçados no ano de 1882. No caso de José Cearense, este trânsito se iniciou no Ceará e atravessou todo o Vale Fluminense cafeeiro até repousar no Sul de Minas, quando desencatilhou toda uma suspeita sobre sua condição livre perante a sociedade local, registrada na documentação que analisamos.

Já a tônica do terceiro capítulo foi discutir as ações escravas na busca por seus direitos, adquiridos no espaço do cativo, a partir das páginas de ocorrências policiais e dos processos criminais. Os registros e as correspondências da documentação de polícia apresentam situações do cotidiano, nas quais emergem as atuações daqueles agentes frente às tensões e os conflitos que se deram com o poder senhorial. Assim, tentamos rastrear a perspectiva de controle da ordem e as complexas e multifacetadas ações policiais, principalmente no trato com os escravos e com as ideias a favor e contrárias à abolição. As situações relatadas pelas autoridades das delegacias e subdelegacias das cidades sul mineiras estão presentes neste capítulo.

O quarto capítulo versa sobre os projetos abolicionistas desenhados no sul mineiro e suas conexões com outras porções do Império. Procuramos analisar as diferentes matizes do abolicionismo desveladas a partir das páginas dos jornais, da organização de grupos antiescravistas e das atuações de indivíduos que movimentaram as ideias da abolição e contribuíram para provocar o dismantelamento do sistema. Com distintas nuances foi possível perceber propostas que investiram desde o gradualismo e

⁶ Processo Crime, 1882, Arquivo do Escritório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São João del Rei (doravante AE-IPHAN), caixa 36.

a defesa da propriedade privada, até ideias e ações mais efetivas, desenvolvidas nas franjas da política formal e da legalidades dos tribunais.

Por último, apresentamos no quinto capítulo as ideias e atuações de indivíduos que professaram a fé cristã - católica e protestante - em meio às múltiplas facetas dos discursos e práticas abolicionistas. No decorrer da pesquisa, descobrimos um grupo protestante, convertido por missionários presbiterianos dos EUA, bem como um sacerdote católico envolvido com uma associação abolicionista que - a partir de atuações na política, nas instituições do Estado e na escrita dos jornais - introduziram e construíram um olhar antiescravista, que ajudou a influenciar, pouco a pouco, a mentalidade do período, tanto no âmbito das igrejas, como também nos espaços públicos. Em suma, procuramos discorrer sobre como as inspirações religiosas estiveram presentes e influenciaram no processo da abolição, levando em conta as trajetórias desses personagens.

Capítulo 01 – Cenas da escravidão em contornos distintos: o Sul de Minas nos últimos anos do oitocentos

“Tive ocasião de admirar caracteres verdadeiramente honestos, espíritos de primitiva boa-fé, almas ingênuas, corações generosos, francos e verdadeiramente hospitaleiros, recebendo em tão longa excursão provas de benevolência que seria ingratidão olvidar agora.”⁷ Em tom inflamado e repleto de saudosismo, Bernardo Saturnino da Veiga, traduziu nestas palavras o sentimento que teve daquela gente do sul de Minas. Esta percepção, expressada pelo autor, faria parte da introdução do seu *Almanak Sul Mineiro*, publicado pela segunda vez em 1884, em que ele narraria as venturas e desventuras de sua passagem por uma série de cidades e freguesias do sul mineiro, realizada durante anos. O escritor e proprietário do jornal *Monitor Sul-Mineiro*, da cidade de Campanha, produziu uma obra que tinha como função trazer à tona as memórias das localidades da região. Além de elencar as características que marcavam a figura do mineiro, o autor apresentou alguns elementos geográficos, hidrográficos, estatísticos, populacionais, econômicos e políticos que constituíam aquele território.

Em meio às montanhas mineiras e “vales com suas terras férteis e abundantes” surgiram diversos povoados ao longo do século XVIII que formaram o que se entende hoje por “Sul de Minas”⁸, lócus de nosso estudo. Assim, antes de focarmos na análise central desta pesquisa – os anos finais da escravidão na região – pretendemos situar o leitor sobre o contexto histórico e as principais características econômicas, políticas e sociais que delinearam a formação do objeto em estudo.

1.1 - As muitas Minas e a vastidão das Gerais

O sucesso da descoberta de metais preciosos na região central da capitania das Minas, em fins do século XVII, despertou a cobiça dos colonos pelo território. Em poucos anos, foram formadas as vilas mineradoras e todo um complexo produtivo capaz de dar sustentação àquela empreitada tão desejada pela Coroa Portuguesa.⁹

⁷ VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanak sul-mineiro*. 2ªed. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.p.10.

⁸ VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanak sul-mineiro*, op.cit., p.35.

⁹ A Capitania das Minas se desvinculou da Capitania de São Paulo, em 1720, de acordo com um alvará régio lançado naquele mesmo ano. Para uma síntese deste assunto, ver: BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil*. Dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990; VASCONCELLOS, Diogo de. *As primeiras vilas do ouro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

Essa busca desenfreada pelas catas de ouro levou a uma série de incursões para o sul da capitania, nas primeiras décadas do século XVIII. A euforia criada pela descoberta de metais preciosos na região central das Minas, mais especificamente na comarca de Vila Rica, despertou o interesse pelo território sul mineiro, até então não ocupado de forma efetiva.

As minas e as margens dos rios na região sul da capitania não seriam tão ricas para a extração mineral quanto as da Comarca de Vila Rica, mas a posse sob essas terras marcaria uma disputa entre as capitanias de Minas Gerais e de São Paulo, que percorreu grande parte do setecentos. Mesmo não produzindo em quantidade expressiva, as lavras de ouro no Sul de Minas não só acirraram os ânimos entre os desbravadores, como também continuaram a ser exploradas ao longo do oitocentos. Neste sentido, percebemos que para a manutenção e a sobrevivência daqueles povoados no sul mineiro era necessário desde o início do processo de ocupação, que os colonos pudessem desenvolver outros recursos produtivos, como a agropecuária, que seria considerada a grande vocação produtiva da região (assunto que trataremos ainda neste capítulo).

O Sul de Minas, do qual estamos falando, pertencia à jurisdição da Comarca do Rio das Mortes, com sede em São João del Rei, desde o início do século XVIII. Segundo Afonso Graça Filho, Minas Gerais sofreu várias divisões jurídico-administrativas, o que se acentuou ao longo do século XIX, fazendo com que as autoridades não tivessem certeza do total de distritos existentes.¹⁰ Mais que isso, nos parece que as exigências e necessidades regionais, que tomaram conta de Minas Gerais naquele momento, também fizeram parte dessas mudanças e, conseqüentemente, a série de desmembramentos, reagrupamentos, supressões e reinstalações de distritos, vilas e comarcas expressavam a dificuldade da administração da província em atender a todos os interesses do território. As transformações socioeconômicas e demográficas das regiões e vilas mineiras também traziam à tona a necessidade desses locais de defenderem seus interesses frente a sede da comarca a qual pertenciam.

Os conflitos criados pelos desbravadores das capitanias de São Paulo e Minas tomaram todo o setecentos, fazendo da região sul mineira um palco de disputas pela posse de terras e riquezas minerais. Segundo documentação citada por José Pedro

¹⁰ A Comarca do Rio das Mortes foi criada a partir do Alvará de 6 de abril de 1714, que determinou a existência de mais duas comarcas na capitania de Minas: Comarca de Vila Rica (Ouro Preto) e Comarca da Vila Real do Sabará (Rio das Velhas). Em 1720, foi formada a Comarca do Serro Frio (Vila do Príncipe). No século XIX, outras divisões deram origem a novas comarcas na capitania. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.p.31.

Xavier Veiga, a parte sul da capitania das Minas era conhecida como “Minas do Rio Verde”, desde o início daquele século, e foi ocupada principalmente por paulistas que se lançaram na busca por metais preciosos. Mais tarde, essa área seria requerida pela sede da Comarca do Rio das Mortes, desencadeando uma série de tensões na disputa pelo arraial, que mais tarde seria chamada de Campanha do Rio Verde e se tornaria a nova sede da comarca.¹¹

No extremo sul da capitania, a disputa pela ocupação se deu por meio dos habitantes, do que hoje conhecemos como o vale do Paraíba paulista, que faz divisa com a região através da Serra da Mantiqueira. O arraial de Soledade de Itajubá foi fundado por desbravadores oriundos das vilas de Guaratinguetá, Taubaté e São Paulo, que atravessaram as “muralhas da Mantiqueira” e formaram o povoado no início do século XVIII. A busca pelo ouro alimentou a ocupação do arraial, que é considerado um dos mais antigos do sul mineiro.¹² Soledade do Itajubá logo foi fixada à Comarca do Rio das Mortes, resultado dos conflitos entre as capitanias pela posse da terra.¹³

Ao estudar a ocupação da microrregião da caldeira vulcânica de Poços de Caldas, Carlos Eduardo Rovaron afirma que em outro extremo da divisa entre as Capitanias de São Paulo e Minas Gerais, os conflitos pela ocupação e posse das terras se iniciaram ao longo do século XVIII, permanecendo pelo oitocentos, período em que se destacou a produção agropecuária na região. O acidente geográfico, chamado de

¹¹ Carta do ouvidor Cipriano José da Rocha ao rei, de 27 de dezembro de 1737, comunicando a tomada e fundação do arraial das Minas do Rio Verde (até aquele momento de posse dos paulistas), para a Comarca do Rio das Mortes, depois de uma expedição militar chefiada pelo referido ouvidor até a localidade. Documento citado por VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos, Fundação João Pinheiro, 1998. APUD: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.p.28. Em documentação citada de 1747, por Diogo de Vasconcellos, a região de divisa entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais foi motivo de disputas intensas pela posse da terra, sendo sempre negociadas pelos governadores e pela Coroa Portuguesa. Segundo o documento apontado pelo autor, os povoados das áreas de divisa se transformaram em um verdadeiro “theatro da discórdia” entre os seus habitantes. VASCONCELLOS, Diogo de. *Limites entre São Paulo e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1910.p.23.

¹² Revista do Arquivo Público Mineiro, ano IV, v.4, 1899.pp.574-587.

¹³ O governador da Capitania das Minas, José Antonio Freire, enviou carta ao rei, em 1757, informando da necessidade de se colocar um juiz ordinário e um escrivão nas Minas do Itajubá, para que se “administrasse justiça” aos habitantes, que estavam desprovidos. A permissão foi repassada ao ouvidor Francisco José Pinto de Mendonça, da Comarca do Rio das Mortes, que justificou ser a comarca extensa demais, o que dificultava o atendimento à região no extremo sul da capitania. As disputas entre paulistas e a Comarca do Rio das Mortes também ficaram expostas nessas correspondências. Carta de José Antonio Freire de Andrada, governador das Minas Gerais, expondo os motivos para se nomear juiz ordinário e escrivão para as Minas do Itajubá; 25/04/1757. Arquivo Histórico Ultramarino (5826), cx: 71, doc.: 74, cd: 21; Consulta do Conselho Ultramarino sobre a conta que deu o ouvidor do Rio das Mortes, Francisco José Pinto de Mendonça, em ter posto com permissão do governador, um juiz ordinário com seu escrivão nas Minas do Itajubá. Necessidade de se criar também um juiz ordinário no distrito de Aiuruoca, 21/04/1758. Arquivo Histórico Ultramarino, Cx.: 73, doc.: 35, cd: 21.

“caldeira vulcânica”, engloba uma área que pertencia a Minas Gerais e a São Paulo, se tornando uma disputa não só entre os moradores locais, mas também entre os governantes das duas capitanias. Com a crise da mineração, na região central das Minas a partir do último quartel do setecentos, houve um grande fluxo de deslocamento para outras regiões de Minas Gerais. A fronteira entre o sudoeste mineiro e o norte de São Paulo se tornou um espaço receptivo a essa emigração, o que intensificaria os conflitos entre emigrantes mineiros e paulistas, donos de terras naquela região de divisa, que esperavam as decisões da Corte para a definição sobre a divisa dos territórios.¹⁴

Os novos estudos citados sobre os conflitos ocorridos na ocupação e formação dos povoados no Sul de Minas se tornaram importantes para entender o dinamismo social, econômico e populacional na região, algo já apontado por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942, ano da primeira publicação da obra. Afirma o autor:

Em suma, trata-se de uma das zonas do país que já em princípios do séc. XIX oferecem maiores perspectivas (...). Assinalo aqui estes aspectos da prosperidade da região para explicar o adensamento da população que aí se verifica desde o último quartel do séc. XVIII. Aliás esta corrente demográfica que se encaminha para o sul da capitania lhe ultrapassa os limites, e invade São Paulo. A longa questão das divisas entre as duas capitanias, províncias e ainda como Estados, só resolvida definitivamente em 1936, tem aí sua origem. Atrás dos povoadores vinham as autoridades locais ocupar administrativamente territórios ainda mais ou menos vagos e imprecisos; a parte retardatária protesta, alegando direitos mais antigos, mas só “direitos”... [sic]¹⁵

Os conflitos pela ocupação da terra não foram exclusividade desta região, nem mesmo da formação de Minas Gerais. Era reflexo de um período colonial em construção, em que as possibilidades de acesso à terra significavam a construção de laços de estabilidade mais duradouros, seja com a terra ou com os indivíduos que os cercavam, formando redes sociais que garantissem privilégios e a formação de um

¹⁴ O autor utiliza como parte de sua pesquisa uma análise sobre as documentações oficiais das Capitanias de São Paulo e Minas Gerais, reunidas na coleção: *Documentos Interessantes*: divisas de S. Paulo e Minas Gerais. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, v.XI, 1896. (publicação organizada por Orville A. Derby). ROVARON, Carlos Eduardo. *Ocupação da região da caldeira vulcânica de Poços de Caldas (séc. XVIII-XX)*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009, pp.22-33. Segundo o autor, a maior parte da microrregião, conhecida como caldeira vulcânica, é formada atualmente pelos municípios de Poços de Caldas-MG, Caldas-MG, Andradas-MG, Águas da Prata-SP, São João da Boa Vista-SP.

¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1994.p.78.

patrimônio material.¹⁶ Talvez assim, a disputa por territórios no sul mineiro tenha sido uma saída encontrada por grupos sociais que já não mais apostavam as suas expectativas em outros espaços.

Vale perceber que nestas disputas por terras estava inserido um comportamento social e cultural que, segundo E. P. Thompson, deve ser levado em consideração ao se analisar esses conflitos. Por mais que a distribuição e a posse de terras na colônia fosse ordenada pela lei sesmarial, por exemplo, esta foi produzida não só para mediar conflitos, mas para legitimar interesses de grupos e de relações de poder e de produção, “endossada por normas tenazmente transmitidas pela comunidade”.¹⁷ Assim, as novas ocupações de terra no sul mineiro representavam um questionamento da ordem social imposta e a busca daqueles agentes por terras, privilégios e relações sociais que a lei vigente não os garantiria. Revelar seus valores, “apaixonadamente defendidos” na busca por sobrevivência e afirmação, os levariam a provocar conflitos com a lei, representados pelos já sesmeiros que ocupavam a região. Em um espaço colonial em que as leis de sesmarias propiciavam a obtenção de posse de grande quantidade de terra, essas disputas aguçavam os interesses dos proprietários e daqueles que sonhavam conseguir fazer parte dessas doações. De qualquer forma, as leis parecem não ter acalmado os ânimos dos proprietários no sul mineiro, principalmente na região de divisa com a capitania de São Paulo, o que marcou profundamente a ocupação e formação desses povoados naquelas terras.¹⁸

A ocupação das terras garantiria assim a formação de um complexo agropecuário abastecedor, que seria responsável pela grande produção econômica do sul mineiro, principalmente a partir do oitocentos. A disponibilidade de terras para a produção e consolidação de um lucrativo mercado consumidor de produtos agropecuários despertou o interesse dos habitantes da região por mais autonomia frente à administração da Comarca do Rio das Mortes. Foi assim que o arraial de Campanha decidiu reivindicar a criação da vila da Campanha da Princesa, em fins do século XVIII, justificando a centralidade que o arraial exercia no sul de Minas, bem como a expansão econômica e demográfica. Além disso, os homens ricos de Campanha alegavam que a

¹⁶ Sobre a análise da aquisição de mercês e sesmarias como estratégias na obtenção, manutenção e consolidação do status, principalmente, por parte dos homens ricos em Minas Gerais, num contexto de Antigo Regime do Império Português, ver: ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*, Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2001.

¹⁷ THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. A origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.p.352.

¹⁸ THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*, op.cit., pp.353-354.

sede da comarca, São João del Rei ficava muito distante da região, não atendendo assim às necessidades da população sul mineira. As dificuldades para a cobertura administrativa da cabeça da comarca, devido as longas distâncias, já era algo recorrente nas reclamações dos demais povoados e era esta a justificativa para que Campanha se tornasse uma vila (tendo principalmente uma justiça própria), pois isso fazia muito sentido em um momento em que a região crescia em importância.

Mesmo descontente com a perda de receita – proveniente principalmente da produção agropecuária, das lojas de secos e molhados e das recebedorias – São João del Rei foi vencida pelas justificativas dos homens ricos de Campanha, que coroaram a estratégia, homenageando a Princesa Carlota Joaquina com a criação da nova vila em 1799. Os conflitos pela nova demarcação do termo de Campanha se deram entre as duas vilas. O novo termo sul mineiro foi formado por dez freguesias – Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santa Ana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí. Outros três julgados foram criados para auxiliarem a sede do poder judiciário da vila – Itajubá, Santana do Sapucaí e Jacuí.¹⁹

Em 1815, a administração da vila de Campanha e o judiciário solicitaram a criação de uma nova comarca, tendo a vila como sede. Alguns povoados no sul mineiro haviam ganhado a condição de vila e para Campanha essas perdas só seriam recompensadas se ela se tornasse cabeça de comarca. Mantendo a centralidade e condução administrativa do Sul de Minas, a vila de Campanha da Princesa se tornaria um “polo de atração”, direcionando e escoando grande parte da produção para os mercados locais e interprovinciais. Em 1833, Campanha da Princesa se tornou a sede da Comarca do Rio Sapucaí.²⁰

1.2 - O Sul de Minas e a “regionalização” como ponto de partida

Desde o início desta pesquisa, a noção/conceito “região” nos intriga, já que independente de nosso recorte espacial, o que nos propomos a estudar não é o “Sul de Minas” por si só e sim mais um cenário frente às múltiplas paisagens que a história tem para contar sobre a escravidão e seu processo de abolição no Império brasileiro. Neste sentido, temos um recorte que pretendemos pensar dentro de uma lógica que o articula com vários outros contextos e que não pode ser apreendido simplesmente por meio dos limites geográficos que procuramos apresentar nesta pesquisa.

¹⁹ ANDRADE, Marcos. *Elites regionais*, op.cit., pp.29-30.

²⁰ ANDRADE, Marcos. *Elites regionais*, op.cit., pp.29-32.

Contudo, não cabe aqui a opção por desconsiderar a noção de região em nossa pesquisa. E, neste sentido, acreditamos ser pertinente um diálogo com a historiografia que há tempos a utiliza, já que é nossa intenção esboçar a maneira como queremos pensá-la. Grosso modo, compreendemos que muitas pesquisas consideradas regionais, nos trazem a perspectiva de um universo marcado pela pluralidade e mobilidade de seus agentes, provocando um intenso processo de circulação de ideias, de culturas e de modos de vida, que não devem ser entendidos como específicos, mas com importantes particularidades. Assim, é possível trazer à tona uma análise sobre o passado de sujeitos e grupos sociais que habitaram o sul mineiro nos momentos finais da escravidão, com o propósito de atender às expectativas de compreender o próprio processo da abolição no Império brasileiro.

Na historiografia brasileira, os estudos com uma abordagem regional se consagraram ainda no século XIX, principalmente a partir dos filiados ao IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), sob a forma de corografias e monografias municipais e regionais, que contavam a história dos principais fatos ocorridos, das personalidades marcantes, das famílias tradicionais, além de trazer informações econômicas, políticas e geográficas das localidades. Toda essa nostalgia de tempos passados, recuperada por esses autores, expressavam histórias que queriam que fossem perpetuadas ao longo das gerações, sempre conduzidas pelo protagonismo incontestável de figuras ímpares das sociedades citadas. Assim, a localidade ou região apresentada era fruto da formação de sujeitos que criavam hábitos e modos de vida exemplares e que deveriam ser lembrados para a posteridade. As corografias e memórias locais também auxiliavam para expandir as configurações político-administrativas e legitimar os contornos e os arranjos que as regiões ganhavam já naquele período.

Em fins do século XIX, as pioneiras *Efemérides Mineiras* (1897) e a *Revista do Arquivo Público Mineiro* (1896) se caracterizaram por uma escrita narrativa, com forte valorização da cronologia e dos fatos considerados marcantes para a história mineira. A *Revista do Arquivo Público Mineiro* se dedicou a artigos que também discutiam as questões limítrofes entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a publicação de fontes primárias sobre a história mineira, bem como ecoava um forte discurso político, propagando os “valores” do estado e de sua gente, espalhada em suas diversas regiões. No início do século XX, as narrativas sobre Minas Gerais ganharam grande expressão nos estudos de Diogo de Vasconcellos, a partir de uma formação fundamentada na erudição, no factual, no zelo com as fontes e com as memórias de seus pares. Por trás

dessas produções estava a construção de uma identidade cultural, de uma “mineiridade”, construída para atender aos esforços políticos empreendidos pelo estado para se impor à federação.²¹

Em 1884, Bernardo Saturnino da Veiga, no *Almanak Sul Mineiro*, relatou as transformações político-administrativas que o sul de Minas passara ao longo de 10 anos, desde a primeira versão do almanaque para a região. Segundo ele:

No Almanak de 1874, que se refere à mesma zona que actualmente apreciamos, demos notícia de 8 comarcas, com 16 municípios e 78 freguezias – hoje, 10 anos depois essas comarcas estão elevadas a 12, existindo mais 2 (do Paraíso e Muzambinho) (...). Além desse augmento de comarcas e freguezias que constituem indícios seguros de progresso [] notícia de bairros que estão se formando em suas vizinhanças estando dezenas de casas habitadas e muitas capellas,(...). São mais 112 povoações esperançosas no berço do solo do sul, e para as quaes devem se voltar confiantes as villas que se empenhão pelo futuro desta parte de Minas.²²

Os feitos realizados pelos habitantes do Sul de Minas estavam expressos nas palavras do autor, que entendia que o progresso chegava na região a “passos largos” e que as novas configurações político-administrativas que aquela porção territorial da província de Minas Gerais passava era fruto dos arranjos políticos, econômicos e sociais travados entre seus atores não só com a própria província mas também com outras partes do Império Brasileiro, principalmente a Corte, no Rio de Janeiro. A partir dos avanços dos programas de pós-graduação de História no país, a partir da década de 1970, os estudos de “História agrária” buscaram a compreensão do conceito região para realizar as pesquisas voltadas ao entendimento da estrutura fundiária, dos grupos sociais, das formas de organização do trabalho, da mobilidade social, da família, da herança e das fortunas. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva se tornaram grandes expoentes nos estudos que buscavam a relação entre região e história.²³

²¹ Todas as edições da Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM) estão disponíveis no site da instituição. Disponível em: www.siaapm.cultura.mg.gov.br; VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras (1664-1897)*, op.cit.; entre algumas obras de Diogo de Vasconcellos, podemos citar: VASCONCELLOS, Diogo. *História antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. (a primeira edição é de 1904); VASCONCELOS, Diogo. *Limites entre São Paulo e Minas Gerais*, op.cit.; VASCONCELOS, Diogo. *História média de Minas Gerais*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. (a primeira edição é de 1918). Essas obras estão disponíveis para consulta, em microfilmes, no Arquivo Público Mineiro.

²² VEIGA, Bernardo Saturnino. *Almanak sul-mineiro*, op.cit., pp.63-64.

²³ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco C. Teixeira da. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Em artigo publicado na *Revista Estudos Históricos*, de 1995, os mesmos autores apresentaram um panorama sobre os percalços que essa relação enfrentou nos trabalhos historiográficos a partir da década de 1970. Segundo Linhares e Silva, os trabalhos de história agrária já naquele período careciam de uma definição plausível do conceito região e, ao contrário dos estudos da “história econômica tradicional”, o conceito colocado deveria servir para desfazer as inapropriações das interpretações generalizantes sobre o passado do país. Da mesma forma que a experiência francesa, no que tange o uso da regionalidade, não poderia simplesmente ser transportado para a realidade histórica brasileira. Assim, havia um “grande Brasil agrário” a ser redescoberto pela historiografia e a compreensão sobre as regiões brasileiras demandava o entendimento sobre esta conceituação.²⁴

Segundo Linhares e Silva, o conceito região estava voltado para os conceitos de “polo, periferia, rede, irradiação, etc”, relevando ainda mais as explicações economicistas nas definições de regionalidade. Assim como alguns historiadores, os geógrafos naquele período estavam preocupados com as teorias desenvolvimentistas e os conceitos de dependência e de colonialismo. Apesar das críticas aos geógrafos da chamada “Geografia crítica” por suas excessivas percepções econômicas, sobre a realidade espacial, os autores ressaltaram a contribuição desses estudiosos pela maneira como interligaram o “espaço geográfico” com as “interferências humanas”. Assim, o avanço desses geógrafos foi no sentido de entender que a construção do espaço só é possível de ser estudada, se levarmos em conta as ações humanas ao longo do tempo.²⁵

Assim, Linhares e Silva afirmam que era preciso aos historiadores dedicados aos estudos do agrário naquele momento que buscassem sua própria percepção de região:

Tratava-se, agora já com uma consciência crítica do fenômeno, de reconstruir a região histórica, independente dos critérios da moderna geografia. Em primeiro lugar, cabia claramente determinar os limites da documentação: sendo a história agrária, tal qual nós a ela nos dedicávamos, um imenso esforço de identificação de novas fontes, homogêneas e, sempre que possível, seriais, a definição do recorte espacial do nosso objeto deveria claramente acompanhar a produção dessa documentação. Assim, cabia um procedimento prévio por parte

²⁴ A crítica dos autores repousava sobre uma tentativa de transpor as experiências da história agrária francesa para a realidade brasileira, o que não fazia sentido para os estudos desenvolvidos naquele momento. As interpretações “generalizantes” da história agrária brasileira também foram vistas como um impulso pela busca de uma metodologia mais apropriada para os estudos em história agrária no país. LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco C. Teixeira da. “Região e História Agrária”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, pp.17-19.

²⁵ LINHARES, MY; SILVA, FCT. “Região e História Agrária”, op.cit., p.20.

do historiador, visando estabelecer as origens e os limites da área em questão durante o período escolhido.²⁶

Neste sentido, os autores apresentavam a História Regional como uma opção de recorte espacial do objeto a ser estudado e não um método, com um corpo teórico próprio. Apesar da crítica ao campo da Geografia Crítica e do apego ao economicismo nas definições de dos trabalhos regionais, Linhares e Silva reconhecem que para os trabalhos regionais, a constituição de uma interdisciplinaridade com a Geografia e a Demografia foi substancial para as pesquisas historiográficas naquele momento.

Vale ressaltar que a Geografia produziu grandes contribuições para o entendimento de “região” dado principalmente a partir do que se convencionou chamar de “Geografia Crítica”. Influenciados pelo “materialismo histórico” e pelas tendências políticas de análise da realidade social, a partir da década de 1970, os geógrafos da “Geografia Crítica” começaram a criticar as proposições que definiam “região” e “espaço”, em que esses só poderiam ser explicados pelos elementos naturais, como clima, temperatura, vegetação, relevo ou hidrografia. As ações humanas e os comportamentos sociais adotados pelos indivíduos passaram a ser considerados para se entender as construções e as ocupações espaciais. A historicidade dessas ocupações também era importante para a compreensão das intitulações regionais.

A construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha histórica ininterrupta. (...) A sociedade se transforma em espaço através de sua redistribuição sobre as formas geográficas, e isto ela o faz em benefício de alguns e em detrimento da maioria; ela também o faz para separar os homens entre si atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo um valor comercial; e o espaço-mercadoria vai aos consumidores como uma função de seu poder de compra. O estudo do espaço exige que se reconheça os agentes dessa obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção e dono dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho.²⁷

Milton Santos, um expoente da “Geografia Crítica”, afirma assim que o entendimento do espaço deve partir das relações sociais de seus sujeitos e dos processos sociais desenhados naquele território. Fica claro que o processo histórico também é relevante, já que precisa ser entendido numa perspectiva de espaço “mutável”, em constante transformação. Não obstante, a marca do materialismo histórico se faz presente nas colocações do autor e o espaço/região deve ser considerado como um

²⁶ LINHARES, MY; SILVA, FCT. “Região e História Agrária”, op.cit., p.21.

²⁷ SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1980.pp.213-214.

conjunto de relações sociais que se deram como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente.

Novos estudos no campo da Geografia vêm apontando o “espaço” como fruto das relações sociais, como construção simbólica desses arranjos entre a sociedade e o “espaço vivido” e repleto de subjetividade.

O que pensamos de espaço jamais poderá ser compreendido sem que se reflita sobre o próprio movimento que cria, recria, nega e, pela superação, redefine a espacialidade dos próprios homens. Espaço e tempo, considerados aqui como as categorias básicas da ciência moderna, são, na verdade, redimensionados na medida em que as sociedades se redimensionam.²⁸

Assim, segundo Douglas Santos, ao levar em conta o “espaço” como estudo no campo das ciências humanas, deve-se ultrapassar as explicações puramente político-administrativas, econômicas ou naturais. Os espaços e regiões são criados de acordo com os interesses dos grupos que os habitam e que a eles se referem, sendo moldados por esses agentes no decorrer dos tempos, de forma abstrata e simbólica e ganhando ressignificações à medida em que seus habitantes assim desejarem. Para os que se identificam com a “Geografia Humanista”, a região é espaço vivido, constructo de sujeitos que não podem ter seus cotidianos e hábitos culturais descartados nesta análise. Neste sentido, os aspectos culturais, simbólicos e identitários são relevantes para a construção das regionalizações.

O diálogo entre a História e a Geografia pode então ser sintetizado pela proposição de Ângelo Priori, que afirma que enquanto “espaço territorial”, a região é uma criação dos geógrafos, mas, enquanto “espaço social” é uma construção dos historiadores. Para o autor, as duas disciplinas foram capazes de reinventar as análises sobre o “conceito/categoria”, compreendendo que a noção de região é construída em função do interesse dos grupos sociais e será definida de acordo com as relações travadas entre esses sujeitos que nela se estabelecem. Mais que isso, a noção de região é uma criação desses sujeitos, que traçam suas delimitações a partir de seus arcaibouços.²⁹

Uma grande contribuição ao debate e aos limites da conceituação de região foi dada por Ciro Cardoso, ainda na década de 1970, que ao discutir as propostas metodológicas para a história regional e local, afirmou que o recorte regional

²⁸ SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço*. Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.p.23.

²⁹ PRIORI, Ângelo. “História regional e local: métodos e fontes”, *Revista Pós-História*, Assis, 1994.

expressava as necessidades dos historiadores que a estas abordagens se dedicavam e que deveriam representar o estudo do “parcial”, sem que se perdesse a percepção do todo histórico. Assim, a escolha pela regionalização significava levar em conta suas “variáveis e hipóteses”, já que a opção adotada não necessariamente corresponderia a única possível. Neste universo regional, as relações entre homem e espaço se modificariam ao longo do tempo e deveriam ser entendidas como em contínua transformação.³⁰ Neste sentido, podemos entender que a concepção da história regional e local passa, inevitavelmente, pela imprecisa noção de região, que depende de variáveis – geográficas, naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas – e deve estar sempre articulada com a perspectiva da totalidade histórica.

Ilmar Mattos contribuiu para esta questão ao afirmar que apreensão de região deve ser feita como “algo dinâmico”, fruto do cruzamento das “dimensões espacial e temporal”. Segundo o autor, o espaço não se restringe somente à concepção geográfica, já que não se distingue tanto por suas características naturais e sim por ser um “espaço socialmente construído”. Outra dimensão importante seria a localização temporal, que também não pode ser compreendida por sua “localização meramente cronológica” e sim como um determinado “tempo histórico”. Assim, a delimitação espaço-temporal de uma região é concebida a partir das relações sociais travadas entre os seus sujeitos.³¹

Ou dizendo de outra maneira: a região – com base nos referenciais primários espaço e tempo, entendidos em sua dimensão social – só ganha significação quando percebida à luz de um sistema de relações sociais que articula tanto os elementos que lhe são internos quanto os externos. É a partir dessa articulação, por intermédio de um jogo de identidades e oposições, que se torna possível traçar os limites da região, que muito mais do que limites meramente físicos existem como limites sociais. A região, assim, como uma construção que se efetua a partir da vida social dos homens, dos processos adaptativos e associativos que vivem, além das formas de consciência social que lhes correspondem.³²

De acordo com Erivaldo Neves, a construção social de regiões e do regionalismo corrobora para o comportamento político de certos grupos na defesa de seus interesses, mobilizados e fortalecidos à medida que as criações identitárias, sobre determinado espaço, ganham o imaginário coletivo, favorecendo assim as jogadas políticas. Estas construções identitárias em torno de um espaço podem incitar desejos por autonomia e

³⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.p.73.

³¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 2011.pp.35-36.

³² MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, op.cit., p.36.

separação política, o que Minas Gerais viu acontecer em várias de suas regiões desde fins do século XIX e ao longo do XX.³³ E essas relações de poder, presentes no uso da regionalidade, podem também ser sentidas no que tange à produção de bens, nas relações de trabalho, nas práticas culturais, que, cotidianamente, expressam o enfrentamento dos diversos grupos sociais.³⁴

As discussões sobre regionalismo para Minas Gerais se tornaram bastante profícuas no final da década de 1970, marcadas principalmente pelos estudos econômicos e demográficos, apontando as delimitações das regiões mineiras que dariam contorno ao território a partir de fins do século XVIII para o início do XIX.

No intervalo de um século, o espaço da capitania se transformaria com grande velocidade, produzindo não só redesenhos internos de sua economia e estrutura demográfica, como mais contundentemente, promovendo, a partir do impulso do ouro, a primeira articulação macrorregional do território brasileiro. No que diz respeito especificamente a sua dinâmica interna, e aos efeitos diretos das estruturas econômicas e demográficas na produção do espaço, o que se verifica é um gradual processo de diferenciação regional no mapa da capitania, em que são especialmente importantes aí os ritmos diferentes dos processos de diversificação das atividades produtivas e dos eixos de comércio, sobrepondo por vezes no mesmo período movimentos de desenvolvimento e retração de alguns setores da economia. Estas coordenadas vão introduzindo o que na passagem do Dezoito para o Dezenove poderia ser tomado como um “redesenho” do espaço em Minas, particularmente no que diz respeito às relações entre o urbano e o rural.³⁵

Ainda na década de 1980, John Wirth apresentou um dos primeiros modelos de regionalização para Minas Gerais. Uma tentativa de estabelecer as regionalidades que compunham a província/estado, em fins do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX. Segundo Wirth, a diversidade regional mineira poderia ser expressada por suas características sociais e econômicas distintas e pouco integradas, resultando em um “mosaico mineiro”. Para o autor, o modelo de regionalização proposta apresentava sete zonas – Central, Norte, Sul, Leste, Oeste, Mata e Triângulo,

³³ VISCARDI, Cláudia. “História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas”, *Lócus*, Juiz de Fora, vol.3, nº1, jan-jun, 1997. p.90.

³⁴ NEVES, Erivaldo. *História regional e local*. Fragmentação e recomposição da História na crise da modernidade. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.p.59.

³⁵ CUNHA, Alexandre Mendes & GODOY, Marcelo Magalhães. “O espaço das Minas Gerais: processo de diferenciação econômico-regional e regionalização nos séculos XVIII e XIX”, *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu, 2003, p.2.

que criaram o estado, em que cada uma é composta por “histórias particulares e problemas especiais que desafiam as soluções comuns”³⁶

A proposta de regionalização de Wirth foi desenvolvida a partir de fontes do governo estadual, como o *Anuário Estatístico de Minas*, de 1929, que definiu sete grandes regiões econômicas. A defesa de Wirth é apontar para um imenso território geográfico, dentro da federação, que possuía suas zonas interligadas por uma unidade político-administrativa, mas que eram desarticuladas economicamente. Há uma clara afirmação de que todos os estados brasileiros foram uma criação política, mas que Minas se destacaria diante das “diversidades” que povoam o estado.³⁷

Inúmeras críticas recaíram sobre a proposta de regionalização criada por Wirth. Para alguns, ao delimitar as regiões mineiras do século XIX, a partir da base documental composta pelo *Anuário Estatístico de Minas*, de 1929, e do estudo *Distribuição da população no estado de Minas Gerais em 1940*, publicado em 1953, Wirth teria cometido anacronismo por usar dados dessa documentação, para propor uma regionalização para o oitocentos mineiro.³⁸

Em nosso estudo, pudemos perceber que as formas como os historiadores entenderam e fizeram propostas de regionalização para Minas Gerais foram múltiplas e variadas. Assim, optamos por apresentar apenas algumas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a nossa compreensão dos espaços mineiros. A partir da década de 1990, se destacaram os trabalhos do *Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional/UFMG*, que levavam em conta os aspectos históricos e geográficos para comporem as regionalizações criadas para o território mineiro.

Baseado em suas pesquisas individuais, Alexandre Cunha e Marcelo Godoy reafirmaram que o espaço mineiro, a partir do século XVIII, não poderia ser descrito somente por seus contornos político-administrativos, mas também recuperando as especificidades econômicas e sociais de cada região do território. Essas especificidades ajudaram a delinear as regionalizações criadas em Minas. As produções econômicas regionais e as rotas comerciais criadas ao longo dos caminhos auxiliavam a articular o

³⁶ WIRTH, John. *O fiel da balança*. Minas Gerais na federação brasileira. 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. pp.39-42.

³⁷ WIRTH, John. *O fiel da balança*, op.cit., pp.40-49.

³⁸ Os documentos utilizados no estudo de John Wirth são: *Anuário Estatístico de Minas Gerais*. Ano II (1922 – 25). Diretoria Geral de Estatística, Belo Horizonte, 1929; e EGLER, Eugênia. “Distribuição da população no Estado de Minas Gerais em 1940.”, *Revista Brasileira de Geografia*. 15 no 1 (1953). Os pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG, a partir da década de 1990, apresentaram alguns apontamentos e considerações em relação à proposta de regionalização de John Wirth.

espaço mineiro com outras províncias. Assim, os autores propõem que o território mineiro também seja entendido através de seus “espaços econômicos” distintos.³⁹

Angelo Carrara endossa a proposta de “espaços econômicos” de Godoy e Cunha, ao afirmar que este conceito é importante para se entender a economia agrária mineira, a partir do setecentos e ao longo do século XIX. Ao aplicar o conceito para o território mineiro, o autor o entende como o local onde se forma o mercado, sendo este “um conjunto de relações mercantis”, em que o espaço econômico é a sua expressão geográfica.”⁴⁰

Nos parece que a preocupação do autor é procurar entender o mundo agrário e comercial da província, através da aplicação deste conceito, sem contudo desconsiderar que esta análise de compreensão do espaço mineiro deva ser feita por outras balizas. Da mesma forma que entende que a circulação desse mercado não se restringiria às divisões políticas, administrativas, eclesiásticas ou fiscais, o autor apresenta a proposta de que as atividades econômicas de Minas Gerais estavam inseridas nos “modos de produção escravista e familiar”, ou seja, um apego ao trabalho escravo, presente em várias atividades produtivas, agregado ao trabalho livre. Esses diversos processos econômicos dariam origem a várias articulações comerciais entre as regiões mineiras.⁴¹

Para o sul mineiro no oitocentos, Cunha e Godoy afirmam que tal região se destacaria pela presença dos “campos”, a partir da formação de um complexo abastecedor agropecuário, que se interligava com outras áreas mineiras e provinciais.⁴² Este complexo produtivo agropecuário atendia aos interesses comerciais dos produtores envolvidos, além de alimentar um sistema escravista pujante, cuja produção estava voltada para o mercado interno, sobretudo para atender a praça mercantil do Rio de Janeiro.⁴³

³⁹ CUNHA, Alexandre; GODOY, Marcelo. “O espaço das Minas Gerais...”, op.cit., pp.04-05. Os trabalhos individuais dos autores que deram origem a este artigo: CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica – São João del Rei: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o XVIII e o XIX*, Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2002; GODOY, Marcelo. “Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX”, *Texto para discussão* n.109, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1996. Agradecemos ao Prof. Marcelo Godoy, do CEDEPLAR/UFMG, que cedeu, gentilmente, a nova versão deste texto, que até o momento da escrita da tese, não havia sido publicada.

⁴⁰ CARRARA, Angelo. *Minas e currais*. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais. 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. p.56.

⁴¹ CARRARA, Angelo. *Minas e currais*, op.cit., p.56.

⁴² CUNHA, Alexandre; GODOY, Marcelo. “O espaço das Minas Gerais...”, op.cit., pp.09-11.

⁴³ FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.144.

Clotilde Paiva e Marcelo Godoy, também filiados ao Cedeplar/UFMG, apresentaram uma proposta de regionalização para Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, baseada em aspectos físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos, resultando em 18 regiões para o território mineiro no Império, a partir da análise dos relatos de diversos viajantes e dos censos demográficos para a província de 1833, 1835 e 1838. Segundo os autores, embora os aspectos de natureza econômica tenham sido o “cerne” da divisão regional traçada pelos autores, as identidades desses espaços são resultantes de combinações específicas de múltiplos aspectos. Novamente, as atividades econômicas e as estruturas sociais foram base para esta proposta.⁴⁴

Em relação ao Sul de Minas, os autores dividiram a região em três partes: região sudeste – que compreendia o município de Baependi (1831/1832), parcela do município de São João del Rei (1831/1832) e parcela do município de Barbacena (1831/1832); região sul central – que compreendia o município de Campanha (1831/1832) e parcela do município de São João del Rei (1831/1832), que correspondia ao município de Lavras (1833/1835); região sudoeste – que compreendia ao município de Jacuí (1831/1832).

Outra investida do Cedeplar/UFMG para compor uma proposta de regionalização para Minas Gerais veio do esforço dos pesquisadores Maria do Carmo Martins, Maurício Lima e Helenice da Silva, que apresentaram um esboço do território mineiro, para a segunda metade do século XIX. Os autores utilizaram os mapas de população de 1862/63 para a província, cruzando com informações populacionais oferecidas pelo Censo Geral de 1872. O conjunto de mapas de população, para o período citado, totaliza em 76 abarcando 34 municípios mineiros, dos 58 municípios previstos para a província naquele momento.⁴⁵

Neste sentido, os autores realizaram uma projeção do espaço mineiro a partir de uma amostragem significativa dos municípios listados nos mapas de população para 1862/63, chegando a disposição das seguintes regiões: Centro, Centro-oeste, Campo das Vertentes, Jequitinhonha/Rio Doce, Mata, Sul e Sudoeste. Segundo os autores, não foram encontrados mapas de população para as regiões Norte/Noroeste e Triângulo.

⁴⁴ PAIVA, Clotilde; GODOY, Marcelo. “Território de Contrastes Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX.”, *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, CEDEPLAR / UFMG, 2002. O texto acima é fruto de pesquisas conjuntas dos autores que tiveram início com os seguintes trabalhos: PAIVA, Clotilde. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1996; GODOY, Marcelo. “Intrépidos viajantes...”, *op.cit.*

⁴⁵ MARTINS, Maria do Carmo; LIMA, Maurício; SILVA, Helenice da. “População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências.”, *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 2002, p.04.

Outras propostas de regionalização ganharam o meio acadêmico, seguindo uma via alternativa aos modelos apresentados pelos pesquisadores do Cedeplar. Afonso de Alencastro Graça Filho utilizou dos limites político-administrativos do próprio século XIX para compor uma divisão regional para a província, baseado em seus estudos sobre a Comarca do Rio das Mortes, especificamente na Vila de São João del Rei. A proposta procurou centrar esforços num estudo sobre as particularidades da economia da vila e o destaque comercial que ela passou a ter no mercado imperial oitocentista. Segundo o autor:

Minas Gerais, durante o século XIX, sofreu incontáveis alterações em sua geografia administrativa, tornando-se enfadonha a reconstituição dessas idas e vindas das delimitações judiciárias de seus termos, distritos e comarcas. A extrema maleabilidade desta política administrativa, adotada já na primeira metade do século, gerou uma sobreposição dos níveis de competência e um constante desmembramento, reagrupamento, supressão e reinstalação de distritos, vilas e comarcas. Às vezes, as próprias autoridades constituídas não tinham certeza do total de distritos existentes em Minas (...) As reivindicações de tantas mudanças, ao longo do século passado, se fundamentavam no crescimento econômico-demográfico dos povoados ou mesmo nas dificuldades de intercomunicações entre as jurisdições e as sedes das comarcas.⁴⁶

Lair Bergad, em obra publicada com o título *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720 – 1888* também assumiu as categorias político-espaciais do século XIX para compor uma série de contornos para a província mineira ao longo do oitocentos (1808, 1821, 1833, 1854, 1868 e 1882). O autor considerou os limites político-administrativos, a partir de documentação que davam conta das composições judiciárias, das comarcas de Minas, procurando entender as mudanças que a província sofreu ao longo daquele século.⁴⁷

Por fim, Luis Fernando Saraiva, ao investigar as identidades políticas existentes em Minas Gerais, ao longo do século XIX, propôs uma regionalização ancorada nos estudos de John Wirth, por acreditar que as divisões políticas regionais que se deram na província nas primeiras décadas do século XX são fruto dos desdobramentos ocorridos em Minas ao longo do período imperial. Assim, a sua concordância com John Wirth se dá por entender que essas disputas políticas ajudam a explicar as mudanças econômicas e as relações sociais travadas na província naquele momento. Contudo, Saraiva conseguiu atrelar uma via mais complexa para o entendimento do espaço mineiro no

⁴⁶ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste*, op.cit., p.31.

⁴⁷ BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720 – 1888*. Bauru: EDUSC, 2004.pp.37-42.

oitocentos, já que propôs uma análise em que os critérios econômicos estivessem atrelados aos interesses políticos delineados nas principais regiões da província.⁴⁸

Segundo Saraiva, a partir da segunda metade do século XIX, Minas Gerais seria composta por três regiões com identidades definidas ou “estáveis”, como o Centro, o Sul e o Norte da província. O Triângulo e a da Mata teriam suas identidades em formação ao longo daquele período, principalmente a partir da expansão das atividades econômicas e do povoamento daquelas áreas. E as do Leste e do Oeste, o autor considera como regiões “incompletas” para o período, já que eram tributárias da expansão do Centro. Para Saraiva, seria a região central aquela que tomaria o controle da política sobre a província, na defesa dos interesses ligados à infraestrutura em Minas Gerais, como a criação das ferrovias, a transição da mão-de-obra, a instrução pública e a própria transferência da capital.⁴⁹

A partir das incursões dos autores, que investiram em uma proposta de regionalização em que o destaque da análise fossem as questões político-administrativas para se entender o espaço mineiro no oitocentos, pudemos entender que, ao longo do século XIX, a província mineira passou por uma série de reordenações, o que levou a criação frequente de novas comarcas, cidades e distritos. O memorialista, Bernardo Saturnino da Veiga, no *Almanak Sul Mineiro*, de 1884, relatou as diversas e frequentes modificações jurídico-administrativas sofridas na região. Segundo o autor, desde a primeira publicação do almanaque até aquele ano, as oito comarcas presentes em 1874, se transformaram em quatorze, sendo duas que ainda não haviam sido instaladas até o momento da publicação da segunda edição. Assim, o Sul de Minas contava, em 1884, com as comarcas de Rio Verde (Campanha); Três Pontas (Três Pontas); Jacuí (Alfenas); Passos (Passos); Caldas (Caldas); Jaguari (Pouso Alegre); Itajubá (Itajubá); Cristina (Cristina); Pouso Alto (Pouso Alto); Baependi (Baependi), Itatiaia (Aiuruoca); e Lavras (Lavras); sendo que as comarcas de Paraíso e Muzambinho estavam em fase de instalação.⁵⁰

Ao nos dedicarmos a essas considerações sobre os percalços da Historiografia e da Geografia sobre o entendimento do conceito/categoria “região”, percebemos o quão importantes essas análises se tornaram para os estudos de áreas delimitadas, mas que, ao nosso ver, não se encerram em apenas um modelo explicativo.

⁴⁸ SARAIVA, Luis Fernando. *O Império nas Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*, Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008.p.85.

⁴⁹ SARAIVA, Luis Fernando. *O Império nas Minas Gerais*, op.cit., pp.85-87.

⁵⁰ VEIGA, Bernardo. *Almanak Sul Mineiro*, op.cit., pp.63-64.

Por mais que a contextualização histórica esteja por trás dessas pesquisas, em grande parte, o cerne de tais propostas parece-nos ter partido de determinismos econômicos e/ou jurídico-administrativos. Além disso, devemos nos questionar se algumas divisões regionais podem ser enquadradas, realmente, em apenas um perfil socioeconômico estabelecido e/ou identidades políticas definidas. Acreditamos ser arriscado essas afirmações para um território mineiro tão extenso, que pode revelar diversas realidades do espaço vivido por aqueles sujeitos, não delineadas em alguns estudos até então apresentados.

A partir da análise documental para esta pesquisa, percebemos a necessidade de uma compreensão do sul mineiro oitocentista que não pode ser definido em modelos explicativos específicos, a partir das referências que a região tomou em nossa contemporaneidade. Tão pouco, pode ser entendido simplesmente pelas divisões político-administrativas que a região passou ao longo do século XIX. Há um conjunto de fatores que precisam ser levados em consideração para compreender a região que escolhemos para este estudo e que não descartam, em momento algum, as interferências humanas nos processos de arranjos e rearranjos que se desenharam naquele período. Mais que isso, os documentos que estudamos nos revelam uma percepção de região historicamente construída.

E foi a coleta de informações junto aos acervos selecionados para esta pesquisa que nos revelou também a complexidade da região elencada para estudo. O caminho percorrido ao encontro da documentação foi longo e extenuante, já que grande parte dela se encontrava espalhada por diversas cidades do sul mineiro. Além disso, o procedimento até chegar às fontes foi excessivamente burocrático já que poucas cidades possuíam arquivos históricos, estando os documentos ainda em posse das suas instituições de origem, muitas vezes encontrados em precárias condições de acondicionamento e consulta. Realidade que se soma a muitas outras partes do país.

Mapa 1: Minas Gerais (adaptação de mapa atual) - localidades de pesquisa

Fonte: (elaboração própria a partir de) Instituto de Geociências Aplicadas.

Em relação ao assunto desta pesquisa - um estudo sobre a última década do sistema escravista no sul de Minas Gerais - entendemos que esta análise sobre as propostas de regionalização, apresentadas para o nosso local de estudo, foi fulcral para o entendimento das configurações (geográfica, histórica e social) que o escravismo delineou naquela área. Mais que isso, os documentos pesquisados nos deixam evidências de uma percepção espacial que extrapola divisas, se conectando com outras regiões e províncias, e de relações sociais entre vários sujeitos que procuraram impor suas vontades, frente às percepções de localidade e regionalidade, construídas pelas situações políticas e econômicas da época. Assim, nos cabe como desafio sermos capazes de revelar os embates sociais em fins da escravidão em uma dimensão regional, sem perdermos de vista suas conexões até então não pensadas. Entendemos com isso que o regional é um recorte e não uma forma de escrever a História.

1.3 - A vitalidade da instituição servil no Sul de Minas

Inúmeros trabalhos apontaram o Sul de Minas como um dos principais centros econômicos, políticos e sociais da província ao longo do século XIX, corroborando para duas prerrogativas bastante consolidadas acerca da participação cativa nessa província: a de que a estrutura produtiva de Minas Gerais detinha até as vésperas da abolição o maior contingente escravo do Império; e que grande parte dessa população cativa estava envolvida em atividades voltadas ao abastecimento interno. Desta forma, a intenção central da pesquisa é contribuir para o entendimento de que tal peso da escravidão na região, em seus anos finais do sistema, contribuiu para as ideias gerais da abolição, que se delinearam e interagiam com outras movimentações em defesa do fim do cativo, acontecidas em todo o Império brasileiro.

Como vimos anteriormente, a Província de Minas Gerais no século XIX, foi marcada por fortes contrastes regionais, em que cada porção do território mineiro possuía um caráter econômico produtivo bastante distinto. Havia também uma variação populacional considerável de uma área para outra.

Minas apresentava estrutura fundiária complexa, apesar de acentuada concentração observada em muitas regiões. As formas de ocupação e exploração econômica estavam quase que sempre a definir a distribuição da terra. Algumas atividades econômicas estavam quase sempre associadas aos grandes latifúndios, como a pecuária extensiva das regiões do norte. As áreas de fronteira, onde a colonização baseava-se na agricultura, eram na maior parte das vezes áreas de estrutura fundiária desconcentrada, como nas regiões do leste mineiro. (...) Grande era a diversificação econômica de Minas Gerais. Entre as regiões existiam vínculos que as tornavam complementares e interdependentes, configurando divisão regional do trabalho. Da mesma forma, percebeu-se a existência de interações internas às regiões, reveladoras de especializações intra-regionais. A identidade econômica das regiões era resultado das combinações específicas de suas dinâmicas interna e externa. O comércio de exportação para fora da província fazia parte da dinâmica externa das regiões.⁵¹

Ao estudar a produção econômica de Minas Gerais, na segunda metade do século XIX, Maria do Carmo Martins e Helenice da Silva apresentaram um panorama da economia mineira, a partir da análise dos mapas de população da província para aquele período e respaldadas em pesquisas já realizadas por outros estudiosos. Para as regiões Norte/Noroeste, Jequitinhonha/Rio Doce e Triângulo/Alto Paranaíba, as autoras apresentaram como as principais atividades, o desenvolvimento da pecuária (com a

⁵¹ GODOY, Marcelo. “Intrépidos viajantes...”, op.cit., pp.67-68.

criação de bovinos de corte e a manufatura de seus subprodutos), o plantio e a produção da cana-de-açúcar e, ocasionalmente, a produção algodoeira. A Zona da Mata se encontraria em franca expansão com a lavoura do café, principalmente nos municípios de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora) e Mar de Espanha, representando grande parte da exportação produtiva mineira e da concentração de escravos da província. O Campo das Vertentes se consolidaria como uma tradicional praça interprovincial de abastecimento de gêneros alimentícios. Já na região Central, as atividades agropastoris acompanharam o abastecimento das áreas mineradoras, não mais tão lucrativas naquele momento, mas que ainda davam suporte para a mercantilização de outras produções. Por fim, as autoras apresentaram o Sul de Minas como uma região de destaque para a criação de gado e porcos e a produção de fumo, voltados para o mercado interno, com a utilização da mão-de-obra escrava e inseridos nas rotas mercantis, principalmente, para o interior de São Paulo e para a Corte.⁵²

Este panorama econômico de Minas Gerais ao longo do oitocentos demonstra a capacidade de diversificação produtiva e mercantil vivenciada em suas inúmeras regiões, contribuindo para o entendimento da necessidade de estudos pontuais que possam descortinar este imenso cenário provincial, frente às transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas nos últimos anos da escravidão. Mesmo diante de uma variação econômica, percebemos que o caráter produtivo mineiro, naquele século, se deu a partir da agropecuária voltada para a subsistência e a mercantilização.

Os estudos econômicos sobre Minas Gerais, ao longo dos séculos XVIII e XIX, estiveram em pauta durante muitos anos na historiografia, criando algumas hipóteses bastante cristalizadas sobre períodos importantes da história da província. Talvez, a discussão mais emblemática sobre a província, tenha sido a “decadência e estagnação da economia” advinda da crise da mineração nas últimas décadas do setecentos. A partir da década de 1930, surgiu na historiografia brasileira uma linha interpretativa que depositou certo tom pessimista sobre a economia colonial/imperial mineira, cabendo à província uma participação mercantil mínima, fruto do vazio produtivo causado pelo esgotamento das minas auríferas.

Na clássica obra de Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*, de 1937, a decadência da mineração deixou a capitania em “profundo declínio produtivo”, já que

⁵² MARTINS, Maria do Carmo; SILVA, Helenice. “Produção econômica de Minas Gerais em meados do século XIX.”, *Anais do V Congresso Brasil de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu, 2003, pp.10-13. A respeito da proposta de regionalização das autoras, ver o mapa 04.

na lógica da colonização no Brasil somente uma produção baseada na exportação poderia garantir riquezas aos seus habitantes. Estava instaurado então um período hostil e árido para Minas Gerais, que só se recuperaria com o “ciclo” do café, já na segunda metade do século XIX. Não existiria uma diversidade produtiva capaz de sustentar um mercado interno “suficientemente rico para o seu progresso”.⁵³

Estava lançada uma hipótese sobre a economia mineira que marcaria uma geração de pesquisadores brasileiros, ao longo do século XX, que afirmava a decadência e o declínio da produtividade da capitania/província com a crise da mineração, sendo esta perspectiva já compartilhada pela historiografia em fins do oitocentos. Segundo Oliveira Martins:

Ainda no primeiro anno de nossa éra [século XIX] a provincia de Minas apresentava o aspecto de uma ruina: os habitantes estavam indecisos entre a exploração das minas, cada vez menos productivas, e a agricultura promettedora; e as villas, isoladas por legoas e legoas de distancias, escondidas em desvios dificeis de serras bravias, definhavam. Era uma decadência triste e uma desolação geral. Os visinhos de outr’ora opulenta Villa-Rica miravam-se nas ruinas da antiga prosperidade. Mendigos habitavam em palacios carunchosos. A apathia, a indolência do temperamento meridional appareciam agora, passado o delírio da exploração mineira, e depois de dois séculos de incessantes correrias pelos sertões virgens. Viam-se os campos abandonados, miseráveis casas destelhadas caíndo a pedaços; os jardins e cercados estavam infestados de plantas parasitas; as pastagens perdidas, os gados ao abandono diminuían. A agricultura, esquecida pelo ouro, parecia agora uma occupação modesta de mais: não inflammava as imaginações com os milagres deslumbrantes das riquezas escondidas no seio das encostas agrestes. O café produzia espontaneamente, e os lavradores, tristemente apathicos, nem o colhiam. Oscilando entre a esperança van de um retorno das maravilhas mineiras, e a fatalidade de um regreso a vida.⁵⁴

Já na década de 1940, Caio Prado Júnior expressou a vontade por um novo “sentido da colonização” contribuindo assim para um olhar sobre o passado brasileiro que estaria atrelado aos interesses do capitalismo mundial. Mais que isso, a economia colonial brasileira descobriu o seu “sentido” a partir da produção de excedentes voltada ao mercado externo e aos interesses metropolitanos e europeus. Com a crise da mineração, Minas Gerais seria o maior exemplo de decadência e estagnação, já que a produção para mercantilização havia sido rompida.⁵⁵

⁵³ SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. 4ª edição. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p.377.

⁵⁴ MARTINS, J.P. Oliveira. *O Brazil e as colonias portuguezas*. Lisboa: Bertrand, 1880.p.91.

⁵⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*, op.cit.

Anos mais tarde, Celso Furtado ratificou a proposição da decadência da economia colonial mineira e oitocentista, afirmando que mesmo durante o ciclo do ouro, Minas não manteve nenhuma atividade econômica permanente e significativa. Além disso, o modelo escravista delineado no Brasil serviu totalmente ao mercado externo, tendo seu ritmo e funcionamento subordinados ao mesmo.⁵⁶ Na década de 1970, Fernando Novais propôs um modelo de entendimento das relações entre a metrópole e a colônia, em que essa última estava inserida na lógica do capitalismo comercial, através do “exclusivismo colonial”. Assim, a metrópole teria se apropriado de todo o excedente colonial, não possibilitando o acúmulo de riquezas por partes dos agentes coloniais, através das estruturas criadas pelo mercado interno.⁵⁷

Entendemos que para os autores citados acima, não houve uma negação do mercado interno. Contudo, os interesses ligados ao “pacto colonial” produziram uma sociedade em que os agentes envolvidos na produção para o abastecimento não acumulavam o suficiente, já que este tipo de mercantilização era dependente das variáveis externas, não possuindo autonomia, apenas uma monetarização insignificante.

Apesar das prerrogativas pessimistas sobre a economia mineira, Caio Prado afirmou certo destaque para a produção agropecuária ao sul da província, vinculadas a certa mercantilização, a partir de fins do século XIX.⁵⁸ De qualquer maneira, a hipótese de decadência econômica para Minas, no intervalo entre a crise da mineração e a produção cafeeira, ganhou representatividade nos estudos citados, que demarcaram um momento de apático declínio, estagnação e involução econômica para a província mineira.

Os estudos de cunho econômico, produzidos a partir de fins da década de 1970, passaram a contestar essa perspectiva sobre o passado da economia mineira, apontando uma diversificação produtiva, que estabelecia uma rede de comércio bastante dinâmica. Esta circulação de bens teria formado um comércio agropecuário consolidado, ao longo do século XIX, sendo também responsável pela monetarização da província, da riqueza acumulada por diversos agentes envolvidos neste processo e pela manutenção do maior contingente escravo de todo Império brasileiro. Neste sentido, as pesquisas de cunho regional possibilitaram o entendimento de uma diversidade produtiva e econômica para

⁵⁶ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 33ª edição. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2004.

⁵⁷ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*(1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1983.

⁵⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*, op.cit., pp-69-74.

Minas oitocentista extremamente complexa. Com isso, a leitura do passado mineiro ganhava novos contornos e se abria para novas possibilidades de compreensão daquela sociedade, não mais resumida somente ao passado setecentista minerador.

No bojo dessa nova concepção historiográfica, Ciro Cardoso afirmaria que era preciso respeitar o funcionamento interno das sociedades coloniais e não só suas vinculações com os interesses externos. O autor enfatizou que “sem analisar as estruturas internas das colônias em si mesmas, na sua maneira de funcionar, o quadro fica incompleto, insatisfatório”.⁵⁹ Alinhado à proposição de Ciro Cardoso, Jacob Gorender contribuiu para o entendimento de um “modo de produção escravista” para o passado brasileiro, em que o setor agroexportador e o “camponês” coexistiram, proporcionando também riquezas retidas na colônia.⁶⁰ Esses estudos de Cardoso e Gorender se tornariam grandes referências para os futuros pesquisadores que se debruçariam no tema para entender a complexidade e diversidade social e produtiva de Minas Gerais no século XIX.

Um dos precursores da proposta de análise da economia interna e da hipótese de “reversão econômica” para o espaço mineiro, a partir da crise da mineração, foi Kenneth Maxwell. Já na década de 1970, o autor apostava nas redes produtivas e comerciais criadas em toda Minas, concomitante a produção mineradora setecentista e o destaque econômico obtido pelo mercado abastecedor agropecuário, ao longo do século XIX. Além disso, Maxwell afirma que a região sul mineira conduziu esse processo de transformação econômica que a província sofreu:

A mudança da população para o sul indicava profunda alteração das funções e da economia de Minas Gerais, após a década de 1760. O declínio de Vila Rica e a ascensão do sul refletiam a queda do papel dominante da mineração e a crescente importância das atividades agrícolas e pastoris. A mudança era gradual, e a transformação de uma economia predominantemente mineira em uma de supremacia agrícola não significava que qualquer uma delas, a primeira ou a última, jamais tivesse sido excludente em relação à outra. Em verdade, o próprio processo de mudança, especialmente no decênio de 1780, tinha gerado notável diversificação da economia regional e, embora isto pudesse

⁵⁹ CARDOSO, Ciro. As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração do excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. p.110.

⁶⁰ Para esta discussão, ver: CARDOSO, Ciro. “Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas”, *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, XIII, n.01, 1983; GORENDER, Jacob. *O escravidão colonial*. São Paulo: Ática, 1985. pp.160-164.

não ser um fenômeno persistente, durante o último quartel do século XVIII tinha grande importância.⁶¹

Outro trabalho pioneiro a corroborar para as propostas de diversidade econômica mineira oitocentista e para o dinamismo agropecuário vivenciado no sul mineiro foi *As tropas da moderação*, de Alcir Lenharo. Segundo o autor, as rearticulações econômicas em Minas Gerais trouxeram à tona a vocação agropecuária e de uma economia de abastecimento em que cada região se especializou em determinadas necessidades alimentícias exigidas pelas rotas comerciais do Império. A vinda da Corte para o Rio de Janeiro impulsionou a produção sul mineira, que não só contribuiu para o abastecimento do sudeste, como também serviu de passagem para tropas e comerciantes que sustentaram o profícuo mercado interno brasileiro naquele momento. Mais que um consolidado mercado, principalmente pecuarista, o sul de Minas passou a ter uma participação política mais presente na Corte, com a formação de uma elite com fortes influências na política nacional. Na formação desse “dinâmico mercado sul mineiro como drenador de gêneros de abastecimento do centro-sul”, a região se viu projetada no cenário político à medida que seus negócios se desenvolviam em todos os circuitos mercantis, inclusive na compra e venda da mão-de-obra escrava.⁶²

Ainda na década de 1980, Douglas Libby reiterou as redefinições econômicas desenhadas em Minas Gerais do século XIX, criando uma expressão que ficou bastante conhecida entre os estudiosos que se dedicaram a esse tema. Ao apresentar um panorama sobre a diversidade econômica em destaque na província, Libby definiu o momento como uma “acomodação evolutiva”, em que a expansão de um mercado agropecuário e o desenvolvimento de uma indústria significou uma reação à crise mineradora e possibilitou a continuidade de investimentos em riquezas, como a manutenção da escravaria.⁶³ Para além dessas questões, a nosso ver, a pesquisa emblemática de Libby, em *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, instigou os historiadores a centrar suas atenções para os estudos do oitocentos em Minas Gerais, frente ao grande esforço de pesquisa depositado sobre o século anterior. Era um caminho aberto para os questionamentos que viriam a respeito da economia escravista e

⁶¹ MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. A Inconfidência Mineira. Brasil e Portugal(1750-1808). 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.p.148.

⁶² LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil. 1808-1842. 2ª edição. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Dep. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

⁶³ LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

da expressiva participação do contingente cativo no mundo do trabalho que, para grande parte do século XIX, estava envolvida com a produção voltada ao mercado interno.

A instigante contraposição entre as perspectivas da decadência econômica - a partir da crise mineradora setecentista - e da maior concentração escrava de todo Império Brasileiro - nas últimas décadas do sistema - movimentou a historiografia a um profícuo debate, a partir das considerações de Roberto Borges Martins, Amílcar Martins e Robert Slenes, impulsionando assim uma geração de pesquisadores a se debruçarem sobre os estudos da economia e da escravidão em Minas Gerais no século XIX.

Para Roberto Martins, Minas Gerais possuía o maior contingente cativo do Império brasileiro, nas últimas décadas da escravidão, apresentando uma “economia vicinal”, ou seja, voltada para o consumo local, sem gerar mercado e riquezas aos seus agentes. Existiria na província uma produção autossuficiente e diversificada, mas que não se conectava com rotas mercantis que percorriam outras partes do Império. Desta forma, Minas Gerais não teria sofrido um processo de decadência econômica com o definhamento da produção mineradora, como desenhava a historiografia até então.⁶⁴

A pesquisa de Roberto Martins foi uma das primeiras a contestar a perspectiva da decadência econômica, ao mesmo tempo em que instigou a historiografia com a afirmação de que Minas Gerais imprimiu um ritmo de expansão econômica suficiente para importar e manter o maior plantel de escravos de todo Império. Segundo o autor, a mão-de-obra escrava em Minas estava envolvida, em grande parte, com a agricultura e a pecuária, bem como com atividades artesanais e manufatureiras, sendo a extensão do território a justificativa para tal demanda escrava. Assim, a considerável presença escrava na província se justificaria pela alta disponibilidade de terras, desbravadas pela população livre.⁶⁵

Mesmo o destaque da produção cafeeira exportadora, na Zona da Mata, não teria concentrado a escravidão neste setor, estando este direcionado, em grande parte, para a produção agropecuária de subsistência. Apesar de desconsiderar a forte presença escrava na economia mercantil do abastecimento, Martins traz à luz a perspectiva de que o escravismo moderno não era arraigado somente a uma produção de exportação, estando também inserido em propriedades em que não havia qualquer tipo de

⁶⁴ MARTINS, Roberto. *Growing in silence...* op.cit.; MARTINS, Roberto; MARTINS FILHO, Amílcar. “Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited”, *Hispanic American Historical Review*, n.63 (3), 1983.

⁶⁵ MARTINS, Roberto. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora”, *Revista Estudos Econômicos*, n.13(1), jan.-abr., 1983.

mercantilização. O apego à mão-de-obra escrava se fazia então presente em todas as formações sociais mineiras. Para Martins:

Minas tinha o mais baixo nível de exportações per capita no país, e, fora da região cafeeira, este nível declinou em termos reais no decorrer do século. A grande lavoura exportadora ficou confinada a uma área reduzida e não teve praticamente nenhuma influência sobre a vida econômica do resto da província. A economia da província era formada basicamente por unidades agrícolas diversificadas internamente – fazendas, sítios e roças – produzindo para o autoconsumo e para venda nos mercados locais.⁶⁶

Em trabalho posterior, o autor reconsiderou a importância do mercado interno como responsável pela concentração de riquezas e manutenção da mão-de-obra escrava envolvida nesta produção. Além disso, afirmou que a produção cafeeira da Zona da Mata mineira não concentrou a maior parcela da escravaria na província, como também não ditou os rumos deste tipo de trabalho na província. Assim, Martins afirmou que a direção da escravidão em Minas Gerais oitocentista foi tomada no sentido da diversificação produtiva, da autossuficiência e da normatização do mercado interno.⁶⁷

Na década de 1980, as publicações de Roberto Martins aqueceram um profundo debate na historiografia. Francisco Vidal Luna e Wilson Cano questionaram se com a baixa rentabilidade desse tipo de produção de subsistência, citada por Roberto Martins, potencializaria a aquisição de uma escravaria considerável em Minas. Para Luna e Cano, o contingente escravo apontado por Martins era fruto de reprodução natural e não consequência da importação de africanos ou do tráfico interno.⁶⁸

Contudo, o texto que mais suscitou o debate sobre as questões levantadas por Roberto Martins foi *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, de Robert Slenes. Para Slenes, houve uma subestimação do caráter mercantil da província mineira. Só seria possível para Minas possuir o maior contingente de escravos do Império, se estivesse ligada aos circuitos comerciais, principalmente com os mercados da Corte e das regiões cafeeiras. E eram esses efeitos multiplicadores da economia do mercado de abastecimento e da produção do café que eram capazes de garantir o número expressivo de escravos na província, não apenas na Zona da Mata mineira. Os lucros gerados pela produção agropecuária criavam

⁶⁶ MARTINS, Roberto. “A economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, *Texto para discussão*, n.10, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1980.p.04.

⁶⁷ MARTINS, Roberto. “Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, outra Vez”, *Texto para Discussão* nº 70, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1994.

⁶⁸ LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. “Economia escravista em Minas Gerais”, *Cadernos IFCH-UNICAMP*, n.10, 1983. p.07.

condições propícias para o investimento dos senhores na aquisição de escravos, sendo eles pequenos, médios ou grandes proprietários. E a região sul mineira teria concentrado grande contingente de escravos envolvidos na produção voltada ao abastecimento interno.⁶⁹

A partir de dados censitários (arrolados na tabela 01), é possível perceber que a província mineira teve um dos maiores plantéis de escravos de todo o Império ao longo do oitocentos, com destaque para os dois últimos censos, de 1869 e 1872, momento de escassez na aquisição de mão-de-obra escrava em todo o país. Apesar do Censo de 1872 abarcar todo o Império, podemos concluir o peso dessa população escrava para Minas Gerais por meio dessas estimativas para o oitocentos. Ao estudar os mesmos dados, João Fragoso aponta que Minas concentrava a primeira ou a segunda maior escravaria do Império nos anos avaliados, tendo o grosso dos seus cativos não envolvidos com as atividades de exportação, mas sim com a produção agropecuária e o mercado interno de abastecimento, perspectiva já evidente desde fins do século XVIII.⁷⁰

⁶⁹ SLENES, Robert. “Os múltiplos de porcos e diamantes...op.cit..pp.449-460.

⁷⁰ FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*, op.cit.,p.123.

Tabela 1: Estimativas para as províncias mais populosas - 1819-1872 (adaptação de *Estatísticas Históricas*, IBGE)

Províncias	1819					1823					1867				
	Total	Condição civil				Total	Condição civil				Total	Condição civil			
		L	%	E	%		L	%	E	%		L	%	E	%
Brasil	3.596.132 (1)	2.488.743	69,2	1.107.389	30,8	3.960.866	2.813.351	71,0	1.147.515	29,0	11.280.000(4)	9.880.000	87,6	1.400.000	12,4
Bahia	477.912	330.649	69,2	147.263	30,8	671.922	434.464	64,6	237.458	35,4	1.450.000	1.170.000	80,7	280.000	19,3
São Paulo	238.323 (2)	160.656	67,4	77.667	32,6	280.000(3)	259.000	92,5	21.000	7,5	900.000	825.000	91,7	75.000	8,3
Minas Gerais	631.885	463.342	73,3	168.543	26,7	640.000	425.000	66,4	215.000	33,6	1.600.000	1.440.000	90,0	160.000	10,0
Pernambuco	368.465	270.832	73,5	97.633	26,5	480.000	330.000	68,7	150.000	31,3	1.220.000	970.000	79,5	250.000	20,5
Rio de Janeiro	510.000	363.940	71,4	146.060	28,6	451.648	301.099	66,7	150.549	33,3	1.850.000	1.550.000	83,8	300.000	16,2
Províncias	1869					1872									
	Total	Condição civil				Total	Condição civil								
		L	%	E	%		L	%	E	%					
Brasil	10.200.000 (5)	8.510.000	83,4	1.690.000	16,6	9.930.478 (6)	8.419.672	84,8	1.510.806	15,2					
Bahia	1.400.000	1.140.000	81,4	260.000	18,6	1.379.616	1.211.792	87,8	167.824	12,2					
São Paulo	850.000	770.000	90,6	80.000	9,4	837.354	680.742	81,3	156.612	18,7					
Minas Gerais	1.500.000	1.200.000	80,0	300.000	20,0	2.039.735	1.669.276	81,8	370.459	18,2					
Pernambuco	1.250.000	1.000.000	80,0	250.000	20,0	841.539	752.511	89,4	89.028	10,6					
Rio de Janeiro	1.530.000	1.150.000	75,2	380.000	24,8	1.057.696	716.120	67,7	341.576	32,3					

(1) Exclusive 800.000 “índios não domesticados”; (2) Inclusive os habitantes da Comarca de Cabo Verde pertencentes a Minas Gerais; (3) Inclusive os moradores do Paraná;

(4) Exclusive 500.000 “índios errantes”; (5) Exclusive 215.000 índios; (6) Exclusive 181.583 pessoas estimadas para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na época determinada. Fonte: IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Fundação IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. p.32. Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br

Assim, temos uma aliança bem sucedida em grande parte da província mineira, ao longo do oitocentos: uma base econômica proveniente da produção agropecuária, juntamente com o apego à mão de obra escrava, na montagem de um sistema mercantil, voltado ao abastecimento. Ainda segundo João Fragoso, apesar dos médios e grandes proprietários possuírem o maior número de escravos em Minas Gerais, mais de dois terços desses senhores tinham de um a cinco escravos, envolvidos na produção agropecuária para subsistência, para o mercado, auxiliados também pela mão-de-obra familiar. Assim, Fragoso alerta que por mais que o trabalho escravo estivesse presente em grande parte dos setores produtivos mineiros, estas unidades produtivas não poderiam ser consideradas apenas escravistas. Era provável que ao lado do trabalho cativo, em pequenas unidades, houvesse a presença do trabalho familiar.⁷¹

Contudo, em trabalhos mais recentes, alguns historiadores, como Afonso Alencastro de Graça Filho – que ao estudar a elite mercantil e a economia de subsistência em São João del Rei, entre 1831 a 1888 - afirmam que o Sul de Minas possuía unidades produtivas à altura de propriedades agroexportadoras de outras áreas do império.⁷² Já para o termo de Campanha, Marcos de Andrade apresentou índices consideráveis de concentração de escravos nas unidades produtivas, o que deflagra o poder econômico que a região possuía na aquisição desses sujeitos.⁷³

Apesar da expressividade da população escrava em Minas Gerais, ao longo do oitocentos, diversos trabalhos demonstraram a diminuição do percentual desse contingente no conjunto da população da província, a despeito do seu crescimento em números absolutos. Douglas Libby, ao estimar a população na província a partir dos

⁷¹ Em pequenas unidades produtivas (com até 5 escravos, segundo o autor) também era possível encontrar trabalhadores de fora do núcleo familiar, cuja mão-de-obra era utilizada esporadicamente (trabalhadores livres, agregados, jornaleiros, etc) FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*, op.cit., pp.131-133.

⁷² GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste*, op.cit.

⁷³ ANDRADE, Marcos. *Elites regionais*, op.cit. (especialmente o capítulo 1). Por conta da nossa dissertação de mestrado, pudemos constatar, a partir da análise de inventários post mortem e as listas nominativas para Minas Gerais, de 1831-1832, uma grande concentração escrava frente a população livre para uma das freguesias do termo de Campanha, a freguesia de Itajubá, durante o século XIX. Aliás, Itajubá é apontada nos trabalhos de demografia escrava como a de maior concentração de escravos por unidade produtiva, o que também constatamos na dissertação. CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira, Itajubá – 1785-1850*, Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009. (especialmente o capítulo 3). Ver também: CARRARA, Angelo. *Minas e currais*, op.cit., p.278. Alcir Lenharo já havia afirmado isso em referência à existência de grandes fazendas no sul mineiro, como locais de internada de gado, posteriormente conduzidos pelas rotas comerciais que ligavam a região à Corte. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*, op. cit., p.37.

mapas de população no decênio 1831-1840, apontou 31% de escravos entre o total. Já para 1872, a escravaria havia reduzido para 22,19%.⁷⁴ Clotilde Paiva e Tarcísio Botelho, utilizando da mesma base documental, calcularam uma redução nesse percentual em 34,15% entre 1833-1835, em 30,46% em 1855 e em 19% em 1872.⁷⁵

Ao consultar os Relatórios de Presidente de Província, Emília Viotti da Costa também revela que Minas Gerais possuía às vésperas da abolição o maior número de escravos do Império. Segundo a autora, São Paulo possuía uma população cativa de 117.731 em 1854, de 156.612 em 1872, de 174.622 em 1883 e de 160.665 em 1886. O Rio de Janeiro passara de cerca de 300.000 em 1873 para 160.000 em 1887. Em Minas os números eram de 370.000 em 1872, de 226.000 em 1885, e de 191.000 em 1887.⁷⁶ Sendo assim, ao longo de todo o oitocentos, era o vigor da economia mineira, voltado para o mercado (tanto o interno quanto o externo), que traduzia-se na maior disponibilidade de aquisição da mão-de-obra escrava e na constituição das unidades produtivas. Cada região da província apresentava condições econômicas diferentes para manter seu apego ao sistema escravista.

Assim, as conclusões que essas pesquisas nos apontam permitem desenhar um panorama socioeconômico para Minas Gerais, principalmente nas últimas décadas do século XIX. A projeção comercial na província criou uma rede mercantil intraprovincial, também capaz de ligar algumas regiões com outras províncias e com a Corte. Apesar das diferenças estabelecidas em cada região, alguns centros se colocaram com maior dinamismo, como a Zona da Mata e o Sul de Minas, expandindo seus negócios e acumulando riquezas capazes de investir na aquisição de escravos. Além disso, a utilização dessa mão-de-obra escrava estava envolvida em várias formas de produção, fosse na agropecuária para o mercado interno, fosse na produção cafeeira para exportação, ou até mesmo em outras dinâmicas econômicas. A maior parte dos proprietários de escravos tinha poucos escravos, enquanto grande parte da escravaria estava concentrada nas médias e grandes unidades, que possuíam forte inserção mercantil, conseguindo garantir a aquisição e manutenção de novos plantéis. E, por fim, foram principalmente esses setores que se apegaram à escravidão até seus momentos finais, a despeito das manifestações sociais pelo fim do cativeiro,

⁷⁴ LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, op.cit., p.368.

⁷⁵ PAIVA, Clotilde; BOTELHO, Tarcísio. "População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas.", *Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira CEDEPLAR/UFMG*, Diamantina, 1995, p.98.

⁷⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª edição. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.pp253-254.

das leis abolicionistas, do encarecimento do valor do escravo e da onerosa taxao de entrada de novos trabalhadores, adquiridos em outras provncias.

Dessa forma, o Sul de Minas deve ser visto diante de um territrio marcado pela diferena e pela multiplicidade de relaes escravistas e produtivas que preponderaram na provncia nos anos derradeiros da escravido. Entender a crise do trabalho cativo na regio avanar na anlise dessa diversidade e das hipteses lanadas sobre a provncia acerca de seu apego com a mo-de-obra escrava no limiar da abolio. O sul mineiro reuniu um complexo de setores produtivos que ia alm da pequena roa, organizada pelas mos de familiares e de alguns escravos (ou no). Esteve ele gerando um mercado que abastecia e distribua para as praas do Sudeste grande parte de sua produo, seja para as demandas dos negcios alimentcios, ou para suprir as vontades da agroexportao, que naquela altura comeava a valorizar o caf e o fumo na regio.⁷⁷ Assim, no s a elite da terra dependia do trabalho escravo, como acreditava que sua continuidade era decisiva para as estruturas social e econmica do sul mineiro.

Tabela 2: Populao para Minas Gerais a partir do Censo de 1872-1873.

Regiões	Pop. Total	% província	Pop. Livre	% Livre	Pop. Escrava	% Escravos
Centro	593.850	28,96	494.093	83,20	99.757	16,80
Sul	450.109	21,95	356.329	79,16	93.780	20,84
Mata	282.124	13,76	200.655	71,12	81.469	28,88
Norte-Leste	306.649	14,95	275.862	89,96	30.787	10,04
Oeste	265.097	12,93	223.409	84,27	41.679	15,73
Triângulo	152.689	7,45	126.825	83,06	25.864	16,94
Total	2.050.509	100,00	1.677.173	*	373.336	*

Fonte: Banco Digital do Recenseamento Geral do Imprio de 1872-1873. Dados referentes Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe Cedeplar/UFGM. In: Diretoria Geral de Estatstica. Recenseamento Geral do Imprio de 1872. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol. Localizado na BNARJ.

⁷⁷ Segundo Cristiano Restitutti, o fumo foi uma cultura de destaque na produo sul mineira, demarcada pela rota Baependi-Itajub, produo claramente encontrada nos caminhos pelos rios Verde e Sapuca. A exportao era realizada para So Paulo at os portos de Ubatuba ou Parati e outros. A partir de 1870, a estrada de ferro D. Pedro II, no Vale do Paraba paulista era a responsvel por parte da produo at a Corte. O fumo ganhou status de cultura de exportao a partir da dcada de 1830, sendo uma das atividades mais lucrativas na dcada de 1870, ocupando as ferrovias e as estradas que transportavam mercadorias. O caf se expandiu no Sul de Minas, principalmente a partir do ltimo quartel do oitocentos, principalmente na divisa do sul-sudoeste da provncia com So Paulo, nas cidades de Passos, Guaxup, So Sebasto do Paraiso e Cabo Verde. RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da provncia: rotas de comrcio interprovincial (Minas Gerais, 1839-1884)*. Dissertao de Mestrado, Araraquara, Universidade Estadual de So Paulo, 2006.pp.164-183 e 146-159.

De acordo com a tabela 02, é possível perceber a expressividade da escravidão no sul mineiro frente as demais regiões. A partir dos dados coletados pelo Censo Imperial de 1872-1873, o Sul de Minas assumiu a segunda posição percentual da província (25,12%) no total de escravos, o que representa o destaque da presença da mão-de-obra escrava na região, quando a comparamos com a Zona da Mata, que começa a se despontar como polo agroexportador cafeeiro, que por outras experiências produtivas brasileiras, demandaria grande contingente escravo para a produção.

Tabela 3: População escrava para Minas Gerais por regiões – 1873-1886.

Regiões	1873		1880		1884		1886	
	Esc.	%	Esc.	%	Esc.	%	Esc.	%
Metalúrgica - Mantiqueira	95.401	24,9	63.160	19,5	51.820	17,3	49.436	17,3
Mata	100.776	26,3	100.248	30,9	106.939	35,8	104.360	36,4
Sul	81.511	21,3	71.682	22,1	63.982	21,4	61.270	21,4
Alto Paranaíba	18.493	4,8	11.616	3,6	10.443	3,5	9.998	3,5
Oeste	33.711	8,8	29.806	9,2	24.440	8,2	23.151	8,1
Triângulo	7.966	2,1	9.436	2,9	5.921	2,0	5.222	1,9
São Francisco – Montes Claros	7.983	2,1	8.325	2,6	7.574	2,5	7.411	2,6
Paracatu	2.639	0,7	1.714	0,5	1.587	0,5	1.548	0,5
Jequitinhonha–Mucuri - Doce	34.160	8,9	28.551	8,8	26.225	8,8	23.794	8,3
Minas Gerais	382.640	100,0	324.538	100,0	298.931	100,0	286.491	100,0

* O total dado pelo censo foi de 370.459, mais tarde ajustado para 381.893, para 14 paróquias que não foram recenseadas. Como a revisão não discriminou os dados por municípios, foi preciso estimar, usando outras fontes, a população dos municípios incompletamente cobertos. Nossa estimativa resultou em 382.640, que é 0,2% maior do que o total ajustado do censo. Em 1880, os dados para dez municípios não incluídos na fonte foram estimados por interpolação entre 1873 e o primeiro dado disponível após 1880. Fonte: O autor se utilizou do Censo 1872-1873 e dos Relatórios de Presidente de Província para a composição da tabela. MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais (Brazil)*. Nashvill, Vanderbilt Universit, 1980.p.35.

A tabela 03 corrobora para o entendimento do peso do trabalho escravo no Sul de Minas. É possível vislumbrar que na última década da escravidão, a região se firmou com a segunda em percentual na província, mantendo sua participação no total de escravos. O sul mineiro manteve um expressivo contingente cativo, mesmo frente ao crescimento percentual bastante representativo da escravaria na Zona da Mata,

fruto da expansão da cafeicultura na região. Já a região descrita por Roberto Martins como “Metalúrgica-Mantiqueira”, área central da província e principal centro populacional (de acordo com a tabela 02, 28,96% da população total), teve sua escravaria reduzida ao longo da última década, marcando a terceira posição de toda a província, no que tange ao percentual escravo.

Isso nos sugere que desde o fim do tráfico africano, em 1850, e também da crise da mineração na região central mineira - que diferentemente das especulações que tomaram conta da historiografia até a década de 1980 – a escravaria em Minas Gerais passou por uma série de reordenações, alimentando o tráfico intraprovincial para regiões em prosperidade econômica, como a Zona da Mata e o Sul, enquanto o Centro e o Norte perdiam participação relativa no total da escravaria da província.⁷⁸

Tabela 4: População por município no Sul de Minas a partir do Censo de 1872-1873

Município	Pop. Total	Pop. Livre	%	Pop. Escrava	%
Lavras	48.718	39.925	83,02	8.793	18,28
Baependi	37.453	28.323	75,62	9.130	24,38
Campanha	27.521	20.771	75,47	6.750	24,53
Alfenas	25.305	21.135	83,52	4.170	16,48
Cristina	24.412	19.865	81,37	4.547	18,63
Ouro Fino	24.169	20.595	85,21	3.574	14,79
Três Pontas	24.136	18.139	75,15	5.997	24,85
Passos	23.369	19.306	82,61	4.063	17,39
Itajubá	23.261	18.765	80,67	4.496	19,33
Pouso Alegre	21.304	17.229	80,87	4.075	19,13
Boa Esperança	20.477	15.713	76,73	4.764	23,27
São Seb. do Paraíso	19.428	15.830	81,48	3.598	18,52
Aiuruoca	16.674	13.110	78,62	3.564	21,38
Caldas	13.798	11.407	82,67	2.391	17,33
Cabo Verde	12.601	11.091	88,02	1.510	11,98
Camanducaia	12.590	11.520	91,50	1.070	8,50

*Na constituição da tabela, usamos as denominações atualizadas dos municípios.

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes à Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe Cedeplar/UFMG. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/>

⁷⁸ Sobre a questão do tráfico interno em Minas Gerais, ver: FLAUSINO, Camila. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

Tabela 5: População por município no Sul de Minas – Censo 1872-73 e Relatório de Presidente de Província(1882; 1884; 1887)

Município	População Escrava			
	1872-73	1882	1884	1887
Lavras	8.793	6.695	6.034	5.304
Baependi	9.130	6.306	3.988	3.815
Campanha	6.750	5.333	5.392	4.623
Alfenas	4.170	5.150	4.701	4.272
Cristina	4.547	5.599	4.753	4.562
Ouro Fino	3.574	-	1.260	1.262
Três Pontas	5.997	3.264	2.727	2.888
Passos	4.063	5.801	5.498	4.710
Itajubá	4.496	4.496	4.040	4.038
Pouso Alegre	4.075	5.633	2.252	2.185
Boa Esperança	4.764	2.564	2.458	2.478
São Seb. do Paraíso	3.598	3.814	2.830	2.251
Aiuruoca	3.564	3.658	2.952	2.763
Caldas	2.391	2.012	2.515	2.477
Cabo Verde	1.510	1.510	1.385	1.884
Camanducaia	1.070	1.309	1.231	1.054

*Na constituição da tabela, usamos as denominações atualizadas dos municípios.

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872-1873 e Relatórios de Presidente de Província de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/>; http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

As tabelas 04 e 05 nos apontam para o contexto da mão-de-obra cativa no Sul de Minas. Elencamos nessas tabelas os principais municípios sulistas nas últimas duas décadas da escravidão. Nesses municípios, o envolvimento com a produção agropecuária, voltada à produção de subsistência e de abastecimento, alimentava grande parte do poder aquisitivo dos proprietários de escravos e, nesse sentido, é possível verificar o peso da mão-de-obra cativa nessas cidades até momentos finais da escravidão no país. Apesar da queda no número de cativos, para os anos levantados, a posse dos proprietários permanecia ainda com certa vitalidade. De qualquer maneira, quando comparamos o sul mineiro com a Zona da Mata, percebemos que o número total de escravos já era bastante superior desde o Censo de 1872, levando em conta, obviamente, que aquela região passava a se destacar na produção agroexportadora cafeeira, a partir daquele momento (tabela 03).

A apresentação de alguns índices da demografia escrava no Sul de Minas, para as décadas de 1870 e 1880, vem a corroborar para a perspectiva do apego à mão-de-

obra cativa na região bem como a plena vitalidade da instituição servil em Minas Gerais.

Ao analisarmos os editoriais e matérias dos jornais sul mineiros, para a última década da escravidão, percebemos que a vitalidade do trabalho escravo na província fazia parte da pauta semanal dos periódicos, ao mesmo tempo que a falta de mão-de-obra nas lavouras do Sul de Minas era uma preocupação recorrente dos redatores. A morosidade na substituição dos escravos pelo trabalho imigrante ou nacional e a prenúncia do fim da escravidão criavam tensão entre proprietários e simpatizantes de uma abolição que não fugisse das vias legais.

Em 1885, o jornal *Monitor Sul-Mineiro*, com sede na cidade de Campanha, alertava os leitores sobre a questão da falta da mão-de-obra no país e na região. Em tom pessimista, o editorial apontava para a “séria situação” que assolava o Império e que estava diante da sociedade. Um duro golpe na instituição escravista estava por vir e a sociedade precisava estar ciente do caos que se instaurava. Diante da “desordem” que se armava, a partir das investidas escravas e abolicionistas, a solução para questão estava em legitimar uma via em que o Estado não perdesse as rédeas da situação e que protegesse a integridade dos cidadãos e o respeito à ordem pública. O futuro era “sombrio” diante das ineficazes estratégias de conter a massa de escravos revoltosos e o abandono das lavouras:

Enfraquecida a garantia que dava força aos senhores de escravos, agitado o espírito destes pelas esperanças da liberdade que imprudentes animão, achamo-nos em condições de não poder tolerar o adiamento indefinido na solução desta questão, que caminha de modo a inspirar a todos os mais serios e profundos receios.

A imprensa registra todos os dias assassinatos os mais barbaros que tem como causa a crença da grande maioria dos escravos que pensão illusoriamente que se trata de geral abolição, porque assim lhes fazem crer muitos especuladores que existem em toda a parte e que só tem a lucrar com a perturbação da ordem pública. Não há mais regularidade no serviço das fazendas e mesmo o trabalho doméstico das cidades e povoações já se resente da agitação que se propaga e que cresce todos os dias sem que ao menos tenhamos convicção de que o governo dispõe de força para conter a desordem, si ella aparecer na praça pública.

Não temos a intenção de lembrar um aviltre àquelles que tem o dever de velar pela garantia de segurança individual e da paz pública, mas, como órgão do povo, instamos por uma medida que ponha um paradeiro às questões de liberdade de escravos, que caminham tão irregularmente, perturbando a vida do cidadão que está à mercê da sanha brutal de escravos desgraçados, que pensão encontrar no assassinato de seus senhores a liberdade que almejam,

e isto porque sabem que até jornalistas agitadores justificão este recurso barbaro.⁷⁹

O panorama apresentado pelo editorial do jornal não era dos melhores naquele ano. As repercussões do Gabinete do Senador Manoel Dantas, que assumiu o ministério a pedido de D. Pedro II para também conduzir as questões ligadas aos rumos da escravidão e as agitações abolicionistas bem sucedidas no Ceará no ano anterior, contribuíram para alarmar as projeções sobre o futuro da instituição escravista entre os redatores do jornal.⁸⁰ Defensor de um “abolicionismo moderado”, o *Monitor Sul-Mineiro* acreditava na iminência de uma abolição sob os auspícios do poder monárquico e que não acarretasse prejuízos à lavoura e aos seus proprietários. Da mesma forma, o periódico se preocupava com a segurança dos cidadãos, diante das manifestações e do “perigo” escravo que perambulava pelas ruas das cidades no sul mineiro. Era preciso uma atuação do Estado para garantir o controle da ordem pública a fim de conter a “desordem”.

O cerceamento do tráfico interprovincial e os efeitos das leis do Ventre-livre e Saraiva-Cotegipe também contribuíram para diminuir sensivelmente a entrada de escravos na província mineira, bem como no Rio de Janeiro e São Paulo, e elevar o nível de tensão social nas páginas dos periódicos da região. Apesar da visível queda percentual de escravos em todas as regiões mineiras, a partir da promulgação da Lei do Ventre-livre, a Zona da Mata e o Sul de Minas mantiveram destaque no total da população cativa até os últimos momentos da escravidão no país (conforme vimos na tabela 03).

As pressões governamentais, no sentido de controlar a aquisição da escravaria no mercado de escravos, e as agitações dos movimentos sociais - sobretudo as ações escravas, detectadas ao longo da década de 1880 nos jornais do sul mineiro - foram fundamentais para o abalo final que a instituição servil sofreria em 1888. Contudo, mesmo perseguida e condenada, percebemos que a aceitação da derrota entre os escravistas não seria facilmente aceita. Mesmo moribunda, a escravidão ainda demonstrava certo vigor, persistindo em girar a roda da fortuna dos proprietários.

⁷⁹ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 26/04/1885, Campanha, Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort (doravante CECML), fl. 01.

⁸⁰ Sobre as repercussões na política e na imprensa acerca da Lei Saraiva-Cotegipe, ver: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. pp.255-278.

De tal modo, não caberia aos senhores serem condenados pelo definhamento do sistema escravista e nem prejudicados pela escassez de cativos para o trabalho nas lavouras, já que não são eles os “causadores do mal, enquanto também tem sido as vítimas delle”⁸¹. Se por um lado era legítimo o direito à propriedade dos senhores, por outro era preciso coibir os excessos de castigos e coerções, que acreditavam ser “o mísero escravo um ente sem direitos nem sensibilidade moral, cujo corpo, extenuado por serviços exagerados, pode ser mutilado e deformado tanto quanto queira o ódio cego da perversidade desvairada”.⁸² Nos meses que antecederam a abolição dos açoites no país, a condenação à violência física aos escravos era cada vez mais frequente e faziam parte das páginas dos periódicos. De qualquer forma, no findar de 1886 não estava garantido que a criação da lei fosse extinguir esta prática.⁸³

Assim, caberia à imprensa noticiar os dramas da escravidão e de seus combalidos (neste caso, tanto os senhores, quanto os escravos) e ao Estado resolver essa celeuma de forma a evitar transtornos à lavoura e aos cidadãos que se sentem inseguros e desprotegidos, frente ao “ocaso da negrada instituição”.⁸⁴

Identificar, portanto, as ações produzidas por esses agentes nos derradeiros momentos da escravidão no sul mineiro, passa a ser o nosso objetivo a partir do próximo capítulo.

⁸¹ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 21/02/1886, Campanha, CECML, fl. 01.

⁸² Jornal Monitor Sul-Mineiro, 21/02/1886, Campanha, CECML, fl. 01.

⁸³ A Lei nº 3.310, de 15 de outubro de 1886, revogou o artigo 60 do Código Criminal, como também a Lei nº04, de 10 de junho de 1835, na parte que impunha aquela pena. Ver: MOURA, Clóvis. Dicionário da escravidão negra no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2004. p.17.

⁸⁴ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 21/02/1886, Campanha, CECML, fl. 01.

Capítulo 02 – Caminhos da liberdade: as marcas jurídicas no limiar da abolição

A publicação *A abolição em Minas* (1962), de Oiliam José, pode ser considerada uma das primeiras que trataram da questão da emancipação escrava em território mineiro. O livro se dedica a justificar na “passividade” dos habitantes da província, o pouco envolvimento que os sujeitos tiveram com as causas da abolição, fossem as revoltas e outras ações escravas, fossem as investidas de abolicionistas. O “dom” pacato do mineiro teria se impregnado nas cidades e nos campos, impedindo a formação de uma sociedade com intenções “verdadeiramente” abolicionistas, como se viu no Rio de Janeiro e em São Paulo, já que o “interesse dos mineiros era apenas indireto, vale dizer, incapaz de, por si só, levá-los a campanha de alto porte”.⁸⁵

Ao sepultar as ações dos mineiros, frente a uma participação efetiva no processo de abolição, o autor silenciou qualquer envolvimento eficaz de livres, libertos e cativos nas tomadas de decisões que levaram ao enfrentamento da crise do sistema escravista. Assim, a abolição aconteceu e em seu “sono profundo”, os mineiros não viram os “barulhentos esforços emancipadores”.⁸⁶

A obra de Oiliam José corroborou com uma perspectiva que por tempos apostou no caráter ordeiro para contextualizar a ideia da abolição em Minas Gerais, o que só passou a ser rediscutido a partir de alguns estudos historiográficos lançados a partir da década de 1990 e das últimas pesquisas que vêm sendo realizadas nos programas de pós-graduação do país.

Neste sentido, nossa pesquisa procura entender o processo de abolição em Minas Gerais, dentro do espaço imperial brasileiro, em que as relações travadas entre seus personagens precisam ser levadas em conta para que toda a complexidade de análise que a temática exige, não seja creditada a partir de estereótipos e generalizações. Para este capítulo, nossa intenção é discutir trajetórias de indivíduos que deixaram seus rastros principalmente na documentação da Justiça.

2.1 - Perspectivas historiográficas e os porquês da pesquisa

Com o advento das pesquisas sobre escravidão no Brasil, a partir da década de 1980, novos enfoques foram trazidos à tona, principalmente no que tange o papel dos personagens envolvidos na questão. Afloraram das páginas documentais aspectos até

⁸⁵ OILIAM, José. *A abolição em Minas...* op.cit., p.107.

⁸⁶ OILIAM, José. *A abolição em Minas*, op.cit., p.99.

então nem sempre evidentes nos estudos sobre a temática: as negociações e conflitos presentes no cotidiano de escravos, livres e libertos; a luta pela liberdade; a percepção de mundo construída por aqueles atores; enfim, a constatação do escravo enquanto sujeito de sua própria história.⁸⁷

No tocante à abolição, a temática tem suscitado o interesse de muitos pesquisadores na atualidade, demarcando uma profícua trajetória no campo historiográfico. Ainda na década de 1970, a abolição era vista como um movimento exclusivamente promovido pela elite e pelos setores médios urbanos. Era uma dádiva concedida ao escravo, mas que não o brindaria com uma promoção na subida da escala social. Segundo alguns membros da denominada “Escola Sociológica Paulista”, as ideias para a abolição estavam comprometidas com os planos da elite e com as vontades dos emergentes profissionais liberais que se despontavam nas cidades a partir de 1870.⁸⁸

Como os escravos não tinham “consciência de si” e eram “corroídos” pelas agruras do cativeiro, essa vertente não percebeu a participação desses agentes nas decisões que levariam a desintegração do sistema escravista. Aliás, esse sistema é que ditava as suas vontades sobre os pobres cativos e esses deveriam assistir às transformações que aconteceriam em prol da abolição. Nas palavras de Octávio Ianni, a abolição havia sido uma “revolução branca”, que arquitetava um processo de manutenção dos interesses da elite e de outros setores, devendo realizar o fim da escravidão, além de promover a inserção do Brasil nas rotas do capitalismo e do trabalho livre, sem que houvesse sequelas sociais, mantendo o controle da população cativa e egressa.⁸⁹

Se o escravo foi incapaz de lutar por suas reivindicações ao longo de todo o cativeiro, também não seria capaz de influenciar e agir na tentativa final do sistema.

⁸⁷ Muitos trabalhos foram precursores de uma leitura enviesada pela busca da autonomia escrava e suas formas de resistência e expressão cultural própria. Sobre esses estudos ver: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; MACHADO, Maria Helena P. T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão.”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.16, v.08, 1988, pp.143-160.

⁸⁸ Ao longo das décadas de 1960 e 1970, os estudiosos ficaram conhecidos como pertencentes à “Escola Sociológica Paulista” e produziram vários trabalhos acerca da escravidão e a abolição no país. Pode-se citar: FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978; IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; COSTA, Emília Viotti da Costa. *op.cit.*

⁸⁹ IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*, op. cit., p.235.

Nesse sentido, esses escravos deveriam esperar pelo auxílio desse novo grupo social, gestado a partir das transformações ocorridas no país nas últimas décadas antes de 1888, para balançar as estruturas dos pilares escravistas e assim estilhaçar de vez o sistema. As fugas, as rebeliões e as violências praticadas pelos escravos produziam uma constante preocupação e isso justificava a necessidade de controle por parte da elite. Uma leitura de que isso estaria contribuindo para o desmanche do sistema não foi possível naquele momento, já que essas ações inconsequentes dos escravos eram fruto de suas reações “animalescas” e alimentadas pela violência do regime sobre os negros.⁹⁰ E essa falta de “consciência de si” perseguiria esses agentes mesmo depois do cativeiro, já que as marcas da escravidão impuseram a formação de uma “classe desprovida de organização”.⁹¹

No contexto geral da historiografia, essas produções contribuíram para uma percepção de que sob a dádiva da elite e da redenção de D. Pedro II e da Princesa Isabel, os escravos finalmente se viram livres do cativeiro em 1888. A procura pelas mudanças nas grandes estruturas e nos modos de produção limitaram as possibilidades de análise sobre as evidências que articulavam essas macroestruturas junto às situações do cotidiano e do vivido, da participação popular e da escravaria frente às imposições de continuidade do sistema escravista.

Contudo, as mesmas mudanças que a partir da década de 1970 lançaram luzes sobre a historiografia da escravidão, também impulsionaram alguns historiadores a contarem um novo capítulo sobre a abolição no Brasil, mesmo que certa sobreposição da camada elitizada naquele evento, ainda ficasse evidente em relação à participação escrava. Assim, podemos citar uma grande contribuição no entendimento da relação travada entre a participação escrava e o abolicionismo nos momentos de derrocada da escravidão. Segundo Lana Lima, as rebeldias escravas impulsionaram as investidas abolicionistas em prol da abolição e até se complementavam. Entretanto, seria ainda perceptível que esse abolicionismo estava “limitado pelos interesses de classe daqueles que o conduziram”.⁹²

A autora analisa que ao defenderem a abolição em nome do progresso, os abolicionistas não vislumbrariam que a condição jurídica do liberto mudaria de fato sua condição econômica nos meios de produção. Por mais que estejam juntos na

⁹⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*, op. cit.

⁹¹ FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, op.cit.

⁹² LIMA, Lana. *Rebelião negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.p.146.

perspectiva de rompimento com o escravismo, a visão do escravo sobre esse acontecimento é “ingênua” e sempre dependente da tutela dos abolicionistas nos rumos que dariam as suas vidas.⁹³

Celia de Azevedo, ao estudar as tensões sociais que deflagraram os anos finais da escravidão e que expuseram o “medo branco” com as ações escravas, também considerou que houve certo comando dos abolicionistas no processo da abolição, frente à participação escrava, e que os rumos que seus filiados tomaram iam ao encontro com o interesse das elites. Mesmo criticando parte da historiografia que não percebeu a autonomia e a resistência escrava nas trajetórias de suas próprias vidas e relativizando o perfil dos abolicionistas ao longo de suas atuações, a autora afirmou que esse abolicionismo, que a princípio se desenvolveu na imprensa, nas tribunas parlamentares e conferências de salão, “restringia-se praticamente aos limites estreitos da diminuta elite brasileira”.⁹⁴

Diz a autora que não se poderia distinguir essencialmente abolicionistas de emancipacionistas, a não ser que se entendesse o que, para os primeiros, significava um prazo final para a escravidão e, para os últimos, uma ideia de extensão máxima do cativeiro. Desenvolvido na imprensa, nas tribunas parlamentares e conferências de salão, o abolicionismo “apenas muito timidamente ousava transcender os interesses escravistas”. Assim, os escravos e egressos deveriam ser preparados para o mundo do trabalho livre e enquadrados nas mesmas ocupações que desempenharam ao longo da escravidão. Só assim, as fazendas estariam resguardadas do abandono e do retrocesso.⁹⁵

Essa percepção sobre os abolicionistas, ao nosso ver, parece válida, mas não garante o entendimento das várias formas de atuação desses agentes. Seria possível a existência de sujeitos que propunham a inserção social dos egressos do cativeiro para além da condição jurídica de emancipado, como também de outros que simplesmente desejavam o fim do escravismo, interpretando que tal participação mais efetiva dos ex-escravos significaria um atraso para a sociedade pós-abolição, por exemplo. Nesse sentido, é preciso compreender o quão complexas podem ser as análises sobre o

⁹³ LIMA, Lana. *Rebeldia negra e abolicionismo*, op. cit.

⁹⁴ AZEVEDO, Celia Maria de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites, século XIX. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.p.76.

⁹⁵ AZEVEDO, Célia Maria de. *Onda negra, medo negro*, op.cit., pp.76-77.

movimento abolicionista, suas ideologias e seus integrantes e recuperar “a ação recíproca das forças” que levaram à abolição da escravidão no Brasil.⁹⁶

Em relação à historiografia sobre o processo de desintegração do sistema escravista, nos últimos anos da década de 1880, pode-se dizer que poucos trabalhos se dedicaram a analisar este período para Minas Gerais. As contribuições historiográficas depositadas sobre o auge da sociedade mineradora e do passado colonial setecentista em Minas enriqueceram o debate acadêmico nas últimas décadas. Desde uma perspectiva que supervalorizasse a produção aurífera e, posteriormente, a sua estagnação, até um cenário mineiro extremamente diversificado e dinâmico, no século XIX, sob o ponto de vista da produção agropecuária e mercantil. Vinculada a essas questões sempre estava o diálogo com o sistema escravista no território e sua importância dentro da estrutura produtiva.

Obviamente, as discussões historiográficas sobre o papel do escravo como sujeito da sua própria história tomaram conta de vários trabalhos dedicados à província mineira,⁹⁷ mas poucos foram aqueles dedicados a entender o processo de desintegração do sistema escravista e sua extinção.

Ao iniciar este capítulo, apresentamos a obra *A abolição em Minas*, de Oiliam José, publicada em 1962, como sendo uma das precursoras da discussão sobre a questão da abolição na província. Para o autor, não seria possível esperar dos mineiros situações de ebulições sociais a favor ou contra a escravidão, como aconteceram em São Paulo e Rio de Janeiro. Não somente o “caráter rural e pacato” que tomava conta da população, mas a falta do “espírito” transformador fazia parte da essência do povo em Minas, enraizados em sua formação moral e religiosa. Aos escravos também não foi atribuído nenhum caráter ativo de luta por sua liberdade, já que suas duras condições de vida eram camufladas por tal “docilidade” e “harmonia” na convivência com seus senhores, atenuando a realidade do cotidiano escravista que, frequentemente, era conflituoso e violento com esses sujeitos.⁹⁸

⁹⁶ A perspectiva de abolicionistas que iam muito além de pensar o fim do sistema escravista, propondo soluções para a inserção da comunidade egressa na nova ordem que se construía. Ver: GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.p.62.

⁹⁷ BRUGGER, Sílvia. *Minas patriarcal*. Família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007; FURTADO, Júnia. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. O outro lado do mito. São Paulo: Companhia, 2003; PAIVA, Eduardo. *Escravidão e universo cultural na colônia*. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001; GUIMARÃES, Elione. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-abolição*. Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

⁹⁸ OILIAM, José. *A abolição em Minas*, op.cit.,pp.103-111.

Não houve em nossa Província campanhas ruidosas em favor da emancipação dos escravos, porque as condições do meio não as favoreciam, nem mesmo as aconselhavam. O ambiente provinciano mineiro, com suas definidas realidades políticas, sociais e econômicas, não lhes era propício. Evidenciava-se então, de modo incontestável, o predomínio político e econômico dos proprietários rurais sobre as populações urbanas e não seriam naturalmente êsses proprietários os fautores do movimento de libertação.⁹⁹

Assim, legitimados pela serenidade e provincianismo, os mineiros lidaram muito bem em suas relações com os males da escravidão. Minas não apresentava cenário suficiente de conflitos e tensões escravistas que pudessem eclodir nos anos finais da década de 1880 e, se houve, seus agentes não eram “propícios” para enfrentar a situação, já que culturalmente, o mineiro não era dado a “revoluções”. Os movimentos abolicionistas não existiram, com exceção da ação emancipadora estudantil e de profissionais liberais em Ouro Preto, que pouco puderam fazer pela causa e só se expressavam através da propaganda. Com o findar da escravidão em 1888, os mineiros viram passar a transição da mão-de-obra escrava para a livre sem maiores traumas.¹⁰⁰

Outro trabalho significativo para esse período foi a dissertação de mestrado *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850/1888*, de Liana Maria Reis. Ao realizar uma análise sobre o abolicionismo a partir das páginas dos jornais, a autora apresentou uma leitura do passado escravista e abolicionista da província, a partir das novas considerações sobre a sociedade produtiva em Minas oitocentista, que passava a ser descrita dentro de possíveis variáveis regionais, demarcadas por suas estruturas econômicas diversificadas e dinâmicas na produção mercantil.¹⁰¹

Por mais que a tentativa tenha sido realizar um panorama sobre o abolicionismo a partir da imprensa de Minas, no século XIX, a autora não viu outras possibilidades de explorar a percepção dessas atuações em toda a província, já que a documentação que tinha não a permitia, limitando-se a uma análise mais específica dos movimentos abolicionistas da região de Ouro Preto e Mariana.¹⁰²

Em relação à atuação desses movimentos abolicionistas, a autora não apresenta os agentes integrantes desses grupos como dispostos a uma libertação efetiva dos escravos na província. Esses movimentos teriam um caráter “moderado”,

⁹⁹ OILIAM, José. *A abolição em Minas*, op.cit., p.99.

¹⁰⁰ OILIAM, José. *A abolição em Minas*, op.cit., p.103.

¹⁰¹ REIS, Liana. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850-1888*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

¹⁰² REIS, Liana. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira*, op.cit., pp.111-117.

não envolvendo a participação popular nas ideias e ações realizadas por eles. Por mais que tivessem conseguido criar certa “consciência política”, inclusive nos escravos, a partir da propaganda na imprensa.¹⁰³

Em recentes publicações, a autora reconhece tal protagonismo dos escravos, frente aos processos de desestabilização do cativo, e suas ações na tentativa em alçar a liberdade.¹⁰⁴ Contudo, a nosso ver, ainda existe uma leitura do abolicionismo em Minas em que se destaca o caráter conservador das associações abolicionistas, estando essas sempre prontas a apaziguar os ânimos dos escravos e reduzir os danos provocados pelos confrontos sociais. Como o escopo documental analisado ainda está concentrado em uma região específica mineira e não há diálogo com as pesquisas mais recentes sobre o tema para a mesma província, nos parece que essa generalização sobre as atuações dos movimentos limita o olhar para a complexidade de se entender essas ações e seus sujeitos.¹⁰⁵

Surgidas as bases que relevaram a participação dos escravos e das camadas populares na percepção de suas trajetórias e em situações que se referiam as suas vidas, um grupo de historiadores processou a presença desses sujeitos históricos na participação efetiva dos movimentos que levaram à abolição. Ainda no fim da década de 1970, Robert Conrad já entendia que a responsabilidade da derrocada da escravidão também cabia aos escravos e a eles se devia agregar os méritos da abolição. Apoiado nos estudos de José Honório Rodrigues, Robert Conrad afirmou que a abolição da escravatura brasileira não foi “uma dádiva dos senhores, mas sim uma conquista de escravos ajudados por aqueles cuja consciência iluminada os fizeram servir desinteressadamente à História”.¹⁰⁶

Ainda segundo Conrad, o movimento abolicionista ganhou grande pujança após os primeiros anos da década de 1880, tendo pouco envolvimento da população

¹⁰³ REIS, Liana. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira*, op.cit., p.201.

¹⁰⁴ REIS, Liana. Abolicionismo, imprensa e poesia. In: VENÂNCIO, Renato. *Panfletos abolicionistas*. O 13 de maio em versos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2007pp.52-59.

¹⁰⁵ REIS, Liana. Abolição, poder e resistência escrava (1850-1888). In: RESENDE, Maria Efigênia; VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Vol.01. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2013.p.244. Para pesquisas que apontam novas leituras sobre a abolição em Minas, ver: SILVA, Denilson Cássio. *O drama social da abolição: escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João del-Rei, Minas Gerais (1870-1900)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011; COTA, Luiz Gustavo. *Ave Libertas: abolicionismo e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

¹⁰⁶ RODRIGUES, José. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.p.67, abud CONRAD, Robert.op.cit.p.18.

antes desse período e estava reservado às cidades (com exceção, da província do Ceará, onde o abolicionismo ganhava cada vez mais terreno e força).¹⁰⁷ A abolição pensada no país iria além da ideia de libertar os cativos, mas propagaria e estimularia a imigração europeia, promoveria a indústria e a agricultura e elevaria o “caráter moral da nação, há tanto tempo corrompida pela influências nocivas dos dependentes pretos servis.”¹⁰⁸

Maria Helena P.T. Machado, ao apresentar *O plano e o pânico* lançou luzes à perspectiva de um momento abolicionista que não se pode enquadrar em moldes rígidos explicativos. Era preciso entendê-lo dentro de variáveis pertinentes à realidade da crise do sistema escravista brasileiro. Assim, para se compreender essa ideia de abolição multifacetada e recheada de pluralidades, seria preciso estudar os movimentos sociais da década de 1880, os sujeitos esquecidos e à margem do sistema, suas ideias, projetos e o papel social que ocuparam nos meandros do abolicionismo.¹⁰⁹

Segundo a autora, além de negociarem os “direitos” costumeiros, os escravos passaram a vislumbrar cada vez mais a liberdade e a exigi-la ao longo da última década da escravidão. Escravos, libertos e o “populacho” sabiam que era preciso aproveitar os espaços de resistências para atuarem a favor de seus interesses. Assim, as ações desses indivíduos, somadas as dos grupos abolicionistas, recheavam o imaginário social. O medo aparente do que essas agitações sociais poderiam causar, provocava o “pânico” e a sensação de desgoverno.¹¹⁰

Maria Helena Machado também afirma que a abolição tem se mantido refém de uma visão “formalista”, presente numa historiografia que pouco adentrou nos “aspectos informais das práticas sociais”. Ao entender a “abolição como fruto dos movimentos sociais” – afirmativa já apresentada em *O plano e o pânico* – a autora nos convida a imergir num emaranhado de relações e ações sociais que não podem ser explicadas por vias legalistas e que enxergam o fenômeno da abolição a partir da condução e da benevolência parlamentar e das elites brasileiras.¹¹¹

¹⁰⁷ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, op.cit., p.176.

¹⁰⁸ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, op.cit., p.192.

¹⁰⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico...*op.cit.

¹¹⁰ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico*, op.cit., pp.91-95.

¹¹¹ MACHADO, Maria Helena P. T. *Os caminhos da abolição: os movimentos sociais e a atuação dos escravos*. In: Latin American Studies Association, San Francisco, Congress Paper Archive, 2012.p.2. Ver também: ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação*. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.pp.94-108.

A “arraia-miúda”, que compunha o cenário social ao longo dos últimos anos da escravidão, soube decifrar os códigos de acesso que rompiam com a legitimidade do sistema. Escravos, forros, libertandos e demais populares se dispuseram a agir à margem, produzindo um efeito contrário ao esperado pelos senhores que desejavam arrastar o máximo que pudessem o cativo e pelos protocolos parlamentares, da polícia e da burocracia imperial, que entretidos no marasmo e na pouca eficiência das leis emancipacionistas, viram raiar uma abolição que não pode ser encarada sem a participação efetiva desse populacho.

Num sentido mais amplo, foram as forças políticas que se deram a partir dos movimentos abolicionistas, da imprensa, do Estado e de suas instituições, mas, sobretudo, das ações populares acontecidas nas fazendas e nas ruas das cidades a partir das revoltas e reivindicações escravas, que promoveram a abolição. E por mais que a década de 1880 tenha sido definitiva para sepultar de vez o cativo no país, o fenômeno da abolição não pode ser lido somente a partir dos trâmites finais que protocolaram a Lei Áurea.

Foi preciso um longo percurso temporal até que as lutas cotidianas promovidas pelos principais sujeitos interessados na extinção do sistema escravista se concretizassem definitivamente. Apesar das sucessivas leis emancipacionistas construídas durante décadas, mas que pouco avançaram na efetivação total da liberdade, couberam às duras e penosas conquistas escravas – no que tange as relações travadas no cativo – e aos movimentos populares (organizados ou não) o sucesso da empreitada que por décadas já constrangia grande parte da sociedade no império brasileiro.

Em relação a esta pesquisa, cabe dizermos que ela nasceu de motivações pessoais; fruto das inquietações que tomaram nossa mente ainda nos tempos da graduação, quando envolvidos com a iniciação científica, imaginávamos entender a escravidão no Império brasileiro, a partir dos rastros que aquela instituição deixou no Sul de Minas; bem como do “sentido de pertencimento” ao recorte espacial e das memórias sobre aquele tempo que nos acompanham. E como sofrer do “mal” da inquietação é o alimento para que não apartássemos dos fazeres da escrita da História, o projeto que por ora desenvolvemos só se tornou viável no doutoramento.

Alinhados com as perspectivas que a historiografia produziu nas últimas duas décadas a respeito dos caminhos que levaram à abolição da escravidão brasileira, traçamos as possibilidades da pesquisa a partir da “descoberta” dos documentos do

Sul de Minas para aquele período. Por diversas vezes, percorremos cidades e instituições em busca dessas fontes, mapeando suas tipologias, na tentativa de delinear as abordagens que este estudo emplacaria.

Uma série de coincidências felizes nos acompanhou nessa busca, outras nem tanto, já que alguns documentos procurados não foram possíveis de serem encontrados. Cientes dessas limitações - o que não acalma tão facilmente a ansiedade do pesquisador nesta investigação - buscamos conforto nas palavras de João José Reis e Eduardo Silva, ao afirmarem que o "historiador, contudo, está condenado a trabalhar com as fontes que encontra, não com as que deseja. Esta é, aliás, a sua sina, ciência e arte".¹¹² Ao fim deste levantamento, um conjunto documental foi elencado vindo a fazer parte de nossa análise. Correspondências policiais, processos criminais, jornais, relatórios de presidente de província, dados estatísticos, e outros compuseram o nosso repertório, sempre tendo como ponto de partida a documentação policial, que nos deu acesso às diversas questões sobre o tempo da abolição que propusemos tratar ao longo destes capítulos.

E por falar nesse "tempo", emprestamos as formulações de Norbert Elias para o entendimento de que a abolição se deu através de um "processo social, já que se constituiu de transformações amplas, que abarcaram grande parte dos setores da sociedade ao longo de um espaço de tempo, que não pode ser resumido em apenas alguns anos. Os conflitos gerados a favor da continuidade da escravidão ou contrários a sua permanência eram provocados por "figurações" formadas por sujeitos que se colocavam em direções opostas, o que levaria ao "caráter de ascensão" de um, em detrimento do "caráter de declínio" do outro. Neste sentido, o processo de abolição é produto das sucessivas lutas de seus diversos agentes e das gerações de escravos que pelo cativeiro passaram, pois "se os seres humanos parassem de planejar e de agir, então não haveria mais nenhum processo social". E nessa "pluralidade de seres humanos mais ou menos dependentes uns dos outros e que agem uns com os outros ou uns contra os outros", o combustível que alimentou esse processo foi exatamente a realidade rica em conflitos e tensões criada por seus grupos sociais.¹¹³

Assim, recuperar a atuação desses sujeitos e suas trajetórias nos momentos finais da escravidão é ousar revelar um desfecho mais complexo que tentou ser

¹¹² REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*, op.cit.,p.14.

¹¹³ ELIAS, Norbert. *Escritos e ensaios I*. Estado, processo opinião pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.pp.27-33.

apagado com o 13 de maio. No fechar das cortinas, as glórias e as palmas pela abolição foram dadas, essencialmente, ao Estado Imperial e aos abolicionistas. Por trás da cena, relegados à própria sorte e sem o reconhecimento dos louros da vitória, milhares de egressos do cativeiro se juntaram a outros libertos em busca de sobreviverem diante de uma precária cidadania conquistada.

2.2 - Crimes, sujeitos e fontes

Em 1882, o delegado de Baependi, José Vieira de Toledo Diaz, comunicou ao chefe de polícia de Minas Gerais sobre a prisão do feitor, José Fernandes da Silva, conhecido como José Cearense, acusado de ter agredido um escravo com tiro. Além disso, o réu era conhecido por “provocar terror e desordem na vizinhança”. Na correspondência, o delegado afirmou ter sido o suspeito preso pelo subdelegado de Caxambu e encaminhado à cadeia de Baependi, voltando a “normalidade na região”.¹¹⁴

Assim como inúmeros outros registros policiais que encontramos para o sul de Minas, para a década da abolição, o desfecho dessa história só seria entendido se novas informações viessem à tona, o que não mais era possível através da correspondência policial. Com isso, o cruzamento de informações documentais era vital e nos levaria à procura por outras fontes pelas cidades da região, começando pelos processos criminais.

Correspondências trocadas entre subdelegados, delegados e chefes de polícia nem sempre são recheadas de detalhes e, na maioria das vezes, não trazem descrições das ocorrências de forma clara e minuciosa. Até mesmo porque, esses registros têm a função de serem objetivos e servirem como um veículo rápido de comunicação entre os interessados. Muitas vezes, as notícias sobre crimes, desordens, revoltas e fugas escravas chegavam até a sede provincial através dos jornais, chamando a atenção do chefe de polícia, que se comunicava por cartas com delegados e subdelegados da região, a fim de acompanhar o desenrolar dos acontecimentos. Quando algum fato era de extrema repercussão em Minas Gerais ou chegando a ser noticiado em outras partes do Império, o próprio presidente da província pedia esclarecimentos para o chefe de polícia que, imediatamente, acionava os delegados e subdelegados. Essas correspondências entre as autoridades eram registradas em livros reservados que,

¹¹⁴ Ofício do Delegado de Baependi para o Chefe de Polícia, 30/03/1882, Arquivo Público Mineiro (doravante APM), Polícia, POL 1/3, cx.26.

muitas vezes, apresentam informações mais consistentes e apontam os temores e a incapacidade imediata da polícia em entender os conflitos e criar soluções para a manutenção da ordem.

No cotidiano policial, os acontecimentos que chegavam a ser registrados constam hoje nos livros de ocorrências e nas documentações avulsas dos arquivos. Em nossa pesquisa, percorremos a documentação intitulada “Chefia de Polícia” pertencente ao Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Nesse acervo, pudemos encontrar as correspondências trocadas entre subdelegados e delegados com a Secretaria de Segurança, sempre aos cuidados do chefe de polícia da província. A partir da análise dos registros foi possível conhecer diversos aspectos do cotidiano da instituição policial e das funções desempenhadas por seus agentes, bem como as tensões sociais que penetravam este membro do corpo estatal, ocasionando a quebra da seguridade social ou que traziam ameaça à ordem pública.

Mais que isso, estamos falando de uma documentação complexa, que abre múltiplas possibilidades de pesquisas, tanto para o olhar do pesquisador mais preocupado em entender a lógica do funcionamento macroestrutural da instituição policial - em sua relação com as políticas do Estado Imperial - quanto para aquele interessado em compreender situações que tomavam conta do cotidiano da delegacia - como as contradições de seus agentes que não necessariamente respondiam a todos os interesses do Estado, nos evidenciando ações de policiais e delegados que estavam mais interessados em atender aos seus próprios desejos e/ou de uma sociedade em profundos conflitos com o próprio sistema escravista.

E quanto aos processos criminais analisados? No decorrer de nosso levantamento documental, a busca por essa fonte foi tortuosa, por vezes decepcionante, já que o acesso a esse acervo era limitado.¹¹⁵ Como iniciamos a

¹¹⁵ Como afirmamos anteriormente, nossa intenção era mapear os acervos judiciais para as cidades do sul mineiro, citados ou não na documentação policial para a última década da escravidão. Contudo, pouquíssimos lugares apresentaram tais fontes disponíveis e os motivos não se diferenciam das demais cidades do país. Com exceção da documentação referente à Baependi e Cristina, que possuíam arquivos organizados, as outras localidades que visitamos, não possuíam informações sobre essa documentação, cabendo a nós a iniciativa de vasculhar porões e almoxarifados em busca daquelas fontes. Esta condição precária de acondicionamento do acervo judicial causou grandes limitações ao trabalho que, por vezes, se demonstrava inviável, já que alguns processos que buscávamos não eram encontrados nas comarcas de origem. Devido às inúmeras fragmentações jurídico-administrativas das comarcas em Minas Gerais, ao longo do século XIX, éramos obrigados a percorrer outras cidades vizinhas, na esperança de acharmos tais documentos. Havia sugestões dos funcionários de fóruns e cartórios que nos orientavam nessa empreitada, mas nem sempre eram acertadas essas pistas. De qualquer maneira, essa experiência nos deixa evidente as situações de precariedade e descaso das instituições com a guarda do patrimônio. Se parte dessa documentação ainda está conservada nessas

análise a partir dos arquivos policiais, a intenção era produzir um mapeamento das motivações que levavam as trocas de correspondências entre delegados, subdelegados e chefe de polícia, no que tange o envolvimento de escravos, libertos, livres, e ações abolicionistas com aquele contexto, no intervalo entre 1880 a 1888. As informações que nos pareciam relevantes para essa pesquisa potencializam a busca por seus processos. Isso não excluiu um levantamento de todos eles, no contexto do período abarcado, que estivessem disponíveis para pesquisa nos arquivos. Vale ressaltar que não foi nossa intenção produzir levantamentos quantitativos e tipológicos dos crimes que envolviam escravos de forma a detalhar as taxas e padrões da criminalidade presentes naquela formação social. Contudo, o efeito de experimentar o entendimento desses crimes, a partir da documentação consultada, nos auxiliou na compreensão desses acontecimentos na região, principalmente quando confrontávamos essas informações com as correspondências policiais.

O Arquivo do Escritório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em São João del Rei-MG, e o Arquivo Público Histórico de Cristina-MG foram as únicas instituições onde encontramos um conjunto de processos criminais disponibilizados para pesquisa e realizamos um levantamento tendo como critério o envolvimento de escravos como réus ou vítimas.¹¹⁶ No total, foram encontrados 41 processos para o período abarcado (23 para Baependi e 18 para Cristina) e dos réus escravos indiciados foi possível verificar crimes contra a pessoa (furto, roubo e estelionato), contra a propriedade (infração de posturas e fuga) e contra a ordem pública, dentre outros. Da mesma forma, as vítimas escravas figuravam nos documentos por agressões físicas, como açoites excessivos e ferimentos a tiro, praticadas por seus senhores, feitores ou parceiros de cativo.

Nas sociedades modernas, a constituição de uma Justiça mais "idônea" e também pautada nos interesses dos Estados se tornou necessária à medida em que a criação das leis e o seu cumprimento funcionavam como ordenadores das relações sociais. Como agência estatal, as autoridades pareciam dispostas a efetivar as competências jurídicas e a legitimidade dos direitos e poderes, como no caso da

idades é porque foram totalmente esquecidas, salva das ações do tempo e da luminosidade e não foram manuseadas de forma inadequada por usuários dos fóruns e por pesquisadores.

¹¹⁶ O município de Cristina está localizado no extremo sul mineiro e foi criado pela lei provincial de 1850. Como freguesia, já havia feito parte de Baependi e Itajubá. O fumo ganhou grande destaque na produção municipal, ligando Cristina à rota do gênero, que se formou entre Campanha, Baependi e Itajubá, para abastecer principalmente os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX. RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província, op.cit., pp.166-169.*

escravidão, em que as garantias do poder senhorial diante de seus escravos se mantiveram preservados por tempos. Já no Brasil Imperial e, principalmente ao longo da segunda metade do século XIX, essa Justiça passou a ser um canal entre diversos estratos sociais - inclusive os mais marginalizados diante do acesso à participação civil e cidadã - com o Estado, principalmente na intermediação jurídica para se resolverem conflitos pessoais, querelas do cotidiano, reivindicações de grupos e até pela busca da defesa incondicional dos "direitos costumeiros", aqueles adquiridos nas lutas sociais travadas no dia a dia, que não necessariamente estavam claros nas leis, mas que eram fortemente construídos no cotidiano e a partir das relações de força estabelecidas. Nessa disputa, muitos escravos foram vitoriosos, inclusive com a conquista do direito à liberdade.¹¹⁷

A partir da promulgação do Código do Processo Criminal em 1832, houve grandes mudanças nas ordenações do judiciário brasileiro, com a criação de novos cargos e a supressão de outros. O juiz de direito, o juiz municipal, os promotores e o chefe de polícia encabeçavam a hierarquia do poder da Justiça. Em grande escala, vinham os demais funcionários que compunham o corpo administrativo daquele poder. Ao pesquisar a administração da Justiça em Minas Gerais no século XIX, Ivan Vellasco aborda as problemáticas inerentes ao funcionamento da máquina judiciária na província, apontando as questões caóticas que tomavam conta do cotidiano de sedes de comarcas e vilas espalhadas pelos rincões do território mineiro, principalmente no que tange a situação da Comarca do Rio das Mortes, que tinha

¹¹⁷ A produção historiográfica que emergiu no Brasil, a partir da década de 1980, proporcionou um grande momento de se redimensionar o papel da Justiça e da análise das fontes produzidas por ela, no que tange às discussões sobre as temáticas do que se convencionou chamar de "História Social da Escravidão". O entendimento de uma Justiça e de seus agentes, como intermediários nas relações sociais e de seus conflitos, foi trazido à tona por alguns historiadores, principalmente em relação à agência escrava e ao acesso desses indivíduos a essa Justiça, seja na busca por aquilo que entendiam como seus direitos, seja como infratores das leis construídas a partir do Código Penal brasileiro. Na busca pela leitura de mundo que perpassava esses sujeitos - mesmo que enviesada pelas "intempéries" da produção documental - se objetivava analisar a criminalidade escrava, as relações sociais construídas ao longo do cativeiro, o cotidiano do trabalho e os valores e condutas construídos e aceitáveis nessas relações. Assim, foram produzidas algumas referências importantes e que precisam ser mencionadas, já que serviram de aporte teórico e metodológico para esta pesquisa. São elas: FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984; CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986; MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavours paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987; LARA, Sivia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade...* op.cit.; MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico*, op.cit. (1994); GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...* op.cit.;

como sede a vila de São João del Rei. Abusos de poder, jogadas em defesa de interesses pessoais e políticos, precariedades de instalações para o atendimento da Justiça, falta de funcionários e o despreparo no cumprimento das funções, bem como a má remuneração de parte daqueles agentes, faziam parte da realidade cotidiana da instituição em Minas.¹¹⁸

Segundo Vellasco, havia um movimento na tentativa de moralizar a Justiça e acabar com as "guerrilhas burocráticas", que tanto obstruía o funcionamento mais adequado da instituição. Também pesava contra ela a inoperância do poder judicial em algumas localidades, devido a falta de agentes suficientes para dar conta da demanda espalhada nas diversas comarcas, julgados e distritos da província.¹¹⁹

Assim, a documentação criminal analisada é fruto dessas conjunturas que definiam as práticas e condições da instituição judicial naquele período. A partir dela, é possível averiguar situações reveladoras sobre os sujeitos envolvidos nessa trama e que podem se tornar evidentes na compreensão do episódio descrito, inclusive a própria atuação dos agentes da lei. O processo criminal tem seu caráter normativo instituído, intencionado a desvendar a "verdade" sobre o fato. É produto de um trabalho conjunto que se inicia nas repartições policiais, ao ganhar encorpamento com o inquérito policial, até se dar a sua abertura a partir da denúncia do crime com o sumário de culpa. Nesse sentido, nossa pesquisa estava preocupada em entender aspectos de vida dos sujeitos envolvidos nas tensões sociais, frequentemente presentes no cotidiano da escravidão, representados nessa documentação. Assim, é esse tipo de fonte que empresta a cada agente que dela participa, um espaço de atuação para expressão de seu pensamento sobre o cotidiano, seus valores e formas de conduta na sociedade, mesmo que essas colocações sejam encenadas e tenham passado pelo crivo do escrivão, não significando assim a "fala" do depoente.¹²⁰

¹¹⁸ VELLASCO, Ivan. *As seduçãoes da ordem*. Violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais, século XIX. São Paulo; Bauru: EDUSC, 2004. pp.91-107.

¹¹⁹ VELLASCO, Ivan. *As seduçãoes da ordem*, op.cit., pp.107-110.

¹²⁰ Cabe ao direito penal definir os atos proibitivos e ao direito processual penal regulamentar o processo de averiguação e comprovação do crime. Do inquérito policial ao sumário de culpa, o processo-crime constava do auto de corpo delito, da qualificação do acusado e das partes envolvidas, além das testemunhas. Dado o cumprimento dessa fase, o juiz pronunciaria o acusado, se houvessem informações suficientes para tal. Com as acusações realizadas, dava-se início ao julgamento, em que a atuação do promotor e do advogado eram evidentes. Se satisfeito com os argumentos e evidências, o juiz poderia proferir a sentença. Em nossa pesquisa, nem sempre encontramos processos criminais finalizados, ou seja, com a sentença esclarecida. Alguns documentos encontrados nos acervos pesquisados eram apenas formados por convocações aos réus e testemunhas, pelo inquérito policial ou somente auto de corpo delito. Esses não foram computados no total de processos apresentados acima.

E como afirma Michelle Perrot:

Não existem "fatos criminais" em si mesmos, mas um julgamento criminal que os funda, designando ao mesmo tempo seus objetos e seus atores; um discurso criminal que traduz as obsessões de uma sociedade. Toda a questão é saber como ele funciona e muda, em que medida exprime o real, como aí se operam as diversas mediações.¹²¹

Com isso, esse documento precisa também ser entendido como uma produção oficial do Estado, repleto de "mecanismos de controle social"¹²², que apresenta normas e valores pertencentes a seus criadores e demais membros que engrossavam a fileira judicial naquele período. Neste sentido, se debruçar sobre a análise dos discursos presentes nessa fonte é ter a consciência de que para além do crime, existe um cenário aberto que pode revelar uma multiplicidade de eventos que permeavam a vida de sujeitos de diferentes grupos sociais e que poderiam ser chamados a fazer parte da composição do mesmo documento, de acordo com suas vivências compartilhadas no meio social. Mais do que isso, no desenrolar dos processos é possível enxergar, para além de suas linhas e entrelinhas, uma sequência dessa "montagem" de discursos dos personagens envolvidos que negociavam e procuravam soluções para os conflitos apresentados diante daquela Justiça, que por sua vez, buscava responder sempre à luz da legalidade, o que não exclui as interpretações dos fatos por juízes, promotores e advogados, algumas vezes articuladas às margens dessas mesmas leis.

Nesse sentido, a análise que nos propomos para este capítulo tem por objetivo contribuir para o entendimento dos últimos anos da escravidão no Sul de Minas, procurando trazer à tona situações presentes no cotidiano das instituições judicial e policial, que nos revelam algumas ações de seus agentes a elas ligados, bem como de

¹²¹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.pp.244-245. Sobre a natureza do documento, Keila Grinberg também considera que "um processo criminal é uma investigação na qual se interrogam a vítima (quando possível), o réu, as testemunhas, e do qual ainda participam advogados, juízes, e demais agentes da lei e da ordem. O objetivo primeiro da produção do documento não é reconstruir um acontecimento - o que, de resto, jamais poderia ser - mas buscar ou produzir uma verdade, acusando e punindo alguém. Nessa perspectiva, todos os depoimentos seriam "ficções", papéis desempenhados por personagens, cada qual procurando influenciar o desfecho da história. Além do mais, aquilo que muitos historiadores veem como a possibilidade de recuperar a "fala" de pessoas, que na maioria dos casos, não deixaram registros escritos de suas existências, para outros seria uma conquista impossível, por conta de o depoimento de réus, vítimas e testemunhas ter, sempre, a mediação do escrivão, agente da lei." GRINBERG, Keila. A história dos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla; DE LUCA, Tania Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.pp.127-128.

¹²² MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*, op.cit.,p.23.

outros sujeitos que por elas passaram em algum momento deixando suas histórias registradas. Ou, como já alertado por outros pesquisadores, buscamos no processo criminal as representações, as cenas criadas e recriadas, as mentiras, os discursos construídos e as contradições que aparecem com frequência, analisando-o sem perder de vista o subliminar, o aparentemente irrelevante, os pequenos vestígios que aguçam a interpretação criativa do pesquisador, o silêncio proposital e as vozes que tentaram ludibriar.

2.3 - O cotidiano vigiado e os caminhos para a liberdade

Voltemos então ao caso relatado pelo delegado de Baependi em 1882. Era preciso descobrir se o feitor José Cearense e os demais sujeitos envolvidos naquela trama, tiveram aquele episódio de suas vidas registrado em outros documentos que chegaram a nossa contemporaneidade. Para viabilizar a continuidade dessa história, com certa riqueza de detalhes, apostamos na busca por um possível processo criminal que nos contasse mais a respeito. Era também possível que jornais dos acervos pesquisados também apontassem algo sobre o episódio, já que a agressão ao escravo Felix chegou ao conhecimento do chefe de polícia em Ouro Preto através de algum meio. Infelizmente, os jornais nada nos revelaram a respeito, o que viemos a constatar a posteriori, já que a busca se iniciou pela documentação judiciária. Na atual cidade de Baependi, fomos surpreendidos ao saber que a documentação que procurávamos para o século XIX estava sob a guarda do arquivo do Escritório do IPHAN, em São João del Rei. E nesta sanha do historiador por encontrar rastros que nos levasse ao entendimento do cotidiano da escravidão, fomos afortunados com tal acaso.

Em 08 de março de 1882, o promotor público de Baependi, Antonio Carlos Catão Junior, apresentou denúncia ao juiz municipal contra José Fernandes da Silva, vulgo José Cearense, feitor da fazenda Cachoeirinha, pertencente ao Major Luis Joaquim de Meirelles Cobra, por ter agredido com um tiro o escravo Félix, de propriedade do senhor Antonio Gabriel Junqueira. Assim começa a história que deu origem ao processo criminal localizado na caixa 36, depositado no arquivo citado acima.¹²³

De acordo com o documento que nos aventuramos a analisar e a produzir esta narrativa, a partir de uma reconstrução dos acontecimentos nele descritos, o inquérito

¹²³ Processo Crime, 1882, Arquivo do Escritório do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, São João del Rei (doravante AE-IPHAN), caixa 36.

policial foi aberto em 01 de março de 1882, quando o subdelegado de Caxambu, Severino Cornelio Grella, enviou José Cearense à delegacia de Baependi, por ter atirado no escravo Félix. Segundo o inquérito, o feitor administrava um serviço no canavial da fazenda Cachoeirinha quando Félix apareceu naquele lugar. Estava ele fugindo e, impelido pela fome, resolveu “cortar duas cannas afim de saciar a sua vontade”. Ao ser surpreendido por José Cearense, Félix tentou escapar da fúria do feitor, que havia convocado os escravos que trabalhavam na lavoura para ajudá-lo na captura do fugido. A perseguição se deu por todo o canavial até que, na saída para um descampado, Félix se viu cercado por muitos homens e mesmo já impedido de continuar sua empreitada pela liberdade, recebeu um tiro de espingarda de José Cearense.¹²⁴

A cena descrita acima recheia muitas páginas policiais e se fizeram presentes como uma das variadas situações limites que se deram no cotidiano do cativo no Brasil do oitocentos. A presença de José Cearense representara um grande obstáculo nos planos de Félix. As ações de feitores no dia a dia do trabalho nas fazendas contribuíam por tecer as tramas de conflitos que se estabeleciam na tênue relação travada entre senhores e escravos. Sua participação neste cenário pode ser vista como o agente intermediador, que representava os interesses do senhor e a organização e disciplina do trabalho na lavoura frente a escravidão.¹²⁵

Marcado pela ideia da vigilância, da violência e do controle da produtividade, o feitor poderia ser os olhos atentos do senhor, que cobra, que manda e que pune quando se sente contrariado. Nesse sentido, o espaço reservado à lavoura se configurava como local de grandes possibilidades de violência, já que pairava com mais rigor o espectro senhorial, que juntamente com o feitor, exigia um ambiente de trabalho ordeiro e produtivo a base de vigilância e punição.

Ao mesmo tempo que essa projeção do senhor recaía sobre a figura do feitor, seu papel é limitado e não pode transcender à autoridade senhorial. Cabe à escravidão apresentar ao seu senhor os abusos cometidos pelo feitor quando assim se sentissem “feridos” por tal coerção. De qualquer maneira, sua função está ligada à manutenção da ordem e da violência (quando necessária), o que permitia certo distanciamento da pessoa do senhor na execução de tais castigos. Por outro lado, o próprio feitor poderia

¹²⁴ Inquérito policial, 01/03/1882, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fls. 03 e 03v.

¹²⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*, op.cit., pp.85-86.

ser a vítima de tal conflito, já que por encabeçar a relação árida que se dava no eito, de agressor, ele se tornava o agredido.¹²⁶

José Cearense estava ciente de suas obrigações ao averiguar e reprimir qualquer situação que tirasse a paz instaurada no ambiente de trabalho vigiado por ele. Um simples barulho que destoasse dos sons produzidos pelas foices e enxadas representava uma situação suspeita que precisava ser conferida. Não só a presença de salteadores e escravos fugidos de outras fazendas sinalizava um perigo. Era possível que um escravo de seu senhor investisse em tal ousadia. E assim, as ações que se delineariam a partir daquele instante iam ao encontro com um dos momentos mais violentos da escravidão. Gritos, correria, lutas e ferimentos a tiros e/ou produzidos por instrumentos de trabalho eram ações que sequenciavam este roteiro de perseguição. Pesavam naquele momento as condições onerosas de manter os interesses da propriedade.

Vale uma pausa nessa narrativa para pensarmos o cenário em que esse crime aconteceu. Como visto no primeiro capítulo, o Sul de Minas se destacava naquele período por uma produção agropecuária, sustentada por um forte contingente cativo. A área onde o crime aconteceu ficava na região compreendida como o Vale do Rio Verde (vilas de Baependi, Três Corações, Campanha, Três Pontas e Alfenas).

Como via de passagem para São Paulo e Rio de Janeiro, a Comarca de Baependi possuía uma produção mercantil de fumo e grãos (milho, arroz e feijão), voltados ao abastecimento interno e com utilização da mão-de-obra escrava. A produção de fumo era dirigida ao mercado interno, principalmente para as praças do Rio de Janeiro e São Paulo, não fazendo frente à produção de fumo da Bahia, que naquele período estava, em grande parte, dedicada ao mercado externo. Os caminhos das tropas que rasgavam a região transportando mercadorias e que davam conta do dinamismo econômico da época, passaram a ganhar novos contornos com a instalação das primeiras estradas de ferro. Essa região também produzia, em segundo plano, cana-de-açúcar, gados, queijo e café, que serviam ao consumo local e ao mercado.¹²⁷ Já em relação à mão-de-obra escrava, Baependi apresentava uma das maiores porcentagens (24,38%) dos municípios do sul mineiro, de acordo com o Censo de 1872/73 (tabela 04).

¹²⁶ LARA, Sivia Hunold. *Campos da violência*, op.cit., pp.165-182. Ver também: WISSENBACH, Maria Cristina. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. Escravos e forros em São Paulo(1850-1880). São Paulo: Hucitec, 2009.pp.106-110.

¹²⁷ RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província*, op.cit.,pp.166-183.

Esse cenário que ora estudamos, descortina outros pontos sobre o Sul de Minas que é preciso ressaltar. Estamos nos apropriando de uma sociedade rural ou urbana ao buscar compreendermos o processo da abolição? Vimos que por meio da correspondência enviada pelo delegado de Baependi ao chefe de polícia de Minas Gerais, a história dos protagonistas dessa trajetória que por ora apresentamos, José Cearense e Félix, foi registrada nos documentos policiais a partir do momento em que o subdelegado de Caxambu enviou o acusado para a delegacia mais próxima.

Caxambu era distrito de Baependi e, assim como outros distritos, paragens e pequenos sítios ao longo do caminho até o município, não contava com tais órgãos administrativos e jurídicos da mesma forma que sua sede, mas possuir um subdelegado à disposição representava um privilégio frente a ausência de autoridades que pudessem amparar aquela gente. Os caminhos tortuosos e extensos da província dificultavam uma presença contínua do Estado naquelas localidades, assim como o retrato de tantos outros rincões do Império. No inquérito policial, o subdelegado de Caxambu deixou claro a incapacidade de abrigar o prisioneiro em tal freguesia, já que lá não havia lugar para o detê-lo com segurança.¹²⁸

De acordo com os dados da mesma tabela 4, Baependi se apresentava como o segundo maior município em número de habitantes do sul mineiro (37.453 mil), conforme dados do Censo de 1872-1873. Mesmo diante de tal constatação, a maioria dos municípios possuíam contingentes modestos e não se sabia ao certo quem habitava em área urbana ou rural. O que diferenciava então o espaço urbano do rural em uma região conhecida por sua capacidade produtiva agropecuária e de grande absorção de mão-de-obra escrava nas duas últimas décadas da escravidão?

Emprestamos de Liana Reis uma definição para o espaço urbano, que mesmo cunhado a partir das configurações político-administrativas de Minas Gerais para o setecentos, nos parece válida para entender a ocupação do interior da província. Segundo a autora, o urbano é um aglomerado constituído pelo “arraial ou vila, onde existia o núcleo central integrado pelas igrejas, prédios públicos (cadeias e câmaras), casarios de particulares, becos e ruas, lojas, açougues, vendas, bancas de ofícios manuais e serviços diversos como sapateiros, ferreiros, alfaiates, etc”.¹²⁹

¹²⁸ Inquérito policial, 01/03/1882, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fls. 03 e 03v.

¹²⁹ REIS, Liana. *Crimes e escravos na Capitania de todos os negros* (Minas Gerais, 1720-1800). São Paulo: Hucitec, 2008.p.35.

Assim, para além dessa centralidade havia um mundo rural extenso e profundo, que se perdia pelos caminhos, estradas e vielas e que, mesmo distante, não estava desconectado da sociabilidade praticada na cidade. Escravos, libertos e livres circulavam por esses espaços tecendo relações e constituindo ações que, por muitas vezes, não deixavam evidentes a separação entre rural e urbano. Nas cidades estavam também a moradia dos senhores que, quando necessário, deixavam a fazenda e a produção nas mãos de agregados. Os negócios, quando não exercidos para dentro das próprias porteiras, eram redimensionados para os caminhos, os mercados e feiras nas cidades. As cidades eram também palcos da construção de laços de solidariedades, de confrontos sociais, da realização das festas religiosas e outras expressões populares que tinham a praça central como ponto de encontro.

Mesmo que no decorrer do oitocentos a diferenciação entre urbano e rural começasse a ficar mais visível, ainda era possível perceber que esse mesmo perímetro central urbano coexistia com pequenos sítios e fazendas que produziam para o consumo local e para o mercado.¹³⁰ Assim, estamos falando de uma região em que por mais que a extensão territorial seja considerável, a configuração da centralidade urbana não nos parece semelhante a outras localidades com maior peso populacional e presença institucional, o que nos faz entender que neste recorte estudado os espaços conhecidos naquele período como “urbano” e “rural” se confundem uma vez que os traços que os diferenciavam eram sutis e, por vezes, seus limites não eram inteligíveis.

De qualquer forma, o dinamismo social vivenciado nos núcleos urbanos provocou certa liberdade de ideias, contribuiu para formar grupos e movimentos sociais, recebendo pessoas de vários lugares que muitas vezes trocavam informações e traziam novas experiências vivenciadas em outros cantos. Essa convivência entre pessoas de diferentes meios poderia causar preocupações para as autoridades, alertando para os riscos de sedições e práticas consideradas subversivas e contra as moralidades pregadas naquele momento. Esses embates ideológicos contribuíram para mudanças de valores e de pensamento. Mesmo nas pequenas cidades do sul mineiro, percebemos as mudanças estruturais e os questionamentos diante dos valores

¹³⁰MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa, op.cit., pp.152-179. Segundo Jane Jacobs, embora haja predominância do urbano, a formação da cidade é resultado de um “processo histórico”, já que nela se percebe comportamentos anteriores, em que o rural se faz presente que não são claros os traços urbanos. Assim, para a autora, o rural antecede o urbano na maioria das vezes. JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

normativos imperantes, próprios do sistema de controle e manutenção da ordem social estabelecida em fins do período escravista no Brasil.

Sobre o papel das cidades nas lutas e sociabilidades estabelecidas por populares no oitocentos, principalmente no que tange às conquistas escravas no dia a dia do cativo, o espaço urbano serviu como pano de fundo para maiores possibilidades de alcance das alforrias – através do trabalho como jornaleiros, quitandeiras, lavadeiras e domésticos – e para a formação de mão-de-obra escrava cada vez mais qualificada e oferecida a um mercado de trabalho complexo que crescia naquele momento. A formação de uma rede de “escravos de ganho” potencializava o trânsito desses sujeitos e legitimava margens de autonomia em relação ao controle senhorial sobre suas vidas.¹³¹

Ao estudar os africanos livres na cidade de São Paulo, nas últimas décadas do oitocentos, Enidelce Bertin afirma que os núcleos urbanos também serviram para um profícuo espaço de formação de redes sociais e de comunicação entre escravos, africanos livres, libertos e outros populares, o que no período se tornou um trunfo para aqueles agentes e uma ameaça para a tentativa de controle social dos senhores e das instituições estatais, como a polícia. O trânsito diário pelo núcleo urbano permitia contato com familiares, amigos e sujeitos com ideias "subversivas", que nutriam os sonhos de liberdade de muitos deles. Aquele espaço também permitia uma "margem de divertimento" nas horas vagas, além da facilidade ao pecúlio, a partir da venda de seu trabalho a terceiros ou de produtos de suas roças.¹³²

No que tange o processo de urbanização da província mineira, a historiografia nos chama a atenção para o entendimento da complexidade desses arranjos ao longo do oitocentos. Diferentemente das ordenações urbanas criadas pelo “boom” da mineração na região central, no século XVIII, as demais regiões mineiras vivenciaram essas transformações urbanas, de forma mais explícita, ao longo do século XIX, e foi somente no seu último quartel, que as atenções se voltaram para o sudeste e o sul da província, principalmente a partir da nascente produção cafeeira, baseada na exploração do trabalho escravo. Nesse sentido, essas cidades viram nascer os polos de prestação de serviços e de transporte - ferrovias, pequenas indústrias e órgãos

¹³¹ DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.pp.19-60.

¹³² BERTIN, Enidelce. *Os meias-caras*. Africanos livres em São Paulo no século XIX. Salto, SP: Schoba, 2013.pp.118-131.

públicos - e passaram a conviver com a expansão desses setores, dos ofícios e das atuações dos profissionais liberais no mercado de trabalho e na política.¹³³

Na virada do século XIX para o XX, as cidades sul mineiras, em certa medida, procuraram acompanhar o processo de modernização que ocorria nas maiores cidades brasileiras, contudo seu caráter citadino se constituiu de uma “vida de cidade pequena e de uma infraestrutura básica para atender às necessidades do capital”, não perdendo de vista “os contornos impostos pela interação entre o rural e o urbano”. Ainda no século XIX, entre as décadas de 1860 e 1880, a região presenciou a formação de novos municípios, o que fragmentou ainda mais a sua população em cidades pequenas e medianas, “sem um centro irradiador das atividades econômicas”, permanecendo um mercado consumidor restrito e mais voltado para o local. Com a introdução da cultura do café e o incentivo da imigração no Sul de Minas, gerando a ampliação das atividades econômicas e da população, novos municípios foram criados como Alfenas, Boa Esperança, Três Corações e Varginha, territórios desmembrados de Campanha.¹³⁴

2.4 - Um homem móvel

Novamente, nossa devassa processual se concentra na vida do feitor José Cearense. Essa história parece ter ainda muito a nos dizer. Ao abrir o inquérito, o subdelegado de Caxambu, Severino Cornelio Grella, listou as testemunhas e chamou o réu para o interrogatório. De acordo com a narrativa do processo, José Cearense afirmou ter 38 anos, ser solteiro, filho de Virgolina, e natural de Paracuru, Província do Ceará, residindo na fazenda do Cachoeirinha por mais de dois anos, onde se tornou “lavrador e feitor de roça”.¹³⁵ Ao ser questionado sobre como chegou até Minas, José Cearense descreve minuciosamente toda a sua trajetória e a aventura pela mobilidade experimentada, não nos dando nenhum indício de que soubesse ao certo para onde estava indo e qual seria o seu destino final, depois do longo percurso do Ceará até o Sudeste brasileiro. Ele transitou por diversos caminhos pela província do Rio de Janeiro até chegar na divisa com Minas Gerais e aportar em Caxambu, a partir de

¹³³ RODARTE, Mario, et al. “Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX”, *Anais do VII Congresso História Econômica & História de Empresas*, v.7, Belo Horizonte, 2004, pp.07-45.

¹³⁴ SAES, Alexandre; MARTINS, Marcos (orgs.). *Sul de Minas em transição*. A formação do capitalismo na passagem para o século 20. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2012.pp.13-29.

¹³⁵ Inquérito policial, 01/03/1882, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fls. 03 e 03v.

onde torna-se possível recontar parte de sua vida com base na documentação analisada.

A partir da narrativa do nosso personagem, apresentada no processo crime, arriscamos produzir um mapa (a partir da divisão geopolítica atual) que pudesse melhor ilustrar as aventuras e desventuras de José Cearense ao sair do Ceará até a Corte, percorrendo as províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais:

Mapa 2: Mobilidade espacial de José Cearense - Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais

Fonte: Inquérito policial, 01/03/1882, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fls. 03 e 03v. (Elaboração própria do mapa a partir de - Instituto de Geociências Aplicadas - projeção sobre mapa atual).

Segundo o depoimento, ele embarcou em um vapor em Fortaleza, em direção ao Rio de Janeiro, não recordando a data do início da viagem. Como ficou doente, foi internado alguns dias na Santa Casa de Misericórdia da Corte. Ao se recuperar da longa viagem e da moléstia, teria se dirigido para Maxambomba (atual Nova Iguaçu), onde esteve “poucos dias empregado em uma factura de uma estrada”.¹³⁶ De lá, seguiu para Barra do Piraí, trabalhando por algum tempo em uma pedreira. A seguir, José Cearense informa algo inusitado: havia sido preso nesta cidade no dia em que chegou e solto na manhã seguinte. Não há nenhuma informação que nos leve ao motivo da prisão, porque nem mesmo nas demais perguntas que seguem no

¹³⁶ Inquérito policial, 01/03/1882, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fl. 03v.

interrogatório é possível perceber algum interesse do subdelegado para esse detalhe. Teria ele se envolvido em alguma confusão logo em sua chegada a cidade? Houve alguma acusação arbitrária, esclarecida horas depois, que tenha levado a sua soltura?

O que sabemos é que a continuidade da viagem era eminente e ele fez uma nova parada na freguesia de Arrozal, município de Pirai, ficando empregado poucos dias em uma lavoura. Nos parece que a instabilidade temporal nas atribuições conquistadas por José Cearense era frequente, o que o faz demarcar a cada experiência relatada, a pouca vivência adquirida nos lugares em que passou.

Para alguns estudiosos, essa escassez ou incerteza na busca por postos de trabalho fixos – o que provocava uma peregrinação de aventureiros trabalhadores que migravam constantemente, como José Cearense - estava ligada à agonizante crise iniciada tempos antes no principal setor produtivo do Vale do Paraíba Fluminense¹³⁷, outros reforçam o vigor da produção cafeeira e da manutenção da escravaria em cidades da mesma região até 1880. Mesmo consorciando mão-de-obra livre e escrava já nesse período, a robustez da produção cafeeira movimentava o progresso e a infraestrutura do Vale.¹³⁸ Seria essa uma conjuntura favorável a José Cearense, conferindo a ele a conquista de diversos tipos de atribuições, ou a escassez de empregos a migrantes, fez com que ele acelerasse a cadência em busca de trabalhos esporádicos "rasgando" a província do Rio de Janeiro atrás de algo que lhe sustentasse?

A trajetória do nosso personagem ainda não havia sido concluída e de Pirai, no Rio de Janeiro, ele relatou ter trabalhado em outra estrada nos caminhos de Barra Mansa. Sua próxima parada nos revela o maior prazo de empregabilidade de José Cearense até então, tendo permanecido oito meses como serrador de dormentes (travessas de madeira utilizadas na construção de linhas férreas), em Visconde de Mauá (atual distrito de Resende, Rio de Janeiro).

Com a concentração e expansão das ferrovias no Sudeste brasileiro principalmente nas duas últimas décadas da escravidão, este tipo de serviço abriu as

¹³⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*, op. cit., pp.263-268.

¹³⁸ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.pp.150-154. Anteriormente a Ricardo Salles, Robert Slenes já afirmava sobre o vigor da produção cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense até o início da última década da escravidão, criticando tal perspectiva de decadência econômica da região. Ver: SLENES, Robert. "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888". In: COSTA, Iraci (org.). *História econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

portas para muitos despossuídos e migrantes que chegavam na região. O processo de urbanização e a montagem de uma infraestrutura nos transportes férreos, principalmente para atender as demandas da cultura do café, possibilitavam o acesso a trabalhos diversos, mesmo que temporários, dando condições de sobrevivência a livres pobres e escravos fugidos, sem mencionarmos outros ofícios no setor público e nas roças de alimentos espalhadas pelas estradas e caminhos.

Sobre os ofícios acumulados por José Cearense, vale lembrar que esse repertório deu a ele condições de se encorajar na busca pelos postos de trabalho. De pedreiro, passando por serrador e trabalhador das vias férreas, até chegar a lavrador e feitor, nosso personagem conseguiu reunir um leque de opções que abriram caminhos a ele na busca de uma inserção social mais estável. Depois de um longo percurso, um bom tempo pelos caminhos do Rio de Janeiro e de Minas e a experimentação de vários tipos de trabalho, talvez a conquista do cargo de feitor em Caxambu e o direito a lavrar um pedaço de terra que a ele foi concedido, tenha sido sua grande conquista. Segundo Hebe Mattos, as múltiplas habilidades para o mercado de trabalho possibilitaram maior acesso à terra, a certo status social diferenciado e a estabilidade e permanência em determinado lugar. Escravos e mestiços estavam habilitados a alçarem tais postos de trabalho, inclusive de feitores e agregados. Para os escravos da propriedade que conseguiam tais privilégios, o "exercício da liberdade" os capacitava para a busca completa da condição de libertos, fossem pelo caminho da legalidade ou não. Ter suas roças, moradia própria e um ofício de confiança atribuído pelo senhor ampliava os espaços de autonomia.¹³⁹

Assim, migrar faz parte da história da sociedade brasileira ainda na colônia. Levas caudalosas de abastados e de despossuídos migravam em busca de negócios oportunos, investindo tudo o que tinham nessa empreitada, ou simplesmente partiam a procura de qualquer trabalho que os mantivessem vivos. A ascensão de novas áreas produtivas no período colonial se tornou grande oportunidade para ousarem a sair dos seus lugares de origem. A migração e emigração eram fatores de decisões importantes tomadas por portugueses que almejavam o acesso à terra e na inclusão social.¹⁴⁰

¹³⁹ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*, op. cit., p.47.

¹⁴⁰ Em Minas Gerais, a busca por riquezas e acesso à terra produziu grandes ondas de migração de sujeitos de todos os setores sociais para as áreas de mineração, ao longo do XVIII e XIX. As pesquisas ligadas às transitoriedades na colônia abriram caminhos para os estudos sobre as composições de família, de gênero e das redes de articulações sociais criadas a partir desses deslocamentos. ALMEIDA, Carla Maria de. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria de.; OLIVEIRA, Mônica de. *Nomes e números:*

Se José Cearense trazia o estigma da migração, estando sempre disposto a assumir funções de trabalho diferentes pelos lugares que passou, isso nos leva a concluir que ele fazia parte de um grupo social bastante volátil, sem muitas chances de se fixar por um longo tempo em algum distrito ou município que tenha passado, estando sempre a mercê da solidariedade de alguém e na esperança de que as portas do mercado o atendam com alguma atividade que garanta a sua sobrevivência. Assim como tantos outros, José Cearense estava pronto a mudar de ramo profissional e a colocar o pé na estrada sempre a que as condições de um ofício temporário sofram com a escassez que já parecia habitual em suas andanças pelo Sudeste brasileiro, naqueles anos finais da escravidão.

É provável que José Cearense estivesse consciente de que suas passagens por várias localidades entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, não eram só uma obrigatoriedade para a sua sobrevivência, como também deveria saber que as relações afetivas que por ventura construísse ao longo desses caminhos, poderiam não ser prolongadas, demonstrando as fragilidades dos laços sociais que o ligava as demais pessoas e que rapidamente se perdiam. A condição de solteiro também o permitia gozar de privilégios nesse deslocamento geográfico, já que estava desimpedido e respondia apenas pela sua vida naquele momento. Ou teria ele algum laço afetivo, além da ligação familiar com a mãe Virgolina, que no movimento para o Sudeste, tivesse sido obrigado a abandonar no Ceará?

Isso não significa dizer que a ele não pesava as saudades dos laços familiares e de afeto constituídos em terras tão distantes das que se encontrava naquele momento. Jamais seria possível mensurar os sentimentos que permeavam a vida e os pensamentos do nosso personagem. Infelizmente, esses são aspectos que não tinham importância para os registros produzidos no processo criminal. Evitar falar deles, talvez fosse essencial para que ele não se sensibilizasse perante o juizado e não caísse em contradição diante da narrativa que construiu para sua defesa. Revelar tais laços poderia comprometê-lo e levantar ainda mais questionamentos quanto à sua saída do Ceará. Afinal, por que ser levado a um trânsito geográfico tão grande e sem perspectiva de volta se, por ventura, tivesse deixado esposa e/ou filhos por lá? Isso poderia suscitar suspeita sobre quais os motivos teriam provocado essa mudança na

alternativas metodológicas para a História Econômica e Social. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, pp.71-100. Em relação à migração e emigração de Portugal para o Brasil, ver: BRETTELL, Caroline. *Homens que partem, mulheres que esperam*: consequências da emigração numa freguesia minhota. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

vida de José Cearense. Assim, ao afirmar ser solteiro dava a ele mais respaldo para legitimar a construção da sua narrativa.

Além disso, ao voltarmos a especular a rápida prisão que ele sofreu na sua chegada a Barra do Piraí, não podemos deixar de imaginar que esse acontecimento deve ter causado um enorme estranhamento na cidade, assim como deveria ocorrer com todos os forasteiros que diariamente apareciam nesses lugares a procura de emprego. A suspeição sobre essas pessoas - os motivos que levaram a essa mudança de local e o passado de vida não vivenciado dentro do novo núcleo social escolhido por eles - pairava naquelas sociedades, o que mantinha os recém-chegados sob os olhares vigilantes do poder policial e dos demais agentes.

De acordo com Robert Slenes, os delegados de polícia no Império tinham plenos poderes para vigiar, expulsar e convocar para prestar depoimento pessoas volantes que apareciam nas cidades e distritos, sempre causando certa sensação de estranhamento e desconfiança nos habitantes. Assim, não estavam isentas dessa vigilância, pessoas livres pobres que, por ventura, aparecessem nessas localidades a procura de qualquer tipo de emprego e estabilidade.¹⁴¹ Para isso, não só as praças e inspetores de quarteirão estavam atentos a tais "outsiders", mas também a população que, preocupada com a manutenção da ordem e amedrontada com os acontecimentos que delinearam os últimos anos da escravidão (principalmente por conta da presença de escravos e libertos perambulando pelas ruas), também se mostrava disposta ao colaboracionismo com a polícia ao denunciar tais sujeitos. Qualquer elemento intruso que pudesse engrossar tal "pânico" coletivo, poderia servir de alerta às autoridades locais.

Esses andantes, muitas vezes reféns das conjunturas econômicas e produtivas que limitavam as oportunidades de emprego, sabiam da importância de não criarem conflitos e não se envolverem em confusões nos lugares que aportavam. Isso não só parecia uma regra a homens livres, mas também a escravos fugidos que construíam em suas estratégias de sobrevivência pelos caminhos da liberdade, traçando rotas de fuga sem que deixassem rastros de sua condição cativa. No caso de José Cearense, sabemos apenas que ele havia saído do Ceará, era solteiro e se encontrava em idade produtiva valorizada naquele período. Pelo que sabemos, não havia laços que o

¹⁴¹ SLENES, Robert. "Senhores e subalternos no Oeste Paulista". In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional, vol.2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.p.283.

prendia a algum lugar no Sudeste. Estar em constante trânsito também parecia não ser um impeditivo para ele.

Fazendeiros e sitiantes não pareciam temer receber em suas terras, como assalariados temporários, homens absolutamente desconhecidos. Especialmente na segunda metade o século, quando o aumento do número de negros e mestiços livres já começava a fazer com que a cor da pele deixasse de ser uma marca necessária ou provável da condição cativa, por diversas vezes o assalariamento temporário, em sítios ou fazendas de regiões relativamente distantes do local de fuga, serviu de esconderijo para escravos fugidos, que se passavam por livres. Desta forma, o recurso à mobilidade espacial tornava-se cada vez mais acessível a libertos e não-brancos livres, solapando uma das bases de controle social do mundo escravista: a cor da pele, como elemento de suspeição. Na segunda metade do século, as fugas 'para dentro' se faziam possíveis não apenas em direção dos núcleos urbanos, mas também no sentido rural-rural.¹⁴²

Mas o que levou à prisão de José Cearense em Barra do Pirai? Especificamente sobre essa detenção, não sabemos. Mas, propositalmente, omitimos uma informação que fará mais sentido nessa altura da nossa análise: já no inquérito policial aberto em 01/03/1882, José Cearense, além de ser apontado como "desordeiro e "valentão" pelo subdelegado, foi acusado de ser escravo fugido e, por isso, havia se instalado por aquelas terras na tentativa de apagar o seu passado.¹⁴³ Nessa primeira aparição da suspeição de trazer consigo as marcas do cativo, não há a presença de nenhuma outra informação sobre a trama. Tampouco o interrogatório, ainda realizado na delegacia de Baependi, nos apresenta informações mais reveladoras sobre o caso.

Logo após relatar toda a sua trajetória até chegar em Caxambu, foi perguntado a José Cearense se era fato que havia sido abandonado pelo seu senhor por ter assassinado duas pessoas na fazenda a que pertencia, questionamento ao qual respondeu ele que "hera tudo falço e que achava difícil provarem qualquer dessas couzas alegadas"¹⁴⁴. Se a acusação que lhe pesava fosse verdadeira, onde esses crimes teriam ocorrido? Teria vindo ele fugido do Ceará por conta dessas arbitrariedades ou por conta da fome e miséria em que lá vivia, como alegou no processo? Essa possível escravidão teria acontecido já no Sudeste brasileiro? Seus inúmeros deslocamentos de tempos em tempos, embrenhando pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais estavam agora justificados? Este era o motivo que fazia do nosso personagem um contínuo migrante sem destino certo? Haveria sido a sua

¹⁴² MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*, op.cit., p.43.

¹⁴³ Inquérito policial, 01/03/1882, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fl. 03.

¹⁴⁴ Inquérito policial, 01/03/1882, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fl. 07v.

primeira prisão em Barra do Piraí a primeira suspeição de ser escravo? E mais, o que leva a desconfiança do subdelegado, do delegado, do juiz e de testemunhas sobre a possível condição de cativo de José Cearense?

Infelizmente, não temos resposta para quase todas essas perguntas. Com a dimensão de outros casos que aqui serão tratados, a perseguição dos rastros de José Cearense poderá ser retomada numa futura pesquisa. Apesar do conjunto de informações que levantamos sobre tal episódio da vida desse sujeito, a documentação disponibilizada não nos permitiu sanar todas as nossas inquietações. De qualquer forma, sua trajetória nos revela o quão complexo pode ser analisar as movimentações dos sujeitos para além dos limites da escravidão, até mesmo daqueles que, por algum motivo, carregam em si as suspeitas do cativo.

Maria Helena Machado recentemente apresentou as peripécias da escrava Benedicta/Ovídia, que também traçou um projeto de liberdade sofisticado, concebido por sua crença de que com a ajuda de algumas pessoas somada a sua retórica bem elaborada, seria possível ludibriar a polícia e os demais agentes que poderiam lhe causar algum transtorno em sua rota de fuga. Ao assumir outra identidade, Benedicta/Ovídia arriscou e forjou - a ela própria - a concepção de uma história que acreditava convencer os demais. Assim, ela se lançou ao deslocamento de São João do Príncipe (RJ) à Taubaté (SP), onde teve seus planos interrompidos ao cair nas mãos da polícia.¹⁴⁵

Para além da ideia da fuga como uma tática arquitetada no caminho para a liberdade, a autora discorre sobre como as possibilidades dos novos tempos no limiar da escravidão, permitiam a sujeitos de cor se deslocarem com mais facilidade pelo Império, mesmo que a suspeição pela aparência pesasse nas trajetórias traçadas.¹⁴⁶ Assim, além da cor da pele, também servia como um indício para conjecturas a maneira como esses suspeitos se comportavam e se vestiam. As condições das roupas, dos sapatos, dos cabelos e da dentição poderiam dar subsídios para que os vigilantes

¹⁴⁵ Ainda nos idos da década de 1980, Maria Helena Machado apresentou a história de Benedicta/Ovídia para o público, a partir de sua pesquisa de mestrado, voltada a entender a fuga como aspecto da resistência escrava, porém compreendida como crime pelas leis que regiam o Império em 1880. Em 2010, Benedicta/Ovídia é recuperada das páginas do Auto de Denúncia pela autora que procurou naquele momento analisar as questões de construção das identidades sociais femininas no trânsito entre o cativo e a liberdade. Mais que isso, Maria Helena Machado contribuiu para as discussões acerca da mobilidade espacial de escravos no contexto dos últimos anos da instituição escravista no Brasil. MACHADO, Maria Helena P. T. "Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste), 1880", *Revista Afro-Ásia*, n.42, 2010, pp.157-193.

¹⁴⁶ MACHADO, Maria Helena P. T. "Corpo, gênero e identidade...", op. cit., p.165.

da ordem e da segurança pudessem desconfiar de alguém. As marcas dos castigos físicos dos tempos de escravidão, tanto para escravos fugidos quanto para libertos, também se somavam às evidências construídas sobre aquele indivíduo. Numa sociedade delineada pela racialização, esses atributos serviriam para possíveis condenações daqueles sujeitos.

Benedicta/Ovídia e José Cearense são personagens que viveram esse momento. Atores sociais que se lançaram na aventura da mobilidade espacial, numa década em que a escravidão já estava a caducar, abrindo assim espaços de mobilidades para eles. Em nenhum momento o processo criminal que analisamos deixa evidente a condição de cativo de José Cearense. Naqueles anos finais do sistema escravista, a frequência de fugas e de acesso livre pelos caminhos do Império era maior e contava com uma rede de solidariedade que contribuía para a viabilidade do trânsito em longos trajetos. Muitos escravos e libertos também utilizavam dos benefícios dos "vapores", a partir das rotas do tráfico interno do Nordeste para o Sudeste, como também das linhas férreas para se locomoverem. Pesava a eles a busca por um novo mundo que lhes oferecesse condições dignas de moradia, trabalho e sociabilidade. Aqueles sujeitos buscavam a livre circulação e a luta pela independência de suas vidas, ou melhor dizendo, a resignificação delas a partir de um novo ambiente, que desse para eles margens de autonomia e sobrevivência, mesmo que sempre sob a suspeita de outrem e nas franjas do mercado de trabalho. Vale lembrar que até chegar nos locais em que se assentaram a abertura dos processos contra eles, tiveram os dois a percorrer a mesma região cafeeira: o Vale do Paraíba Fluminense.

Maria Helena Machado também afirma que nos anos de 1880, as estações ferroviárias se tornaram um grande trunfo para as estratégias de fuga e de deslocamentos de escravos e libertos, bem como sujeitos livres pobres que se aventuravam pelas cidades e províncias do Império. No caso dos escravos, esses buscavam nas viagens de trem ou nas próprias estradas abertas pelos trilhos, vias de acesso ao mundo dos livres, fosse com a ajuda de abolicionistas, ou de ex-parceiros de cativo, ou ainda a partir de uma investida solitária. As informações sobre quilombos e outras áreas em que a experiência de se passar por livre era possível,

chegavam ao conhecimento daqueles que traçavam as fugas. As redes de contato, que por acaso viessem a precisar no meio da viagem, também eram buscadas por eles.¹⁴⁷

O fenômeno da mobilidade espacial interprovincial de cativos, libertos e livres não é uma discussão recente na historiografia. Os limites geográficos de trânsito para os escravos no mundo do cativo foram relativizados, já que não era possível conceber um sistema escravista em que todos fossem cerceados de se locomoverem para além da propriedade de seu senhor. Entre as velhas noções de um sistema escravista simplesmente a base de "grilhões", "chicotes" e do trânsito escravo apenas no âmbito do cativo, a mobilidade social expandida e conquistada por aqueles sujeitos já é encarada como evidente há muito tempo e veio a corroborar para romper com tais pressupostos. Era óbvio que os significados da liberdade que os escravos aspiravam não podiam ser projetados simplesmente pelo convívio dentro do cativo. Assim, vimos que conquistar o trânsito por outros espaços, sejam eles nas áreas rurais ou urbanas, era fulcral para alguns cativos. Foi assim que conheceram possibilidades de alçarem a alforria através da negociação com seus senhores, a partir do acúmulo ao pecúlio e do contato com novas ideias e pessoas.¹⁴⁸

A criação dessas redes e da conquista dessas margens de transgressão dos limites do cativo, apesar de tênues, instáveis e do fato de que poderiam colocar em risco a própria estratégia escrava rumo à liberdade, demonstravam sofisticadas práticas sociais que não podem se limitar ao olhar unilateral de um convívio dos escravos somente com outros sujeitos que habitavam a propriedade do senhor. A manutenção dessas saídas e a circulação por múltiplos espaços não podem ser vistas somente como uma concessão, mas uma conquista escrava que participava dessas negociações e que exigia "direitos" consagrados pelo costume.

Keila Grinberg, ao estudar as fronteiras da escravidão entre o Império Brasileiro e o Uruguai, trouxe à tona a noção de "solo livre". Os defensores dos escravos alegavam o direito à liberdade, quando esses cativos, ao cruzarem o "solo livre" (no caso o Uruguai), se tornariam automaticamente livres por terem pisado o chão de um território em que a abolição já havia acontecido. Era o princípio de que a

¹⁴⁷ Sobre a mobilidade para escravos e libertos na última década da escravidão, ver: MACHADO, Maria Helena P. T. "De rebeldes a fura-greves. As duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos Pós-Emancipação". In: GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia (orgs.) *Quase-cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. pp.241-280; sobre a mobilidade de escravos, libertos e livres pobres ver: MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*, op.cit., pp.39-52.

¹⁴⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*, op. cit., pp.53-67.

liberdade do solo, liberta o escravo que o toca.¹⁴⁹ Nesse caso, a ideia de "solo livre" transcende a proposta de mobilidade intra ou interprovincial e é pensada para diferenciar a existência ou não do cativo em duas nações independentes. Contudo, quando comparamos com as histórias de sujeitos em suspeição da condição escrava como Benedicta/Ovídia e José Cearense, tanto os transeuntes do extremo sul do Império brasileiro como esses dois personagens, buscavam em comum as suas passagens entre a escravidão e a liberdade, e essa conquista, de nada dependia do fato de se os espaços a se transitar eram nacionais ou estrangeiros.

Nesse sentido, pensando na perspectiva de que transitar remete a uma compreensão de mudanças contínuas e sem muitas certezas de onde se chegar, utilizaremos a expressão "transitabilidade" para caracterizar as movimentações vivenciadas por nosso personagem ao longo de sua trajetória de vida e que foram narradas no processo crime. Assim, a ideia de "transitabilidade" nos dá um sentido mais profundo que "deslocamento", pois este nos parece apenas explicar o ato da transferência de um lugar para o outro, o que não implica, necessariamente, na ideia de continuidade e de novos movimentos. Como vimos, o contexto histórico nos anos finais da escravidão era favorável para ações de mobilidade espacial daqueles sujeitos. Mas estamos convencidos de que, no caso de José Cearense, não era só a vontade de se deslocar de um lugar para outro, mas sim de repetir esses deslocamentos quantas vezes achasse necessário, sem obrigatoriamente existir um destino final demarcado *a priori*, por mais que esse pudesse ser o seu desejo.

O termo "transitabilidade", quando aplicado para a situação que ora analisamos, nos auxilia a pensar que não coube a essa trajetória narrada por José Cearense apenas o sentido de deslocamento, mas sim a lógica de abrir seus próprios caminhos e de se aproveitar daqueles disponíveis (que se podia transitar) naquele momento, ou seja, de se deslocar por diversas vezes sempre que se sentisse acuado. Nesse sentido, a noção de "transitabilidade" - pensando até no significado linguístico

¹⁴⁹ De acordo com o "princípio da liberdade", aqueles que cruzassem a fronteira do Brasil com o Uruguai (que aboliu a escravidão em 1842) deveriam ser enquadrados na Lei de 1831, e assim considerados livres quando retornassem ao Brasil, o que gerou sérios conflitos nos espaços judiciais, já que muitos sujeitos eram reescravizados quando atravessavam para o lado brasileiro. Muitos abolicionistas, como Luiz Gama, já em fins da década de 1860, se apossaram dessa argumentação para defenderem escravos nas ações de liberdade travadas na Justiça. Este contexto explicitado pela autora vem a corroborar para a tese de que a Lei de 1831 não só estaria em pleno funcionamento durante o século XIX, como também contribuiu para a libertação de muitos escravos. GRINBERG, Keila. "A fronteira da escravidão: a noção de 'solo livre' na margem sul do Império brasileiro", *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2007.

da palavra¹⁵⁰ - nos remete a deslocamentos sequenciais e contínuos, realizados à base de muito esforço e perspicácia de nosso personagem, sendo esse termo qualitativo. Isso nos ajuda a reconhecer as habilidades de José Cearense, ou seja, a sua ciência de decifrar as vantagens do trânsito e dos mecanismos da ação "fazer caminhos" e assim, se sentir livre para se locomover pelo Império para onde ele quisesse e pudesse.

A decisão de permanência mais duradoura em alguma paragem, dependeria das condições favoráveis e aceitáveis por ele. No status de dono de sua própria vida, José Cearense se sentiria relativamente confortável se em tal espaço pudesse usufruir de moradia, trabalho e participação social adequados, que garantissem a sua integridade e o mínimo de respeito por parte de seus amigos, parceiros, vizinhos e patrões, oferecendo assim a ele uma abordagem social em que não fosse tratado como escravo.

Parece-nos também que, no caso de José Cearense, as possibilidades de emprego não se resumiam à roça, o que deu a ele margens para angariar outros espaços nesse mercado, diferentemente do que constatou Maria Helena Machado para Benedicta/Ovídia, em que os caminhos da autonomia estavam marcados pelas restrições de gênero e da escassez de postos de trabalho, quase sempre limitados à prestação de serviços domésticos, como via possível para que essas mulheres arcassem com o mínimo para sobreviverem.¹⁵¹

Além disso, ao penetrar na história de vida de Benedicta/Ovídia, Maria Helena Machado demonstra que ao transitarem na tênue barreira da escravidão para a liberdade, sujeitos como a sua personagem e o nosso José Cearense não seriam vítimas apenas do estigma da cor quando fossem acusados da condição de escravos fugidos. Naqueles anos finais do Império, estariam também submetidos a se enquadrarem nas estranhas e invasivas regras de normatização social do Estado e da sociedade - no que tange aos projetos de tutelas, práticas sanitaristas e às condições equivocadas de imposição de um trabalho livre precarizado, bem como se tornarem vítimas das perversas teorias racialistas, das ações racistas cotidianas das demais pessoas, das políticas públicas segregadoras (e da falta de políticas de inclusão

¹⁵⁰ Para nos auxiliar na perspectiva de melhor contribuir na análise sobre esses diversos deslocamentos narrados por José Cearense, recorremos ao dicionário para entender o significado linguísticos de tais termos, tanto usado por autores que trabalham com essa temática. Assim, "transitabilidade" nos pareceu mais apropriada por dar um sentido de mudanças contínuas, não se resumindo apenas em um deslocamento e também por predicar os caminhos transitáveis e as habilidades de quem os transita. HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.

¹⁵¹ MACHADO, Maria Helena P. T. "Corpo, gênero e identidade...", op. cit., pp.166-167.

social), da tentativa de controle e depreciação do corpo negro (em especial do gênero feminino) e de sua estética.¹⁵²

Ao realizar essa análise comparativa, nos fica claro que tanto o processo criminal que coloca José Cearense como réu por agressão a um escravo (e traz à tona sua possível condição de escravo), quanto o auto de denúncia de Benedicta/Ovídia reforçam as proposições de que a participação de escravos na aquisição da liberdade, a partir do apelo à Justiça, principalmente após 1871, tiveram forte impacto na perda da legitimidade da escravidão. Por outro lado, reafirma também a ideia de que a luta desses sujeitos no limiar da abolição, necessariamente, perpassa por entender o processo de abolição também pelas questões de gênero, raça e ciência, que interferiam diretamente nos planos traçados por nossos personagens. Assim, homens e mulheres parecem ter caminhos (e conquistas) diferentes a transitar.¹⁵³

Veremos mais adiante que a José Cearense não pesou a suspeita apresentada pelas testemunhas de acusação e nem pelo advogado do escravo agredido que, por ventura, pudesse ele ser um cativo. Estavam mais preocupados em puni-lo pelo crime de agressão do que averiguar o crime de fuga pela condição de escravo. Estaria livre após cumprir a pena pelo crime. Já Benedicta/Ovídia encontrou maiores dificuldades para consolidar sua volta à Corte. Além da suspeição pela cor da pele, ela estava sob a dependência de certas relações com algumas pessoas que a ajudaram na fuga. Por conta disso, ela poderia se tornar refém de seus tutores, principalmente por estar voltada para o trabalho doméstico, o que criava uma dependência de âmbito privado. Assim, não só a sua mão-de-obra estava susceptível a exploração, mas também o seu corpo, o que demarcava a possibilidade de uma "dupla escravidão" para mulheres como Benedicta/Ovídia: a do trabalho forçado e da violência sexual.¹⁵⁴

¹⁵² MACHADO, Maria Helena P. T. "Corpo, gênero e identidade...", op. cit., pp.181-192.

¹⁵³ Nosso entendimento quanto à ideia da mobilidade espacial, fenômeno também conhecido como "passing" (passar por livre), se alinha a outros trabalhos, que procuram dialogar o trânsito escravo com as questões de raça e gênero. HODES, Martha. *Sex, love and race. Crossing boundaries in North American History*. New York: New York University Press, 1999; ROTHMAN, Joshua. *Notorius in the Neighborhood. Sex and families across the color line in Virginia, 1787-1861*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003. pp.12-56; Sobre análises que consideram a importância de se estudar a relação entre abolição e a questão racial, como processos entrelaçados no final do século XIX, ver: PRATT, Marie. *Os olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999. pp.48-59; COLEMAN, Deirdre. "Henry Smeathman, the fly-catching abolitionist". In: CAREY, Brycchan; ELLIS, Markman; SALIH, Sara. *Discourses of slavery and abolition. Britain and its colonies, 1760-1838*. New York: Palgrave, 2004. pp.141-157.

¹⁵⁴ Por tempos, a historiografia chegou a cogitar que a mulher escrava ou liberta sempre utilizava da sensualidade para calcar certos privilégios e até mesmo a sua liberdade, buscando na sedução a arma para ludibriar senhores e livres. Interpretações perigosas que investiam na ideia de sexualização e de vida desregrada, o que contribuía para inverter a explicação de que, na verdade, elas poderiam estar

Outro caso instigante para entendermos a questão da "transitabilidade" - e de como as questões de gênero e raça interferem na mobilidade espacial construída por aqueles sujeitos - foi lançado por Rebecca Scott, ao apresentar a história de Adélaide Métayer, que recebeu sua liberdade a partir da insurreição haitiana, em 1791 e mesmo assim, seus antigos proprietários a fizeram escrava novamente, transitando com ela até Nova Iorque. De volta a São Domingos, Adélaide pagou por sua liberdade e passou a utilizar dos benefícios da "transitabilidade". A partir das instabilidades pós-revolução haitiana, ela se refugiou em Cuba e em seguida em Nova Orleans, quando novamente se viu em situação de reescravização. Adélaide confiou seu título de liberdade nas mãos de um "padrinho", que tempos depois a reivindicou na Justiça, como forma de pagamento pela dívida devida a ele pelos antigos proprietários dela.¹⁵⁵

Mesmo após a liberdade, Adélaide ainda se viu à mercê de situações em que frequentemente precisava comprovar sua conquista e lidar com os abusos e a exploração de terceiros que, constantemente, tentavam controlar o seu trânsito. No caso de Adélaide não bastava ter um comprovante da condição de liberta, documento adquirido por ela em um momento em que a abolição no Haiti já lhe havia garantido essa nova condição. Na verdade, a cada mobilidade espacial que praticava, até mesmo pela condição de refugiada de sua nação em guerra, alguém procurava aproveitar desse momento frágil de sua vida para investir na tentativa de reescravizá-la, culminando na luta travada nos tribunais de Nova Orleans, para garantir legalmente a

sendo vítimas da agressão sexual daqueles sujeitos. Nos últimos anos, é possível perceber alguns estudos que romperam com essa proposição, trazendo à tona a possibilidade de que mesmo em uma relação afetiva com esses homens, muitas se tornavam reféns dessa relação, correndo todos os tipos de riscos e abusos. Isso não quer dizer que nem nós, nem o texto de Maria Helena Machado, sobre Benedicta/Ovídia, nega ser possível a existência de relações consensuais entre essas mulheres e livres. Contudo, acreditamos que provocar sempre a "romantização" dessas relações, pode camuflar situações do cotidiano daquelas mulheres, nas quais elas estavam expostas. Esta questão nos leva a acreditar que entender todo este trânsito de sujeitos como Benedicta/Ovídia, bem como as relações afetivas colocadas em suas vidas, também passa, obrigatoriamente, pela discussão de gênero e raça, o que torna a análise ainda mais complexa. Não sendo esse o foco da nossa pesquisa, mas reconhecendo a importância dessas ressalvas para se compreender o processo de abolição, nos atemos a essa reflexão. MACHADO, Maria Helena P. T. "Corpo, gênero e identidade...", op. cit., pp.184-187. Ver também: STROTHER, Z.S. "Display of the body Hottentot. In: LINDFORS, Bernthed (ed.). *Africans on stage. Studies in ethnological show business*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.pp.01-61; MACHADO, Maria Helena P. T. "Os rastros de Agassiz nas raças do Brasil: a formação da coleção fotográfica brasileira". In: MACHADO, Maria Helena P. T.; HUBER, Sasha. *Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*. São Paulo: Capacete & 29th São Paulo Biennial, 2010.pp.30-53; MOUTINHO, Laura. Razão, "cor" e desejo. Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais "inter-raciais" no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

¹⁵⁵ SCOTT, Rebecca. "She...Refuses to Deliver Up Herself as the Slave of Your Petitioner' Émigrés, Enslavement, and the 1808 Louisiana Digest of the Civil Laws(Symposium on The Bicentennial of the Digest of 1808--Collected Papers)." *Tul. Eur. & Civ. L. F.*, v.24 , 2009, pp.115-136.

sua liberdade e a de seus filhos. Por fim, Adélaide conseguiu receber a condição de livre e estendê-la a sua família, com exceção de um filho que serviu para pagar a inventiva dívida que foi criada como artimanha para sua reescravização. A dor da perda desta criança é imensurável. Mesmo assim, ela lutou com unhas e dentes para preservar o direito da sua condição de livre e a de seus outros filhos. Condição conquistada a duras penas e que precisou forçar na Justiça para que, finalmente, se tornasse legítima.¹⁵⁶

O que a história de Adélaide, contada por Rebecca Scott, vem nos trazer é mais um exemplo de como, através de sucessivos deslocamentos, é possível perceber as tentativas de controle das vontades daqueles personagens que estavam suscetíveis ao assédio constante de outras pessoas que invadiam suas vidas, procurando tirar vantagens de suas instáveis condições de livre. No caso de Adélaide, mesmo se vendo separada de seu filho, enganada por um suposto "amigo" e sofrendo constantes tentativas de reescravização, a cada nova paragem, ela procurou juntar forças para garantir o plano de liberdade da escravidão. Para além das questões de gênero e raça, que também estão presentes na análise dessa história, percebemos que as angústias da personagem, em cada um dos trânsitos vivenciados, deflagram a ideia de que nem sempre um título de liberdade garantiria o acesso a essa. Assim como a expressão "ser tomado como escravo" poderia não somente ser aplicada a uma pessoa juridicamente considerada propriedade de alguém.

Parece-nos assim que a ação de transitar estava na habilidade do sujeito em não só descobrir os caminhos a percorrer, mas escolher essas vias, quando assim fosse possível, e ser dono de suas próprias passadas, fossem elas interrompidas pela suspeição das aparências limítrofes e/ou pelo estranhamento dos trânsitos tão frequentes. Assim, os caminhos compridos que levaram José Cearense do Nordeste ao Sudeste do Império, puderam ser suportados pela expectativa de ser o condutor de sua própria história e das situações que a vida por ventura lhe apresentasse. Tudo lhe parecia válido, desde que a condenação apontada à cor de sua pele, não fosse sempre motivo para impor a ele a contínua desclassificação social.

¹⁵⁶ SCOTT, Rebecca. "She...Refuses to Deliver Up Herself...", op.cit., pp.134-135.

2.5 - O desfecho processual e o entrecruzamento de histórias na busca pela liberdade

No ponto em que estamos na leitura do processo crime, é preciso iniciar esse tópico fazendo jus ao outro personagem que também se mostrou protagonista na história que, por ora, analisamos: o escravo Félix. De acordo com a denúncia do promotor e o inquérito policial, a história narrada no documento se iniciou com a fuga de Félix, 35 anos, solteiro, natural do Rio de Janeiro e escravo de Antonio Gabriel Junqueira, que ao passar pela fazenda Cachoeirinha, em Caxambu, se viu cansado e com fome, por conta da exaustiva fuga e se pôs a descansar, escondido entre o canavial. Ao cortar duas canas para se alimentar, ele foi surpreendido pelo feitor que correu para alcançá-lo, juntamente com outros escravos que trabalhavam na lavoura. Já rendido pelo cerco promovido pelos comandados de José Cearense, esse disparou "covardemente" um tiro de espingarda contra Félix. Por causar o ferimento, o promotor acusou José Cearense pelo crime de agressão com base no Código Penal do Império, solicitando que o "réu fosse punido com o máximo da pena pedida".¹⁵⁷

Assim que o processo avançou para a inquirição das testemunhas, Manoel de Seixas Baptista, solicitador de causas, natural e residente em Baependi, pode apresentar sua versão sobre o ocorrido. Estando ele em sua casa, viu se aproximar de sua porta o pardo Ambrósio, escravo de José Ribeiro da Luz Junqueira, conduzindo o crioulo Félix. Este estava ferido com o braço esquerdo envolto em um pano ensanguentado. Disse Ambrósio que Félix foi ferido por José Cearense quando passava pela Fazenda Cachoeirinha, ao tentar fugir das terras de Antonio Gabriel Junqueira e seguir fuga para a Fazenda da Glória, onde "iria se apadrinhar". Manoel se ofereceu para fazer um curativo no agredido com uma garrafada de aguardente com cânfora, dando a mistura para Ambrósio repetir o procedimento no caminho da viagem de volta ao local da fuga. Ao final, Manoel demonstrou a sua complacência a Félix dizendo que se "o coitado já estava rendido, o tiro era desnecessário".¹⁵⁸

No depoimento do escravo Ambrósio, de cinquenta e tantos anos, natural de São Tomé das Letras, casado e trabalhador de roça, Félix é mais uma vez apontado como vítima da crueldade de José Cearense. Descreveu a testemunha que ao fugir, Félix havia descido a Serra da Mumbaça, nas proximidades de Caxambu e que apenas

¹⁵⁷ Denúncia do promotor, 08/03/1882; Inquérito policial, 01/03/1882, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fls. 02-04.

¹⁵⁸ Depoimento de Manoel de Seixas Baptista, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fls.10-11.

queria descansar e comer algo devido a fuga repentina para a Fazenda da Glória e que ajudou o agredido a pedido de sua senhora, que teria visto Félix machucado num beco próximo de sua casa. O seu senhor havia feito curativo no escravo e o aconselhado a voltar para a fazenda de seu dono. Assim, Ambrósio estava acompanhando Félix em sua volta para o local de onde fugiu, quando encontrou Manoel de Seixas Baptista, que refez o curativo de Félix e se solidarizou com o escravo. Ao fim do depoimento, o advogado do réu tentou desqualificar a fala de Ambrósio dizendo que "contestava a testemunha pelo mesmo fundamento das últimas, accrescendo que este como escravo não pode gostar de quem era feitor". Em seguida, o advogado apresentou um adendo afirmando que Geni, a irmã de Ambrósio, era escrava do Major Luiz Cobra, o que, provavelmente, fazia do réu uma pessoa não bem querida pela testemunha.¹⁵⁹

Além disso, o advogado contestava Ambrósio por ser ele um "mau escravo e por isso ter sido vendido por levantar-se contra o seu senhor", tendo assim "dezejos de vingar do réu".¹⁶⁰ Parece-nos então que Ambrósio já havia sido escravo do Major Cobra e conhecia José Cearense como feitor da fazenda, tendo sido seu comandado. Quais teriam sido as tensões entre Ambrósio, José Cearense e o Major Cobra? O que teria feito Ambrósio para ser chamado de "mau escravo" pelo advogado do réu? Ambrósio conhecia bem os métodos violentos de Cearense e, por isso, se sensibilizou com o escravo Félix? Depor contra o feitor era um momento de trazer à Justiça as suas próprias angústias pelo tempo de escravidão vivenciado na Fazenda Cachoeirinha? Teria Ambrósio a oportunidade de utilizar daquele julgamento para denunciar aquilo que, por ventura, possa ter acontecido no passado e que considerava injusto, sendo assim a punição de Cearense válida? Se tais hipóteses levantadas aqui forem verdadeiras, quantos escravos vitimados por senhores e feitores não tiveram a oportunidade de ver suas histórias publicizadas no judiciário ou na imprensa? Quantos não puderam denunciá-las? E daqueles que conseguiram chegar até a polícia, quantos de fato foram ouvidos e tiveram suas denúncias creditadas e transformadas em processos criminais?

Primeiramente, é preciso reconhecer a capacidade de ação de escravos como Félix de fazer com que suas reivindicações chegassem até a Justiça. Coletar seus depoimentos, interrogar testemunhas, julgar o caso e dar a sentença demonstram iniciativas que revelam a entrada de sujeitos dentro das instituições estatais em

¹⁵⁹ Depoimento de Ambrósio, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fl. 40.

¹⁶⁰ Depoimento de Manoel de Seixas Baptista, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fl.11.

condições de vítimas, antes impraticáveis. Obviamente que Félix não se projetou sozinho até os tribunais mas a sua perspicácia de reconhecer o momento certo e de perceber quais pessoas tinha a seu favor, pode ter impulsionado o nosso personagem a tal investida. Dessa forma, a documentação da Justiça no oitocentos, nos auxilia a compreender as situações do cotidiano de seus sujeitos, principalmente no que tange à agência escrava, demonstrando tais momentos de tensões sociais estabelecidas.

Além disso, vale chamar a atenção para a participação de Ambrósio no desenrolar do processo. Ambrósio não só depôs a favor de Félix, como parece ter produzido uma minuciosa descrição sobre o que ouviu, como se quisesse convencer a Justiça que estava acompanhando o amigo na fuga e na cena do crime. O empenho na defesa de Félix fez Ambrósio ser citado em outro momento do processo, por meio da testemunha Manoel de Seixas Baptista, que teria ouvido de Ambrósio a "covarde" história de agressão sofrida pelo companheiro. A partir da narrativa atribuída ao advogado de defesa de José Cearense - de que as falas de Ambrósio não poderiam ser levadas a sério, pois teria ele querelas com o acusado - podemos especular que tais fatos talvez tivessem motivado o empenho da testemunha na defesa de Félix. Porém não nos restam dúvidas de que o depoimento de Ambrósio, também expressava o forte vínculo de amizade estabelecido entre eles.

É evidente que o apadrinhamento do senhor de Ambrósio, bem como a participação dos depoentes que declararam apoio a Félix, contribuíram para que a sua versão ganhasse consistência. De qualquer maneira, é importante estarmos atento que por trás do cenário formal parecia haver uma imbricada relação de solidariedade entre aqueles personagens, o que fazia com que em um momento de profunda instabilidade para um parceiro de cativeiro, estivesse o outro a postos para ajudar. Nesse caso, essa afetividade existente entre ambos, se manifestou através de uma intercessão que não estava ligada a figura do padrinho, mas às habilidades de Ambrósio em "remendar" as partes frágeis da história, dando a ela mais veracidade. Além disso, Ambrósio demonstrou a Félix sua parceria desde o momento em que atendeu ao pedido da senhora para socorrer o agredido, aceitou acompanhá-lo de volta até seu proprietário e anunciou, para quem quisesse ouvir, que Félix havia sido agredido por José Cearense. Era uma forma de defender o amigo, convencer os demais da agressividade injustificável do feitor e também de amenizar as consequências da fuga que, por ventura, poderiam pesar em forma de castigo. Para além de minorar os efeitos de uma possível punição, era o momento de demonstrar os laços de solidariedade entre a

escravaria e ter como estratégia, não só a garantia do bem-estar da vítima, mas também construir possibilidades de acesso à liberdade que pudessem beneficiar a todos a longo prazo.

Essas questões nos revelam que, se os populares - escravos, libertos e livres pobres - margeavam as discussões e as tomadas de decisões na arena política, tiveram a oportunidade de encontrar na Justiça uma forma de estabelecer um diálogo mais direto com o Estado ao se fazerem ouvir a partir da apresentação de suas reivindicações. Não à toa, Félix foi mais um personagem a acessar esse espaço de intermediação de conflitos na expectativa de que seu algoz fosse condenado. Contudo, vale ressaltar, que não afirmamos um papel complacente à causa dos escravos por parte do judiciário naquele momento. Como um membro do Estado, sua organicidade também obedecia a uma hierarquia estabelecida entre as instituições, bem como aos interesses daqueles grupos dos quais o corpo funcional dos tribunais também pertencia. Assim, promotores, juízes e demais funcionários devem ser vistos como sujeitos que ora se solidarizam com as violências frequentes do sistema escravista, promovendo um "embate" com as próprias leis do Império e com o pacto senhorial, ora respondiam aos anseios de seus próprios interesses, dos grupos dominantes e do Estado, procurando manter a ordem e a legitimidade do poder frente ao descontrole que poderia causar as revoltas escravas e movimentos populares.

Além disso, essa entrada cada vez mais constante de escravos como vítimas na cena jurídica, também poderia ser explicada pela maior intromissão da própria Justiça no direito privado do senhor, na perda da legitimidade do escravismo e no crescimento urbano e de seus aparatos de representação estatal, como a instalação de fóruns e delegacias. A presença dessas instâncias de forma mais efetiva na vida daquelas pessoas, de alguma maneira, trazia o Estado pra dentro dos lugares mais longínquos do Império.

Da mesma forma, está claro que escravos não surgiam na documentação judicial apenas como réus, mas também como vítimas e queixantes. No caso que analisamos, não só Félix teve a oportunidade de combater a agressão de José Cearense, mas também Ambrósio. Afinal, aquela teria sido uma ótima chance de deixar claro frente ao tribunal que tinham eles algumas contrariedades com a figura do feitor e que não aprovavam nem a vigilância e a cobrança arbitrária no eito, nem a violência provocada no corpo de Félix.

Por algum motivo específico que não sabemos, possivelmente desencadeado por uma "situação limite" do cativo, Félix fugiu da fazenda de seu senhor e buscou outro que pudesse lhe apadrinhar.¹⁶¹ Ao ser agredido durante a fuga pelo feitor José Cearense, Félix foi socorrido pelo seu padrinho, José Ribeiro da Luz Junqueira, proprietário do escravo Ambrósio. Além do padrinho, Félix ainda recebeu a solidariedade de Manoel de Seixas Baptista, que refez seus curativos para que ele prosseguisse viagem em direção a fazenda de seu senhor e foi ainda sua testemunha no processo. O inquérito policial foi registrado no distrito de Caxambu, pelo subdelegado Severino Cornelio Grella, mas não sabemos quem promoveu tal ato em defesa de Félix. Poderia ele próprio ter se apresentado ao subdelegado ou algum livre ter contribuído em sua denúncia. Teria sido um de seus solidários, Antonio Junqueira, o senhor de Félix, ou Manoel de Seixas Baptista, o solicitador de causas? Não encontramos essa informação nos autos.

O fato é que a fuga de Félix foi resolvida sem mais delongas e, obviamente, o aconselhamento de seu padrinho pode ser lido como uma forma de apaziguar os ânimos entre o senhor de Félix e seu escravo, como também uma maneira que José Ribeiro da Luz Junqueira encontrou de ser solidário com o colega, poupando-lhe o prejuízo pela ausência de produtividade de seu cativo. Não sabemos os motivos que levaram a fuga e nem se ele foi castigado pelo ato de desobediência. De qualquer maneira, para os bem-afortunados, com as informações contidas nos processos e jornais, a realização de estudos mais específicos sobre as motivações que levavam as fugas é fulcral para entendermos as opções e expectativas de liberdade traçadas pelos escravos.

O que se sabe é que a fuga e, conseqüentemente, o apadrinhamento, eram vias de buscar intercessão que os livrasse de situações violentas que aconteciam dentro da propriedade, ou mesmo de escapar de um novo castigo prestes a acontecer devido ao calor de alguma nova tensão estabelecida.¹⁶² De qualquer maneira, vale lembrar que se Félix buscou a fuga e o apadrinhamento de outro senhor, é provável que acontecia alguma forma de agressão onde morava. A procura por José Ribeiro da Luz Junqueira também poderia ser intencional e remeter a alguma ligação deste senhor com Félix e

¹⁶¹ Segundo Ademir Gebara, "as fugas precisam ser analisadas com o significado específico em seus diferentes momentos históricos, com suas múltiplas implicações". GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.pp.89-100.

¹⁶² GUIMARÃES, Elione. *Violência entre parceiros de cativo*. Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Annablume, 2006.pp.86-101.

outros escravos. Sua fama de protetor já poderia ser conhecida na região. E seria José Junqueira, parente de Antonio Junqueira, proprietário de Félix? Essa possibilidade também deve ser levada em consideração.

Vale ressaltar que estava na década final da escravidão, em um momento em que as garantias firmadas na Lei de 1871 não demonstravam tantas certezas de conquistas por parte dos escravos. Nem mesmo as pressões abolicionistas, as discussões no Parlamento e na Fala do Trono que, obviamente, criaram um clima favorável ao abolicionismo no país, foram suficientes para se dar o pleno cumprimento do exercício da lei. Se no campo do cotidiano social, as leis conhecidas como emancipadoras se configuravam como pouco significativas, era preciso uma investida escrava mais eficaz e contínua. Não à toa que as fugas se intensificaram já no fim da década de 1860.¹⁶³

Se a Lei do Ventre Livre era ambígua, a leitura dessa fragilidade da lei, bem como da própria crise do sistema escravista, era interpretada por alguns escravos, que projetaram na fuga uma forma de afrontar a lógica social imperante e questionar a legitimidade do poder. Decifrar os códigos do atrofamento do poder senhorial e da força repressora do Estado era uma opção possível e, por vezes, determinante nas vidas daqueles sujeitos.

Antes de encerrar o capítulo, voltemos novamente as atenções para José Cearense. Ao ser acusado pelo tiro que feriu Félix, o feitor pode ter previsto que sua condição de migrante, bem como a cor da sua pele, pesaria contra a sua defesa. Vimos que já na correspondência enviada pelo delegado de Baependi ao Chefe de Polícia da província, Cearense é descrito como homem perigoso, capaz de "provocar terror" na região.¹⁶⁴ No inquérito policial, ele é acusado de "desordeiro" e "suspeito de ser captivo".¹⁶⁵ José Cearense, em todos os momentos em que foi interrogado sobre a acusação da condição de cativo, respondia com bastante firmeza que "hera tudo falço e que achava difícil provarem qualquer dessas couzas alegadas".¹⁶⁶

¹⁶³ Liana Reis apresentou para Minas Gerais um estudo sobre as emancipações realizadas a partir da Lei de 1871, chegando a conclusão que dos 286.026 escravos, aptos a receber a liberdade a partir dos artigos da lei e listados nas Juntas de Classificação de 62 municípios, no ano de 1880, apenas 1,09% foram libertados (1871-1884). REIS, Liana. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira*, op.cit., pp-74-76.

¹⁶⁴ Ofício do Delegado de Baependi para o Chefe de Polícia, 30/03/1882, APM, Polícia, POL 1/3, cx.26.

¹⁶⁵ Inquérito policial, 01/03/1882, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fls. 02-04.

¹⁶⁶ Inquérito policial, 01/03/1882, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fls. 02-04.

Vale destacar que, nas interferências do advogado do réu, Antonio Carlos Carneiro Viriato Catão, feitas ao longo das falas atribuídas a Cearense e às testemunhas, a linha de defesa estava voltada para desconstruir a validade das informações prestadas por alguns depoentes. Vimos anteriormente que coube a ele desqualificar as informações prestadas pelas testemunhas de acusação, como as falas do escravo Ambrósio. Durante o depoimento de Ismael Maciel, de 41 anos, sapateiro, natural da Bahia e residente no município de Baependi, o advogado Catão perguntou à testemunha se "sabia que o subdelegado tinha rivalidade com o réu por causa das prostitutas de Caxambú".¹⁶⁷ A intenção era deslegitimar a prisão do acusado pelo subdelegado, apontando como arbitrária e levada a cabo por motivos pessoais. Da mesma forma que ele acusou o proprietário de Ambrósio de ter "interesse na prisão de Cearense".¹⁶⁸

As testemunhas de defesa arroladas no processo responderam que José Cearense não era "desordeiro" e "valentão", não atirando em Félix com o "fim de matar, mas sim espantar sem fazer pontaria". Além disso, Antonio Pereira Gomes Nogueira, de 29 anos, casado, lavrador, natural e residente em Baependi, afirmou que o réu trabalhou para ele por dois anos "portando-se muito bem, respeitando toda a sua família e os vizinhos" e que "andou sempre pelos lugares publicos bem com as estradas de ferro lugar por de mais polliciado".¹⁶⁹ Reafirmar perante o juiz que José Cearense se portava como bom cidadão e que, por mais que sua função de feitor o chamasse para práticas de controle da ordem e da vigilância dos escravos que pudessem ser julgadas rudes, sua personalidade não apontava para ser ele capaz de ato tão violento que pudesse provocar um assassinato.

Em relação a denúncia de que José Cearense era escravo fugido do Ceará, os depoimentos das testemunhas de defesa confirmam o argumento apresentado pelo réu. Seria ele mais uma vítima da fome e da seca que assolava aquela província e por esse motivo veio migrado para o Sudeste. Já alguns depoentes que tenderam a confirmar a reação do feitor como uma agressão intencional cometida contra Félix, levantaram a

¹⁶⁷ Depoimento de Ismael Maciel, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fls.08v-10.

¹⁶⁸ Depoimento de José Ribeiro da Luz Junqueira, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fl.37.

¹⁶⁹ Depoimento de Antonio Pereira Gomes Nogueira, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fls.11v. e 12; 29v. e 30.

suspeita de ser José Cearense um escravo. Já no seu interrogatório, foi perguntado se foi ele "abandonado por seu senhor por ter cometido dois açaínatos na fazenda".¹⁷⁰

Manoel de Seixas Baptista em seu depoimento, afirmou saber de um "sujeito da Província do Rio de Janeiro, para prender o acuzado como escravo daquela província e que para isso tinha obtido ordem do subdelegado, indo com a escolta a Fazenda do Major Luiz Cobra". Como o suspeito não se encontrava, afirmou a testemunha saber que o Major Cobra se comprometeu a entregá-lo às autoridades "para confrontar os signaes". Porém, não havendo concordância com os caracteres físicos do escravo reclamado por um senhor do Rio de Janeiro, José Cearense se viu livre daquela acusação, o que não eliminou a suspeita de que fosse ele um escravo fugido.¹⁷¹

Mesmo assim, nos demais depoimentos que se seguiram, algumas testemunhas continuaram a acusá-lo de ser cativo. Se nosso personagem foi mais um dos milhares de escravos que transitaram pelo Império pelas rotas do tráfico interno e que, em algum momento, conseguiu escapar do cativoiro, não vamos saber por agora, mas essa possibilidade não pode ser descartada.

É interessante percebermos também que outra forma de desqualificar José Cearense eram as abordagens em razão da cor da pele, citadas nas falas dos depoentes. Aqueles que nos deixaram evidente que testemunhavam contrários ao feitor, usavam como dispositivo para descrever o réu as expressões "molato" ou "meio molato". Parece-nos que ao utilizarem essas designações para cor da pele, a intenção desses sujeitos era demarcar ao longo do julgamento, a suspeição da condição de cativo do réu.

Uma tentativa de usar "patamares" de classificação racial, como os apresentados acima, muito comuns naquela época, nos aponta a necessidade de perceber na construção dessa narração presente no processo crime, os discursos sobre racialização que permeavam as histórias de vida daqueles sujeitos. Os próprios escravos, Félix e Ambrósio, antenados a esta argumentação, referiram-se a José Cearense como mulato nas duas vezes que foram chamados a depor ao longo do processo. Seria essa uma estratégia de alimentar constantemente as impressões que o

¹⁷⁰ Interrogatório de José Fernandes da Silva(Cearense), 24/02/1882, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fls. 05v-07v.

¹⁷¹ Depoimento de Manoel de Seixas Baptista, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fl.11.

juiz, o promotor e os demais personagens daquele tribunal estavam construindo sobre o caso?

Se havia a intenção de agregar na condenação do réu a possível condição de cativo, reiterando a cor da sua pele, pode ter sido uma estratégia da acusação bem comum e orientada pelos próprios advogados. De qualquer maneira, fica evidente que na pronúncia proferida pelo juiz, em que José Cearense foi condenado por "offensas physisas"¹⁷², ao menos o réu saiu "vitorioso" no que diz respeito ao enfrentamento das acusações de que era escravo. Por mais que a vítima, que o seu advogado, que o subdelegado e que algumas testemunhas tenham repetido essa suspeita em todos os momentos em que eram chamadas a depor, prevaleceu, como foco do julgamento, o crime que levou a abertura do processo, ou seja, a agressão sofrida por Félix.

Fica registrado assim que mesmo diante das denúncias de pertencer à condição de cativo, José Cearense se esquivou delas, o que evidencia também que se naqueles momentos finais da escravidão fosse a fuga uma ação ainda muito condenável pela sociedade, a própria desqualificação do ato desempenhado por Félix - de fugir da fazenda - poderia também pesar contra a vítima. A partir do processo que analisamos, concluímos que ao julgar o ato de violência cometido pelo feitor, esse era o ato de que se queria saber, o que se deveria condenar como prática abusiva não só pela força da lei, mas em consonância do que era ou não aceitável como direito da propriedade escrava naquele período.

Assim, esse caso colabora para compreendermos que o que estava em xeque, eram os limites possíveis para o castigo e a correção de um escravo. E que, por mais que estivesse em jogo a ação do feitor, a figura do proprietário (através do seu poder senhorial) também era questionada, fosse pelos homens da Justiça, por outros senhores ou pelos próprios escravos. Se não houve tal disposição e interesse por parte do promotor e/ou do juiz para somar àquele processo os pedidos de averiguação da condição de cativo, o réu também contou com a sorte de não terem surgido novas evidências que reforçassem tal questão.

Se José Cearense era de fato cativo, estava claro para ele que se envolver em confusões e crimes era expor publicamente sua condição, levando inclusive a descoberta de evidências que pudessem corroborar para essa acusação. Ao que indica o processo crime, o nosso personagem se livrou de dois momentos críticos dessa sua

¹⁷² Pronúncia do juiz de Baependi, AE-IPHAN, Processo, caixa 36, fl.42.

transitabilidade desde que saiu da província do Ceará: quando foi preso para averiguação em Barra do Pirai, Província do Rio de Janeiro e quando foi intimado a comparecer na subdelegacia de Caxambu para comparar as características físicas com um escravo que estava sendo reclamado na Corte. Publicizar mais um fato em que tenha participado, era abrir margens para novas suspeitas e reacender os rastros de outras passagens pela polícia que tenha acontecido ao longo da travessia até Minas Gerais. Não à toa, em todos os interrogatórios prestados, José Cearense respondeu que não era cativo em tom firme, de forma precisa e sem hesitação.

O fato é que o controle de sua mobilidade e de suas ações também se definia pela questão de sua aparência limítrofe, mesmo que os proprietários de terras pela região já não temessem tanto a presença de trabalhadores livres desconhecidos, negros ou mestiços, naqueles anos finais da escravidão.¹⁷³ A cor da pele poderia não ser mais o fator determinante que remetia a pessoa à condição de cativo, mas ela não deixava de abrir uma possibilidade para tal suspeição, apesar do número crescente de negros e mestiços que perambulavam e adentravam aos campos e às cidades naquele período. Independente do fato de ser escravo ou não, José Cearense sabia que ao transitar e ao se estabelecer em novos lugares, era possível encontrar olhares que poderiam fazer recair sobre ele acusações variadas a partir de sua condição, sendo a mais recorrente a de que era egresso do cativeiro pelo caminho da fuga.

Assim, podemos afirmar que para escravos, libertos e mestiços transitar se tornava um direito e uma escolha acessível, mas trazia consigo o ônus da dúvida, da discriminação e da não aceitação, em que o controle dos critérios estéticos - do que era aceitável ou não no que tange a aparência física - por parte daquela sociedade, os acompanharia mesmo na pós-emancipação. As fragilidades e precariedades das condições de direitos, de cidadania e de inserção social daqueles sujeitos eram nítidas mesmo antes e depois da abolição. Apesar da conquista de se tornar feitor - o que colocava José Cearense em uma posição social acima dos demais negros e mestiços - estava nítido que isso não garantiria a ele passar ileso, sem ser considerado suspeito, nas próximas etapas de sua vida.

O fato de nos aprofundarmos na análise desse processo crime, não nos faz acreditar que estão esgotadas as possibilidades de novos olhares sobre essa história, da mesma forma que é certo que algumas lacunas e dúvidas continuarão a persistir.

¹⁷³ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op.cit., p.43.

Desse modo, elencamos alguns questionamentos que nasceram ao longo da leitura do processo e que não apontam para uma pronta resposta. Também adentramos em questões que não estavam diretamente ligados ao tema da pesquisa, mas que se mostraram importantes para que tentássemos estabelecer um diálogo com o que a historiografia vem questionando, o que não poderia ser negligenciadas neste trabalho.

Preferimos então reapresentar algumas inquietações já mencionadas e outras que nos surgiram nos últimos parágrafos deste capítulo: o que levou, de fato, José Cearense a se propor a tal aventura? Tinha ele noção do imenso percurso que traçaria até chegar em Minas Gerais? Por que sair do Ceará em um momento em que as possibilidades de liberdade se materializavam com mais rapidez por lá que no restante do Império? Tinha ele ciência das movimentações pelo fim legal da escravidão naquela província? Poderia ter sido o tráfico interno a via ideal para se apossar das rotas e caminhos, dos fluxos de fuga para outras regiões e da criação de relações com vários sujeitos que passaram a auxiliá-lo ao longo da travessia? Por que vir para uma região em que, quando comparada a outras, ainda vivia em um grande fôlego do sistema escravista? Também tinha ele conhecimento desse cenário? Até que ponto estava ele ciente das ações escravas e dos movimentos em prol da abolição? Era sua escolha se deslocar constantemente e se distanciar cada vez mais de sua terra natal, ressignificando assim a sua própria noção de sociabilidade?

O que nos parece é que ao mesmo tempo em que vivenciar vários trânsitos pela região mais escravista do Brasil naquele momento, poderia significar maior risco de suspeição de sua condição de desconhecido e mestiço (ou talvez de cativo), por outro lado, revelaria que circular entre inúmeros sujeitos também negros e mestiços que acessavam com mais frequência os caminhos do Sudeste, criava um efeito de mimetização ideal para que José Cearense investisse em seu propósito de ser livre de alguma maneira.

Procuramos tratar aqui de uma defesa de liberdade que foi a muito custo conquistada, sem que se tenha total ideia dos riscos, perigos, perdas e decepções sofridas por José Cearense ao longo da travessia. Travessia essa que não é de mais valor do que a tentativa de fuga ousada por Félix, que não parece ter sido concretizada naquele momento. De qualquer maneira, o ato violento e inesperado explodido naquela fazenda de Caxambu em 1882, colocou frente a frente protagonistas de duas histórias que se entrelaçaram e que buscaram, por meio do trânsito, maneiras diferenciadas de dar sentido a liberdade.

Capítulo 03 – Ebulições sociais em meio às palavras de ordem: sociedade em transe

Passados alguns meses após a abolição, o subdelegado Francisco de Paula, de Machadinho (distrito de Machado, atual cidade de Poço Fundo), escreveu para o Chefe de Polícia de Minas Gerais, em tom dramático e queixoso, apresentando os rumos que a população egressa do cativeiro havia tomado a partir do 13 de maio. O teor da carta não era dos melhores e isso ficou evidente quando o destinatário resolveu mencionar a situação das ruas da cidade, que "se acha infestada de ex-escravos e vagabundos que não querem se empregar somente promovendo desordens". Diante de tal descabimento, o subdelegado conduziu a solicitação exigindo assim a contratação de mais praças para manter a segurança da região. Ao encerrar, o recado da autoridade também era evidente, já que se a Chefia de Polícia "não atender a este pedido, e a continuar este estado de couzas, desde já solicito minha exoneração, protestando não servir mais como subdelegado".¹⁷⁴

Policiar as ruas, vigiar as ações que poderiam comprometer a ordem e a segurança e, neste caso, contribuir para uma proposta de controle e tutela da população liberta são preocupações que parecem ter sido mantidas na gestão de alguns agentes do corpo policial, mesmo na pós-emancipação. Reflexos das ausências de políticas públicas do Estado, de suas instituições e da rejeição de parte da sociedade em aceitar a inserção desses sujeitos com o fim do sistema escravista.

A proposta desse capítulo é trazer à tona outras situações do cotidiano vivido pela instituição policial, diferentemente da que vimos no Capítulo 02, e que nem sempre tiveram os tribunais da Justiça como destino final. A polícia registrou inúmeros casos envolvendo questões ligadas à crise do escravismo e esses fazem parte do importante acervo "Chefia de Polícia", pertencente ao Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. Não menos substancial para essa discussão será a análise que também realizamos a partir das páginas dos periódicos produzidos no Sul de Minas naquele momento, encontrados no Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort, de Campanha, como também no Arquivo Público Mineiro. O estudo de toda essa documentação nos ajudará a entender a complexidade de situações em que tal polícia estava envolvida, bem como suas ações e as de outros

¹⁷⁴ Ofício do subdelegado de Machadinho para o Chefe de Polícia, 04/11/1888, APM, Polícia, POL ¹ 5, cx.05, doc 42.

sujeitos e grupos que nas páginas daquela agência foram demarcados. Nossa intenção é compreender como aquele cotidiano policial interpretou, se manifestou e agiu quando se tornou evidente que a escravidão estava em seus anos derradeiros.

Na mesma medida, queremos analisar os discursos presentes nas trocas de correspondências entre as autoridades policiais, procurando entender como aquelas informações chegavam nos diferentes espaços e como - entre o discurso e a prática - vários desses agentes colocavam suas impressões sobre o mundo e agiam em função daquilo que entendiam e acreditavam, nem sempre convergente com as diretrizes da corporação e do Estado. O que estamos querendo dizer é que o olhar sobre essa polícia não pode ser feito de forma unilateral, procurando entender que seus agentes responderam de múltiplas maneiras e com ações contrárias às vontades do Estado e do poder senhorial. Mais que isso, pretendemos analisar como o processo de abolição se encorpava, a partir da desarticulação a olhos vistos do regime escravista, tendo como análise as ações cotidianas dos diversos atores sociais registradas a partir desta documentação.

3.1 - A busca pela ordem

Se na montagem do Estado Moderno no Brasil, as preocupações estavam voltadas para as configurações político-administrativas do Império recém-criado, com a manutenção da integridade do território, com as garantias legais da escravidão e com as políticas diplomáticas, a partir da segunda metade do oitocentos, veríamos movimentos sociais que passariam a sucumbir o apego excessivo da sociedade brasileira com a questão servil. De acordo com Enidelce Bertin, a própria proibição do tráfico atlântico, em 1850, também deve ser atribuída às "forças internas" - revoltas e resistências escravas que já, naquele momento, rondavam o mundo material e o imaginário da elite e dos livres - e não somente ao conjunto de interesses da elite e das pressões externas. Assim, as questões de manutenção da ordem e do controle social foram perseguidas pelo Estado, não se podendo negligenciar que tais ações escravas contribuíram para a abolição do tráfico.¹⁷⁵

Desta maneira, a tentativa de preservação do controle social foi uma prática recorrente nas políticas do Império, ciente que as insatisfações do povo poderiam enfraquecer a tênue linha entre a ordem e a desordem. Como sabemos, as políticas de

¹⁷⁵ BERTIN, Enidelce. *Os meia-caras...*, op.cit.,p.34.

exclusão e de vigilância senhorial desvelam um conjunto de práticas escravas que levavam não somente a formação de revoltas, como também a inúmeros descontentamentos que, diariamente, tomavam conta da escravaria e provocavam pontos de tensões na já desgastada relação senhor/escravo. Nas últimas décadas do oitocentos, as repressões policiais e as intervenções da Justiça procuraram então sanar tais pressões, numa tentativa evidente de manter a bandeira da ordem, assim como garantir os privilégios dispostos a alguns grupos sociais, àqueles que suplicavam pela continuidade da escravidão.¹⁷⁶

E, por tempos, os arranjos entre setores da elite imperial se firmaram na defesa da manutenção da ordem que privilegiasse os interesses da própria conservação da escravidão e do controle social. Assim, seria possível sumarizar em uma política que desse atenção aos personagens que a ela confiasse a guarda de seus benefícios e que investisse no condão do Estado, através da figura do imperador.¹⁷⁷

Não pretendemos entrar no mérito das divergências que se destacaram nas proposições de Ilmar de Mattos e José Murilo de Carvalho, no que tange à construção do Estado imperial e da constituição da classe senhorial.¹⁷⁸ Porém, destacamos o que também é óbvio, a formação de um Estado em que a ordem e a civilização foram prerrogativas necessárias para manutenção de privilégios. E que, através dos discursos políticos, econômicos, policiais e jurídicos, aquele Estado convenceu a si e seus cidadãos, que muitos dos atores sociais, que no mesmo espaço coexistiam, deveriam ser transfigurados em vadios, vagabundos e gentinhas, tendo como o caminho para a civilidade desse povo, o pendão do controle e da ordem, através da ação policial. Não obstante, mesmo que parte desse populacho fosse incluída no processo de disciplinarização proposto pelo Estado, mais cedo ou mais tarde, alguns desses sujeitos acabariam conhecendo o "braço forte" da polícia, se assim ultrapassasse os limites da ordem requerida.¹⁷⁹

A partir dos efeitos da Lei de 1871, fica claro que o gradualismo assumido pelo Estado, desde meados do oitocentos, através da tutela dos africanos livres e das

¹⁷⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema...*, op.cit.pp.122-141.

¹⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.pp.232-236.

¹⁷⁸ Segundo José Murilo de Carvalho, a elite imperial agia de acordo com os interesses do Estado, mesmo que fosse de desencontro com seus próprios interesses. Para Ilmar de Mattos, a construção do Estado e a constituição da elite aconteceram de acordo com as vontades desse grupo, sendo o Estado usado para atender as suas condições a priori. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...*,op.cit.; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema...*, op.cit.

¹⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...*,op.cit.pp.171-194.

alforrias condicionais, também se mostrou potencialmente importante no controle do Império sobre os mandos e desmandos do poder senhorial. Mesmo que a questão da manutenção da ordem e do controle dos populares fosse, via de regra, de interesse tanto do Estado quanto dos senhores, as leis emancipacionistas de 1871 e 1885 contribuíram, em certa medida, para potencializar a crise do sistema escravista. O direito ao acúmulo de pecúlio por parte do escravo para utilizar na compra de sua alforria, garantido na Lei do Ventre Livre, dava a ele condições de ressignificar seu projeto de liberdade e calcar espaços sociais, ampliando assim suas margens de autonomia. A intermediação do Estado, através da Justiça e da polícia, se tornou frequentes nesse últimos anos, causando grande impacto na relação entre senhores e escravos e na força do próprio sistema.¹⁸⁰

Assim, o que instiga esta tese é também entender como a agência escrava, a partir do nosso escopo de análise, esteve presente nos múltiplos cenários que foram pintados nos últimos anos da escravidão, estando lado a lado a outros setores populares e militantes, que juntos construíram ações coordenadas ou espontâneas, não podendo essas serem desconsideradas quando procuramos saber sobre o processo da abolição no Brasil. Como afirmou Maria Helena Machado, principalmente na década de 1880, surgiu um complexo "movimento social" que deve ser lido para além de um abolicionismo associativo e/ou ligado às rodas parlamentares da Corte.¹⁸¹

Ao estudarmos a documentação, pretendemos perceber outros indivíduos, vozes dissonantes e ações diversas do momento abolicionista, que escaparam da análise que produziu um entendimento formalista da abolição. Neste sentido, acompanhar trajetórias de vida, de grupos e rastrear os discursos e movimentações dos atores sociais que participaram dessa construção, contribui para trazer à tona novos olhares sobre o processo e o papel desempenhado por seus participantes, estivessem eles às margens do sistema ou nos espaços da política formal.

Quando falamos de reações diversas quanto às ideias da abolição naquele momento, implica trazermos à baila as situações que movimentaram as sedes da polícia na província de Minas Gerais, a partir da documentação que levantamos no Arquivo Público Mineiro e no Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort. Como afirmamos no capítulo anterior, ela foi fundamental para termos um panorama sobre como os assuntos ligados à escravidão adentravam as delegacias e

¹⁸⁰ MACHADO, Maria Helena P. T. *"Teremos grandes desastres..."*, op.cit.pp.372-373.

¹⁸¹ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico...*,op.cit.

subdelegacias no sul mineiro, nos anos de 1880 a 1888. Mapear essas ocorrências, entender os motivos que levavam ao desconforto da população livre com as ações escravas e abolicionistas e a criação do pânico generalizado com o fim da escravidão, bem como a leitura que aqueles sujeitos faziam do período - a partir das demais intempéries que aconteciam nos outros cantos do país e das políticas gradualistas adotadas pelo Estado - foram buscas que fizeram parte do nosso esforço por entender como a abolição estava sendo costurada na região.

Mais que isso, a documentação abriu portas para novas descobertas, funcionando como ponto de partida para evidenciarmos situações que seriam melhor explicadas através da consulta aos processos crimes, aos jornais e outros. Sujeitos, ações individuais e coletivas, discursos em prol ou contra a continuidade do sistema escravista, a tentativa do controle da ordem social e os anseios e as angústias de indivíduos que nada podiam fazer diante da realidade da instituição policial e suas limitações apareceram naqueles registros.

Ao seguir os rastros dessas agitações e dos alertas proferidos pelas autoridades policiais foi possível mapear uma série de correspondências que chegavam das delegacias, subdelegacias e dos órgãos do judiciário e que, dependendo da dimensão do caso, eram encaminhadas para as instâncias superiores, a fim de conter as desordens anunciadas com mais rapidez, bem como atender as precariedades da instituição policial denunciadas nessas cartas. Com a análise a partir dos jornais, o intuito não foi diferente. Assim aconteceu com o comunicado enviado pelo Chefe de Polícia ao gabinete do Governo Provincial, informando ter recebido notícias do Promotor Público de Ouro Fino, sobre as condições desassistidas que se encontravam a cidade, que vivia "invadida por escravos fugidos", alterando assim a "ordem" do local.¹⁸²

Em 27 de julho de 1887, o mesmo Chefe de Polícia também rogou ao presidente da província que atendesse a solicitação do delegado de Conceição do Rio Verde, que afirmava que "o logar está sempre em anarchia, devido a aglomeração de pessoas desconhecidas, criminosos e escravos fugidos, e concluem declarando que não poderão continuar nos cargos que alli ocupão se não forem atendidos". Requeria o tal delegado o reforço do destacamento, com a contratação de mais praças para promover uma tentativa de contenção da "desordem" na cidade e do avanço

¹⁸² Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 10/08/1887, APM, Polícia, POL 93, n.1064, fl.199v.

abolicionista.¹⁸³ Ao comunicar e solicitar ao gabinete da presidência para que os pedidos das delegacias fossem deferidos, a Secretaria de Polícia não só respeitava a burocratização institucional, como também demonstrava não ter condições e autonomia suficientes para demandar sozinha todas as requisições que chegavam dos diversos rincões da província.

As correspondências reservadas denotavam caráter sigiloso, devendo envolver apenas algumas autoridades para que o teor das informações não ganhasse a sociedade e pudesse provocar pânico. Geralmente, elas traziam mais detalhes sobre o caso apresentado que as habituais ocorrências, demandando assim mais urgência nas tomadas de decisão que precisavam ser encaminhadas. Em grande parte dos casos, a incapacidade de atender a todos os pedidos e solicitações que chegavam até Ouro Preto perpassava pela falta de praças e soldos disponíveis para equipar as delegacias e subdelegacias. Assim, as devolutivas endereçadas aos comandados nem sempre satisfaziam seus pedidos que, em caso de tumultos e perturbações na localidade, se socorriam no que era possível contar dos destacamentos vizinhos.

Às vésperas da abolição foi enviada uma correspondência reservada da Secretaria de Polícia para o novo delegado de Alfenas, para que estivesse ciente da missão de conter qualquer ato que perturbasse a ordem. Dizia a carta, "recomendo a V. S. que, por todos os meios legais ao seu alcance, evite quaisquer conflitos e alterações da ordem pública, que podem resultar da aglomeração de escravos fugidos nessa cidade. Estou certo que V. S. conseguirá eficaz resultado procedendo zelo e prudência.".¹⁸⁴

Em seguida, o Chefe de Polícia, Levindo Ferreira Lopes, escreveu ao Juiz de Direito de Alfenas, em resposta ao mesmo, que levantou denúncia a Secretaria de Polícia, sobre prisões arbitrárias de escravos fugidos na cadeia da cidade. De acordo com o Chefe de Polícia, "o Tribunal da Relação do Distrito(...) julgou ilegais as prisões de escravos fugidos, podendo apenas serem detidos em custódia, a requerimento de seus senhores". Em seguida, afirmou que havia sido nomeado um novo delegado, sendo aquele informado de usar de todos os meios legais possíveis para "evitar os conflitos e alterações da ordem pública que podem resultar da

¹⁸³ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 27/07/1887, APM, Polícia, POL 93, n.980, fl.184.

¹⁸⁴ Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia ao delegado de Alfenas, 01/05/1888, APM, Polícia, POL 98, fl.113.

aglomeração de escravos fugidos, sem deixar de agir com prudência e de acordo com a lei", repetindo assim as mesmas palavras usadas na carta anterior.¹⁸⁵

É sabido que eram nas cidades onde escravos fugidos e libertos iam buscar melhores condições de sobrevivência e de se inserirem no mundo dos livres. O meio urbano favorecia também formas de trabalho que, por mais precárias e árduas que fossem, possibilitavam construir arranjos de sociabilidade que pudessem gerar laços de solidariedade em momentos difíceis e instáveis. Na mesma toada, a rua era o espaço de se fazer conhecer, ao mesmo tempo que propiciava se misturar entre vários outros, dificultando assim a captura e confundindo os olhares de suspeição que pairavam no imaginário da elite sobre a condição escrava ou liberta daquelas pessoas. Independente disso, a tentativa de controle social e de aplicação de regras que pudessem criar tal sensação de normalidade e segurança se fazia presente nas intenções das autoridades.

E, principalmente nas cidades, o controle dos escravos e transeuntes que por elas circulavam dependia do aparato policial - além dos olhares dos senhores, para estabelecer tais condutas consideradas aceitáveis para a sociabilidade praticada por esses populares - tolhendo assim o trânsito desses sujeitos quando fosse possível. Obviamente que, nem sempre, as leis, as posturas municipais, a disciplinarização do trabalho e o poder coercitivo policial eram garantias de tranquilidade e controle, aos moldes que as elites e as autoridades queriam.¹⁸⁶

3.2 - Novas leis, novas leituras de mundo

Naqueles anos derradeiros do sistema escravista, a atuação policial nas cidades foi fulcral no sentido de amparar a frágil relação senhorial com a escravaria, que não mais era tão contida pelos métodos punitivos do poder privado dos senhores. Assim, os senhores depositavam na força policial a confiança de que as fugas e as rebeldias escravas poderiam ser contidas e castigadas, já que "não contando com senzalas, feitores, troncos e nem se utilizando do trabalho em grupo, vigiado e feitorizado"¹⁸⁷, aqueles cidadãos dependiam da eficiência das praças que estavam à disposição nas delegacias e subdelegacias espalhadas pelo Império. Vale lembrar que

¹⁸⁵ Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia ao Juiz de Alfenas, 01/05/1888, APM, Polícia, POL 98, fl.113.

¹⁸⁶ DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e poder...*, op.cit.p.121.

¹⁸⁷ MACHADO, Maria Helena P. T. "Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo". In: PORTA, Paula(org.). *História da cidade de São Paulo*. A cidade no Império, 1823-1889. São Paulo: Paz e Terra, 2004.pp.86-87.

ao ser chamada a prestar esse socorro, a polícia penetrava na relação de força travada entre proprietários e escravos, o que auxiliava a desfalecer o poder senhorial.

Ao denunciar o delegado de Alfenas, o Juiz Municipal percebeu as arbitrariedades que burlavam as leis e na tentativa de preservar a ordem, sem ferir as regras, se pôs a acusar a atuação do delegado da cidade. Ao afirmar serem ilegais as prisões de escravos fugidos, que não estivessem resguardadas por um requerimento apresentado pelos senhores, o Chefe de Polícia e o Juiz deixaram evidenciar uma prática que se fez presente no ofício policial. A mimetização dos sujeitos nas ruas das cidades e nos caminhos que davam nas roças, provocada a partir da presença cada vez maior de escravos e libertos a transitar por aqueles diversos espaços, fazia com que muitos fossem considerados simplesmente como "escravos fugidos". Não à toa, que esses sujeitos quando abordados pelas praças se viam em situações apreensivas e constrangedoras, tendo que provar a todo custo a sua liberdade conquistada, fosse ela legal ou não.

Por motivos que desconhecemos, parece-nos que o Juiz de Alfenas solicitava que alguma providência fosse tomada contra o cárcere ilegal de "escravos fugidos" que enchiam a cadeia da cidade. Na resposta do Chefe de Polícia, não houve uma negação à práxis da manutenção da vigilância e da segurança de responsabilidade da polícia, contudo se buscava nas leis um princípio de ordem que não extrapolasse as prerrogativas da Justiça. De acordo com Maria Helena Machado, era comum que senhores contratassem policiais e carcereiros para aplicarem castigos em escravos indisciplinados, que poderiam ser presos para que a correção fosse praticada. Eles contavam também com os serviços de "carrascos da municipalidade" que aplicavam castigos físicos aos escravos indicados pelos senhores.¹⁸⁸ Isso contribuía para às prisões arbitrárias que lotavam as cadeias e que poderiam levar ao desconforto de alguns cidadãos como o Juiz Municipal de Alfenas.¹⁸⁹

¹⁸⁸ MACHADO, Maria Helena P. T. "Sendo cativo nas ruas...", op.cit., p.88.

¹⁸⁹ Ao analisarmos a Legislação específica que trata da questão servil no Império brasileiro, algumas leis e decretos nos chamaram a atenção, já que nos permitem entender melhor o caso citado acima. De maneira geral, nos auxilia também a compreender como o Estado e a Justiça praticavam uma política que procurava se interpor na relação entre senhores e escravos ao longo do oitocentos. Apresentamos alguns desses dispositivos: "*Determina que nenhum escravo seja conservado no calabouço, à ordem de seu senhor, por mais de um mês*" (Decisão - Justiça - em 10 de fevereiro de 1832); "*Sobre os procedimentos que se devem ter a respeito dos pretos fugidos, que são presos presumindo-se escravos.*" (Decisão - Justiça - em 12 de dezembro de 1835); "*Determina o modo por que devem ser feitas e averbadas as declarações de fuga e apreensões de escravos.*" (Decreto n. 8067, de 17 de abril de 1881 - Agricultura, Comércio e Obras Públicas); "*Manda castigar correcionalmente os escravos por pequenos roubos, fazendo-os depois entregar a seus senhores.*" (Decisão - Justiça - em 2 de abril de 1881).

No caso da fuga de escravos é sabido que, apesar de inerente à escravidão, o ato não constituía crime, por mais que os castigos fossem imperantes, tanto por parte dos senhores quando dos agentes de repressão do Estado. E, neste caso, "as medidas repressivas não visavam simplesmente a acabar com as fugas, mas sim controlá-las e limitá-las a um nível aceitável para o funcionamento geral do sistema".¹⁹⁰ De qualquer maneira, os casos de fuga nos chegam a partir dos documentos, principalmente quando estão atreladas a algum ato considerado criminoso, fosse o roubo, as agressões físicas ou assassinatos ou quando o seu desdobramento ocasionava um próprio desentendimento entre as autoridades, como a abusiva prática de manter suspeitos de serem escravos nas cadeias sem que houvesse respaldo nas leis para isso.

Também estava claro aos senhores e autoridades, as motivações que propiciavam as fugas e quando os castigos excessivos ultrapassavam as leis e o que era "aceitável" socialmente, ainda mais nas últimas décadas do sistema escravista. No imaginário social daquele momento, a ideia do "cativeiro justo" ganhava também as discussões no espaço privado e os casos de agressão cometidas contra escravos por senhores passaram a incomodar sujeitos de diversos setores. Assim, vimos no Capítulo 02 como a questão da fuga do escravo Félix não ganhou tanta dimensão no contexto local da época, tal como a agressão que sofreu pelas mãos do feitor José Cearense. Da mesma forma, que perante a lei, também parece mais relevante o ato do crime de violência, que a suspeita de que José Cearense fosse escravo fugido.

Naquela "arena social"¹⁹¹, a fuga estava presente no palco das lutas e estratégias interpretadas pelos escravos, o que condiciona o entendimento daqueles anos finais a partir de uma complexa rede que interligava seus agentes, criando situações multifacetadas e que contribuíram para desmantelamento do cativeiro. Fugir era uma empreitada arriscada, que demandava esperteza e que, por vezes, envolvia a

1825); *"Declara o destino que devem ter os escravos retidos em prisão e depósito quando abandonados por seus donos."*(Decisão - Fazenda - em 28 de janeiro de 1828); *"Aviso ao Chefe de Polícia ordenando que não se mande açoitar escravo algum sem ser primeiro processado com audiência de seu senhor."*(Decreto n. 284, em 10 de junho de 1837); *"Aviso ao Presidente da Província da Bahia. Dá providências para evitar que os libertos sejam presos como escravos."*(Decreto n. 285, em 10 de junho de 1837). SCISÍNIO, Alaôr. *Dicionário da escravidão*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1997.

¹⁹⁰ Vale lembrar que as histórias de fugas também nos são elucidativas quando associadas a práticas de acoitamento. LARA, Silvia. *Campos de violência...*, op.cit.,pp.295-298.

¹⁹¹ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.pp.45-50; MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico...*,op.cit.,pp.34-40.

solidariedade de outros escravos, libertos e livres. De qualquer modo, o problema da fuga não era dos cativos e sim dos senhores e das autoridades, por mais que alguns juizes e delegados já não tolerassem a maneira como as fugas acabavam, de alguma forma, adentrando o espaço das delegacias.

Assim, apresentamos o caso da delegacia de Campanha, encontrado no periódico *Monitor Sul-Mineiro*. Em 11 de abril de 1886, o jornal noticiou a situação crítica em que se encontrava a cadeia da cidade e o descalabro que se tornaram as prisões arbitrárias:

As nossas autoridades, naturalmente levadas até certo ponto por zelo justificável, realizão frequentemente prisões de pretos desconhecidos nos lugares em que apparecem pela suspeita de serem elles suspeitos de escravos fugidos, que se tornão gatunos e ladrões em consequência da vida errante que levão.

Um desses desconhecidos-suspeitos de nome José Pernambuco foi recolhido à cadeia dessa cidade em 29 de setembro de 1883 e alli se conservou até o início deste anno a espera que se descobrisse quem era o seu senhor!

A reclusão era das mais illegaes e informado della o nosso mais prestimoso concidadão Sr. José Bernardo Marianno, sómente levado pelas inspirações do dever e da caridade, entendeu-se á respeito com o atual Sr. Delegado e procedeu de modo a obter a soltura de José Pernambuco no dia 14 do mez findo, tendo resultado da prisão do indivíduo sómente a vantagem de avultada despeza com sua conservação na cadeia.

Consta-nos com satisfação publicamos que o digno Sr. delegado de policia está resolvido a não consentir na continuação de abusos e que de modo algum tolerará que se conserve na cadeia indivíduos suspeitos de serem escravos - impedindo mais que se torne aquelle edificio asylo de escravos, que por qualquer motivo incorrem no desagrado de seus senhores.

É uma providencia justa, que folgaremos em ver mantida com severidade.¹⁹²

O importante periódico de Campanha, que se proclamava uma folha moderada nos assuntos que diziam respeito à abolição, estava sempre a tratar das questões pertinentes ao elemento servil que preocupavam o Sul de Minas naquele momento, sendo um grande veículo irradiador para os demais jornais da região (assunto que veremos melhor no próximo capítulo). No trecho apresentado acima, o *Monitor Sul-*

¹⁹² Jornal Monitor Sul-Mineiro, 11/04/1886, Campanha, CECML, fl. 03. Com frequência a Ata da Câmara Municipal de Campanha (1882-1889) apresentava os problemas enfrentados na cadeia local. As solicitações para verbas que cobrissem os gastos com a manutenção do prédio, dos soldos das praças e com a alimentação dos presos se faziam nos pronunciamentos políticos. Em 1886, o Vice-presidente da Câmara, Francisco Ignacio da Silva Araujo, enviou officio ao presidente da casa o comunicando sobre os gastos com o sustento dos presos pobres, com a alimentação e os medicamentos. Registro de Ocorrências da Câmara Municipal de Campanha (1886-1889), em 01 de outubro de 1886, livro 15, p.14.

Mineiro demonstra concordar com as ações das autoridades em policiar a cidade, na tentativa de manter a vigilância sobre a população suspeita que perambulava nas ruas e que causava temor social, alimentando as ideias de desordem ou de alguma ação coletiva que levasse a insurreições escravas e violência generalizada.

Assim, parece regra que juízes, delegados e policiais abordassem esses transeuntes, averiguassem as suas condições e cuidassem do controle e da disciplinarização desse populacho nos espaços compartilhados com aquela sociedade. Tal "zelo" por parte da polícia criava uma profilaxia de combate a possíveis crimes e desalinhos que viessem a se dar naquele perímetro. Uma certa política preventiva encaminhada por aqueles agentes endereçada, principalmente, aos interesses dos senhores. Veremos adiante que a ideia da "disciplinarização" era um ideal perseguido nos editoriais do *Monitor Sul-Mineiro*. E esta instrução ao mundo do trabalho era uma via a ser estimulada para introjetar em tais sujeitos, mestiços, pobres e/ou egressos do cativo, em regras e condutas que os livrariam da "vida errante" que levavam.

O jornal demonstrava total alinhamento com o caminho da ordem social, mas esta precisava vir acompanhada do cumprimento das leis e, diferentemente, da acusação prestada contra o delegado de Alfenas - no caso anterior - o delegado de Campanha se posicionava contrário às prisões abusivas de suspeitos e estava disposto a enfrentar o problema que tanto permeava o cotidiano da cadeia em Campanha. Ao apresentar o caso do preso, que no cárcere estava mantido há mais de dois anos, o periódico denunciava a presença de suspeitos na cadeia da cidade que não deveriam estar presos pela provável condição escrava, sem que houvesse um requerimento de apreensão solicitado pelo proprietário ou qualquer outro motivo que fosse. De acordo com o *Monitor Sul-Mineiro*, a autoridade policial estava disposta a não manter encarcerados os suspeitos de serem escravos que não tivessem reais motivos para estarem na prisão, já que tal edifício não poderia se tornar "asilo" de cativos, que por qualquer motivo tivessem ocasionado desagravo a seus senhores.

Vale também especular em que condições José Pernambucano foi libertado e que fim aquele sujeito teve quando dos antenados da lei intercederam por sua soltura. Quanto ao tal intercessor, citada no artigo, não nos parece que José Bernardo Marianno fosse seu proprietário que, finalmente, resolveu libertá-lo. De qualquer maneira, ele atuou na libertação do preso e, por isso, ganhou a bajulação do jornal que, por vezes, atribuída aos simpatizantes e aos postulantes do abolicionismo os

predicados da "caridade" e do "dever cumprido". Talvez tenha sido essa a intenção de José Bernardo Marianno neste episódio.

Assim, apesar dos enredos parecidos, os dois casos apresentados acima parecem-nos apontar para tomadas de decisão distintas, no que tange ao papel dos delegados no cumprimento da agenda policial. Ao ser denunciado pelo Juiz de Alfenas, o delegado da cidade foi apontado como arbitrário às leis, ao satisfazer com mais afinco aos interesses da classe senhorial, podendo ter utilizado do espaço da cadeia como uma extensão da propriedade senhorial para assim praticar o poder de coerção. Não à toa, foi desligado do cargo. Já o delegado de Campanha, capturado pelas páginas do periódico, foi apresentado como aquele ciente das suas obrigações diante da normatização social estabelecida em lei. Obviamente, perpassa nessa narrativa uma preocupação com a manutenção da ordem, mas essa não está voltada a atender aos mandos e desmandos da ordem escravista, da maneira com que seus senhores ansiavam que a polícia reproduzisse assim a figura do "feitor ausente".¹⁹³

Outro caso de arbitrariedades nas cadeias da região foi noticiado pelo jornal *Valle-Sapucahy*, da cidade de Pouso Alegre, de tendência liberal e simpático ao abolicionismo de forma mais evidente que o *Monitor Sul-Mineiro*, denunciou em 1886 a prisão de dois indivíduos na cadeia local em razão de serem "suspeitados como escravos fugidos". De acordo com o periódico, o preso Benedicto alegava não ser cativo e estar encarcerado há mais de 15 dias. Em tom irônico, a nota publicada no jornal afirmava não conhecer leis que autorizem prisões preventivas de pessoas suspeitas de cativo, "a não ser que predomine nesta cidade um verdadeiro despotismo" a favor de senhores e seus interesses próprios. Sem comprovação de algum delito, tais prisões refletiriam abuso de poder e ferimento das leis que deveriam normatizar tais ações.¹⁹⁴

A acusação à autoridade local, possivelmente o delegado, por realizar prisões ilegais por suspeição da condição escrava, traz neste caso um elemento diferente dos demais apresentados acima. O *Valle-Sapucahy* afirmou que tais prisões não apenas usavam do espaço público para manter sobre cárcere pessoas que não haviam cometido nenhuma ilegalidade, como também eram "effectuadas por pessoas particulares" que em nome de terceiros realizavam tais abusos e contavam com a

¹⁹³ ALGRANTI, Leila. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.

¹⁹⁴ Jornal *Valle-Sapucahy*, 13/02/1886, Pouso Alegre, Sistema Integrado de Acesso(doravante SIA-APM), fl.03.

estrutura policial para aprisionar suspeitos e escravos. Não economizando nas palavras, segue a denúncia afirmando que "taes factos é uma especulação immoral dos taes miseraveis capitães do matto, que debaixo da supposta legalidade pretendem adoptar uma nova profissão, especulação vergonhosa que tanto avilta os brios de uma cidade que pretende os foros de civilisada e humanitária".¹⁹⁵

Se a prática da atuação de terceiros na captura de suspeitos, muitas vezes a mando dos senhores, era evidente em Pouso Alegre, isso vem ao encontro das ilegalidades também cometidas em Campanha, anunciadas no *Monitor Sul-Mineiro*. Tanto capangas e policiais estavam envolvidos na captura de suspeitos de cativo que, aos olhos dos primeiros, se passavam por potenciais fugidos das fazendas da região e a precaução em prendê-los estava além dos interesses da manutenção da segurança das cidades, mas tinha a ver com os interesses senhoriais em não perder sua escravaria. Da mesma maneira, vale lembrar que era possível o aprisionamento de escravos pela polícia e terceiros como forma de castigar os fugidos e indisciplinados, como já mencionado por Maria Helena Machado.¹⁹⁶

Se a ideia de que os grupos mais abastados deveriam ser protegidos e os mais pobres e os escravos policiados, os castigos e agressões a esses últimos faziam parte da tentativa de controle daqueles sujeitos - fossem eles rebeldes e violentados a mando de seus senhores, ou fugidos acusados de desordeiros, vagabundos e perigosos por natureza - em que cabia a eles sofrer o uso legal da violência policial para fazer cumprir a obrigação desses agentes da força. Assim aconteceu em Caxambu, em 1886, uma emboscada armada por escravos contra o destacamento policial do povoado. Segundo as testemunhas, Felipe, Severino e Antonio, escravos conhecidos como "desordeiros" promoveram uma "luta fictícia", com a ajuda de outros "pretos e fugidos", para atrair a atenção dos policiais e então agredi-los. Sob "pancadas e gritos de provocação", as duas únicas praças sofreram golpes e ficaram feridas, só não acontecendo o pior já que a gritaria chamou a atenção de muita gente e despertou o subdelegado, José Felipe de Alcantara, que correu em socorro de seus subordinados. O soldado Jacob Antonio Fernandes e o sargento comandante do destacamento, Manoel Baptista Dias Machado, foram golpeados e sofreram fraturas e cortes, sendo hospitalizados.¹⁹⁷

¹⁹⁵ Jornal Valle-Sapucahy, 13/02/1886, Pouso Alegre, SIA-APM, fl.03.

¹⁹⁶ MACHADO, Maria Helena P. T. "Sendo cativo nas ruas...", op.cit., p.88.

¹⁹⁷ Processo Crime, 1886, AE-IPHAN, caixa 36.

Intimados os réus e as testemunhas, os motivos que levaram a orquestração do crime foram sendo revelados no decorrer do processo. De acordo com as testemunhas de acusação, em hora avançada do dia 14 de outubro de 1886, Felipe, Severino e Antonio, escravos de fazendeiros de Caxambu, foram os responsáveis pelos golpes que feriram os dois policiais e estavam acompanhados de outros escravos, não identificados no inquérito. Em seu depoimento, Antonio afirmou não ter participado da emboscada e que, enquanto vendia verduras durante aquele dia, havia ouvido Felipe, Severino e outros escravos programando a tocaia para "tomar pau na polícia". Relatou ele que na noite do crime estava na fazenda de seu senhor fazendo serão. Em novo depoimento, na companhia de seu proprietário e de um advogado, Antonio afirmou saber que Felipe havia sido castigado pelo sargento Manoel com uma espada nas dependências do quartel.¹⁹⁸

Motivado pela vingança ao castigo sofrido, teria Felipe reunido outros companheiros e cobrado a honra humilhada e ferida pelo sargento. Por fim, a ação judicial foi suspensa, o crime desqualificado e os réus libertados, tendo sido considerado os ferimentos "leves", cabendo à municipalidade pagar pelas custas do processo. Obviamente, o peso da presença dos senhores e advogados dos réus durante o julgamento se fez reconsiderar o aspecto violento do ato cometido pelos escravos e, assim, salvá-los de passar mais tempo na cadeia. Apesar deste caso apenas nos apontar para uma ação criminal que resultou na tocaia planejada aos policiais, podemos pensar que aquele ato parecia ser mais que uma disputa entre Felipe e o sargento. Simbolizava mais um acerto de contas por todas as demais abordagens que, por ventura, aconteceram, não só aquelas sofridas por Felipe mas por seus companheiros que se solidarizaram com ele e aceitaram participar da lição que deveria ser aplicada em seus algozes.

Do estopim da discórdia até a agressão sofrida pelos policiais, as relações entre aqueles e os escravos parecem ter sido construídas à base de tensões variáveis, em que as hostilidades cotidianas poderiam não despertar ações violentas a todo instante, mas que no decorrer do tempo causavam traumas, não sendo assim esquecidas. Nesse sentido, os conflitos que eclodiam entre policiais e escravos expressavam as fragilidades do sistema coercitivo e, não menos, o da escravidão, que se desmoralizava a olhos vistos em seus últimos suspiros no limiar da abolição.

¹⁹⁸ Processo Crime, 1886, AE-IPHAN, caixa 36, fl.19.

Planejar ações de violência, atocaiar e vingar-se de policiais era antes de tudo demonstrar desprezo pelo próprio sistema escravista, fosse ele representado pelo feitor, pelo senhor, ou pelo Estado, nesse caso, na figura dos policiais.

Mas, voltemos ao caso das prisões arbitrárias por suspeição da condição escrava, anunciado no artigo do *Valle-Sapucahy*, que ainda tem a nos falar sobre a atuação de indivíduos que testemunhavam certos abusos das autoridades e que se manifestavam em contraposição a esses agentes. O articulista finalizou o texto chamando a atenção da autoridade judicial da cidade para que fosse cumprida a Lei nº 2033, de 20 de setembro de 1871, em seu artigo 18, que afirmava ser o juiz responsável em expedir habeas-corpus a favor de pessoas que sofreram prisões arbitrárias por qualquer outra autoridade, inclusive o Chefe de Polícia. O texto da lei citado pelo periódico, ao alertar o juiz municipal para seu dever, confirma ser responsabilidade de tal autoridade a concessão de liberdade a tais detentos, sempre que constatar ilegalidade nas prisões e apurar tais práticas abusivas realizadas pelas demais autoridades. Além disso, o *Valle-Sapucahy* aconselhou o juiz a estar atento ao inciso 6º do artigo 18, já que seria de direito daqueles que sofreram constrangimento ilegal, reivindicar justa indenização contra os que infringissem a lei. Neste caso, não há nenhuma exceção apontada na Lei nº 2033 que exclua escravos de tal direito.¹⁹⁹

Para além da arbitrariedade das prisões, em que pesava a suspeição da cor para justificar o aprisionamento de pessoas na cadeia de Pouso Alegre e sendo essa uma prática que não deveria contar com o respaldo da força policial, o articulista que produziu o texto do jornal apontou também a possibilidade de que a Lei nº 2033, em

¹⁹⁹ Ao mencionar a Lei n. 2033, de 20 de setembro de 1871, o jornal *Valle-Sapucahy* destacou o artigo 18 e seus incisos 3º, 4º, 5º e 6º, descritos abaixo: *"Art. 18. Os Juizes de Direito poderão expedir ordem de habeas-corpus a favor dos que estiverem ilegalmente presos, ainda quando o fossem por determinação do Chefe de Polícia ou de qualquer outra autoridade administrativa, e sem exclusão dos detidos a título de recrutamento, não estando ainda alistados como praças no exercito ou armada. A superioridade de grão na ordem da jurisdição judiciaria é a unica que limita a competencia da respectiva autoridade em resolver sobre as prisões feitas por mandado das mesmas autoridades judiciais. § 3º Em todos os casos em que a autoridade, que conceder a ordem de habeas-corpus, reconhecer que houve, da parte da que autorizou o constrangimento illegal, abuso de autoridade ou violação flagrante da lei, deverá, conforme fôr de sua competência, fazer effectiva, ordenar ou requisitar a responsabilidade da que assim abusou. § 4º Negada a ordem de habeas-corpus ou soltura pela autoridade inferior, poderá ella ser requerida perante a superior. § 5º Quando dos documentos apresentados se reconhecer evidentemente a illegalidade do constrangimento, o Juiz a quem se impetrar a ordem de habeas-corpus poderá ordenar a immediata cessação, mediante caução, até que se resolva definitivamente. § 6º É reconhecido e garantido o direito de justa indemnização, e, em todo o caso, das custas contadas em tresdobro, a favor de quem soffrer o constrangimento illegal, contra o responsavel por semelhante abuso de poder."* Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lim%202.033-1871?OpenDocument Acesso em: 20/01/2014.

seu inciso 6º, deveria reconhecer o direito às indenizações para aqueles que por conta de tal injustiça tivessem em cárcere sem que nenhum crime recaísse sobre eles. Seria essa uma insinuação explícita de que a lei abria margem para que tais prisioneiros pudessem ser indenizados pela tentativa de serem tratados como cativos fugidos, condição que não poderia ser provada simplesmente pela questão da cor? De que maneira tal defesa da lei nestes casos poderia chegar até a Justiça?

Assim, parece-nos nítido que a prática de prisões ilegais, para além da ação de autuações preventivas, em favor da manutenção da ordem nas cidades, ou da aplicação de castigos aos escravos fugidos ou indisciplinados, também pode apontar para a tentativa de facilitar a reescravização ou reduzir aqueles sujeitos à condição escrava, não importando se seu proprietário já havia reclamado por sua detenção ou se tal prisioneiro pudesse ser requerido por outro. O detento Benedicto, retratado pelo *Valle-Sapucahy*, dizia não ser escravo e, por mais que a negação fizesse também parte da estratégia de muitos cativos que fugiam em busca de liberdade, não podemos descartar a hipótese de que parte daqueles que eram presos por suspeição eram, de fato, libertos ou livres.

A trajetória de vida de José Cearense, um de nossos personagens do Capítulo 02, demonstra o quanto poderia ser sinuosa a caminhada do sujeito mestiço pela inserção social e a liberdade, mesmo para aqueles que alegavam não serem escravos fugidos e nem mesmo libertos, apenas livres. Não menos instável era o percurso travado por libertos que, constantemente, precisavam comprovar sua conquista à liberdade, recorrendo à Justiça sempre que necessitavam confirmar seus direitos. Ao devassar a documentação da Segunda Instância do Rio de Janeiro, para meados do século XIX, Keila Grinberg aponta como libertos e livres recorriam ao tribunal sempre que ameaçados pela ideia de reescravização defendida por seus ex-senhores, que usavam dessa prática recorrente na tentativa de anular alforrias, por exemplo. Nesse sentido, advogados e juízes apareciam como atores a decidir pelo pleno direito à propriedade ou pela premissa de que o direito à liberdade conquistada estava acima de tudo.²⁰⁰

Ao trazer as interpretações das leis por advogados e juristas, Grinberg menciona que muitos se apoiavam no Alvará Filipino de 1682, além da Lei de 7 de

²⁰⁰ GRINBERG, Keila. "Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX.". In: LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli. *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006.pp.106-112.

junho de 1755, para alegar que o direito luso-brasileiro adotava a presunção de que "todo homem é livre por natureza". Assim, as justificativas em prol da ratificação da liberdade de muitos libertos, que suplicavam na Justiça quando se sentiam novamente ameaçados, eram baseadas na prescrição da escravidão que, inspirada na legislação romana, deveria acontecer no prazo de 5 anos, não sendo mais possível reduzir qualquer indivíduo à condição cativa. Para as últimas décadas do oitocentos no Brasil, a autora chama a atenção de que como alguns juristas não só defendiam a prescrição da escravidão para o limite de 5 anos, como acreditavam ser descabido justificar, juridicamente, a passagem da condição livre para cativa, já que a conquista da liberdade significava também agregar direitos à cidadania. Nesse sentido, a revogação das alforrias não somente tolhia a condição de ser livre como usurpava tais direitos adquiridos.²⁰¹

Se nos tribunais a luta em defesa da manutenção da liberdade se fez presente e muitos atores divergiram e buscaram garantir seus interesses, os documentos de polícia que pesquisamos também nos revelam que as delegacias e subdelegacias registraram os mesmos impasses entre sujeitos que se diziam livres e outros que lutavam pelo direito legal de usufruir da condição senhorial sobre tal pessoa. Em 1887, o subdelegado Francisco de Assis Dias, da cidade de Cabo Verde, localizada no sudoeste da região, divisa com a Província de São Paulo(ver mapa 06), escreveu ao Chefe de Polícia a fim de relatar que Antônio Gonçalves de Siqueira aliou-se ao "mandonismo" da cidade, tornando-se inimigo do delegado, Antônio de Pádua Dias, devido a este não ter se rendido às incessantes solicitações do primeiro, que queria que se ordenasse a prisão de um "homem liberto pela lei"(Lei dos Sexagenários) em benefício de Saturnino Vieira, ex-proprietário do tal liberto.²⁰²

O subdelegado alegou ter sido Antônio de Pádua um "defensor das leis", respeitando o direito do cidadão libertado, que se via em condição de ser reescravizado, já que seu antigo senhor desejava obrigá-lo a trabalhar mais sete meses para ele. Chamado a responder sobre as repercussões do caso de Cabo Verde, o delegado de Caldas, José Ignácio de Barros Cobra Júnior, narrou em correspondência ao Chefe de Polícia que Antônio de Pádua recusou prender o tal liberto, pois ele havia

²⁰¹ GRINBERG, Keila. "Reescravização, direitos e justiça no Brasil...", op.cit.,p.113.

²⁰² Ofício do subdelegado de Cabo Verde para o Chefe de Polícia, 08/01/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.03, doc 04.

cumprido o "tempo dos serviços" e deveria gozar de sua conquista.²⁰³ Além da negação à prisão do sexagenário, Antônio de Pádua ainda concedeu a ele passaporte para outro município, a fim de residir junto a sua família. Tal protocolo foi visto como grande ofensa por aqueles que tentavam o direito à propriedade do liberto e, assim, se vingaram do delegado, promovendo uma série de alegações que levariam à sua demissão do cargo. Além desta acusação, Antônio de Pádua sofreu muitas outras, principalmente por ser apontado como aliciador de escravos na cidade. Por ora, concentramos nesse episódio envolvendo o delegado de Cabo Verde. Antônio de Pádua e Francisco de Assis Dias estarão de volta nos próximos capítulos da tese.

De acordo com Joseli Mendonça, a Lei Saraiva-Cotegipe (Lei dos Sexagenários), de 1885, se inseria no projeto político emancipacionista do Estado Imperial, contudo também proporcionava aos proprietários de escravos condições de aspirarem à continuidade do poder senhorial para além dos limites da liberdade. Isso porque a lei que proclamava liberto o escravo a partir dos 60 anos, tinha como condição à prestação de serviços pelo prazo máximo de 3 anos aos seus antigos senhores. Além disso, a mesma lei obrigava que os beneficiários deveriam continuar morando nos arredores sobre a proteção daqueles que o libertaram. Era proibida a transferência de cidade sem que houvesse condições específicas para isso em um prazo determinado. O não cumprimento dessas condições poderia levar à prisão pela polícia e, conseguinte, prestação dos mesmos serviços às instituições públicas ou colônias agrícolas.²⁰⁴

No difícil entendimento que se colocava sobre a transição do trabalho escravo para o livre, o condicionante imposto na Lei dos Sexagenários demarcava mais uma etapa no gradual processo da abolição e, mesmo diante da outorga da liberdade aos escravos, a partir dos 60 anos, o senhor poderia usar de seu poder para vigiar e exercer suas vontades. Nesse sentido, Joseli Mendonça afirma ter se estabelecido um "estágio intermediário entre a escravidão e a liberdade", a partir da prestação de serviços por tempo determinado mais o "zelo e amparo" desses antigos senhores, que não facilmente pretendiam abandonar seus ex-escravos.²⁰⁵ Sob as justificativas da proteção e do aprendizado que levassem os sexagenários a compreenderem o trabalho

²⁰³ Ofício do delegado de Caldas para o Chefe de Polícia, 05/05/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx. 26, doc.14.

²⁰⁴ MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis*. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.pp.89-92.

²⁰⁵ MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis...*, op.cit.,pp.93-94.

livre e a vida em liberdade, a lei também pretendia levar a cabo os princípios de que somente a disciplinarização daquelas pessoas daria a elas uma verdadeira cidadania.

No caso do sexagenário de Cabo Verde, que em 1887 recebeu passaporte do delegado Antônio de Pádua, foi preciso que costurássemos uma série de "retalhos" que foram aparecendo na documentação policial para entendermos a questão. De acordo com os ofícios do subdelegado de Cabo Verde e do delegado de Caldas, o procedimento do delegado Antônio de Pádua foi legal, não sendo coerente a acusação de ter sido dado passaporte a escravo fugido. Como a demissão de Antônio de Pádua ocorreu em 1886 e os ofícios encaminhados à Chefia de Polícia tratam de janeiro e maio de 1887, tudo nos leva a crer, a partir da narrativa documental, que o sexagenário agraciado pela lei, no dito ano de 1886, já havia completado seus 65 anos e, assim, estaria livre de cumprir a prestação de serviços na totalidade de 3 anos. Isso porque na correspondência enviada pelo delegado de Caldas, o "tempo dos serviços" havia se encerrado em abril de 1886 e que, por isso, se tratava de "sexagenário" e não "escravo". No ofício do subdelegado de Cabo Verde, de janeiro de 1887, não houve arbitrariedade na concessão de passaporte já que se tratava de "liberto pela lei".²⁰⁶

De acordo com a Lei dos Sexagenários, estariam isentos de prestar os serviços pelo prazo de 3 anos completos aos antigos senhores, aqueles que fossem maiores de 60 e menores de 65 anos.²⁰⁷ Por ventura, os indícios deixados nas correspondências revelam que após liberto pela lei, o sexagenário em questão cumpriu tais serviços até abril de 1886, sendo revogada a obrigatoriedade de completar os três anos condicionais. Não à toa, afirmava o delegado de Caldas que o liberto "pediu passaporte de que aliás não necessitava", já que de acordo com o inciso 11, do artigo 03 da Lei de 1885, os sexagenários que completassem os 65 anos antes do final do

²⁰⁶ Ofício do subdelegado de Cabo Verde para o Chefe de Polícia, 08/01/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.03, doc 04; Ofício do delegado de Caldas para o Chefe de Polícia, 05/05/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx. 26, doc.14.

²⁰⁷ Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885: "Artigo 03, §10º - São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta Lei; ficando, porém, obrigados, a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos; §11º - Os que forem maiores de 60 e menores de 65 anos, logo que completarem esta idade, não serão sujeitos aos aludidos serviços, qualquer que seja o tempo que os tenham prestado com relação ao prazo acima declarado; §13º - Todos os libertos maiores de 60 anos, preenchido o tempo de serviço de que trata o par. 10, continuarão em companhia de seus ex-senhores, que serão obrigados a alimentá-los, vesti-los, e tratá-los em suas moléstias, usufruindo os serviços compatíveis com as forças deles, salvo se preferirem obter em outra parte os meios de subsistência, e os Juizes de Órfãos os julgarem capazes de o fazer; §14º - É domicílio obrigatório por tempo de cinco anos, contados da data da libertação do liberto pelo fundo de emancipação, o município onde tiver sido alforriado, exceto o das capitais." Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-publicacaooriginal-53780-pl.html>

prazo de serviços impostos, estariam desobrigados de tal cumprimento até o final do terceiro ano após libertação, não necessitando solicitar passaporte para transitar para outros lugares. De acordo com a mesma correspondência, o sexagenário teria mesmo assim recorrido ao delegado Antônio de Pádua para que este o assegurasse tal documento para que nada o impedisse de circular "tendo de ir para outro município onde tem parentes".²⁰⁸

Este episódio que procuramos resgatar das correspondências policiais nos leva a múltiplas possibilidades para pensarmos os conflitos sociais recorrentes naquele momento - ao envolverem escravos, libertos, senhores e autoridades policiais - trazendo à baila não só os efeitos da penetração das leis emancipacionistas no cotidiano daquelas cidades do sul mineiro, como também as leituras que aqueles sujeitos faziam da reverberação de tais leis e como essas poderiam influenciar na luta por seus interesses. As interferências da promulgação da Lei de 1885 na vida do sexagenário (que nunca teve seu nome citado na documentação) e do delegado de Cabo Verde os atingiu de forma que ambos sofreram consequências. Antônio de Pádua viu sua situação piorar ao ser acusado por dar passaporte de forma ilegal, embora estivesse agindo de modo coerente à lei. Contudo, isso não impediu que seus adversários usassem desse episódio para atacá-lo. Não desprezando as outras acusações que pesavam sobre Antônio de Pádua, ao que parece, ele foi demitido no cumprimento da lei e por desacatar os interesses da ordem escravista.

Ao não aceitar prender um "homem liberto pela lei para que este trabalhasse para Saturnino Vieira[ex-proprietário do sexagenário] mais sete meses" o delegado se posicionou contrário à reescravização, tendo como respaldo de sua decisão a Lei de 1885, segundo o qual não cabia exigir tal obrigação de trabalho para um sujeito com 65 anos em que o gozo pela total liberdade deveria ser imediato.²⁰⁹ Ao recusar o pedido de Saturnino Vieira para aprisionar um liberto, percebemos que a atuação de Antônio de Pádua, ao menos nesse caso, vem ao encontro da perspectiva de que parte dos agentes da polícia não estavam mais dispostos a atender a todos os mandos e desmandos de senhores, principalmente à medida que o fim da escravidão se deixa ver com mais intensidade naqueles últimos anos da década de 1880. Diferentemente do que noticiou o *Valle-Sapucahy*, em 1886, ao denunciar o delegado de Pouso

²⁰⁸ Ofício do delegado de Caldas para o Chefe de Polícia, 05/05/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx. 26, doc.14.

²⁰⁹ Ofício do subdelegado de Cabo Verde para o Chefe de Polícia, 08/01/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.03, doc 04.

Alegre por se aliar aos proprietários de escravos e fazer servir a cadeia aos interesses senhoriais, Antônio de Pádua, assim como o delegado de Campanha, citado no artigo do *Monitor Sul-Mineiro*, "remavam" de acordo com as correntes legalistas daquele tempo de incertezas.

Naqueles anos finais da década de 1880, é compreensível que delegados e policiais agissem de acordo com os códigos legalistas que se faziam presentes dentro de uma lógica de um Estado moderno que se procurava representar, através da consolidação do poder público. Entretanto, a sistematização daqueles sujeitos a um escopo que atendesse aos interesses estatais teria que conviver com as dimensões cotidianas nas quais estavam inseridos. Assim, o comportamento policial seria orientado pelas normas que assumiam a corporação naquele momento, bem como pelas experiências no meio social em que viviam aqueles agentes. E diante de muitas adversidades presentes no dia a dia de trabalho da força policial e da falta de condições de realizar o ofício com garantia de sua própria segurança, eram aqueles policiais os expostos frente aos conflitos e perturbações diárias. De alguma forma, os desgastes nas já delicadas relações travadas com suspeitos e escravos pelas ruas eram inevitáveis. Assim, as ações das autoridades policiais não podem ser entendidas sem resgatar a perspectiva daquele contexto cotidiano.²¹⁰

Nesse sentido, o delegado de Cabo Verde, assim como o delegado de Pouso Alegre, denunciado pelo *Valle-Sapucahy*, nada mais eram que sujeitos que procuravam se equilibrar na tênue linha da legalidade e do caráter de órgão público moderno na qual a corporação procurava se moldar, como também da defesa de seus próprios interesses, fossem eles familiarizados com a proposta das normas jurídicas, ou com o poder senhorial, ou com os dois. Estar convicto de suas ideologias e se simpatizar com as dores e injustiças que tomavam conta da vida de escravos na luta por sua liberdade poderiam colocar em risco os interesses pessoais daquelas autoridades, afinal alçar e se consolidar no posto de servidor da ordem também perpassava por atender aos interesses dos senhores, que influenciavam na escolha desses agentes policiais.²¹¹ Assim, a opção por fazer da delegacia um espaço público, ordenado pelas leis, vulnerabilizava algumas autoridades, consequência direta dos embates travados com escravistas, fosse por desacordos legalistas ou pessoais.

²¹⁰ BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade*. O exército cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, pp.144-146.

²¹¹ ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim*. Uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2010, pp.31-40.

Sobre o sexagenário que conquistou o direito de ser livre e de transitar, vale algumas ressalvas que nos chamam a atenção. Ao se sentir ameaçado pela tentativa de seu ex-senhor a obrigá-lo a trabalhar por mais sete meses, possivelmente, recorreu ao delegado para auxiliá-lo no momento instável em que se percebia. Mesmo que, por ventura, não estivesse totalmente a par de que sua situação naquele instante dava a ele o direito à liberdade imediata - ou de que entendesse que mesmo diante dessa prerrogativa da lei, na prática cotidiana isso não garantia a ele ser livre - recorreu a delegacia de Cabo Verde e pediu passaporte. Quem sabe já previa ele que ao longo do caminho até as terras onde morava seus parentes não poderia ser, mais uma vez, questionado quanto a sua condição?

Essas questões nos atormentam porque o prazer de acompanhar essas trajetórias de vida nem sempre é atingido, já que histórias como a desse personagem desaparecem em meio as páginas documentais, nos deixando apenas um sentimento de esperança de que ele tenha encontrado sua família. De qualquer forma, são essas trajetórias que nos auxiliam a redimensionar o próprio sentido da liberdade. Mais que isso, é preciso pensar quais liberdades estavam, de fato, em jogo e acessíveis para aqueles sujeitos. Ao procurar o delegado de Cabo Verde, o nosso sexagenário demonstra habilidade em entender que aquela era uma via possível, mas parece não ignorar que esses acessos poderiam trazer novas barreiras pela frente. Era um passo por vez, uma conquista árdua, importante, mas não a última. Nos parece com isso que na vida desses sujeitos existe sempre uma linha tênue, em que a liberdade não está facilmente disponível, sendo um desafio a ser vencido por vez ao longo daquele caminho, o que, por vezes, este trânsito era interrompido pelas tentativas de reescravização.

Outros casos que buscavam acometer alguém à condição escrava também aparecem na documentação de polícia. Em 1878, a Secretaria de Polícia da província encaminhou comunicado a vários delegados e subdelegados da região sul mineira para atuarem na desarticulação das ações ilegais de José Augusto dos Santos, negociante de escravos, morador da cidade de Serro (norte de Minas), que havia capturado o "cabra" Herculano, que era "livre", a fim de vendê-lo. O documento revela que outras pessoas estavam envolvidas no sequestro. Acreditando já estar em outras partes da província, o Chefe de Polícia recorreu a sua rede de subordinados na

tentativa de prender tal negociante e libertar Herculano.²¹² Em outra correspondência, então enviada para a Secretaria de Polícia da Província do Rio de Janeiro, o Chefe de Polícia de Minas respondeu algumas informações solicitadas, a fim de que as autoridades da província vizinha pudessem colaborar com as investigações e autuar o negociante se, por ventura estivesse por aquelas terras. De acordo com o registro, acreditava-se que Herculano estivesse sido vendido aos municípios cafeeiros, para onde muitos escravos eram conduzidos naquele momento.²¹³

O fato é que a documentação não traz nenhum outro elemento esclarecedor da tal liberdade de Herculano (se era "ventre livre" ou liberto, por exemplo). Na correspondência anterior, o Chefe de Polícia de Minas afirmou que estava de posse de um documento, firmado por D. Anna Clara, comprovando ser Herculano um homem livre. Neste caso, vale pensarmos que essa mobilização em torno da liberdade de um sequestrado só foi possível pela seriedade no cumprimento das leis assumidas pelos chefes de polícia de Minas e Rio de Janeiro e pelas demais autoridades que assumiram a responsabilidade de levar a cabo os instrumentos jurídicos que possuíam. Não menos importante foi a atuação da personagem, D. Anna Clara, que se pronunciou ao apresentar um documento que comprovava a liberdade de Herculano. Infelizmente, sobre ela não tivemos outras informações. Seria uma tutora, uma ex-proprietária ou uma madrinha de Herculano? Que tipo de relação se estabelecia entre eles?

Além disso, Herculano deve ter aproveitado de todas as situações possíveis por onde passou para "gritar aos quatro cantos" a sua liberdade e, quem sabe assim, contar com a ajudar de alguém que se simpatizasse com sua história. Outra questão interessante tem a ver com o designativo de cor referido a ele. Apesar de alguns historiadores afirmarem a complexidade de interpretação sobre os usos e designativos de cor em diversos contextos, chamá-lo de "cabra" poderia sugerir que Herculano tivesse a cor da pele próxima a de "negro" ou "mulato", associando-o, direta ou indiretamente, o nosso personagem com o mundo da escravidão, o que facilitava assim o seu rapto e venda pelos traficantes.²¹⁴

²¹² Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia à delegacias de Minas, 17/06/1878, APM, Polícia, POL 98, fl.14v.

²¹³ Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia ao Chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro, 01/07/1878, APM, Polícia, POL 98, fl.15v.

²¹⁴ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.pp.36-41. Ver também: MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Nesse sentido, se a "mimetização" da cor contribuía para que a transitabilidade de escravos fugidos fosse facilitada, já que esses se passavam por livres e libertos, ser designado como "cabra" também poderia colocar o sujeito em condição vulnerável, levando-o para situações de ilegal escravização, como ocorreu com o nosso personagem. Teria Herculano conseguido escapar das artimanhas de José Augusto dos Santos e voltado para sua terra? Conseguiu ele ser bem sucedido em alguma ação que tivesse vislumbrado para defender sua condição livre? A polícia teria conseguido atuar, auxiliando Herculano na defesa de sua liberdade? Lamentavelmente, por ora, essas dúvidas nos acompanharão.

Assim, no tocante ao que se pode concluir, tendo como suporte as informações que a documentação nos apresentou até agora, acerca dos casos relatados, a perspectiva de reconhecer o estilo personalista e autônomo das autoridades policiais citadas, muito nos chama a atenção. Quando vemos a preocupação dos delegados de Campanha e de Cabo Verde, bem como as demais autoridades policiais envolvidas nos episódios lançados nos parágrafos anteriores, estamos diante de sujeitos que demonstravam uma leitura do mundo em que viviam que não negavam explicitamente o direito legítimo da propriedade privada e nem a vigência do sistema escravista, mas que, em outros momentos, procuram expressar seu entendimento quanto aos procedimentos que cabem ao poder público estabelecer na prática cotidiana das cidades e dos campos.

Também parece-nos certo que os senhores estavam naquele instante contando com o auxílio policial para reprimir revoltas, aglomerações e comportamentos considerados desregrados dos escravos que, na mesma medida, não mais estavam dispostos a seguir a cartilha imposta na relação senhorial. Ter a alçada policial a seu favor também era se ausentar da linha de frente com a escravaria e, assim, utilizar do poder coercitivo da força policial para repreender e castigar. Obviamente que nestas condições, estavam claras as dificuldades que os próprios senhores encontravam para conter e controlar seus escravos, como também a estratégia de preservação de sua própria imagem, já desgastada diante da conjuntura em que se moldava a crise do sistema escravista.

Vale ressaltar também quais seriam as repercussões das leis emancipacionistas na visão daqueles proprietários de escravos. Por ventura, repousava sobre Saturnino Vieira, escravista de Cabo Verde, a sensação de impunidade - que levava à formação violenta das relações senhor/escravo ao longo de séculos - e de que uma possível

aliança entre ele e as autoridades policiais seria sempre receptiva no trato com escravos e libertos. Não à toa, ele mandou prender um "homem liberto pela lei", na tentativa de obrigá-lo a trabalhar por mais algum tempo em sua fazenda. Não menos oportuno questionar, qual seria o nível de entendimento desses senhores diante das questões legais, sempre tão bem discutidas nas capitais das províncias e na Corte, e que adentravam pelo interior do Império, como no caso da Lei de 1885?

No caso da narrativa apresentada no *Monitor Sul-Mineiro*, as posturas do delegado de Campanha - a não mais tolerar prisões arbitrárias a bel-prazer dos senhores - e do delegado de Cabo Verde - de não aceitar prisões arbitrárias e reescravização - procuravam construir uma autonomia diante do cargo que ocupavam, não estando mais dispostos a compactuarem com tais interesses. Suas atitudes desvelam a tentativa de reproduzir um ordenamento de acordo com as leis emancipacionistas criadas pelo Império, principalmente, a partir dos artigos da Lei do Ventre Livre de 1871.

Nesses casos, essas autoridades demonstram ter uma leitura do Direito e das leis que contribuíram para provocar a crise do sistema escravista. Mais que isso mostravam possuir um arcabouço jurídico que lhes dava condições de interpretar as leis e usá-las de acordo com os seus interesses e concepções. E, mesmo não estando explícito naqueles agentes da lei qualquer vínculo de maior simpatia ao arroubo abolicionista que se dava naqueles derradeiros anos, a prática de agir conforme os princípios de liberdade, ditados em muitos foros judiciais espalhados pelo país, demonstrava um enfrentamento à política de domínio escravista.²¹⁵ E, não negando que outras rivalidades de cunho pessoal e/ou político pudessem também explicar os conflitos que envolviam delegados e senhores, as incertezas acerca da continuidade da escravidão, que eram vivenciadas naqueles tempos, passaram a dar espaço para tomadas de decisões em que o respaldo nas leis era uma aposta bem-vinda àquelas autoridades.

Não menos importante, vale recuperarmos no caso noticiado pelo jornal *Valle-Sapucahy*, em 1886, o papel dos jornais ao denunciarem as prisões arbitrárias às leis. Como o periódico parecia possuir uma posição ideológica inclinada ao abolicionismo,

²¹⁵ Sobre o embate de agentes da Justiça na arena social da últimas décadas do escravismo, ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...*, op.cit., pp.151-174; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*, op.cit., pp.205-214; GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp.233-273.

o anonimato na autoria do texto era conveniente para que esses sujeitos pudessem se expressar sem que as consequências por tais palavras colocassem em risco suas ações. Não sabemos nem ao menos sua ocupação, mas certo é que o autor foi bastante contundente ao denunciar as arbitrariedades que tomavam conta da cadeia da cidade de Pouso Alegre, no que tange às prisões ilegais de suspeitos e escravos fugidos, não se esquecendo de apontar os culpados, as omissões dos agentes públicos e a demarcar os artigos das leis criminais que estabeleciam incoerência nas práticas cotidianas da delegacia. Seria ele um advogado, um abolicionista associado a algum grupo, um letrado qualquer conhecedor dos novos tempos e de suas leis?

Quem quer que fosse o autor do artigo do *Valle-Sapucahy*, parece-nos evidente que mesmo a região não estando no centro das discussões abolicionistas e legalistas, aqueles sujeitos demonstravam estar a par dos acontecimentos e das reviravoltas que se sucediam em São Paulo ou na Corte, como qualquer outro canto do Império. Estavam eles instrumentalizados a argumentarem a partir das leis e a interferirem nos rumos que a escravidão tomava tanto naquela localidade, bem como em todo o país. Ao acenar com tal conhecimento legal, nosso desconhecido articulista assumia um posicionamento, informava e formava seus leitores, além de contribuir para abalar a legitimidade da propriedade escravista.

3.3 - A sensação de descontrole

Até o momento, vimos que é possível perceber um descolamento no discurso e nas ações desses agentes da ordem, que não se colocavam sempre à disposição dos interesses senhoriais, o que não significa um rompimento contínuo com os interesses do Estado e dos escravistas. Por vezes, propunham contribuir para a construção de um processo de emancipação do cativo por vias legais, sem ter mais total apreço resignante, que por tempos sustentaram os pilares que mantiveram erguido o edifício da escravidão.

Ao analisarmos a documentação da polícia de Minas Gerais, principalmente a partir dos casos citados anteriormente, estamos falando de uma instituição formada por agentes que nos deixaram evidências de que não podemos entendê-la somente pelo prisma da obediência aos interesses estatais e senhoriais, o que não implica dizermos que para essas autoridades o atendimento a algumas demandas senhoriais não fossem importantes para beneficiar muitos de seus próprios interesses. Nesse sentido, ao recuperarmos tais ocorrências que estiveram presentes no cotidiano de

trabalho da polícia, passamos a compreender a necessidade de mencionar suas múltiplas e contraditórias dimensões, no que tange as leituras sobre a abolição, presentes no Império brasileiro naquele momento.

Não nos cabe nesta tese traçarmos a fundo um panorama da instituição policial, ao longo da política do Estado Imperial, nem trazer à tona um perfil do policial que estava presente nas cidades e nos campos da província mineira. Por isso, nos arriscamos a falar dessa corporação e de seus agentes, tentando percebê-los enquanto sujeitos que estavam diretamente envolvidos com os trâmites pelo controle de ações escravas e de outros populares, que recheavam o dia a dia das delegacias e subdelegacias. Não podemos esquecer que em muitos rincões do Império, era a polícia - enquanto membro do Estado - que primeiro recebia o enfrentamento da população e os clamores que partiam das ruas e dos campos. Assim, a documentação produzida por essa agência muito tem a nos falar sobre as movimentações escravas e abolicionistas do período.

Para os últimos anos da escravidão no Brasil(1880-1888), propusemos transcrever todas as correspondências para as localidades do Sul de Minas, pertencentes aos livros da Secretaria de Polícia daquele período. Coletamos cerca de 150 registros para a região que, de alguma maneira, mencionavam questões ligadas ao escravismo e seus agentes envolvidos. Assim foi possível perceber que tais ocorrências apontavam para temas que perpassavam o cotidiano policial e que traziam à tona, por exemplo, a participação de seus agentes na investigação de crimes, em que escravos e libertos eram apresentados como réus ou vítimas, ou na criação de medidas para se evitar a desordem pública, através de prisões, como vimos anteriormente.

Além disso, essa documentação permitiu analisar as movimentações escravas que se avolumavam naquele período – fugas, rebeliões ou denúncias ao poder policial contra senhores – e de ações individuais ou de grupos abolicionistas, que ameaçavam o controle da ordem social por aquelas autoridades. Assim, muitos desses registros policiais desvelam acordos com os códigos de conduta senhorial, mas também não escondem as transgressões a esses senhores por parte de outros agentes da força. Uma reviravolta social que também invadia as dependências das delegacias e auxiliava a colocar em xeque o poder pessoal dos senhores, consequentemente, a própria instituição servil.

Por isso, o acervo "Chefia de Polícia", do Arquivo Público Mineiro, foi revelador ao nos apontar um panorama sobre os conflitos que se deram na região e que adentravam o cotidiano policial. A documentação primou pela sua heterogeneidade, nunca apresentando uma configuração específica na escrita dos registros, o que, por vezes, dificultava a identificação da localidade que discorria. Além disso, os detalhes na descrição dos fatos dependiam da atenção que tal acontecimento ganhava na repartição da Secretaria de Polícia. Quando havia uma grande repercussão social de algum caso, sempre noticiado pela imprensa, as chances de novas informações surgirem ao longo da pesquisa aos livros de registros e documentos avulsos se tornavam maiores. Por isso, que algumas lacunas só conseguiram ser preenchidas, sobre determinado caso já citado nessa tese, quando tivemos acesso a toda a documentação, ao conseguirmos assim rastrear e "remendar" os informes trazidos nas correspondências.

De acordo com André Rosemberg, a instituição policial teve um papel importante ao corroborar com a desarticulação do sistema escravista, à medida que ela - ao ser moldada como parte do corpo estatal que procurava se antenar com ideias liberais e burocratizadas de ordenamento social nas últimas décadas do oitocentos - se colocou como mediadora das desgastadas relações senhoriais, que já não mais externavam um poder de domínio eficiente do controle de seus escravos. Assim, essa instituição era chamada a combater e a usar seu poder coercitivo para promover contenções as rebeldias e desvios de comportamentos da escravaria e daqueles que se colocavam contra a manutenção do sistema, o que não significa que essa fosse uma postura praticada por todos os seus agentes. Valia em seu organismo defender os interesses do governo - e não menos o legítimo direito da propriedade privada - mas não estavam aqueles agentes sempre alinhados com a esfera senhorial ou estatal. Nesse sentido, seus sujeitos expressavam desejos contrários e os manifestavam na sua prática cotidiana no serviço público.²¹⁶

²¹⁶ ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim...*, op.cit., pp.31-40; o apontamento sobre o papel mediador da polícia na relação senhor-escravo já havia sido desenvolvido por vários autores como, ALGRANTI, Leila. *O feitor ausente...*, op.cit., pp.157-198; MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema...*, op.cit., pp.122-141; MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico...*, op.cit., pp.75-95; vale ressaltar que Marcos Bretas considera que no último quartel do século XIX, a polícia passou por transformações na sua forma de conceber a sua própria atuação no dia a dia das cidades; assim, teria a instituição sofrido com os impactos do Direito e das Leis emancipacionistas e do pensamento científico positivista que se estabelecia no meio intelectual de juristas e das ciências penais, ver: BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade...*, op.cit., pp.40-45.

Em Minas Gerais, o corpo policial estava inserido dentro da proposta nacional, que buscava atender aos interesses do Império de contemplar um caráter de estado moderno, cujo o uso legítimo da violência deveria ser parte integrante de seus agentes públicos. Não à toa, a polícia e os demais servidores da Justiça deveriam assumir o controle da aplicação de punições, a partir do arcabouço jurídico disponível através de seus códigos criminais.²¹⁷ De acordo com Ivan Vellasco, na província mineira o passado colonial despertou uma precoce ordenação social sob o controle do Estado, provocada pela crescente rede comercial e de negócios da economia mineradora, que desencadeou um processo acelerado de urbanização, de formação de vias de acesso que interligavam Minas às outras províncias, e de desenvolvimento de padrões de sociabilidade e cultura trazidos da metrópole. Assim, já desde o setecentos, tal Justiça desempenhava um papel de reguladora da vida social, procurando conter as tensões provocadas pelos desacertos daqueles sujeitos sempre que necessário.²¹⁸

Em 15 de dezembro de 1835, através da Lei Provincial nº 8, de 28 de março de 1835, o presidente da província de Minas ordenou sistematizar o corpo policial, atendendo às necessidades da política imperial. Devido as longas distâncias entre as comarcas e termos mineiros, naquele mesmo ano foi criada uma Seção de Cavalaria para prestar socorros às diversas diligências que surgiam em toda a extensão do território provincial. A qualquer urgência de incitações e distúrbios em qualquer região, a Chefia de Polícia em Ouro Preto deveria ser acionada para auxiliar os destacamentos locais no combate a desordem causada. o que veremos mais adiante que isso nem sempre era possível, devido a escassez de praças e recursos. Em 1875, Minas possuía cerca de 1200 praças assentadas nas delegacias e subdelegacias espalhadas pela província, envolvidas com a vigilância aos presos nas cadeias, com as rondas nas ruas e estradas, com a prisão de suspeitos e de escravos fugidos, dentre outras funções. Esses eram subordinados ao Chefe de Polícia por intermédio dos delegados. Nos últimos anos da escravidão, a polícia ocuparia um papel fulcral na

²¹⁷ Apontado como um "experimento liberal", Ivan Vellasco afirma que com a promulgação do Código do Processo Criminal de 1832, houve uma grande reforma nas estruturas públicas, o que afetou diretamente as ações da Justiça, bem como a sua composição. Naquele momento, se criou a figura do *juiz de direito*, o *juiz municipal*, o *promotor público* e o *chefe de polícia*, sendo os três cargos primeiros distribuídos entre as comarcas e termos das províncias. VELLASCO, Ivan. *As seduções da ordem...*, op.cit., p.121.

²¹⁸ VELLASCO, Ivan. *As seduções da ordem...*, op.cit., p.19.

tentativa de conter as ebulições sociais que ameaçavam o controle e a ordem e que traziam às ideias da abolição.²¹⁹

A partir desse contexto, a instituição policial e seus agentes devem também ser entendidos se levando em conta tais turbulências sociais, que eram formadas pelas ações de escravos e abolicionistas, em um momento que não era mais possível conter como outrora as intempéries que abalavam o poder senhorial, as políticas imperiais e os alicerces do sistema escravista. A polícia foi um dos grupos que mais esteve envolvido no cotidiano social que marcou a última década da escravidão e que não pode ser preterido quando procuramos analisar o processo de abolição.

Um processo que - demarcado por trajetórias de grupos e de indivíduos - não necessariamente estava articulado o tempo todo, mas que só foi possível pela soma de todas essas ações produzidas, inclusive as policiais. Mais que isso, pelas impressões sobre tal momento deixadas por seus agentes na documentação - que ora coadunava com as intenções dos senhores, ora realizava uma leitura própria dos acontecimentos - nos leva a perceber que esses atores policiais estavam à margem das rodas políticas e aristocráticas, o que não significa que não tinham ligações com esses setores. Além disso, mesmo dentro da própria corporação, agentes policiais não estavam alinhados no mesmo compasso, o que os levava, uma vez ou outra, se posicionarem contrários as ordens escravistas. A documentação desvela também que aquelas autoridades sul mineiras se encontravam, em muitas situações, desamparados pelo Estado, não contentes com os rumos da política escravista e sem condições para conter as atuações escravas e abolicionistas. Em resumo, nos mostram uma compreensão do momento jurídico que viviam que não mais propiciava defender interesses de outrem com tanto afínco.

E o sentimento de certo abandono por parte das autoridades estabelecidas na sede da província, que não atendiam aos apelos das delegacias da região, se somava as histórias de possíveis insurreições, projetos de agitações abolicionistas e distúrbios sociais que pudessem acometer tanto o perímetro urbano quanto o rural sul mineiro, levando ao temor de que uma revolta geral pudesse causar desordem e perda do controle policial. Se estava evidente na década de 1880 que a escravidão pudesse não mais se manter firme por muito mais tempo, as incertezas que assombravam senhores e assustavam parte da população, também adentravam as portas das delegacias e

²¹⁹ COTTA, Francis. *Breve história da polícia militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.pp.78-83.

subdelegacias e sacudiam os ânimos de seus agentes, que endossavam tal sensação de perigo quando saíam a policiar as ruas e estradas ou se informavam sobre situações de descalabro que pululavam nas cidades vizinhas ou em outras províncias.

Assim, o Chefe de Polícia da capital, Levindo Ferreira Lopes, escreveu ao subdelegado de Cabo Verde em 1887, em resposta ao ofício reservado recebido, que notificava a Secretaria de Polícia sobre uma insurreição de escravos que estava sendo armada para aquela região. Em caráter de urgência, o Chefe de Polícia prometeu tomar as necessárias providências e "habilitar-o com força pública suficiente", a fim de proteger a cidade contra qualquer ameaça que pudesse despontar. Em tom de comando, o superior elogiou o bom desempenho do subdelegado em investigar as devidas suspeitas e por agir prontamente a favor da ordem e da causa pública.²²⁰

Era importante não somente tranquilizar seu subordinado, como também não alimentar tais temores que, por ventura, se alastravam pela província e que, obviamente, denunciavam a fragilidade e a inconsistência dos destacamentos para atender a toda demanda. De qualquer maneira, valia estar por dentro de todas as possibilidades de revoltas e manifestações, já que em alguns casos elas extrapolavam o campo das intenções e se materializavam, afrontando e colocando à prova o poder policial e senhorial. Não à toa, terminava a correspondência recomendando "zelo", "dedicação" e "prudência" ao subdelegado para que agisse de forma profilática "de modo a evitarem-se conflitos ou perturbações que muito prejudicão a paz pública e põem em sobresalto a população ordeira". Sem apresentar com mais exatidão quem deveriam ser, de fato, os vigiados e combatidos pela força do destacamento, o Chefe de Polícia deixou explícito em sua última frase que tais desordens a serem contidas deviam-se "não só a marcha dos preparativos abolicionistas, como do mais que houver".²²¹

No que diz respeito aos dilemas enfrentados pela polícia no cumprimento de suas tarefas e na missão de zelar pela permanência da ordem em regiões com grande contingente de escravos, Maria Helena Machado afirma que as recorrentes sedições escravas e as ações abolicionistas obrigaram o Estado imperial e suas províncias a se organizarem no sentido de conter tais sujeitos que "transgredissem" as normas. Para isso, também se valia da estratégia de acalmar as inseguranças que tomavam seus

²²⁰ Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia ao subdelegado de Cabo Verde, 22/11/1887, APM, Polícia, POL 98, fl.99.

²²¹ Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia ao subdelegado de Cabo Verde, 22/11/1887, APM, Polícia, POL 98, fl.99.

agentes da ordem, bem como censurar algumas informações sobre possíveis agitações que ocorriam ou viessem a existir, principalmente quando essas notícias ganhavam os jornais, incitando ainda mais o medo de alguns setores. Cientes da limitação em controlar todas as eclosões que frequentemente se davam, as autoridades agiam no sentido de descaracterizar o perigo daquelas ações, a fim de evitar o "pânico" da população e visibilizar o descontrole dos mecanismos que davam suporte a manutenção do sistema escravista.²²²

Para o período, a documentação que consultamos não nos atesta nenhuma tentativa de revolta escrava que tenha se materializado, chegando a chamar a atenção da sociedade e das autoridades. Mas, as ideias do caos anunciado, do medo e de uma possível rebeldia escrava que fosse impossível de ser controlada tomavam as mentes mais sóbrias e se espalhavam entre todos os setores sociais, propagandeadas principalmente pela imprensa. A própria regionalidade que permitia com que o Sul de Minas fizesse divisa com as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, grandes palcos de revoltas escravas e dos movimentos abolicionistas no sudeste, também contribuíam por alimentar as incertezas e os medos que atormentavam aquela população. Veremos mais no próximo capítulo como os periódicos do sul mineiro abordavam as notícias que vinham da Corte, da cidade de São Paulo, de Ouro Preto, do Vale do Paraíba Fluminense e do Oeste Paulista. E, não à toa, aqueles sujeitos se mostravam bem conectados com as ações escravas e abolicionistas de vários cantos do Império, bem como as políticas parlamentares, e usavam dessas informações de acordo com os seus interesses para endossar as campanhas a favor ou contra a abolição na região.

Se qualquer vestígio que desvelasse possíveis revoltas escravas já causava pânico na população, ativando os olhares da polícia para prevenir e combater tais desordens anunciadas, não menos assustadoras deixavam de ser as notícias sobre a formação de quilombos nos arredores das cidades da região. Atentas a qualquer ameaça sempre que possível, as autoridades provinciais solicitavam informações sobre as investigações instauradas que dessem conta em vigiar as movimentações desses espaços. A partir da notícia sobre a existência de um forte quilombo, próximo a Ouro Fino, relatado no periódico *A União*, em 1887, a Secretaria de Polícia apurou o fato com os delegados das proximidades da cidade e, posteriormente, enviou um

²²² MACHADO, Maria Helena P. T. "*Teremos grandes desastres...*", op. cit.p.377.

relatório para a presidência da província relatando que foi reunida uma escolta armada, composta de 16 praças, convocada para desarticular o grupo e prender seus participantes. Do resultado do confronto, apenas três pessoas foram presas, sendo morto com um tiro um escravo de José Francisco Guimarães, fazendeiro de Ouro Fino.²²³

Em mais um caso dramático relatado pelo subdelegado de Lambari, distrito pertencente a Campanha, às vésperas da abolição, em 8 de março de 1888, o Chefe de Polícia encaminhou um reservado ao tal subdelegado em que a ordem a ser seguida era o de se fazer o que estivesse ao seu alcance, diante da falta de praças e de recursos para armar o destacamento. Assim, dizia ele que "se limite a manter a ordem, empregando para esse fim os meios que lhe sugerirem a sua prudência e reconhecido critério".²²⁴ De acordo com o ofício encaminhado pela Secretaria de Polícia de nada adiantaria a subdelegacia se prestar a capturar os que fugiam e promoviam tais rebeliões e fugas, ou mesmo aqueles que acoitavam escravos, se o distrito ficasse desprovido da presença das praças, até mesmo porque não era "lícito a polícia prender escravos fugidos".²²⁵ Cabia ao Chefe de Polícia acalmar os ânimos de seu subordinado, prometendo reforço assim que possível, mas que naquele momento se deixasse de lado a investigação e a prisão dos envolvidos nas investidas de fuga e libertação de cativos. O essencial era se concentrar na manutenção da ordem e evitar uma situação de total descontrole por parte do poder policial. Na falta de poder suficiente que desse conta de resolver aos anseios que apareciam de todos os cantos da província, a política praticada pela Secretaria de Polícia era aceitar o que já parecia remediado em alguns casos.

O aconselhamento para apaziguar os ânimos efervescentes e manter o destacamento a postos para coagir quaisquer possíveis agitações a atender a outras

²²³ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao governo provincial, 14/05/1887, APM, Polícia, POL 93, n.637, fl.116v.

²²⁴ Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia ao subdelegado de Lambari, 08/05/1888, APM, Polícia, POL 102, n.1145, fl.200.

²²⁵ Como já vimos, as fugas de escravos eram requisições frequentes no dia a dia das delegacias, sempre manifestadas pelos senhores que buscavam contar com o auxílio policial na captura e, subsequente, castigo que seriam aplicados nos fujões. Contudo, à medida que a tentativa de ordenamento dos espaços coercitivos passa a influenciar o cotidiano da polícia, tais demandas passam a ser criticadas e nem sempre aceitas pelas autoridades. A violência e repressão aos criminosos que desmoralizavam a ordem, princípio norteador da polícia delineada a ser braço coercitivo do Estado moderno, passava a ter alguns de seus agentes determinados a criticar e a se opor a despendar tempo na busca de escravos. Mais informações sobre o cotidiano policial e a captura de escravos fugidos, ver: HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

demandas que, por ventura, se faziam, não era apenas uma tática desempenhada pelo superior aos seus comandados delegados e subdelegados. Restava a esses dois agentes, que estavam na linha de frente das perturbações que se avolumavam em tempos de uma instituição escravista em frangalhos, também aconselhar escravos fugidos a retornarem para seus proprietários e conter a ânsia de simpatizantes do abolicionismo que cruzavam o dia a dia das autoridades. Muitas vezes, a chamada de atenção acontecia para dentro do próprio corpo institucional, não só quando policiais abusavam do poder a eles concedidos, mas também quando se envolviam com as causas pela libertação dos escravos.²²⁶

Nas palavras do Chefe de Polícia da província ao subdelegado de Lambari é possível percebermos que a falta de recursos e homens para a segurança das cidades - e diante de tomadas de decisão rápidas e difíceis - poderia ser outro fator decisivo para que a missão de capturar escravos fosse então rejeitada por parte de seus agentes. Não à toa, para o Chefe de Polícia não era mais "lícito" prender escravos fugidos. E se tais conjunturas encorajavam alguns agentes a exporem oficialmente suas críticas à certas práticas que não mais valiam a pena para eles, outros policiais perceberam um espaço para a aquisição de novas gratificações, ao prenderem escravos a mando dos senhores. Assim, muitas praças preteriam outras ocorrências para contar com as recompensas prometidas pelos senhores.²²⁷

Entre as correspondências que trazem os alardes sobre os possíveis transtornos que as ações escravas e abolicionistas poderiam causar na região, algumas conseguem justificar com mais riqueza de detalhes os meandros que levavam às articulações de tais indivíduos e grupos. Assim se apresentou o 1º Suplente do Juiz Municipal de São Gonçalo do Sapucaí, em 24 de abril de 1888, ao Chefe de Polícia, solicitando reforço policial para a cidade a fim de conter possíveis desordens provocadas pelas movimentações sociais que expressam o desejo pelo fim da escravidão.²²⁸ Tais suspeitas de insurreições escravas e agitações abolicionistas pareciam ser um bom pretexto para reivindicar, mesmo que tais suspeitas sobre possíveis desordens não fossem evidências concretas.

Na verdade, esta prática era bastante recorrente nas cartas enviadas à Secretaria de Polícia pelos delegados e subdelegados da região e funcionava como

²²⁶ ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim...*, op.cit., p.419.

²²⁷ ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim...*, op.cit., p.424.

²²⁸ Ofício do 1º Suplente do Juiz Municipal de São Gonçalo do Sapucaí para o Chefe de Polícia, 24/04/1888, APM, Polícia, POL 1 4, ex.03, doc 34.

uma forma de exigir melhorias para as cadeias e o policiamento das ruas. Em 1887, o subdelegado de São Gonçalo do Sapucaí, enviou carta ao Chefe de Polícia apresentando as condições precárias em que se encontrava a cadeia em perigo de desabar senão houvesse uma reforma urgente. Além disso, os presos estavam amontoados e não existia carcereiro por falta de pagamento para a função.²²⁹ Já a Secretaria de Polícia repassou ao gabinete do governo provincial uma carta recebida do delegado da cidade de Cristina, no extremo sul mineiro, que relatava sobre o desfalque no destacamento, que contava apenas com duas praças para todo o policiamento da área, tendo sido o próprio delegado desacatado publicamente por um "desordeiro acompanhado de seus capangas sem poder tomar as providências que o caso exigio".²³⁰ Como vimos no capítulo 01, a cidade de Cristina, juntamente com Itajubá, fazia parte de um complexo produtivo de fumo, que se estendia desde Campanha até aquelas cidades, com forte presença de mão-de-obra escrava no trato do cultivo. Por conta disso, as duas delegacias solicitavam constantemente um maior efetivo policial para atender as demandas que apareciam nas áreas urbanas e rurais.

No caso de Itajubá, uma nova correspondência enviada pela Secretaria de Polícia para o governo provincial insistia para que alguma solução fosse tomada para atender aos constantes pedidos daquela cidade. O Chefe de Polícia afirmava reiterar ao presidente da província sobre a necessidade de se completar o destacamento da cidade, que constantemente se via tomada por confusões promovidas por escravos e abolicionistas e que há tempos estava reduzida a duas praças. Finalizava ele afirmando que as autoridades locais insistiam, "e com razão", para que tal solicitação fosse atendida o mais urgente possível, deixando claro que tais agentes estavam dispostos a deixarem os cargos senão fossem socorridos.²³¹ Não distante de Itajubá, o delegado de Pouso Alegre, em 1887, também não ter condições para atuar na função, por "tudo faltar" na delegacia. Assim, pedia demissão por "não ter a autoridade policial, força suficiente que possa empregar no cumprimento da lei".²³²

²²⁹ Ofício do subdelegado São Gonçalo do Sapucaí para o Chefe de Polícia, 13/03/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.20, doc.06.

²³⁰ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 21/04/1887, APM, Polícia, POL 93, n.544, fl.96v.

²³¹ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 12/04/1888, APM, Polícia, POL 104, n.471, fl.105v.

²³² Ofício do delegado de Pouso Alegre para o Chefe de Polícia, 15/11/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.16.

Entre outros empecilhos para o trabalho, as autoridades policiais constantemente solicitavam soldos para pagamentos dos agentes, das despesas das cadeias e dos tratamentos de saúde dos policiais que sofriam ferimentos no cotidiano de suas funções. As indisciplinas e abusos das praças eram também relatadas. Em 1887, a Secretaria de Polícia também reiterava para a presidência as constantes solicitações do delegado de Machado, que contava com um número muito reduzido de policiais e com sua cadeia lotada de "criminosos", como o sargento Francisco Manoel do Nascimento, que vivia "embriagado no serviço e ministrado aguardente aos presos".²³³ Nesse sentido, as precariedades não só faziam parte da vida daqueles agentes como engrossavam as inseguranças de que seria possível manter a ordem e a segurança em tempos tão confusos.

Ao consultarmos os relatórios da presidência provincial, os constantes pedidos de socorro feitos pelas autoridades também se fizeram presentes. As precariedades das cadeias e dos recursos para a manutenção da polícia, bem como a carestia de praças se avolumavam nos últimos anos da década de 1880, revelando ser impossível conter quaisquer grandes intempéries que, poventura, viessem a tomar conta de Minas, sem que tais dificuldades fossem amenizadas. De acordo com os ofícios encaminhados, as "cadeas são deploráveis", necessitando de "reparos urgentes quando não de reconstrução". Em 1885, na cadeia de Mariana, os presos fugiam constantemente, já que as grades eram frágeis; em Pomba, a cadeia não tinha esgoto e o mau cheiro causava várias doenças nos presos; em Campanha não havia higiene e segurança, por ser de taipa. O desembargador José Antonio Alves de Brito, em 1885, afirmou em vários ofícios ser insuficiente a força policial em toda a província e que não pode mais atender a todas as reclamações das delegacias mineiras, o que levava em alguns casos ser o policiamento das ruas realizado por paisanos. Tais providências para abastecer as delegacias mineiras era fundamental, já que a "vastidão da província e os casos de promptas providencias não podem ser demoradas".²³⁴

Ainda sobre as dificuldades em se gestar e executar os dispositivos legais demandados pela Secretaria de Polícia da província às delegacias da região, a correspondência sobre a cidade de São Gonçalo do Sapucaí, citada acima, nos traz outras informações de como as ebulições sociais manifestadas naquele período

²³³ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 28/10/1887, APM, Polícia, POL 93, n.1490, fl.273.

²³⁴ Fala do desembargador José Antonio Alves de Brito à Assembleia Legislativa Provincial, em 01 de agosto de 1885.p. AB-15. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

pululavam as apreensões e a crença no descontrole e, por vezes, estavam embasadas em experiências vividas localmente, que ratificavam tais receios. De acordo com as informações do Juizado Municipal daquela cidade, a carestia de praças não só era endêmica como aumentava as chances das movimentações abolicionistas, que segundo o 1º Suplente do Juiz, João Bressane de Azevedo, "tem operado nesta parte da província", deixando a ordem e tranquilidade pública ameaçadas. Acrescentava ele que, por conta das festividades religiosas do "Espírito Santo", que eram "feitas por pretos que durante três dias promovem o tradicional congado", estava receoso de que a cidade fosse tomada por escravos fugidos. Segundo a autoridade judicial, suas desconfiças se fundamentavam já que muitos escravos que fugiram da cidade foram "acoitados por abolicionistas revolucionários" em Campanha e sempre voltavam a São Gonçalo do Sapucaí para promoverem os festejos da congada. Temendo que seus proprietários estivessem à espreita de prendê-los naqueles dias, o que ocasionaria um verdadeiro descalabro na cidade, sem nenhuma condição de se fazer valer a ordem pública.²³⁵

Se o medo pairava entre aquelas autoridades e, por vezes, se materializa nas ações de escravos e abolicionistas que aconteciam na região, aquele sinal de alerta expressado nos ofícios encaminhados à Secretaria de Polícia da província traziam não somente suposições mas também evidências de que certas movimentações existiam e interferiam no cotidiano policial. Apontar tais encaminhamentos produzidos por indivíduos e grupos que atuaram a favor da abolição, o perfil, e as articulações que costuravam com outros segmentos abolicionistas do Império farão parte de nossas análises do próximo capítulo.

3.4 - Polícia, escravos e a divisa Sul de Minas/São Paulo

Ao apresentarmos os limites espaciais que definiriam a nossa pesquisa já no primeiro capítulo da tese, muito nos instigava a pensar que perspectivas daríamos ao entendimento desse recorte. Não nos interessava uma delimitação justificada a partir de categorias político-administrativas somente, tampouco geográficas. A princípio, essas nos diziam pouco do objeto e, por vezes, poderíamos nos induzir a isolarmos nosso objeto de suas relações sociais/políticas/econômicas que, certamente, extrapolavam padrões tão rígidos. Levar em conta que o Sul de Minas fazia divisa

²³⁵ Ofício do 1º Suplente do Juiz Municipal de São Gonçalo do Sapucaí para o Chefe de Polícia, 24/04/1888, APM, Polícia, POL ¹ 4, ex.03, doc 34.

com duas províncias, também tão significativas para se entender a abolição no sudeste brasileiro, implicava pensar nas relações estabelecidas entre aqueles sujeitos, em que tais "barreiras" imaginárias de divisão territorial pouco importava, até porque dentre as buscas da pesquisa estava não somente pensar o nosso objeto dentro de um contexto mais amplo da crise escravista, como também ter a convicção de que a região ora estudada deveria ser encarada como um "espaço socialmente construído".²³⁶

Como vimos, a realidade socioeconômica de Minas Gerais ganhou nova roupagem com a crise da mineração em fins do século XVIII e adentrou o XIX com grandes perspectivas de desenvolvimento de uma produção econômica voltada à mercantilização da agropecuária e utilização da mão-de-obra escrava. Embora de forma diferenciada em suas regiões constitutivas, a província mineira estava inserida numa complexa rede comercial de abastecimento que também se estendia para relações interprovinciais. Não à toa, a formação de rotas e caminhos onde essas mercadorias circulavam ao longo do século XIX contribuíram por solidificar uma forte relação socioeconômica entre os agentes envolvidos nessas redes de negócios, o que extrapolava completamente quaisquer divisões geográficas das províncias. Com o advento da Corte no Rio de Janeiro, os centros mineiros de maior dinamismo comercial, Zona da Mata e Sul de Minas, exerceram papel de produtor e condutor das tropas que levavam as produções agropecuárias para a Corte e outras áreas do sudeste, bem como faziam circular outras mercadorias que abasteciam muitos mercados. Assim, caminhos eram "rasgados" para todos os lados sempre na perspectiva de dar infraestrutura para as redes mercantis que ligavam as províncias de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. E, nesse sentido, o sul mineiro era uma via quase sempre perseguido por esses agentes.

E se as relações com a Corte predominaram ao longo da primeira metade do século XIX, nas últimas décadas do oitocentos, o Sul de Minas estreitou seus laços mercantis com a província de São Paulo, não somente através da produção agropecuária, como também a partir da cultura do café, atendida pelo apego à mão-de-obra escrava, mas que serviu de laboratório para a inserção da imigração no país, influenciada principalmente pelo modelo cafeicultor de trabalho do Oeste paulista. A área de cultivo do gênero no sul mineiro se deu, primeiramente, entre os municípios

²³⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema...*, op.cit., p.36.

de Aiuruoca, Jacuí e Baependi, ainda em fins do século XVIII, que se estenderia para Lavras, Nepomuceno, Perdões, Bom Sucesso, Campo Belo, Cabo Verde e Guaxupé, algumas entendidas como extensão da cafeicultura do Oeste paulista. Apesar dos grandes investimentos na produção do café na Zona da Mata mineira, o cultivo no sul mineiro seguiu a tendência paulista, embora em menor escala, e soube consorciar a plantação de outros gêneros dentro da mesma fazenda, principalmente, a produção voltada para a alimentação. A região foi vista como propensa à expansão cafeeira, com terras férteis e mais baratas que as paulistas.²³⁷

Em relação à urbanização, as cidades do Sul de Minas passaram a vivenciar este processo a partir do último quartel do oitocentos. Apesar de sua essencial economia agrícola e o apego ao trabalho escravo, o avanço do espaço urbano passou a tomar conta projetando um caráter de "cidade pequena", mas não desconectada de uma infraestrutura básica para atender às necessidades de seus habitantes e do capital. Da mesma forma, esses centros urbanos atendiam as interações entre a cidade e o campo e passaram a presenciar um processo de modernização que, em certa medida, acontecia nas maiores cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Assim foi possível perceber uma centralidade urbana com um maior número de praças, repartições públicas, lojas de comércio com uma variedade de produtos, teatros, escolas, clubes literários, associações e outros.

Dessa forma, as cidades sul mineiras podem ser classificadas para o final do oitocentos como "cidades medianas", com uma média populacional entre 20 a 40 mil habitantes, com uma crescente presença de pessoas vivendo em área urbana, principalmente após 1872. Além da ampliação das atividades econômicas e da população, o Sul de Minas assistiu a uma crescente criação de novos municípios desde fins do século XIX. Aderidas a um projeto do Estado de valorização do mundo urbano, as cidades da região sofriam assim um processo de modernização que garantiria um predomínio sobre o mundo rural, mesmo que mantivessem o "caráter simples da vida mental de pequena cidade". Mesmo após o fim da escravidão, as cidades permaneceram com um perfil muito próximo: formadas espontaneamente em plena associação entre o urbano e o rural, preservadas por mercados consumidores

²³⁷ CASTILHO, Fábio. *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.pp.47-61.

restritos, pequenas indústrias locais e relações econômicas capitalistas que avançavam vagarosamente.²³⁸

Para acompanhar tal dinâmica socioeconômica que se delineava na região no último quartel do oitocentos, principalmente com a economia cafeeira que se despontava, uma nova integração com outras partes do Império se concretizava com a chegada das ferrovias, meio de transporte importante para a comercialização do café para as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. A primeira linha férrea a penetrar o Sul de Minas foi a *Estrada de Ferro Minas e Rio*, que ligava as cidades de Cruzeiro(SP) à Três Corações, percurso completado somente em 1884. A *Estrada de Ferro Mogiana*, já existente em São Paulo desde 1872, teve como intenção direcionar a produção cafeeira do sul mineiro, construindo assim alguns trechos que ligavam à região às linhas da província paulista. Assim, foram criados ramais em Poços de Caldas, Guaxupé e Passos em 1886. A partir de 1888, as estradas de *Muzambinho* e do *Sapucai* foram sendo lançadas, à medida que o café se expandia pela região de divisa entre o Sul de Minas e São Paulo.²³⁹

Não obstante, este panorama que por ora contextualizamos nos auxilia a afirmar que estando a região estudada, nos anos derradeiros da escravidão, dentro das movimentações e conjunturas que se davam no sudeste brasileiro, esta também se beneficiou da modernização que marcava as cidades e os campos, o que contribuiu para o processo de abolição que se delineava no Sul de Minas, principalmente ao colocar à disposição dos escravos uma série de condições que lhes abriam outras formas de experimentar a liberdade, a partir das novas rotas abertas pelos trilhos dos trens, por exemplo. Assim, fossem para os escravos das lavouras de café ou da agropecuária, fossem para os escravos urbanos, os acessos aos caminhos para fora da província provocavam novo ânimo para a organização de fugas individuais ou coletivas, revoltas e ações abolicionistas.

De alguma maneira, pensar nas divisas que separavam as províncias é trazer à tona formas de entender como esses espaços poderiam ser compreendidos por escravos e libertos e, assim, estudados para se alçar à conquista da transitabilidade e da própria liberdade. Se um novo horizonte parecia facilitar o acesso à novas terras, novos lugares, através das linhas de trem, vale pensarmos como as fugas e as movimentações escravas e abolicionistas se apossavam desse meio para levar adiante

²³⁸ SAES, Alexandre; MARTINS, Marcos(orgs.). *Sul de Minas em transição...*op.cit.,pp.28-36.

²³⁹ CASTILHO, Fábio. *Entre a locomotiva e o fiel da balança...*,op.cit.,pp.47-61.

não somente sonhos, mas também a concretude de tais investidas. Para onde transitar e o que se esperar em outros lugares? Existiam ideias claras de que destino final deveria ser alcançado ao se sair das terras mineiras rumo à São Paulo ou Rio de Janeiro? Teriam aqueles escravos a noção que se no sul mineiro tais condições de vida e de trabalho eram degradantes, fugir para o Oeste paulista, em pleno vapor na produção cafeeira, poderia ser ainda mais extenuante? Ou, ao contrário, seria a busca pelas cidades o melhor local para se homizarem entre livres e libertos e, assim, garantirem o sucesso da fuga? De que maneira tais fugas que se davam em terras de divisas impactavam no controle da mão-de-obra escrava no Sul de Minas, tanto para a polícia quanto para os senhores? E por fim, como elas repercutiam e contribuíam para a percepção de descontrole sobre a posse dessa escravaria?

Do lado paulista, a implantação da malha ferroviária, a Companhia Ferroviária Paulista e a Mogiana, na década de 1870, por iniciativa dos próprios fazendeiros para atender a demanda de transporte do café, também propiciou possibilidades de uma rápida circulação de ideias sobre os fatos que se davam na região mais escravista da província, principalmente aqueles ligados aos conflitos recorrentes da rebeldia escrava e das ações abolicionistas. Mais que isso, os trilhos dessa ferrovia abriram um mundo de possibilidades para a fuga da escravaria. A passagem dos trens por esses campos e cidades "ampliava toda uma cadeia tradicional de comunicação". Era possível receber notícias de várias partes e transmiti-las para o eito de trabalho e para as rodas de conversas que aconteciam dentro das fazendas e na cidade. As informações trazidas por viajantes e tropeiros repercutiam no meio social e, não menos, eram valoradas pelos escravos que se tornavam agentes multiplicadores dos acontecimentos que tomavam conta daquele cenário de desintegração da escravidão no Império. Dessa forma, "o universo escravo expandia-se como o contato vivaz e variado das estações de trem".²⁴⁰

Ao estudar o emblemático quilombo do Jabaquara, Maria Helena Machado aborda como esta rede de comunicação e os benefícios trazidos com as linhas férreas produziram um terreno favorável para impulsionar as fugas de escravos para o quilombo de Santos. Para além da ideia do destino final, o quilombo, a autora entende que a tomada de conhecimento das conjunturas presentes no cotidiano da escravidão, davam aos cativos condições de se organizarem e reagirem através de fugas bem

²⁴⁰ MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico...*, op.cit.,p.98.

sucedidas que levavam ao quilombo. Assim, os escravos fugidos, as rotas e os caminhos do trem, e os apoiadores que se arriscavam ao longo do percurso atravessado, faziam parte de um complexo movimento social que abria possibilidades para a liberdade, descarrilhando os projetos que tinham como intenção ameaçar a conquista da abolição.²⁴¹

Ao longo da pesquisa, percebemos que a documentação de polícia nos revelava situações de fugas de cativos e trânsito de libertos, que pelos caminhos abertos e as rotas demarcadas pelas linhas de trem, tinham como cenário dessas tensões a área de divisa entre o sul mineiro e a província de São Paulo. Em correspondências trocadas entre autoridades das duas províncias é possível perceber uma preocupação com os rumos que a escravidão tomava no país, ao mesmo tempo que desalinhos na vigilância e nas ações de controle daquela região eram apresentados entre elas.

Como já afirmamos, pensar nessas demarcações é ir além da concepção geográfica e/ou político-administrativa. Se para a Geografia, o limite entre dois estados deve ser denominado como "divisa"²⁴², pretendemos entendê-la não como uma marca ou barreira divisória, mas um espaço onde o sistema escravista persistia em se arrastar, mesmo diante da crise que se alastrava por todo o Império, valorizando assim as aproximações e interações que teriam ocorrido nos dois lados. Neste caso, a partir da ótica das ocorrências policiais que manifestavam as fugas e as buscas de escravos por algum trânsito com a liberdade, fossem essas pleiteadas em Minas ou São Paulo.

As pesquisas sobre os marcos divisórios que separavam a escravidão no Brasil Meridional do mundo da liberdade em terras estrangeiras, muito nos auxiliam a refletir sobre a proposta que por ora apresentamos. De acordo com Keila Grinberg, as fronteiras passaram a ser vislumbradas por indivíduos que almejavam a liberdade e, mesmo trazendo riscos para a integridade do aventureiro, tal empreitada significava romper com o controle senhorial e das autoridades locais. A partir desse emaranhado

²⁴¹ MACHADO, M. H. P. T. "De rebeldes a fura-greves...", op.cit.pp.241-250.

²⁴² De acordo com o dicionário Houaiss, a divisa é um traço ou linha divisória entre dois espaços dentro do mesmo país. HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.

de lutas pela liberdade e tentativas de controle da ordem, a fronteira se caracterizava como um espaço socialmente construído, fruto das mais diversas relações humanas.²⁴³

Ao trazer essa perspectiva de análise para a divisa Sul de Minas/São Paulo, a documentação de polícia mais uma vez nos brindou com abordagens que colocaram lado a lado o corpo policial das duas províncias na tentativa de manutenção da ordem e do controle do trânsito de escravos e libertos nos últimos anos da escravidão. Assim, ao longo da pesquisa, buscamos ampliar a consulta ao acervo da polícia, iniciando uma análise na documentação do Arquivo Público do Estado de São Paulo, em especial, as correspondências trocadas entre as autoridades mineira e paulista.

Dentre os diversos assuntos que pudemos rastrear no acervo, aqueles que mais vieram à tona eram referentes à tentativa de controle da polícia das duas províncias na fuga de escravos, que atravessavam a divisa frequentemente, gerando sempre certo incômodo em uma das partes do policiamento, que procurava atribuir a outra a responsabilidade por perturbações a ordem naquele espaço, já que não conseguiam dar conta de frear a invasão de sujeitos que atravessavam de uma província a outra. Entretanto, esses impasses não prejudicavam a comunicação e a promoção de ações compartilhadas das polícias. Havia uma força tarefa conjunta no sentido de policiar quando se percebia o risco de revoltas escravas e ações abolicionistas, o que levava a entrada de policiais nas terras vizinhas para se aliarem ao outro destacamento na tentativa de combate a tais ameaças.

As constantes fugas de escravos, identificados como sendo pertencentes a São Paulo e que adentravam o território sul mineiro, não só endossavam as ações policiais como também chamavam a atenção da Chefia na sede da província mineira que, rapidamente, prestava esclarecimentos ao governo. Em 1887, o Chefe de Polícia de Ouro Preto comunicou ao presidente de província sobre a "invasão" de escravos fugidos de São Paulo para a cidade de Ouro Fino, "os quaes vagão a noite pelas ruas da referida cidade ameaçando a segurança individual e de propriedade, de modo que os bons cidadãos tem se armado a fim de defenderem-se contra qualquer ataque". Avisava o Chefe que o descalabro poderia ser maior já que não havia praças suficientes para tal controle, estando a força policial existente "ocupada demais em

²⁴³ GRINBERG, Keila. "Fronteiras, escravidão e liberdade no sul da América". In: GRINBERG, Keila(org.). *Fronteiras, escravidão e liberdade no sul da América*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2013.p.09.

outras ocorrências". Finalizava a carta sinalizando a urgência de cinco praças da capital que pudessem garantir a paz e a ordem.²⁴⁴

Já do lado paulista, o delegado de Mococa, Antonio Xavier de Souza, remeteu ofício ao Chefe de Polícia de São Paulo, em 1881, para solicitar reforço urgente para a cidade, por se tratar de um lugar que "não pode deixar de ter menos de dez praças e mais um comandante como sempre teve até há pouco tempo, porque é um termo muito vizinho da província de Minas Gerais". Reclamava o delegado que a pequena força no destacamento não era capaz de desenvolver a segurança pública, já que muitos criminosos e escravos fugidos adentravam as divisas do sul mineiro e somente um maior efetivo poderia combater as fugas advindas das terras mineiras.²⁴⁵

A apreensão às frequentes fugas de escravos que atravessavam a província de São Paulo para o sul mineiro também tomava conta dos jornais que noticiavam a falta de controle policial, que por não possuir um efetivo suficiente não tinha condições de abordar os transeuntes. A ideia do descontrole e do medo era assim propagandeada pelo periódico. O trecho da matéria do *Monitor Sul-Mineiro* de 1887 é elucidativo neste caso:

De diversas fazendas de São Paulo tem ultimamente fugido grande número de escravos que deste modo quer resolver de modo mais expedito a questão do elemento servil. Parece que os evadidos recebem conselhos e inspirações de pessoas inteligentes, pois em sua fuga evitam roubos e todos os excessos, procedendo como gente pacífica que emigra. É bastante grave este facto, e ninguém póde calcular o desenvolvimento que estas fugas tomarão, desorganizando o serviço das fazendas e trazendo todas apreensões a todos os espíritos.²⁴⁶

O *Monitor Sul-Mineiro* se posicionava com restrição às fugas, temendo que tais fugitivos influenciassem os escravos da região e despertassem assim os espíritos mais sediciosos que atuavam nos trabalhos das fazendas sul mineiras. Afinal, a carestia de mão-de-obra escrava era ainda mais alardeada com os prenúncios do fim da escravidão, que ganhavam maior dimensão social naqueles últimos anos da década de 1880. Mas, este fragmento documental apresentado acima nos traz uma questão pertinente: fugir para os grandes centros urbanos do período, ainda mais numa região em que as cidades de Campinas, São Paulo e até mesmo Santos estavam próximas,

²⁴⁴ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 10/08/1887, APM, Polícia, POL 93, n.1064, fl.199v.

²⁴⁵ Ofício do delegado de Mococa para o Chefe de Polícia de São Paulo, 11/02/1881, Arquivo Público do Estado de São Paulo(doravante APESP), Polícia, ordem 2600, cx. 165.

²⁴⁶ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 30/10/1887, Campanha, CECML, fl. 03.

nem sempre parecia ser a única alternativa. É certo que as cidades foram o destino da maior parte dos fugitivos naquele período. Atraídos pelas oportunidades de mimetização e de passar-se por liberto, fugir para os maiores centros urbanos era acreditar na possibilidade de encontrar uma rede de colaboradores que, por ventura, pudessem o manter naquela nova condição.²⁴⁷

Contudo, essas cidades não podiam receber a todos que fugiam, e não ignorando que nem todos os fugitivos teriam as mesmas condições e nem encontrariam os mesmos meios que levassem grande parte a fugir para os maiores centros, os lugares citadinos de pequeno e médio porte se tornaram vias possíveis. Assim, mesmo as áreas urbanas do Sul de Minas, não totalmente descoladas dos espaços rurais, também atraíram escravos que procuravam resistir ao cativeiro, redimensionando as rotas e as possibilidades de fugas. Por mais que a tentativa de controle desses agentes se desse em qualquer lugar - não menos, vimos o *Monitor Sul-Mineiro* a divulgar que os fugitivos vinham das fazendas paulistas - buscar novos caminhos e destinos para as fugas era também dificultar as ações da polícia e dos capitães-do-mato. Não só garantir um pouso seguro fazia parte da estratégia traçada, como também a busca por se reestabelecerem no mundo do trabalho, para que assim pudessem ganhar a vida de alguma maneira que dessem a eles o sustento diário.

Outra informação interessante apresentada na notícia do *Monitor Sul-Mineiro* vem ao encontro da perspectiva de entender a existência de uma rede de agentes que, muitas vezes, facilitavam as fugas e contribuíam para que os escravos pudessem completar a travessia em segurança. Se a fuga era uma investida de risco, se apoiar em quem pudesse ajudá-los era também reconhecer que a conjuntura colocava cada vez mais em xeque a escravidão e que, assim, mais pessoas estavam dispostas a se arriscarem. Seriam eles abolicionistas engajados, organizados e atentos aos novos fluxos, novos caminhos, e possíveis lugares que pudessem receber escravos fugidos? Ou abolicionistas de última hora que conduzidos pelo momento aderiram a causa da liberdade e passaram a acoitar escravos?

Além disso, pareciam estar todos atentos que a fuga bem sucedida requereria atitudes comedidas. Assim, não realizar furtos e roubos e nem provocar ações que despertassem atenção das autoridades e das outras pessoas pelos lugares que passavam eram estratégias praticadas que potencializavam a garantia e a continuidade

²⁴⁷ GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre...*, op.cit.pp.129-130.

do plano. Deste modo, o ato de fugir, sem despertar muitas atenções e desconfianças, trazia cada vez mais para o cenário urbano escravos que poderiam se passar por gente pacífica que emigra. E aos olhos dos fazendeiros locais e outros empregadores, que naquele momento passavam pelas incertezas da continuidade das lavouras, a presença de novos trabalhadores na região poderia não somente ser vista como uma ameaça, mas também como uma oportunidade de angariar gente que aceitava trocar a força de trabalho por algum sustento.

Grosso modo, vale lembrar que o recrudescimento do movimento abolicionista e as revoltas escravas que pululavam em todo o Império, principalmente na década de 1880, passaram a amedrontar tanto os grandes centros urbanos brasileiros como também os médios e pequenos núcleos. A fuga generalizada de escravos era uma realidade quase que presente em todos os cantos e não poupava regiões citadinas em que o rural ainda era pulsante. No caso do Sul de Minas, acreditamos que nossa pesquisa vem a contribuir para um olhar que agregue a perspectiva de que as ações escravas e abolicionistas não são fenômenos apenas das grandes áreas urbanas do final do oitocentos, ainda mais quando lembramos que o sul mineiro possuía um dos maiores contingentes de escravos do Império, credenciado assim a vivenciar as tensões sociais resultantes da crise escravista. Guardadas as devidas proporções com regiões onde as revoltas escravas e os movimentos abolicionistas se mostravam mais explícitos e ameaçadores para a ordem, nos parece que as ações daqueles agentes que por ora apresentamos, também são pertinentes de ser observados para se entender a complexidade daquele processo de desagregação do escravismo.

Assim, a fuga de escravos que, por ventura, buscavam o Sul de Minas naquele instante, também ocasionava a proliferação de cativos por todos os lados, fosse nas áreas mais movimentadas do centro urbano- como as praças e os mercados locais - bem como nas zonas mais desguarnecidas dos olhares vigilantes da polícia, como os becos e casarios que, distante dos centros, homogeneizavam o olhar sobre a cidade, potencializando assim o projeto da fuga e as ações recalcitrantes daqueles sujeitos na busca pela liberdade.

Não menos desconfortante, estava a situação das áreas rurais do sul mineiro. A presença constante de forasteiros pelas estradas e caminhos das fazendas levantava a preocupação dos senhores que, conectados com as notícias que vinham de todos os lados, procuravam manter a ordem e segurar seus escravos no eito. A circulação de

sujeitos que denunciavam a eminência das fugas acentuava as desconfianças dos proprietários que temiam o descontrole e as possibilidades de revoltas, o incentivo ao abandono das fazendas e a formação de quilombos pela região.

Como comentado anteriormente, as estações de trem e suas linhas férreas, que passaram a "rasgar" o sul mineiro a partir da década de 1880, também contribuíam para os propósitos dos cativos, já que interligavam as províncias e ampliavam os acessos de comunicação entre diversos sujeitos envolvidos na empreitada da fuga. A via da estrada de ferro para se firmar o início do abandono de escravos das fazendas engrossavam as apreensões estabelecidas tanto nos agentes da força quanto nos proprietários. Ao longo da documentação, por vezes, nos deparamos com pedidos de busca e prisão de escravos fugidos que utilizaram das linhas do trem para levarem a um destino traçado ou a qualquer outro que garantisse uma distância real do seu cativo.

Não menos, os jornais traziam avisos de escravos fugidos que tiveram como rota de fuga as estradas de ferro. Manoel, crioulo, de 22 a 24 anos, fugiu em 1884 da Fazenda Pitangueiras, em Lambari, Sul de Minas. Descrito como sujeito de "muita prosa" e habilidoso no trabalho como copeiro, pajem e lavrador, circulando sempre bem trajado, "com chapéu de palha na cabeça, calçados nos pés e um chale em o qual tem sempre o corpo envolvido". Ele teria se dirigido para a Estrada de Ferro Minas e Rio, entre Conceição do Rio Verde e Soledade, onde foi visto no ano anterior, trabalhando na mesma estrada com o nome de Antonio Pedro, antes de cruzar a divisa e rumar sua fuga para a Corte, sendo preso e devolvido ao proprietário naquele ano.²⁴⁸ A mesma Estrada Minas e Rio, que ligava Cruzeiro(São Paulo) a Três Corações(Sul de Minas), também foi cenário para a fuga de Vicente, de Espírito Santo do Pinhal(São Paulo) para Machado(Sul de Minas), em 1883. De acordo com o anúncio, Vicente era carpinteiro e pedreiro e "polido no tratar e alegre", o que o fazia ludibriar as pessoas.²⁴⁹ Já Eva, de 48 anos, parda, se empreitou numa fuga mais arriscada em 1886, levando consigo a sua filha Mathilde, de 10 anos, fugindo na companhia de um "caminheiro" que passou pela Estrada de Ferro Minas e Rio a caminho de Campanha. Já fugida há dois anos, o anúncio apontava que elas estariam vivendo em Embaú(atual cidade de Cachoeira Paulista), na província de São Paulo.²⁵⁰

²⁴⁸ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 02/08/1884, Campanha, CECML, fl. 03.

²⁴⁹ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 02/04/1883, Campanha, CECML, fl. 03.

²⁵⁰ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 07/03/1886, Campanha, CECML, fl. 04.

Para Maria Helena Machado, o impacto das ferrovias nas cidades do Oeste Paulista foi grande, já que promoveu uma rápida circulação de ideias, sempre construída a partir dos episódios sobre a escravidão ocorridos em todos os cantos do Império, que contribuiu para se criar os formadores de opinião nas cidades e vilarejos percorridos pelos trens. Através dos jornais ou do "boca-a-boca", as trocas de informações entre ferroviários, viajantes, simpatizantes da abolição e todo o "populacho" poderiam incentivar a gestação das "conspirações de escravos, que a partir daí, poderiam difundir-se na velocidade dos trens".²⁵¹

Assim, as histórias de fugas também se conectavam as linhas férreas e suas estações, sendo essas capazes de serem fortes instrumentos para potencializarem as jornadas corajosas que muitos escravos traçavam rumo à liberdade. E, obviamente, era preciso algum dinheiro ou contar com a ajuda de algum ferroviário ou abolicionista que pudessem embarcá-los nos trens. Se essa era uma forma mais segura e muito menos extenuante que seguir a pé, as longas distâncias exigiam tal embarque, o que nem sempre era possível. O escravo bem trajado ou que desenvolvia uma boa performance social no trato com as outras pessoas, nem sempre garantia a confiança dessas. A cor da pele e as marcas trazidas do trabalho pesado na lavoura poderiam derrubar a ousadia do disfarce, despertando assim a atenção de algum sujeito ao longo da viagem. Por isso, os anúncios do *Monitor Sul-Mineiro* demarcaram com afínco os aspectos físicos dos que fugiam. Vicente foi descrito como tendo o "braço direito deslocado e mais alto de um ombro", além de "mancar da perna direita". Já Manoel foi apresentado "pela falta de dentes na frente". A necessidade de esconder essas evidências era fundamental para não despertarem atenção e não serem abordados pela polícia. Já Eva tinha um grande desafio a enfrentar, pois não pesava a ela apenas os perigos de viajar sozinha. Estava em risco também a guarda de sua filha Mathilde de apenas 10 anos, o que trazia mais riscos, expondo mãe e filha. A decisão de tal aventura não deve ter sido fácil para Eva. Não à toa, elas viajaram juntamente com outro transeunte. Se seria esse um viajante ou um andarilho da estrada de ferro, a companhia daquele personagem poderia garantir mais segurança para as duas. E se elas haviam conseguido atravessar as terras sul mineiras em direção à província paulista, isso significava um feito e tanto conquistado.

²⁵¹ MACHADO, M. H. P. T. O plano e o pânico..., op.cit. pp.98-100.

A mesma sorte não teve um grupo de escravos que em 1887 tentaram empreender uma fuga pela estrada Minas e Rio (nas proximidades de Campanha) e sendo "movidos pelo cansaço, fome e sede viram-se obrigados a afogarem dois filhinhos que não podiam carregar". Segundo o ofício do Chefe de Polícia de São Paulo para o presidente de província, que pediu informações sobre o caso, amplamente divulgado nos jornais, o grupo se viu em outra situação difícil quando já próximo de Sorocaba, um deles tentou sacrificar outra criança, que daquela vez foi salva pela própria mãe da vítima que impediu o sacrifício.²⁵² A trágica história desses escravos muito tem a nos dizer sobre os riscos desse tipo de travessia e as situações-limites que alguns chegavam frente às necessidades impostas pela sobrevivência.

Outro caso que apreendia a atenção das forças policiais da região divisória era o combate aos quilombos que se formavam como desdobramentos das fugas de escravos pelas províncias. Em 1887, o Chefe de Polícia de São Paulo enviou correspondência ao presidente de província para comunicar sobre as notícias divulgadas pelo Diário de Campinas de que não houve nenhuma investida a algum quilombo no lado paulista, mas sim nas proximidades de Jacutinga, Sul de Minas, onde um ataque articulado pelas polícia mineira e da delegacia de Espírito Santo do Pinhal, São Paulo, sucumbiu os quilombolas que amedrontavam a região.²⁵³

De acordo com Flávio Gomes e Maria Helena Machado, os quilombos nos anos finais da escravidão ressurgiram com força nas áreas cafeeiras, podendo ser melhor definidos como "quilombos volantes", que pela sua efemeridade frente a um território fixo, dispunham de trânsitos importantes que, por vezes, dificultavam as ações das autoridades em confrontar seus participantes. Devido à grande concentração de cativos no Oeste Paulista, devido ao remanejamento provocado pelo tráfico interprovincial, a fuga e, conseguinte aquilombamento, era uma das vias para a liberdade, já que essas áreas resistiram quase que sozinhas a não abolir seus escravos nos anos derradeiros do sistema.²⁵⁴ Da mesma forma, o Sul de Minas, em especial suas áreas de divisas, potencializava a formação de quilombos, mesmo que não possamos afirmar a dimensão e complexidade dessas organizações neste momento.

²⁵² Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia de São Paulo ao Governo Provincial, 07/12/1887, APESP, Polícia, ordem 2682, cx. 247.

²⁵³ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia de São Paulo ao Governo Provincial, 16/08/1887, APESP, Polícia, ordem 2682, cx. 247.

²⁵⁴ GOMES, Flávio; MACHADO, M. H. P. T. "Interiorização e os quilombos em São Paulo nos séculos XVIII e XIX.", *Iberoamericana*, XI, 42, 2011, pp.100-104.

O memorialista José Maria dos Santos descreveu a audaciosa organização comandada por Antonio Bento que se prestava na década de 1880 a criar rotas e condições de viagem para os escravos fugidos do Oeste paulista e do Sul de Minas até Santos. Segundo o autor, uma "rede de proteção" era desenhada nas longas reuniões abolicionistas na casa do mentor em São Paulo. Para o sucesso da travessia era preciso convencer muita gente a participar. Ferroviários, trabalhadores dos trilhos, transportadores de cargas, passageiros e caifazes se colocavam à disposição para conduzirem os escravos. Parte dos agentes que compunha o grupo buscava os fugidos na cidade de Amparo, já do lado paulista, e de lá partiam para o litoral. Começava assim uma grande empreitada em que os abolicionistas precisavam contar com a ajuda de sitiantes e até fazendeiros para darem guarita aos escravos e qualquer outro suporte que a fuga exigisse.²⁵⁵

A documentação consultada nos apresentou um caso de aquilombamento contíguo ao outro extremo dos limites entre o sul mineiro com as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, região de confluência que contou com muitas fugas coletivas e ameaças de revoltas escravas ao longo dos anos finas da escravidão. Em 1885, o Barão de Monte Verde, Comendador da Ordem da Rosa, escreveu para o Chefe de Polícia de São Paulo a fim de requerer de volta Isabel, crioula, 20 anos, filha de Antonio Tropeiro e Feliciano, que havia fugido de suas terras na cidade de Pouso Alto, Minas Gerais, e que tinha sido presa juntamente com outros escravos pela polícia paulista em um quilombo próximo à cidade de Resende, na província do Rio de Janeiro. O Barão de Monte Verde, residente na Corte naquele momento, apresentou toda a documentação que comprovava a posse da escrava e passou procuração para que o seu filho, Theodoro Ferreira da Silva, pudesse retirá-la na cadeia da cidade de São Paulo, para onde o comboio com os escravos fugitivos foi levado, a fim de reconduzi-la para Pouso Alto.²⁵⁶

Este caso é bastante elucidativo pois nos parece mais um retrato de um Sudeste brasileiro escravista que se sucumbia diante de um turbilhão de situações que deslegitimavam o cativo cotidianamente. Para as autoridades que acompanhavam, vigiam e policiavam as trajetórias de fugas dos escravos, que em um constante

²⁵⁵ SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Martins, 1942.p.179.

²⁵⁶ Carta do Barão de Monte Verde ao Chefe de Polícia de São Paulo, 14/01/1885, APESP, Polícia, ordem 2665, cx. 230.

trânsito rompiam frequentemente as divisas político-administrativas das províncias, não se havia muito o que fazer. Para aqueles agentes já não bastava vencer as limitações impostas pela carestia dos recursos de trabalho e, com isso, manter a ordem dentro da própria província. Com a força do trocadilho, as patrulhas dos territórios da divisa precisavam atender a tantas outras demandas que "fugiam" das condições já limitadas de atuação policial. Assim, a ação conjunta dos destacamentos das províncias se tornava uma prática importante na tentativa de controlar as resistências escravas.

Não à toa, a documentação nos proporcionou uma série de casos que se percebe atuações coletivas bastante recorrentes entre as polícias de Minas Gerais e São Paulo. Com certeza, na maioria das correspondências a preocupação com a fuga e os desdobramentos que ela poderia causar - como delitos cometidos em decorrência dela e, por conseguinte, pedidos de prisões ou transferências de presos - era um fortíssimo elo entre os destacamentos.

João africano foi um dos protagonistas que levou o trabalho conjunto das polícias das províncias. Em 1882, o Chefe de Polícia de Minas Gerais solicitou ao Chefe de Polícia de São Paulo a transferência do prisioneiro João da capital para a cadeia da cidade de Bragança, onde ele deveria ser retirado pelo delegado de Pouso Alegre, que havia pedido socorro à polícia paulista para que capturasse o escravo fujão acusado de crime naquela cidade. A partir daí, desenvolveu-se uma série de trocas de ofícios entre os chefes de polícia, o que gerou um desconforto entre as partes. Passados alguns meses, o escravo João continuava preso na cadeia de Bragança o que levou o delegado a pedir ao Chefe de Polícia de São Paulo que intercedesse sobre o caso, já que não havia sido cumprido a responsabilidade da delegacia de Pouso Alegre ao retirar o preso, conforme combinado. Além do mais, as despesas pela estadia do escravo não competia àquela cidade e já não havia recursos disponíveis para atender as necessidades de todos os prisioneiros. Mesmo com os pedidos da Secretaria de Polícia de São Paulo, o caso não foi solucionado pelo menos até meados de 1883, quando pela última vez, o Chefe de Polícia de Minas Gerais encaminhou carta para São Paulo afirmando ter passado "terminantes ordens" para a delegacia de Pouso Alegre para que resolvesse o mal-estar o mais rápido possível.²⁵⁷

²⁵⁷ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia de Minas Gerais ao Chefe de Polícia de São Paulo, 09/12/1882, APESP, Polícia, ordem 2618, cx. 183.

Outras formas de intercâmbio bastante comuns praticadas entre os agentes policiais das províncias era a escolta de presos pelos estradas que atravessavam a divisa. Assim, o delegado da cidade de Cristina, no extremo Sul de Minas, solicitou ao Chefe de Polícia de São Paulo, em 1885, que uma escolta policial conduzisse o escravo Martinho, pertencente a Antonio Dias Ferraz, réu naquela localidade, capturado em São João da Boa Vista, São Paulo, que embarcaria naquela estação rumo a Cruzeiro, onde deveria ser entregue às praças de Minas Gerais.²⁵⁸ A princípio, as despesas com esses serviços eram pagos pela polícia que requisitava o pedido e estes gastos eram cobrados pela corporação que prestava os serviços. Quando aos bilhetes para que as praças transitassem pelas ferrovias que cortavam as províncias, para a realização de alguma diligência policial, esses eram custeados por cada governo, prática bastante usual para a viabilização das ações conjuntas das corporações.

Contudo, certos desalinhos nessa burocracia de concessão de diárias e bilhetes de trem causavam impasses nas duas polícias, o que dificultava o trânsito dos agentes e, conseqüentemente, a ação conjunta da força policial. Em correspondência enviada ao presidente da província mineira, a Secretaria de Polícia afirmava ser de responsabilidade do governo paulista assumir os custos com a captura de criminosos, que pertencentes àquela província e então presos em território mineiro, não seria justo que os cofres do governo mineiro fosse lesado por isso.²⁵⁹ Tempos depois, uma nova correspondência do Chefe de Polícia de Minas Gerais alegava ao governo provincial ter se tornado um grande inconveniente a demora e a burocracia na liberação de bilhetes para que praças pudesse adentrar as estradas de ferro de São Paulo, já que por inúmeras vezes as autorizações do governo paulista demorava a acontecer, fato que causava constrangimento e prejuízos às investigações.²⁶⁰

De alguma forma, esses impasses entre as polícias das províncias - e não esquecendo a conjunção de elementos que desacreditavam a cada dia a continuidade da escravidão - alargavam as possibilidades de fuga dos escravos. Nos casos que apresentamos acima, percebemos que havia um comprometimento de ambas

²⁵⁸ Ofício do delegado de Cristina para o Chefe de Polícia de São Paulo, 15/01/1885, APESP, Polícia, ordem 2657, cx. 222.

²⁵⁹ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 03/11/1887, APM, Polícia, POL 93, n.1512, fl.277.

²⁶⁰ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 14/01/1888, APM, Polícia, POL 104, n.69, fl.15.

províncias na tentativa de combater crimes na divisa, bem como vigiar e manter a ordem sempre que as fugas pareciam uma ameaça evidente. Assim, tais fugas de escravos na divisa exigiram um redimensionamento diplomático que não só envolveu as chefias das polícias, bem como os governos provinciais. Neste caso, o ato de fugir ultrapassando as linhas divisórias, fosse ele organizado coletivamente ou não, causava demandas de trabalho para as forças policiais de ambos os lados que, por vezes, extenuavam ainda mais as autoridades responsáveis. Deste modo, entender essas atuações policiais que se davam nas divisas provinciais e o entrelaçamento dessas relações sociais são de grande importância para compreender os distintos processos da abolição da escravidão que se davam em todo Império.

Com o advento de novos tempos tecnológicos e de caráter urbano - com a expansão das malhas férreas - e os movimentos sociais que corroíam cada vez o controle da ordem escravista - como as frequentes fugas - a história do Sul de Minas deve ser ressignificada no que tange à própria história da escravidão e da abolição no sudeste brasileiro. E no caso das áreas divisórias das províncias, o que parecia ser uma barreira que isolava as populações, ao contrário, as colocava em contato, permitindo um fluxo constante de pessoas, ideias e ações que valorizava a percepção das teias de relações sociais criadas pelos sujeitos históricos dos dois lados. Mais que isso, propusemos também entender que a divisa Sul de Minas/São Paulo/Rio de Janeiro foi também usada por indivíduos que buscavam a liberdade e o enfrentamento à escravidão, principalmente, através da resistência provocada pela fuga.

Capítulo 04 - O "ocaso da negrada instituição": ideias, ações e trajetórias abolicionistas

O editorial do jornal *Monitor Sul-Mineiro* de 21 de fevereiro de 1886, se propôs a denunciar os abusos praticados por senhores contra seus escravos e a ineficiência da polícia frente ao controle das tensões sociais que se davam naquele momento no Sudeste brasileiro. Demonstrando compartilhar as impressões lançadas pelos jornais da Corte, como *O Paiz* e *Gazeta da Tarde*, o periódico de Campanha trouxe uma reflexão sobre o destino da escravidão em um momento em que as revoltas e ações abolicionistas tomavam conta de vários lugares do Império, desde sua capital até o "solo das fazendas do interior". Contudo, as hediondas cenas de violência que se davam na Corte e se alastravam pela região, precisavam ser vistas com cautela e o *Monitor Sul-Mineiro* se colocava como um formador de opinião para a sociedade local. Era preciso apresentar os dramas vividos pelos escravos que não podiam ser "deformados pelo ódio cego da perversidade desvairada" de senhores e da polícia, sem perder de vista que qualquer movimento pela resolução da questão servil deveria ser feito com respeito ao direito dos senhores que não eram "os causadores do mal que também tem sido victimas delle".²⁶¹ Assim, de acordo com o jornal, caberia ao Estado coibir os excessos e conduzir aquele processo de fim da escravidão, que por certo se daria, preservando o direito à propriedade e a manutenção da ordem nas cidades e nos campos, papel que a polícia era acusada de não realizar com presteza e a favor dos cidadãos.

As notícias vindas do Rio de Janeiro e somadas ao panorama já observado em Campanha e em outras cidades da região prenunciavam um "ocaso", a certeza de que aqueles anos eram os últimos de uma era, um crepúsculo que antecederia a queda do sistema escravista e, conseguinte, o nascimento de um "novo" tempo. O mesmo periódico que denunciava os mandos e desmandos de senhores e da polícia que, por vezes, se uniam na violência desumana aos escravos, também os apresentaria como vítimas da situação, incertos quanto à garantia de seus direitos sobre a escravaria e sobre a possibilidade de responderem ao dever de cumpridores da ordem e da segurança da sociedade, respectivamente.

²⁶¹ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 21/02/1886, Campanha, CECML, fl. 01.

As ocorrências policiais e os jornais apresentaram ao longo da pesquisa uma série de situações em que é possível perceber as ideias e atuações abolicionistas no sul mineiro, no período abarcado por este estudo. As ocorrências apontam para “perturbações” da ordem, provocadas por abolicionistas. Os jornais evidenciam casos mais detalhados da formação de ideias e movimentos abolicionistas que deixaram seus registros nas páginas dos periódicos, bem como as ações e trajetórias de indivíduos que se posicionaram como agentes a favor das causas da abolição. O entendimento do desmonte da ordem escravista nessa porção do Império também passará pela análise das atuações e trajetórias desses indivíduos e das relações que travaram com os escravos.

4.1 - O pêndulo, a imprensa mineira e a política do "justo meio"

A cidade de Campanha se viu festiva no dia 14 de maio de 1888, quando às 10 horas da manhã, as notícias chegadas do Rio de Janeiro por telegrama confirmavam o que já era esperado. No dia anterior, a edição de domingo do *Monitor Sul-Mineiro* já anunciava que diversos setores da sociedade campanhense esperavam com ansiedade a promulgação da lei de extinção total do cativo e preparavam as festas para a comemoração do feito.²⁶² Não diferente se deu naquela manhã de segunda-feira quando as correspondências enviadas à Campanha explicitavam o ocorrido. Imediatamente se viram dezenas de fogos a iluminar a cidade sul mineira, sob o badalar de sinos das igrejas e gritos de vivas que ecoavam da estação de trem até a praça central. Em seguida, a banda da cidade saía para convocar os moradores a festejarem com os mais entusiastas, o fim da escravidão. As casas se iluminavam e as ruas passaram a ser enfeitadas com arcos, bandeiras e flores. Diversos discursos dos "simpáticos abolicionistas" tomaram os quatro cantos da cidade e cada qual procurava registrar seus agradecimentos à figura da Princesa Isabel. Naquela tarde, a igreja matriz promoveu um solene "Te-deum" em ação de graças, contando com a participação de um grande número de fieis e libertos. À noite, as comemorações prosseguiram no Teatro São Candido, que fora decorado para a ocasião e que contou com as falas solenes do juiz municipal e de vários abolicionistas, tendo como grande mestre de cerimônia a figura do advogado abolicionista Braulio Lion, cujo

²⁶² Jornal Monitor Sul-Mineiro, 13/05/1888, Campanha, CECML, fl. 03.

"entusiasmo quase tocava ao delírio".²⁶³ Ao abrirem as cortinas, três libertos carregavam um estandarte com as cores nacionais, em que se lia "Libertas quae sera tamem". Ao fundo do palco, cerca de 200 outros libertos se acomodavam numa improvisada arquibancada montada para o evento. No centro do palco, se posicionaram as autoridades presentes e os abolicionistas da cidade. Aclamações, vivas e inflamados discursos eram intercalados com salvas de palmas e foguetadas. As festividades rasgaram a noite e se estenderam por toda a semana.²⁶⁴

Já a notícia da abolição só chegou em São Gonçalo do Sapucaí dois dias depois do anunciado em Campanha. De acordo como a *Gazeta Sul-Mineira*, às 16:30 horas, chegou à agência dos correios a tão aguardada comunicação vinda da Corte. Para a alegria de muitas pessoas que aguardavam no local, a festa na cidade se iniciou naquele instante e, em pouco tempo, os céus se encheram de foguetes para anunciar a boa nova. Após a novena em ação de graças na Igreja do Rosário, uma passeata tomou as ruas ao som da banda dos estudantes do Liceu São Gonçalo, sempre interrompido por abolicionistas e políticos que tomavam a palavra frente à multidão que os seguia pelas ruas da cidade. As saudações aos abolicionistas locais e às figuras nacionais como Luiz Gama e Antonio Bento, bem como para a imprensa abolicionista do país, ecoavam em alguns discursos mais inflamados. Entre uma fala e outra, a banda entoava "A Marselhesa" e o hino nacional. Depois de todos reafirmarem sua participação nos vivas pela abolição, a festa continuou nos salões do Hotel Central até às 4 da manhã, não tendo a cidade se contentado em encerrar as comemorações naquele dia.²⁶⁵

Outros periódicos do Sul de Minas narraram as diversas comemorações que o 13 de maio de 1888 proporcionou na região. Passeatas, bandas de músicas, hinos, discursos abolicionistas, cerimônias religiosas e comemorações em espaços fechados como salões e teatros roteirizaram a programação que se viu presente na imprensa por aqueles dias. Muitos queriam saudar, vibrar e defender os ideais da abolição, fossem eles assumidamente abolicionistas que marcaram a campanha nos últimos anos, ou apenas adeptos de última hora, levados pela onda do movimento e porque viam naqueles festejos uma oportunidade de evidenciar seus interesses pessoais. O certo é que grande parte desses festejos aconteceu devido à organização dos abolicionistas

²⁶³ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 20/05/1888, Campanha, CECML, fl. 01.

²⁶⁴ Jornal A Conjuração, 22/05/1888, Campanha, SIA-APM, fl.01.

²⁶⁵ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 20/05/1888, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fls.02 e 03.

daquelas cidades já que a lei que extinguiria totalmente a escravidão já era aguardada em muitos cantos do país, desde que o seu projeto era preparado para ser lido na Câmara e Senado dias antes. Os libertos que não fizeram figuração nos palcos e púlpitos preparados para os discursos e louvores que aconteceram durante as comemorações oficiais no centro das cidades, se organizaram a seu modo nos subúrbios, de onde se ouvia "cânticos alegres e festivos dos redimidos, como se levantando hosanas ao advento da liberdade de sua raça".²⁶⁶

Contudo, os preparativos para todos os festejos do 13 de maio de 1888, que acabamos de relatar através da imprensa sul mineira, não podem ser entendidos somente pelos dias que antecederam a promulgação da lei. Há um longo percurso a ser resgatado, bem como uma infinidade de ações promovidas por sujeitos e grupos, que por uma série de limitações da própria viabilidade da pesquisa histórica, vem sendo contadas nesta tese somente a partir dos derradeiros anos do sistema escravista brasileiro. Por meio das análises que buscamos fazer até aqui, foi possível apresentar um panorama que procura endossar a perspectiva de que a partir de 1880, as estruturas que ainda erguiam a escravidão passaram a se abalar com mais intensidade, diante das constantes revoltas, fugas e protestos de escravos, que pululavam em todos os cantos do Império, principalmente, nas regiões em que a concentração escrava era ainda vigorosa. Em um mesmo tempo e lugar, as movimentações abolicionistas ganharam força em suas articulações e passaram a influenciar ideias pró-abolição em vários meios sociais. Junto a tudo isso, as instituições políticas procuravam conduzir as discussões acerca da abolição, mediando as tensões provocadas em suas esferas e nas ruas, principalmente contando com a polícia na tentativa de combate às desordens anunciadas e temidas, além daquelas que se materializavam.

Dessa forma se deram as propostas da política gradualista do Império que se fizeram presentes ao longo da segunda metade do oitocentos. Suas instituições procuraram imiscuir nas relações senhoriais com a escravaria, na tentativa de apaziguar conflitos, já não mais possíveis de serem totalmente controlados no próprio âmbito da propriedade. Não menos importante foi o papel da imprensa em reverberar os interesses do Estado e dos senhores, ao mesmo tempo em que se dedicava a bancar ideias abolicionistas de várias vertentes, desde as mais moderadas até as mais conservadoras. Além disso, algumas associações e representações sociais como

²⁶⁶ Jornal A Conjuração, 22/05/1888, Campanha, SIA-APM, fl.03.

igrejas e a maçonaria também se posicionavam frente aos dilemas da escravidão, tanto ao criticarem os castigos atribuídos aos escravos quanto a desejarem que se colocasse em prática, efetivamente, o projeto de modernização do Estado. Não só as insistentes tentativas dos escravistas em arrastar o cativo pelo tempo que fosse necessário, aumentavam as insatisfações escravas. A morosidade das leis emancipacionistas promovidas pelo Império também causava frustrações e rebeldia, o que levava a novas cessões pela política estatal e pelos senhores, que negociavam até o limite da preservação de seus principais interesses.

Poderíamos assim dizer que esses jogos de interesses formavam uma complexa cadeia relacional, em que um ou vários setores tentavam impelir outros, procurando garantir melhores espaços de atuação para usufruírem de direitos conquistados no campo da legalidade ou não. Dessa forma, vimos ao longo dos capítulos 2 e 3 que as fugas foram um recurso de protesto muito utilizado pelos escravos sempre que percebiam brechas que os possibilitassem experimentar a liberdade. Com um maior apoderamento da Justiça, aquelas autoridades estavam cientes do cumprimento das leis emancipacionistas que, muitas vezes, eram lidas pelos escravos que procuravam se beneficiar delas.

Obviamente que nessa teia de relações, em última instância e de modo geral, o Estado, a Justiça, a Polícia e a imprensa representavam os senhores e o legítimo direito à propriedade, o que não significa dizer que todos os seus agentes eram afinados com o mesmo discurso ou que, em algum momento, não tivessem se defrontado com o poderio dos senhores frente à normatização que se estabelecia com as políticas emancipacionistas. Nada mais natural entendermos com isso que seria impossível tentar formular qualquer explicação para o fenômeno da abolição se não o víssemos como um processo dinâmico, que abarca inúmeras questões, cada qual sobre um prisma diverso, que não pode ignorar fatores como as manobras da política formal do Império, as conjunturas internacionais, os interesses setoriais, a opinião pública e, não menos importante, as variadas facetas da resistência escrava.

Como a preocupação com o processo de abolição não se manifestou somente nas esferas da Justiça e da Polícia, os jornais se tornaram veículos de proliferação de discursos que retratavam os dilemas enfrentados pelos setores sociais que tentavam entender os rumos que a nação encaminharia naquele momento, bem como serviam para tomadas de posicionamentos e leituras distintas quanto às ideias da liberdade. Ao longo do século XIX, os jornais possibilitaram facilitar e acelerar a comunicação entre

as províncias brasileiras, divulgando ideias, ideologias e projetos políticos, sendo responsáveis por incitar e alimentar debates acerca dos assuntos polêmicos que se davam no âmbito da Corte ou na própria localidade.²⁶⁷

Da mesma forma, eram os periódicos que traziam as novidades que se passavam nas cidades, a partir do processo de urbanização e das tecnologias que transformavam o olhar para a paisagem nas principais cidades do país nas últimas décadas do oitocentos. Também anunciavam as perspectivas de "progresso" e "civilização" que se projetava como um desafio para o Brasil em fins do oitocentos. No caso dos acontecimentos do mundo da escravidão, os jornais eram de extrema utilidade pública pois faziam circular as discussões do Parlamento, os pronunciamentos do imperador, os bastidores para a aprovação das leis emancipacionistas e suas repercussões, bem como as ações escravas e abolicionistas. Também simbolizavam um meio de prestação de serviço aos senhores ao publicar, por exemplo, os avisos de fugas de escravos.²⁶⁸

Uma das principais ideias presentes na imprensa brasileira, a partir da década de 1870, bradada pela elite intelectual exatamente para alavancar as noções de "progresso" e "civilização", passava pelo estímulo à campanha abolicionista e à tentativa de convencimento dos setores sociais da necessidade de tal investida. Especialmente ao adentrar a década de 1880, os jornais se tornaram instrumentos de formação de opinião não só a uma camada letrada, mas também aos populares que se informavam através das leituras em "voz alta" que aconteciam nas ruas, levando assim a mensagem para um grande número de pessoas.²⁶⁹

Como instrumento de propagação de ideias, a imprensa parecia alargar os repertórios de possibilidades de se conhecer valores e ideologias da época, ou mesmo para defender as velhas práticas. No caso das ideias da abolição, as informações dos jornais que eram lidas nas ruas e nos ambientes particulares não só corriam pelas cidades e campos, como também abriam espaços para outros debates promovidos dentro do espaço vivido pelo mensageiro que carregava tais notícias. Essas novas práticas de leitura não só socializavam opiniões como criavam a noção do leitor "intensivo" e "extensivo", ou seja, que lê para ele mesmo ou para outros, "na solidão

²⁶⁷ SODRÉ, Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.pp.256-286.

²⁶⁸ SCHWARCZ, Lilia. *Retrato em branco e preto*. Jornais, escravos e cidadão em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.pp.85-89.

²⁶⁹ MACHADO, Humberto. *Palavras e brados*. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. Niterói: Ed. da UFF, 2014.

ou em sociedade", algo que Roger Chartier considera como um grande avanço no campo de acesso à informação.²⁷⁰

Convencer e sensibilizar a sociedade a abolir a escravidão não eram tarefas fáceis, e inicialmente os jornais não se mostraram tão propensos a serem os veículos que levariam tal mensagem pelo menos até o início da década de 1880. Ainda muito ligados aos interesses da camada escravista, a tendência dos editoriais era ignorar os eventos e perspectivas abolicionistas ou até mesmo atacá-los, fossem aqueles periódicos inclinados às ideologias monárquicas ou republicanas. A partir daqueles anos finais da escravidão e na iminência de propagação de um projeto ideal para a nação, os jornais passaram a abrir espaço para as ideias abolicionistas, tentando equilibrar o discurso para não "pesar a mão" ao desferir palavras que ratificassem um desejo pelo fim do cativeiro, já que era preciso levar em conta os seus interesses, bem como de parte dos leitores que empunhavam a defesa da indenização pela perda da propriedade.²⁷¹

De acordo com Humberto Machado, os abolicionistas consideravam os jornais a melhor via para a denúncia dos descabros provocados pela escravidão. Não à toa, alguns grupos constituíram seus próprios meios de comunicação, como foi o caso da *Gazeta da Tarde*, principal periódico abolicionista do Rio de Janeiro, de propriedade de José do Patrocínio, disposto a informar corriqueiramente sobre os projetos emancipacionistas discutidos nos salões do Parlamento ou apresentados por abolicionistas pelo país. Essa imprensa, por vezes, carregava nas tintas para ventilar ataques às políticas do Império e aos seus agentes. Obviamente que, a partir dessas notícias que reverberavam na sociedade, criava-se um clima de tensões entre seus articulistas e pró-escravistas. Os senhores que demonstravam pouco desapego ao cativeiro também eram veementemente criticados. Contudo, nem mesmo os jornais de forte cunho abolicionista podem ser vistos como guardiões de uma concepção social igualitária e desprovidos de preconceitos sócio-raciais. Por vezes, expressavam perspectivas conservadoras, na tentativa de tutelar e prescrever condutas e disciplina de trabalho aos libertos. A priori, se buscava preservar a ordem estabelecida.²⁷²

²⁷⁰ CHARTIER, Roger. "Uma revolução da leitura no século XVIII?". In: NEVES, Lúcia Maria B. P. das. *Livros e impressos*. Retratos do setecentos e do oitocentos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.p.102.

²⁷¹ CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil...,op.cit.pp.180-181.

²⁷² MACHADO, Humberto. "Imprensa abolicionista e a censura no Império do Brasil". In: LESSA, Mônica; FONSECA, Silvia. *Entre a monarquia e a república*. Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008.p.257.

Na década de 1880, inúmeros jornais foram criados e eram frutos não somente da modernização tecnológica que adentrava às cidades brasileiras, mas também do desejo de diversos grupos sociais de publicizarem e debaterem suas perspectivas de mundo, sobretudo às que afetavam os campos político e do trabalho no país. Era um espaço para informar e expressar opiniões fora da esfera formalista, contribuindo não somente ao possibilitar o acesso às notícias, mas ao fazer circular os jornais que eram produzidos em lugares diversos e que mais rapidamente passavam a chegar com as extensões e interligações férreas. Naquele momento, a abolição era um tema que fortemente abordado nas edições desses periódicos, já que a temática estava nas discussões desses "homens das letras" como uma forma de crítica ou defesa à ordem vigente, demarcando assim uma ação política daqueles sujeitos.²⁷³

Desde o início das concessões régias à criação de tipografias no Império, Minas Gerais se fez presente. Em 1824, o primeiro periódico mineiro foi lançado em Ouro Preto, sede da província, sob o título *Abelha do Itacolomy*. Com o tempo, outras cidades foram criando suas redações, principalmente à medida que os jornais recebiam prestígio e se tornavam mais disponíveis e de interesse da população. Entre os anos de 1822 a 1897, a província viu surgir 861 periódicos, publicados em 117 localidades provinciais, tendo Ouro Preto como a cidade com a maior efervescência dos impressos ao longo desse período.²⁷⁴

Liana Reis afirma que os periódicos mineiros foram idealizados pela intelectualidade das mais diversas regiões, como eclesiásticos, profissionais liberais e políticos que estabeleciam relações no contexto mineiro e na Corte. Ligados aos partidos políticos do Império, esses jornais buscavam divulgar suas perspectivas acerca das transformações que ocorriam tanto no cenário nacional como na província. Agregando interesses locais e de grupos, esses órgãos da imprensa participaram das discussões sobre os temas que pesavam para a sociedade escravista.²⁷⁵ À medida que as transformações urbanas começaram a ganhar aquelas cidades, não só a produção local passou a circular mais rapidamente em outros lugares da província, como também os periódicos publicados no Rio de Janeiro e São Paulo. Os Correios também tiveram um papel importante na circulação dos jornais, que nas últimas décadas do

²⁷³ PESSANHA, Andréa. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.pp.23-26.

²⁷⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da. "A imprensa em Minas Gerais (1807-1897)", *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano III, 1898, p.175.

²⁷⁵ REIS, Liana. *Escravos e abolicionistas na imprensa mineira...*,op.cit.,pp.39-40.

oitocentos viram um aumento significativo dessas remessas, transportadas entre as estações de trem que cada vez mais rasgavam a província.²⁷⁶

Ao estudar as conexões entre a imprensa mineira e os percalços do abolicionismo para a última década da escravidão, Luiz Gustavo Cota afirma que a produção de jornais na província, até então concentrada em Ouro Preto, sofreu uma guinada a partir daquele período revertendo sua efervescência produtiva para a Zona da Mata e Sul da província, o que se pode justificar a partir das transformações urbanas e pelo vigor econômico, baseado na produção do café e da agropecuária, concentrando nas duas regiões o maior contingente escravo do Império. Para a década de 1880, o Sul de Minas possuía 63 títulos e a Zona da Mata 71, frente aos 42 jornais da porção regional de Ouro Preto. Quanto às manifestações pelas causas abolicionistas delineadas nas análises da imprensa mineira para aquele período, o autor afirma que assim como as diferentes matizes regionais existentes em relação ao discurso abolicionista, houve também diferentes formas de apoderamento da imprensa por parte dos defensores da abolição. Assim, os discursos variavam entre uma abolição que não desrespeitasse a ordem e a propriedade privada, ou uma em que se apostava em uma extinção imediata da escravidão e sem a indenizações aos senhores.²⁷⁷

Para São João del Rei, Denilson Silva analisou os discursos sobre as ideias da abolição que perpassaram os periódicos produzidos na cidade na década de 1880, observando a confrontação apresentada nos artigos relativos às incertezas da escravidão em solo mineiro e os caminhos para uma libertação do elemento servil e do trabalho pós-emancipação. Para longe da perspectiva de um discurso inteiramente conservador e/ou moderado, os jornais também traziam propostas distintas para o enfrentamento da crise da escravidão que, por vezes, deveria se dar através de um abolicionismo engajado, conectado a outras frentes abolicionistas do país e empunhado com a bandeira da liberdade irrestrita e imediata. Assim, as ações e os discursos individuais e coletivos daqueles favoráveis a essa leitura do abolicionismo,

²⁷⁶ RODARTE, Mario. *O caso das Minas que não se esgotaram*: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1999, pp.70-74.

²⁷⁷ COTA, Luiz Gustavo. *Ave Libertas...*, op.cit., p.81 e 127. Os dados quantitativos sobre a produção dos jornais mineiros foram obtidos através da obra de José Pedro Xavier da Veiga, que totalizou aproximadamente 400 periódicos criados em Minas Gerais entre 1824 a 1897. VEIGA, J. P. Xavier de. "A imprensa em Minas Gerais", *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 03, p.119-249, jan/mar., 1898.

também recheavam as páginas dos jornais, elevando as tensões entre os grupos na cidade, ao mesmo tempo que desvelavam o "drama social da abolição".²⁷⁸

Nesse sentido, as pesquisas recentes sobre o tema apontam caminhos diferentes para o entendimento do processo de abolição em território mineiro. Os trabalhos significativos que procuraram apresentar um panorama da crise da escravidão em Minas, sobretudo as ideias abolicionistas, tiveram os jornais do período como a base documental pesquisada, especialmente a dissertação de mestrado de Liana Reis, *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira - 1850-1888*, publicada em 1993. Calcada em uma historiografia que afirmava um caráter conservador e extremamente apegado à mão de obra escrava na província mineira, a autora refuta a teoria essencialista da "mineiridade", que por tempos alimentou a crença no perfil pacato e sereno do mineiro. Contudo, ela corrobora com a ideia de que em Minas o abolicionismo foi acanhado, conseguinte, uma imprensa com pouca preocupação com tais projetos, encontrando nos periódicos republicanos alguma representatividade mais frequente dos ideais da abolição através de seus editoriais. As ações dos movimentos abolicionistas também teriam sido acanhadas e restritas a Ouro Preto.²⁷⁹

Contudo, Luiz Gustavo Cota trouxe à tona as ações de clubes abolicionistas que possuíam seus jornais e que, se por vezes se pronunciavam por um discurso uníssono como os projetos políticos das elites mineiras. Suas atuações tanto na imprensa quanto na prática social não podem ser interpretadas sempre da mesma maneira. Para além de um movimento com "ações tímidas", que pregava uma abolição legalista e paternalista, havia uma imprensa abolicionista disposta a propor encaminhamentos imediatos para o fim do cativeiro. Assim, o autor propõe uma leitura sobre essa imprensa e seus filiados que deve ser compreendida pela "heterogeneidade abolicionista", pois se algumas ações eram realizadas através de "festivais promovidos pelas sociedades da capital, regados a peças musicais habilmente executadas pelas senhoras e mocinhas mais distintas da tradicional família mineira, outras intervenções aconteciam foram dos salões aristocráticos, cuja intenção

²⁷⁸ SILVA, Denilson Cássio. *O drama social da abolição...*, op.cit., (especialmente o capítulo 3).

²⁷⁹ REIS, Liana. *Escravos e abolicionistas na imprensa mineira...*, op.cit., p.52. Como já citado no capítulo 02, a perspectiva da "mineridade" foi lançada por Oiliam José para se entender uma abolição "despercebida" na província de Minas Gerais, frente ao restante do Império. Segundo o autor, "*os povos destas montanhas preferem agir e pensar silenciosamente, mesmo quando os brasileiros de outras plagas levantam alto as vozes de seus pronunciamentos*". OILIAM, José. *A abolição em Minas*, op.cit., p.09.

era "auxiliar diretamente as vítimas de um roubo chamado escravidão a conseguirem de volta sua sagrada liberdade".²⁸⁰

Após a digitalização e transcrição do acervo "processos crimes" e de "polícia" (realizadas nas cidades de Cristina, São João del Rei e Belo Horizonte, respectivamente), demos início à consulta de alguns periódicos, para o período de 1880 a 1888, pertencentes aos acervos de quatro diferentes arquivos. No Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort (CECML), em Campanha-MG, analisamos o *Monitor Sul-Mineiro* (Campanha-MG), monárquico, defensor de um abolicionismo mais moderado; a *Gazeta Sul-Mineira* (São Gonçalo do Sapucaí-MG), de tendência republicana, mais simpático às ações abolicionistas desde que não ultrapassassem as medidas legais; e *O despertador* (Campanha-MG), semanário estudantil da Escola Normal que também se colocava ao encontro de uma abolição gradualista.

Em seguida, continuamos a pesquisa através do acervo digital do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM), de Belo Horizonte-MG, tentando rastrear os jornais que circularam pelo sul mineiro nos derradeiros anos da escravidão como o *Colombo* e *A Conjuração* (Campanha-MG); o *Valle-Sapucahy* (Pouso Alegre-MG); *A Verdade* (Itajubá-MG); *A Camélia* e *A Província de Minas* (Ouro Preto-MG); e a *Gazeta Mineira* (São João del Rei-MG). No Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) foram consultados o *Província de São Paulo* e o *Diário Popular*. Já na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (BN), escolhemos o *Cidade do Rio*. Por último, tivemos acesso ao *Jornal A Redenção*, folha abolicionista paulistana, para o ano de 1887.²⁸¹

Nem todos os jornais citados acima tiveram uma investigação sobre toda a coleção pertencente aos arquivos. Os periódicos produzidos no Sul de Minas e que estão sob a guarda do CECML e do APM foram consultados para o recorte temporal (1880-1888), o que não significa que todos os títulos pesquisados possuíam todos os números que abarcassem tal delimitação. No caso do CECML, todo o acervo existente está disponível para visita física do consulente. Em relação ao acervo do APM, uma parcela dos periódicos foi consultada através do "Sistema Integrado de

²⁸⁰ COTA, Luiz Gustavo. *Ave Libertas...*, op.cit., pp.130-149.

²⁸¹ Sobre os periódicos da BN, agradecemos a Luiz Gustavo Cota que compartilhou algumas transcrições de jornais sobre alguns casos que apresentaremos ainda neste capítulo e que aconteceram no Sul de Minas. Em relação ao periódico abolicionista, *A Redenção*, agradecemos a Prof. Maria Helena P. T. Machado e a Alexandre Otsuka, que disponibilizaram algumas edições microfilmadas deste periódico e que também noticia algumas movimentações na região, sobretudo trajetórias abolicionistas.

Acesso", disponível no site da instituição. Já para os acervos da BN e APESP, bem como o *A Redenção*, focamos em buscar outras informações que viessem a complementar alguns casos de ações abolicionistas que ocorreram no sul mineiro, especialmente para os anos de 1886 a 1888, que foram sinalizadas por outros documentos ao longo da pesquisa.

Não temos a pretensão de analisar o lugar que a imprensa mineira ocupou na mídia nacional ou contar sua história. Contudo, acreditamos que essa documentação nos auxilia a entender aquele cenário mineiro no decorrer da última década da escravidão. Por vezes, situações do cotidiano apresentadas nas páginas policiais foram também acompanhadas pelos jornais, trazendo à tona novas perspectivas e concepções sobre as movimentações a favor ou contra a abolição na região. Nem sempre foi possível esse cruzamento de informações e, assim, os periódicos nos levavam a novos casos e indícios de rebeliões, fugas e ações abolicionistas, obviamente, sempre noticiadas de acordo com os interesses dos jornais e dos grupos que os representavam. Nosso intuito principal era perceber através dos diversos discursos produzidos pela imprensa, as leituras que vários setores se colocaram a fazer sobre os anos derradeiros para a abolição, procurando recuperar as expectativas e incertezas daquela sociedade que eram noticiadas nos periódicos.

Independente de suas filiações partidárias e das posturas que a assumiam frente à crise do escravismo naquele momento, os jornais apostavam na isenção dos fatos ou, ao menos, propunham que seus leitores acreditassem em tais palavras descomprometidas e desapaixonadas que viessem de seus articulistas.²⁸² O jornal *A Verdade*, da cidade de Itajubá, bradava pela imparcialidade e descompromisso com qualquer vinculação partidária. Fazendo jus ao título escolhido, o periódico afirmava em sua capa ser um "semanário imparcial e popular". Ao longo de dez anos (1886 a 1896), *A Verdade* tomou como um de seus principais pontos de discussão a questão do elemento servil. Já às portas do 13 de maio de 1888, defendia uma abolição imediata, desde que ocorresse "sob as asas" da legalidade, criticando as atuações de abolicionistas que adentravam as fazendas da cidade, para incentivarem e auxiliarem na fuga de escravos, ao mesmo tempo que vangloriava as alforrias condicionais

²⁸² Através da imprensa, as articulações entre as ideias abolicionistas e republicanas puderam se coadunar, principalmente a partir da década de 1880, quando os periódicos serviram como um veículo de divulgação de novas propostas, protestos, valores e projetos para o país. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.pp.65-75.

disponibilizadas pela *Comissão Libertadora*, associação formada por proprietários de escravos da região, que também compunham o quadro de articulistas do jornal.

Fábio Castilho, em sua dissertação de mestrado intitulada *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918)*, estudou detalhadamente a linha editorial do *A Verdade*, que vendia seus espaços publicitários para a propaganda partidária de liberais, conservadores e republicanos, tudo ao mesmo tempo e sem maiores constrangimentos. Além disso, o autor também afirma que o discurso de seus proprietários e colaboradores era voltado à uma intensa campanha pela extinção da escravidão no município. Seus associados promoviam reuniões com os proprietários da cidade e região, fazendo dessa empreitada uma ação bem sucedida, já que Itajubá proclamou sua abolição antecipadamente ao 13 de maio de 1888.²⁸³ Obviamente, o caso da cidade sul mineira não seria uma exceção, pois estratégias semelhantes foram articuladas em outros cantos do país naquele conturbado momento de transição da mão de obra escrava para a livre. Pesava sobre tal feito as questões de interesses senhoriais, que buscavam manter o controle sobre o trabalhador nas fazendas itajubenses, que viviam naqueles anos o auge da produção de fumo, com forte concentração de mão-de-obra escrava, situação que vimos no Capítulo 01.²⁸⁴

Já em seu primeiro número, em 4 de março de 1886, *A Verdade* procurou deixar claro aos seus leitores que "procedendo como legislador constituinte leve não só em vista o progresso, a ordem e a civilização" como também seria combatente aos abusos e "anarchias" que, se acometiam no Sul de Minas e na cidade. Desvinculados das paixões partidárias, afirmavam levar a informação com isenção, se colocando em sentido oposto dos demais periódicos. Em tempos de crise da escravidão, que assombrava o futuro da lavoura e da disposição da mão-de-obra escrava, era necessário buscar um novo caminho:

Desse modo a nossa folha cumprirá o seu dever com desprevenção e justeza de animo, procurando desviar com prudencia, e quando possivel, os escolhos da desafeição pessoal, para poder marchar a salvo dos abalroamentos do amor proprio incontinente, ou da mediocridade ousada, escondidos nas dobras do orgulho mal entendido. Demais, deploravel e injustificavel seria desvirtuar a nobreza da imprensa didactica, applicando sua força no apuramento

²⁸³ CASTILHO, Fábio. *Entre a locomotiva e o fiel da balança...*, op.cit.pp.123-140.

²⁸⁴ Sobre a produção de fumo em Itajubá, a partir da segunda metade do século XIX e seu envolvimento com a mão-de-obra escrava, ver: CUSTÓDIO, SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos...*, op.cit.; RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província...*, op.cit.

de rivalidades locais ou em controversias puramente pessoais, principalmente agora que estamos atravessando uma quadra de crises serias, que devem ser conjuradas por todos os homens de bom senso e patriotismo e que se interessão sinceramente pela prosperidade do Império, que arca presentemente com dificuldades de ordem elevada e aneia diante de variados e complicados problemas que exigem prompta solução para tranquilidade geral, visto que o estado de dúvida em que nos achamos afflige e causa inquietação de espírito ao bom cidadão que não deve parecer asphyxiado no mare-magnum de incertezas.²⁸⁵

O jornal *Monitor Sul-Mineiro*, de Campanha, talvez tenha sido o periódico com maior duração na região, circulando de 1872 a 1896. Para este estudo, pudemos acompanhar a leitura do jornal para o período de 1880 a 1888, estando a coleção completa disponível no CECML, em Campanha. Fruto de uma série de empreitadas anteriores, a família de Bernardo Saturnino da Veiga, redator do periódico, tinha histórico na imprensa brasileira, tendo seus membros ocupado os jornais e livrarias na Corte, dentre eles, Evaristo da Veiga. Após o fechamento de outros jornais na cidade de Campanha, o *Monitor Sul-Mineiro* assumia um tom moderado, procurando se afirmar como desvinculado de correntes partidárias, por mais que seu redator se declarasse monarquista e, de alguma maneira isso reverberasse em suas colocações no jornal. De acordo com Marcos de Andrade, os Veiga souberam aproveitar das letras para se afirmarem como um grupo político-econômico bem estabelecido na região, o que levou a família a estar envolvida diretamente na tentativa fracassada de criar a província "Minas do Sul", na Revolta Liberal de 1842, temática separatista que não deixou as páginas do periódico até fins do século XIX.²⁸⁶

Ao longo da década de 1880, o discurso acanhado em defesa da abolição foi se tornando mais evidente, desde que feito sem abalos à lavoura sul mineira e em respeito à propriedade privada, que não poderia ser responsabilizada pelo prejuízo na aquisição de seus escravos. Assim, a leitura do processo histórico que se desenrolava naquele momento era vista com muita cautela por seus redatores, que sempre se preocupavam em questionar as ações mais evidentes que pudessem levar a uma libertação total. Em 2 de agosto de 1884, o *Monitor Sul-Mineiro* parabenizava a província do Amazonas pela abolição da escravatura. Mas, as felicitações pelo feito conquistado no norte do país não se sustentariam até o final do artigo que tomou a

²⁸⁵ Jornal A Verdade, 04/03/1886, Itajubá, SIA-APM, fl. 01.

²⁸⁶ ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro...*, op.cit., pp.157-159.

capa do periódico naquela data. Os elogios à extinção do cativeiro se centraram na legalidade do processo, que segundo o jornal foi realizado "sem abalos" ou "estremecimentos graves", sendo esse um "seguro indício de que houverão-se com a devida prudencia os dignos promotores da libertação". Declarava o editorial ser esse um caminho sem volta e que não era mais possível ficar alheio a essa discussão, nem mesmo evitar o que já estava previsto. E, se já não mais havia a possibilidade de ficar "inerte" ao fato de que a escravidão rumava para o seu fim, a solução era "resolver a questão sem sacrificar o paiz, sem levar a ruina aos lavradores, victimas innocentes de uma situação que não crearão, e que desde que os annos primeiros de sua vida conhecerão como uma instituição do paiz".²⁸⁷

À medida que o texto avança, o editorial não desconsidera a abolição no Amazonas e Ceará, mas afirma que os "louros" da vitória que conduziriam o país a uma verdadeira abolição deveriam ser conquistados pelas províncias do Sudeste, já que cabiam a elas conduzir o processo, frente à maior posse de cativos de todo território nacional. Preocupado com as manifestações impetuosas e que reclamavam a "libertação em massa", sem pensar nas "desgraças que serão causadores no sul mineiro", o periódico conclamava os mais "prudentes de sabedoria" a propor uma "política do justo meio", ou seja, aquela que trouxesse mudanças, sem desarmar os proprietários e as lavouras dos braços trabalhadores.²⁸⁸

Se a "política do justo meio" era uma proposta manifestada pelos liberais do *Monitor Sul-Mineiro*, não distante estavam os republicanos a tomar as páginas da folha para corroborar com a perspectiva de que a libertação total dos escravos não poderia acontecer à revelia de senhores e dos demais cidadãos do Estado. Em 14 de novembro de 1884, o periódico reproduziu um manifesto de Christiano Stockler de Lima, publicado na *Gazeta de Passos*, em 7 de setembro daquele ano. A família Stockler fazia parte do Clube Republicano Tiradentes, da cidade de Campanha, que além de críticas ao governo de D. Pedro II, defendia a emancipação dos escravos através do gradualismo e das alforrias condicionais. O autor do manifesto se proclamava "nem escravocrata, nem abolicionista, no rigor da palavra", se

²⁸⁷ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 02/08/1884, Campanha, CECML, fl.01.

²⁸⁸ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 02/08/1884, Campanha, CECML, fl.01. Sobre as repercussões da abolição do Ceará e Amazonas na imprensa do Sudeste, ver: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...*, op.cit.pp.207-247.

posicionando a favor de uma emancipação legalista, que não causasse danos e nem desrespeitasse o direito à propriedade privada.²⁸⁹

Christiano Stockler era advogado na cidade de Passos-MG em 1884, e como homem das leis e das letras, sujeito da nova camada urbana que se apossava das discussões sobre a crise da escravidão, coadunava suas ideias com aqueles que bradavam por uma mudança do trabalho escravo para o livre, desde que os seus interesses e de seus pares não fossem deslegitimados. Nesse sentido, tomava ele e seu grupo as páginas da imprensa para propor ideias "novas", mas que, por vezes, convergiam com aquelas dos seus próprios adversários políticos. Mesmo pregando uma abolição sob a proteção das leis, seu discurso questionava as intenções das próprias políticas emancipadoras. Apesar das críticas aos escravocratas, que para ele emperravam o avanço progressista no país, suas palavras sinalizavam interesses compartilhados com aqueles que criticava. Afinal, permanecia a ideia de defesa da propriedade, se não fosse apresentada uma indenização a tais prejuízos dos senhores. Assim, era preciso "reforçar conservando" adaptando as outroras práticas sociais a uma nova roupagem que também atendessem aos interesses urbanos.²⁹⁰

Ainda de acordo com o articulista do jornal, o Sul de Minas aceitou o "abalar a propriedade" desde a Lei do Ventre Livre, porque essa se fez de "modo suave, libertando a propriedade futura". De qualquer modo, passados treze anos, colocava a lei em xeque, já que ela não proporcionou nenhum processo de disciplinarização ao trabalho daqueles ingênuos que continuavam "degenerados" e condenados a não serem "bons cidadãos". Segundo Christiano Stockler, diferentemente da forma positiva em que a princípio viu a Lei de 1871, as discussões que ocorreram no ano de 1884 - sobre as propostas que levariam a futura Lei do Sexagenário - não eram favoráveis aos interesses legais, já que a "política do justo meio" tendia a atender a "sanha dos abolicionistas" e a desorganização do trabalho nas lavouras do Sudeste. Mais que isso, essas ações "nefastas" traziam inseguranças e tensões entre proprietários, escravos e os próprios abolicionistas. Ironizando a questão sobre os sexagenários que estava sendo debatida no Parlamento, denunciava ser um verdadeiro imbróglio que pretendiam causar ao esquecer que, independentemente da idade, um sexagenário não deixaria de ser escravo e, se deixasse, poderia se levar a entender então que teria "o governo o direito de libertar a todos os mais sem indenização". A

²⁸⁹ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 14/11/1884, Campanha, CECML.fl5.02 e 03.

²⁹⁰ SCHWARCZ, Lília. *Retrato em branco e negro...*, op.cit.p.38.

Lei de 1871 já havia produzido ingênuos "sem educação, sem princípios e dados a vadiação" e, não menos, a lei para abolir os sexagenários iria levar às ruas "mendigos" desvalidos, que por idade avançada não serviriam para o trabalho. Assim, Christiano Stockler finalizava seu artigo afirmando que a sociedade sul mineira não aguentaria realizar tanta "caridade" em prol desses abandonados.²⁹¹

Ao acompanhar as discussões sobre as leis emancipadoras que reverberavam o clima de tensão que se dava na Corte e entre os políticos brasileiros, os editores e colaboradores dos jornais sul mineiros não só demonstravam estar a par dos encaminhamentos que se delineavam no cenário imperial, como opinavam sobre as propostas de leis e seus efeitos no cenário local. Mais que isso, longe de ver essas leis apenas como elementos definidores dos arranjos políticos que estavam sendo travados entre partidos, governistas e opositores, podemos nos aproximar das relações e experiências estabelecidas entre aqueles agentes locais e quais expectativas de liberdade eram projetadas.²⁹²

Em um momento crítico como aquele descrito no ano de 1884 pelo *Monitor Sul-Mineiro*, as incertezas sobre o futuro da lavoura e da aquisição da mão de obra podem ter redimensionado o peso com que a elaboração da Lei dos Sexagenários foi vista por aqueles sujeitos. Afirmava Christiano Stockler que a Lei do Ventre Livre aboliu a "propriedade futura", em tempos que o cenário não era tão crítico como aquele que se apresentava em 1884. Foi possível preparar os senhores para a perda daquela mão de obra a longo prazo. Já as discussões para o que resultaria na Lei dos Sexagenários de 1885, não à toa, causaram certa rejeição em senhores e emancipacionistas, estimulada por sentimentos impetuosos que, a todo custo, defendiam alguma forma de indenização pela perda da propriedade. As repercussões sobre o projeto do Senador Dantas no Sul de Minas apenas endossaram os descontentamentos das demais regiões, que também possuíam grande concentração de escravos.²⁹³

Nem mesmo as retificações realizadas na aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe, em 1885, agradavam totalmente setores da imprensa sul mineira. A *Gazeta Sul-Mineira*, periódico de São Gonçalo do Sapucaí, que circulou de 1885 a 1888, acompanhou os momentos decisivos da crise do sistema escravista no país. Defensora

²⁹¹ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 14/11/1884, Campanha, CECML.fl.03.

²⁹² MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis...*, op.cit.pp.41-65.

²⁹³ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...*, op.cit.pp.259-266.

insistente das ideias republicanas e produtora de críticas evidentes ao governo imperial, a *Gazeta Sul-Mineira* era direcionada a um público específico, os fazendeiros do Sul de Minas. Seus redatores e proprietários, Thomaz Delfino, Américo Werneck e Francisco Bressane, também eram homens de negócios na região e tiveram grande ascensão política no estado com a queda da monarquia.²⁹⁴

Em relação aos demais jornais analisados, a *Gazeta Sul-Mineira* se colocava como abolicionista desde que o fim da escravidão trouxesse a garantia indenizatória aos proprietários, o controle desse setor sobre o processo de transição do trabalho escravo para o livre e a bancarrota do regime monárquico. Em 21 de agosto de 1887, a *Gazeta* se pronunciava no editorial "Abolicionismo e imigração", criticando o Gabinete Cotegepe, porque se entendia que o Estado continuava a ferir os "princípios liberaes que constituem as aspirações supremas do país", ou seja, o direito à propriedade, mesmo que a reformulação sofrida no projeto original da lei fosse para atender as reivindicações dos escravistas. E se referindo a Cotegepe e seu ministério, o editorial afirmava ser "conspirador que prevalece-se de pretextos para atacar os direitos de seus concidãos" e "não exprimia a vontade livre da nação, estando divorciada da opinião pública".²⁹⁵

Dessa forma, a defesa pelo liberalismo que a todo instante era bradado pelos jornais republicanos, criava um olhar seletivo para as liberdades que se queriam construir no país. Obviamente, perder uma propriedade escrava era ferir o direito individual dos cidadãos que a possuíam, mesmo que estivesse no mesmo discurso a defesa pelo trabalho livre em detrimento ao escravo. Dessa forma, o abolicionismo tomado por alguns jornais, e que reverberava nas rodas sociais, pregava um discurso liberal para que o país se livrasse das mazelas do mundo escravista, desde que o sentido pleno de "liberdade" continuasse a ser restrito a poucos.²⁹⁶

Dentre os jornais analisados, a *Gazeta Sul-Mineira* foi a que mais assumiu um discurso titubeante em relação à abolição que pode ser percebido quando analisamos o seu conjunto, ora propondo uma abolição imediata, ora se posicionando contrária às próprias leis emancipadoras. Em editorial de 16 de maio de 1886, o articulista do periódico procurava fazer um discurso para convencer aos fazendeiros da região para abolirem seus escravos imediatamente, com incentivo para a imigração, já que essa

²⁹⁴ CASTILHO, Fábio. *Entre a locomotiva e o fiel da balança...*, op.cit.p.109.

²⁹⁵ Jornal *Gazeta Sul-Mineira*, 21/08/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.01.

²⁹⁶ SCHWARCZ, Lília. "Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da abolição brasileira". In: CUNHA, Olívia da; GOMES, Flávio. *Quase-cidadão...* op.cit.,p.24.

seria a melhor saída para a construção de uma lavoura cada vez mais forte e livre da dependência da mão de obra escrava. Havia o intuito formar seus leitores sobre os benefícios que as ideias republicanas trariam a um novo tempo, em que a abolição era uma realidade.²⁹⁷ Arrematavam o discurso, afirmando que "não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara".²⁹⁸ Com esta afirmação, o redator do jornal deixava claro a construção de uma imagem que os republicanos queriam perpetuar sobre seu grupo.²⁹⁹

Nesse sentido, um dos maiores trunfos do jornal republicano para atacar o governo imperial era apontar as celeumas da questão escravista, mesmo quando as leis emancipadoras procuravam também atender aos interesses dos proprietários de escravos, público alvo da *Gazeta Sul-Mineira*. Por essa razão, a definição para "abolicionista" vai muito além dos grupos que promoviam fugas e aliciavam escravos ou mesmo daqueles que creditam confiança nas leis emancipadoras e procuram segui-las. Para os redatores do periódico era preciso criticar qualquer ação do Império frente às questões que afetam diretamente os interesses da propriedade privada, caindo então nas graças dos leitores escravistas.

A associação direta que faziam de abolição e ideias republicanas devia servir para criticar e desmoralizar a monarquia. Aproveitar da questão abolicionista era uma ótima estratégia para militar de acordo com suas convicções partidário-políticas, e isso parece nítido nas páginas do jornal de São Gonçalo do Sapucaí. Não obstante, periódicos com caráter republicano também aproveitavam das palavras para provocarem seus oponentes da imprensa. Assim fez o *Colombo*, em sua edição do dia 20 de julho de 1881, jornal republicano de Campanha, para escalar os seus concorrentes, o que diretamente poderia ser um recado ao também campanhense, o *Monitor Sul-Mineiro*, de tendência liberal monarquista:

²⁹⁷ Já superada a perspectiva de que filiados ao republicanismo no Brasil, necessariamente, eram abolicionistas, numa concepção de libertação imediata, o discurso sobre a abolição, em suas nuances, foi praticado por partidários tanto dos partidos monárquicos, quanto do Partido Republicano. Ao reverberar suas proposições sobre a extinção do elemento servil na imprensa, essas podem ser interpretadas de forma ambígua ao longo da última década da escravidão. Além disso, alguns defensores do abolicionismo enfrentaram suas filiações partidárias iniciais, rompendo com seus pares por conta dos encaminhamentos que o partido tomava em relação à questão. FERNANDES, Maria Fernanda. *A esperança e o desencanto*. Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008.

²⁹⁸ Jornal *Gazeta Sul-Mineira*, 16/05/1886, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.01.

²⁹⁹ PESSANHA, Andréa. *O Paiz e a Gazeta Nacional...*, op.cit.p.23.

Temos notado que de certo tempo a esta parte, o annuncio de escravos fugidos invadiu de modo descomunal e com escandalo a imprensa mineira. É preciso, portanto, invocar os sentimentos generosos e humanitários daquelles que a dirigem para que desapareça de suas páginas essa mancha que a envergonha, pois que é uma cousa triste. Jornaes que se dizem liberaes, folhas populares e dedicadas ao progresso moral da sociedade, ao passo que fazem a propaganda de suas doutrinas, pretendendo a regeneração do homem e o melhoramento do estado social; no mesmo número em que emittem bellas theorias e apregoam os mais puros sentimentos e a firmesa de suas crenças nos principios do bem, do justo e do honesto, dão ingresso em suas columnas a tres e quatro daquelles annuncios immoraes, que são o brado do alerta para a perseguição de uns tantos infelizes, que têm a desgraça de ser escravos, e cuja evasão do captiveiro, parece constituir um attentado a sociedade, por isso que a imprensa se encarrega de denunciá-los.³⁰⁰

Como vimos, o *Monitor Sul-Mineiro* poderia ser alvo de tal crítica. De discurso moderado e cauteloso sobre os rumos da abolição, o jornal tinha entre seus proprietários grandes apoiadores do imperador na região. Além disso, percebemos em nossa pesquisa que até a última edição de 1887, o *Monitor* trouxe anúncios de escravos fugidos, de compra e venda de escravos, bem como os emergenciais pedidos de "precisa-se" e "aluga-se", notória forma de conseguir trabalho escravo por aluguel e por tempo determinado. Já o *Colombo*, ao denunciar as contradições dos demais periódicos por não possuírem "sentimentos generosos e humanitários", finalizava a crítica aos redatores que contribuíam para a perseguição "de uns tantos infelizes, que têm a desgraça de ser escravos", ponderando o seu discurso ao afirmar ser "um attentado a sociedade" a evasão do cativo. Mesmo defendendo uma abolição imediata em grande parte de seus editoriais, o *Colombo* seguia o curso do "pêndulo" para posicionar suas palavras sobre os encaminhamentos que a abolição tomava naquele momento.³⁰¹

Da mesma forma, o *Monitor Sul-Mineiro* não perdoava quando algumas informações noticiadas por seus concorrentes na cidade eram denunciadas pelos leitores como infundadas. Assim, o jornal apresentou uma crítica ao *Conjuração*, folha também republicana de Campanha, por denunciar fazendeiros que mantinham escravizados mesmo dias após ao 13 de maio de 1888, informação contestada pelo *Monitor* que dizia que o jornal republicano agia de "má fé" e de acordo com seus

³⁰⁰ Jornal Colombo, 20/07/1881, Campanha, SIA-APM, fl.03.

³⁰¹ Jornal Colombo, 28/09/1884, Campanha, SIA-APM, fl.01.

interesses.³⁰² Com isso, as querelas ideológico-partidárias também moviam as palavras daqueles sujeitos que, por vezes, usavam das causas da abolição para ataques pessoais e aos grupos adversários.

Sobre as alternativas apresentadas para a realização de uma abolição que mantivesse a ordem nas cidades e nas lavouras, a *Gazeta Sul-Mineira* acusava o Império de negligenciar a região de Minas, ao atender outras províncias como o Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Paraná, ignorando os incessantes pedidos dos mineiros. Para o jornal, o governo deveria comprar terras sul mineiras para a formação de colônias de imigração e somente uma política "sem o menor escrúpulo" poderia agir com indiferença com "o sul desta província, onde a população escrava é enorme e nada se faz para suavizar os efeitos da pavorosa crise, consequente à abolição do elemento servil".³⁰³

Segundo o editorial, o Sul de Minas possuía grandes fazendas, com terras a baixo preço e que seriam ideais para atrair imigrantes, o que poderia não só atender aos interesses da lavoura, mas ao desenvolvimento industrial daquela porção da província, já que as linhas férreas se multiplicavam, conectando-a com várias partes do Sudeste brasileiro. Com a negativa imperial às demandas sul mineiras pela imigração europeia e o avançar do tempo, o recado para os senhores deixava de ser a favor do investimento na mão-de-obra imigrante, discurso assumido pelo jornal até aquele momento. As palavras do redator da *Gazeta Sul-Mineira* passariam a ser assustadoras e de busca por uma solução, não devendo iludir "por mais tempo os proprietários de escravos pois a abolição será dentro em breve um facto consummado". Assim, era preciso que a abolição fosse realizada de forma cautelar e sem maiores desastres para a lavoura, creditando a esperança da manutenção do trabalhador nacional nas fazendas da região.³⁰⁴

Se o tom dramático e desastroso atribuído ao futuro da lavoura no Sul de Minas se fez acompanhar nas leituras dos jornais, tal previsão catastrófica não era desenhada somente para a região, tampouco apenas por aquele período. É certo que as regiões que detinham a maior posse de cativos do Império (Minas Gerais e Rio de Janeiro) deixavam mais evidentes o peso da mão-de-obra para a manutenção da produção agroexportadora e agropecuária. Mas, se esses efeitos foram acentuados no

³⁰² Jornal Monitor Sul-Mineiro, 03/06/1888, Campanha, CECML, fl.03.

³⁰³ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 21/08/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.01.

³⁰⁴ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 21/08/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.01.

Sudeste brasileiro em momentos em que outras províncias já haviam diminuído consideravelmente o cativeiro, quando não o abolido, a preocupação com os rumos da lavoura se deu em muitas partes do Império e em tempos anteriores à década de 1880.

A proibição do tráfico em 1850 passou a evidenciar o projeto emancipacionista assumido pela política imperial, confrontando o poder senhorial com uma previsível realidade, a manutenção do sistema escravista. Com o avançar da segunda metade do oitocentos, o enfraquecimento do controle senhorial na relação com a escravaria e a promulgação da Lei do Ventre Livre, aumentaram as expectativas de que a escravidão tinha prazo de validade contado. No caso da lei de 1871, os proprietários tiveram a certeza que parte da sua mão-de-obra cativa se dissolveria em alguns anos, já que estavam avisados que a legislação impunha a abolição à "propriedade futura".

Como vimos anteriormente, o Sul de Minas adentrou a última década da escravidão com um dos maiores contingentes escravos do Império que somado com a Zona da Mata mineira representavam 57,8% de toda a escravaria da província (conforme Tabela 03 do Capítulo 01). Assim, a lavoura era vista por muitos na região como aquela que perpetuaria a continuidade dos padrões sociais estabelecidos, mesmo que as cidades sul mineiras tenham ganhado um caráter mais urbano a partir da década de 1880. A crise da escravidão que era vivenciada naquele momento, provocava sentimentos e expectativas que dificilmente traziam respostas acertadas sobre como solucionar a falta de mão-de-obra escrava no emaranhado de dúvidas que possuíam aqueles agentes.

O temor pela falta de braços de trabalho que pudesse causar a instabilidade produtiva das lavouras, estava reverberado por todos os lados, fosse nos jornais ou em outros documentos. Se o fim do cativeiro estava mais evidente a cada ano que se passava, o difícil seria criar hipóteses mais concretas sobre as consequências que essa abolição total traria ao panorama do trabalho e da produção. Mesmo possuindo um grande plantel escravo (distribuído, em sua maioria, em médias e pequenas propriedades) a preocupação com a falta do trabalhador nas fazendas e sítios sul mineiros e o sentimento de abandono por parte do governo, podem ser exemplificados pela correspondência encaminhada pela Câmara Municipal de Passos ao presidente de província já em 1880:

(...) A falta de capitães, a falta de favores do governo para o desenvolvimento da lavoura e o estado pouco adiantado dos agricultores destes lugares é a cauza principal da falta de estabelecimento d'esta ordem. Quando o governo com a lei da emancipação [Lei do Ventre Livre] privou os agricultores de um dos principaes elementos do progresso da lavoura, era de esperar-se que procurasse substituir a falta de braços, no entanto não se vê uma lei que procure aproveitar os serviços livres e que obrigue o povo dado a vadiação a prestação de serviços, estabelecendo também escolas de agricultura nos lugares mais distantes da acção do governo. Esta Câmara espera que V. Ex. se digne fazer chegar ao alto conhecimento do Governo Imperial a necessidade expendida.³⁰⁵

Além dos jornais, autoridades e proprietários rurais sul mineiros assumiram um discurso apocalíptico para discorrerem sobre o futuro nada auspicioso da lavoura brasileira. A busca por soluções era urgente e as causas do problema chamavam a atenção há tempos, desde que os anos pós Lei do Ventre Livre começaram a provocar os primeiros abalos na falta da mão de obra escrava. Contudo, até que ponto aqueles agentes estavam anunciando uma realidade ou uma projeção do que poderia ocorrer com a lavoura na região num futuro próximo? Ao estudar as correspondências encaminhadas ao governo provincial, Daniel do Val Consentino observou que grande parte delas refletia os interesses da elite local. Quase sempre, esses políticos também eram proprietários de terras e de escravos. Assim, ao longo do período estudado pelo autor, 1850 a 1888, as reclamações pela falta de braços para as lavouras mineiras sempre estiveram presentes no teor dessa documentação, o que não necessariamente condizia com a completa ausência de trabalhadores.³⁰⁶

Célia Maria de Azevedo nos auxilia a entender o que está por trás de tal tática que procurava exacerbar o panorama sobre a falta de mão de obra nas lavouras naquele momento. Segundo a autora, Minas Gerais era mais uma província a usar desse recurso, quando se pretendia defender a necessidade da imigração e exaltar as qualidades produtivas desses agentes, em detrimento às desconfianças dos trabalhadores nacionais e egressos do cativo, sempre associados a "vadiação" e pouco integrados nos encaminhados civilizatórios traçados para o país, já que não contavam com as premissas da "disciplina", "caráter" e "disposição" para o trabalho livre, dentre outros valores de cidadania. Assim, "quanto à falta de braços no país,

³⁰⁵ Correspondência recebida pela Secretaria de Governo, 11/08/1880, APM, Secretaria de Governo, SG 29, fl.30.

³⁰⁶ CONSENTINO, Daniel do Val. *Um múltiplo de transições*. A transição para o trabalho livre em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2006. pp.97-98.

tratava-se sempre de uma asserção genérica, sem fundamentos quantitativos, no mais das vezes feita em função de necessidades específicas regionais ou então de interesses especificamente imigracionistas".³⁰⁷

Se a reclamação da província mineira, em especial das áreas em franco desenvolvimento agrícola como o Sul e a Zona da Mata, já se dava desde o fim do tráfico africano, como afirma Daniel Consentino, outro argumento colocado em xeque pelos pesquisadores em relação à consistência das sucessivas reclamações da falta do elemento servil, repousa sobre a importância do tráfico interno na reposição da escravidão em Minas Gerais, considerado-o uma legítima via de acesso à aquisição do trabalhador cativo por parte dos proprietários, fosse pelo tráfico intra ou interprovincial, o que se evitou qualquer escassez desse componente na produção da lavoura mineira.³⁰⁸

Desse modo, nos parece que não cabe uma supervalorização para as demandas apresentadas pelos fazendeiros e articulistas dos periódicos sul mineiros, no que tange a falta de trabalhador cativo para as lavouras. Obviamente, mesmo com os dados sobre um possível tráfico interno pujante para Minas até a última década, não é possível mensurar as reais necessidades de braços para as lavouras mineiras. Contudo, acreditamos que apostar nas leituras dos periódicos sem perceber que tais dilemas apresentados poderiam ter um efeito muito mais persuasivo e de preocupação futura do que propriamente de um problema concreto, pode não ter consistência quando confrontamos as informações dos jornais com esses dados estatísticos do tráfico interno para a província.³⁰⁹

³⁰⁷ AZEVEDO, Célia Maria de. *Onda negra, medo branco...*, op.cit.pp.117-118.

³⁰⁸ Em estudo pioneiro, Roberto Martins aponta que Minas Gerais sofreu um crescimento de 118% em sua população escrava, para o período de 1819 a 1872, tendo o maior contingente ao longo do século XIX. MARTINS, Roberto. "A economia escravista de Minas Gerais no século XIX", *Texto para discussão*, n.10, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1980; MARTINS, Roberto. "Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, outra Vez", op.cit.; Douglas Libby analisou a demografia escrava para a província também ao longo do oitocentos e constatou que, além da permanência de boa parte da escravidão após a crise da mineração, as regiões Metalúrgica-Mantiqueira, Sul e Zona da Mata concentraram a maior população cativa de todo o Império. LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista...*, op.cit.; Camila Flausino estudou as conexões do tráfico interno para a região de Mariana, para o período de 1850 a 1886, desvelando o dinamismo do abastecimento da mão-de-obra escrava para a região. FLAUSINO, Camila. *Negócios da escravidão...*, op.cit.

³⁰⁹ No artigo, "O debate sobre o trabalho escravo, o abolicionismo e o trabalho livre no Sul de Minas(décadas de 1870-1880)", os autores Mariana de Noronha e Marcos Lobato encaminham uma análise sobre esses jornais supervalorizando as reivindicações e as impressões dos articulistas e fazendeiros sobre a falta da mão-de-obra na província. Não negamos que tal preocupação tenha rondado a cabeça daqueles agentes, mas é preciso uma leitura mais atenta aos percursos que a questão da escassez de braço trabalhador foi se delineando nos jornais e como esta demanda deve ser relativizada, considerando os interesses daqueles sujeitos. NORONHA, Mariana de; LOBATO,

Se podemos questionar a necessidade real de braços para as lavouras em Minas, o certo é que para todos os jornais analisados, a imigração era uma alternativa viável. Vimos que para a *Gazeta Sul-Mineira*, a política de convencimento dos fazendeiros pela predileção ao imigrante esteve presente em seus editoriais, sendo vencida apenas quando nos derradeiros meses da escravidão, o jornal passou a incentivar que os senhores assegurassem o trabalhador nacional nas fazendas.³¹⁰ A campanha pela imigração no Sul de Minas sempre teve como referencial a política de atração de estrangeiros vivenciada em São Paulo. De acordo com o *Monitor Sul-Mineiro*, a província paulista se colocava na vanguarda do movimento imigrantista e a favor do "progresso", fazendo assim um convite para o restante do país à "grandiosa ideia de transformação do trabalho" através da imigração.³¹¹

As fazendas paulistas eram vistas como um grande laboratório para a implantação da mão-de-obra estrangeira que, na última década da escravidão, demonstrava pleno vigor na política imigrantista, alimentando o discurso dos defensores que queriam apostar na introdução dos colonos europeus em terras sul mineiras.³¹² A própria *Gazeta Sul-Mineira*, obcecada em bradar os sucessos da imigração e da lavoura paulista, além de realizar reuniões periódicas com os fazendeiros da região, apresentava-lhes tutoriais sobre os benefícios da utilização de braços europeus, o sistema de arrendamento e a "eficiência constatada" do trabalho imigrante, em detrimento ao trabalho escravo, relatado pelo periódico como "degradado" e "pernicioso".³¹³ Ao apostar na qualidade dos braços considerados benéficos para a lavoura, nas extensivas terras sul mineiras, a folha sugeria os colonos do norte italiano, já bastante adequados ao trabalho produtivo nas fazendas paulistas. Alertava também sobre a forma de tratamento a tais estrangeiros, que deveriam ser agraciados com a venda de lotes de terras ao firmarem os contratos de trabalho:

Aqueles que preferem manter a grande cultura em suas terras mandem vir os trabalhadores, offereção-lhes vantagens reaes que os prendão, e sujeitem-se aos riscos da concorrência, e protanto dê melhores offertas, nada de confiarem em contratos leoninos, em leis vexatorias; a moralidade, a expontaneidade, a lealdade e as

Marcos. "O debate sobre o trabalho escravo, o abolicionismo e o trabalho livre no Sul de Minas(décadas de 1870-1880)." In: SAES, Alexandre; MARTINS, Marcos. *Sul de Minas em transição...*op.cit.pp.137-146.

³¹⁰ Jornal *Gazeta Sul-Mineira*, 28/11/1886, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.02.

³¹¹ Jornal *Monitor Sul-Mineiro*, 04/12/1887, Campanha, CECML, fl.01.

³¹² MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...*,op.cit.p.218.

³¹³ Jornal *Gazeta Sul-Mineira*, 26/12/1886, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.01.

vantagens recíprocas são a base do trabalho assalariado; não há lei mais draconiana que seja, que force um trabalho productivo o operario descontente e creado num regimen livre; elle teria a resistência passiva, a revolta e a má vontade, enfim mil meios para causar quem delle quizesse abusar. O contracto é uma burla. Aquelles que ao contrario quiserem subdividir suas terras e vendel-as desde logo a dinheiro ou à prazo aos immigrants, que impoem como condição de sahida de suas terras a aquisição de propriedade.³¹⁴

A folha itajubense *A Verdade* apresentava com urgência a introdução da imigração na região que, agregada com o desenvolvimento da indústria e da expansão ferroviária, colocaria o sul mineiro nos "trilhos do progresso". A lavoura da cidade e arredores demandava braços imigrantes e uma linha de trem que sustentasse a toda a produção agrícola, desde o plantio até o transporte. Dessa forma, era preciso indivíduos que "acrescentassem" ao modo de vida mineiro, contribuindo assim para o enriquecimento do trabalho na terra, rumo ao caminho de empreendedorismo inaugurado pela "heróica terra paulista". De acordo com o jornal, a imigração em São Paulo levou os europeus não só para as lavouras, mas para as indústrias, às artes e diversos outros ramos das cidades. Essa diversidade de relações sociais construídas com a chegada dos imigrantes na vizinha São Paulo, deflagrava as frustrações sul mineiras para a falta de empolgação dos lavradores mineiros com o braço estrangeiro:

Extraordinariamente fertil, em magníficas condições climatericas, tendo uma população afavel, docil e hospitaleira, a nossa província não participa em escala conveniente dos favores de immigração. Despreocupada do futuro, n'uma culposa immobilidade de falir, ella não se deixa emocionar pela agitação progressiva suas irmãs. Emperrada na rotina, a maioria de nossos lavradores não quer saber de innovações: o progresso os assombra. Desconhecendo as necessidades do tempo repellem todos os conselhos que vão de encontro ao status quo, rasão pela qual não cogitam da necessidade de reorganização a lavoura, de accordo com as novas condições de meio, creadas pelas novas condições em que nos achamos. Infensos ao trabalho livre, e muito principalmente ao trabalhador europeu, de cuja intelligencia desconfiam sem as precisas noções de agronomia, veem com espanto os progressos que a sciencia tem introduzido na agricultura. É contra esses preconceitos absurdos que nos insurgimos, porquanto a sua existencia constitue um dos maiores obstaculos ao nosso progresso e adiantamento.³¹⁵

Indignados com a indiferença dos lavradores sul mineiros, *A Verdade* os culpava pelo atraso que consumia a região e pela resistência em aceitar o trabalhador

³¹⁴ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 26/12/1886, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.02.

³¹⁵ Jornal A Verdade, 21/01/1887, Itajubá, SIA-APM, fl.01.

livre como marca dos novos tempos. Razão que deveria guiar a reestruturação da lavoura. Já incrédulos quanto a qualquer ação governamental e de reação dos próprios parceiros (lembrando que os redatores do periódico faziam parte da *Comissão Libertadora*, associação formada também por proprietários de escravos), o articulista encerra o editorial propondo aos reticentes itajubenses que, ao menos, se disponham a preparar os egressos do cativeiro, que "vagam pelas povoações à mingua de meios de viver, entregando-se à vadiação e aos mais repugnantes vícios", e afirmando que se a imigração não era uma "ousadia a se fazer" que tivessem boa vontade, juntamente com as autoridades policiais, em "reprimir a vadiagem", a fim de suprimir as necessidades diárias que advinham da lavoura.³¹⁶

Se os estereótipos sobre o braço nacional ganharam força em todo o Império, desde que a imigração se fez como uma alternativa viável com o fim da escravidão, e diante dos propósitos civilizatórios que se pretendia no país, articulistas dos periódicos, proprietários e políticos se convenceram que a inapetência ao trabalho poderia ser atenuada se fossem criadas leis e diretrizes para coibir as resistências daqueles sujeitos considerados entregues à vagabundagem, à indisciplina e à imoralidade. Os lavradores do Sul de Minas, representados nos congressos agrícolas que se deram ao longo daqueles anos, não deixaram de expressar suas apreensões quanto aos rumos que a escravidão tomava e as incertezas quanto à mão de obra que substituiria a escrava. Assim, os discursos daqueles agentes variavam na busca por soluções que não deixassem a lavoura sem braços de trabalho.³¹⁷ Com o passar do tempo, a descrença pela implantação de uma política imigrantista efetiva em Minas Gerais passou a se dar não só na imprensa como também entre os proprietários, que viam com poucas dissensões que a imigração europeia era um sucesso específico em terras paulistas.³¹⁸

³¹⁶ Jornal A Verdade, 21/01/1887, Itajubá, SIA-APM, fl.01.

³¹⁷ PASCOAL, Isaías. *Reprodução da força de trabalho no Sul de Minas - século XIX - no contexto de uma formação econômica não-exportadora*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2005.pp.50-59.

³¹⁸ A imigração no sul mineiro se destacou já no pós-abolição, diferentemente das poucas investidas acompanhadas na última década da escravidão na região. LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem do trabalho livre na região da Zona da Mata mineira, 1870-1920*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1988.pp.45-73. Além disso, outras proposições trataram da questão da imigração no Sul de Minas, dentre elas a ideia de que a província manteve forte apego à escravidão até às vésperas do 13 de maio de 1888, reafirmando seu projeto aristocrático frente ao desenvolvimento capitalista delineado por São Paulo. CONSENTINO, Daniel do Val. *Um múltiplo de transições...*op.cit.p.113; Sobre as colônias de imigrantes no Sul de Minas, sobretudo, na última década do oitocentos, ver: COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.pp.55-89.

Apesar dos rancores contra o governo imperial e das frustrações estampadas nas páginas dos jornais por uma ideia de imigração europeia que fracassara para Minas, era preciso olhar o futuro e formar seus estudantes para liderar a produção da lavoura e os demais ramos do mercado que se desdobravam a partir dela. Assim, o *Jornal O Despertador*, semanário estudantil da Escola Normal de Campanha, diante das lamentáveis expectativas da imigração e dos infortúnios do ocaso da escravidão que se avistava, solicitava que a província mineira reconhecesse sua vocação pela lavoura e que assim seus alunos fossem formandos na "sciencia predilecta do paiz", ou seja, a "Agricultura", incluindo assim essa disciplina entre as cadeiras lecionadas nas escolas mineiras. Dessa forma, o semanário estudantil apostava em uma abolição cautelar, tutelada pelos interesses da elite agrária, já que o "trabalho de um homem revoltado, descontente com sua sorte, inimigo da plantação" só produziria a ruína para a província.³¹⁹

E se o trabalho escravo era "rotina" e o livre "progresso", foi exatamente o *Monitor Sul-Mineiro*, o mais disposto a defender o trabalhador nacional, aconselhando os fazendeiros da região a continuarem investindo naquela mão-de-obra e procurando reeducá-los a partir de "criteriosos hábitos", a fim de recolocar um número expressivo de "degenerados" no mundo da lavoura que, por conta dos vícios da escravidão, "gastão a vida e perdem a actividade sacrificando-se a inércia, que nem tem a virtude de lhes dar dias tranquilos". Para o periódico, se deveria investir em contratos com tais trabalhadores livres e "garantir vantagens recíprocas e grandes conveniências, que ambos terão interesses em perpetuar", garantindo uma produção mais eficiente, com trabalhadores que se fidelizassem com as novas condições de trabalho à medida que "ganhasse tanto mais quanto melhores forem suas habilitações e mais dedicados os seus esforços".³²⁰

No que tange os jornais produzidos no Sul de Minas, fica evidente que ao longo da década de 1880 as questões que envolviam as celeumas presentes na continuidade da escravidão foram amplamente apresentadas e discutidas, expressando sempre as opiniões e os interesses de grupos que dominavam suas páginas. Não à toa, as cidades que abrigavam tais periódicos eram polos que concentravam os maiores contingentes escravos do sul mineiro no período, o que, obviamente, contribuía para as impressões esboçadas por aqueles articulistas.

³¹⁹ *Jornal O Despertador*, 17/06/1886, Campanha, CECML, fl.01.

³²⁰ *Jornal Monitor Sul-Mineiro*, 14/06/1885, Campanha, CECML, fl.01.

A análise da imprensa nos revela que as discussões travadas não se resumiam apenas ao cenário regional, o que demonstrava profunda habilidade dos agentes envolvidos na produção daqueles jornais de desenvolverem uma leitura complexa e em âmbito nacional de como os efeitos da crise escravista se manifestavam em toda a sociedade do Império. Dos movimentos populares aos acordos políticos amarrados na Corte, todos eles eram informados e dialogavam com a realidade sul mineira.

Se os efeitos preocupantes e incertos que se abatiam sobre a escravidão geravam comentários e percepções distintas, o certo é que no projeto de construção das ideias da abolição na região, tais periódicos concordaram, em grande parte do tempo, com um processo abolicionista que trouxesse mudanças, desde que essas impactassem sutilmente as relações sociais já estabelecidas. Na verdade, nenhuma defesa por uma abolição imediata foi bancada por muito tempo por algum periódico. Assim, pesava um consenso de que a extinção da escravidão de forma condicional e escrita a partir das leis emancipadoras, provocaria incômodos, a princípio preocupantes, mas necessários diante da realidade que se desenhava. Dessa forma, algumas colocações não inteiramente desejadas e momentâneas poderiam aparecer ao longo das palavras dos jornais, contudo sem alterar os rumos da escrita final conduzida por aquela imprensa e de acordo com os interesses de seus representados. O gradualismo percebido em outras plagas do país também se fazia presente, delineado e pensado a partir de pequenos ajustes locais, mas não desconectado da realidade, ao menos, do Sudeste escravista brasileiro.

4.2 - Homens no centro do palco: atores sociais e seus abolicionismos

A questão da abolição foi um fenômeno crescente, ao menos a partir da década de 1870, quando transbordou dos gabinetes e das rodas parlamentares, para ganhar as discussões na imprensa, nas ruas e nas diversas instituições sociais, desde os maiores centros urbanos até os grotões brasileiros. Os debates acerca de um projeto que colocasse o país nos trilhos do progresso e despertasse a sociedade para os benefícios de novos tempos de civilidade, esbarravam quase sempre nas ideias sobre escravidão e liberalismo que, moldadas à realidade social do Império, não garantiam a possibilidade de direitos liberais de cidadania se permanecesse o cativo. Assim, um turbilhão de ideias se fez presente nos jornais e nas tribunas políticas, fruto das múltiplas manifestações públicas de protesto que, por vezes, impunham

encaminhamentos da demanda liberal por reformas, representadas por sociedades emancipadoras, abolicionistas, republicanas, estudantis, literárias, dentre outras.

Não menos importante, o campo judicial adentrou às discussões sobre a modernização no Brasil que, somando-se à elite letrada, produziu uma consistente intervenção na relação senhorial, garantindo o cumprimento das leis emancipacionistas, sempre que possível, de acordo com os interesses de juízes, promotores, advogados, delegados e polícia. Assim, célebres intelectuais que marcaram aquela geração, bradavam pelo fim da escravidão e de sua ilegalidade perante a Constituição do Império. Dentre a "geração de liberais" que se destacaram naquele momento, um dos "palcos" foi dado a Joaquim Nabuco, que pela retórica e escrita, conduziu as manifestações intelectuais e políticas daqueles que aspiravam ideias modernas e civilizadas, propondo congregar todos os favoráveis às causas da abolição.³²¹ Assim como ele, André Rebouças e José do Patrocínio demonstravam que o movimento a favor da abolição que faziam, voltava-se às discussões no seio da própria Corte, tentando atrair os proprietários de escravos para as fileiras do abolicionismo. Prezar pela legalidade das ações e manter certa postura paternalista frente ao controle das revoltas escravas eram uma tendência perseguida por muitos republicanos, mesmo por aqueles que também denunciaram a questão do racismo que envolvia as relações sociais no período.³²²

Longe da busca heroica e coerente pelo personagem abolicionista, a historiografia vem conduzindo biografias importantes desses sujeitos, reconstituindo suas trajetórias e envolvimento com as causas político-partidárias, bem como apresentando as soluções que traçavam sobre o fim do trabalho escravo.³²³

Muitos se posicionavam favoráveis ao fim do cativeiro por meio da manutenção da ordem, da prática paternalista na condução dos escravos e libertos e pela produção da perspectiva "redentora" que tais agraciados deveriam possuir como forma de agradecimento aos seus benfeitores. Contudo, isso não significou que um abolicionismo popular e manifestado nas ruas e nas fazendas por escravos e pelo "populacho" não tivesse também sacudido os princípios estabelecidos.³²⁴

³²¹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento...*, op.cit.pp.116-120.

³²² MACHADO, Humberto. *Palavras e brados...*, op.cit.pp.87-105.

³²³ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu da Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.pp.139-188.

³²⁴ MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico...*, op.cit.pp.138-144.

As discussões científicas também se tornaram arcabouços utilizados por alguns abolicionistas, que através do evolucionismo, do positivismo e das teorias racialistas, se demonstravam comovidos pelas agruras do cativo, lançando assim os ideais de liberdade para a "raça inferior", os "desgraçados pretos", os "ignorantes e descrentes", como justificativa para conduzir aquele povo pelo "bom caminho" da civilidade e da cidadania.³²⁵

Nas disputas do campo da memória, monarquistas e republicanos lutaram pelo reconhecimento do 13 de maio de 1888, bem como usaram da abolição para os duelos políticos que se travariam até a ascensão da república. Nos festejos que se deram em Campanha por conta da abolição, os membros do partido republicano, procuraram utilizar dos sentimentos de euforia que tomaram os simpatizantes da causa, para associar os trabalhos do partido à conquista da Lei Áurea. De acordo com o memorialista, Julio Bueno, membro do partido republicano e abolicionista, em sua obra "História da Campanha", publicada em 1900, ele e seus companheiros lideraram as festas oficiais que se deram na cidade, "ao erguer-se o pano viu-se no cenário: na frente três libertos, empunhando o do centro um estandarte com as cores nacionais, em que se lia - *libertas quae sera tamen*; ao fundo cerca de 200 libertos sentados em arquibancadas; no centro do palco os membros da comissão abolicionista".³²⁶ Dessa forma, muitos republicanos adentraram pra história ao ocuparem o "centro do palco" e receberem os "louros" da coroa pela libertação do Brasil do atraso social.

Por tempos, a historiografia pouco explorou as várias faces do abolicionismo, se prendendo as ações de grupos e as trajetórias de abolicionistas "abnegados, que enfrentando mil obstáculos e perseguições, concretizaram o sonho de toda uma geração".³²⁷ Assim, o protagonismo da abolição esteve ligado a essas figuras, quase nada restando aos maiores interessados ou aos envolvidos em ações populares, que - ligados ou não aos movimentos abolicionistas organizados, também contribuíram para sucumbir as bases escravistas, principalmente ao longo daquela última década.

Dessa forma, ao raiar dos primeiros "vivas" da Lei Áurea, monarquistas e republicanos tentaram se aproveitar dos festejos e da memória a ser construída. Não à toa, a monarquia arquitetou associar a imagem da Princesa Isabel ao feito, triunfo

³²⁵ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 20/05/1888, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.02. Para uma discussão sobre as teorias raciais e o processo da abolição, ver: SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação...* op.cit.

³²⁶ BUENO, Julio. *História da Campanha*. Campanha: Colombo, 1941.p.32.

³²⁷ MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico...* op.cit.p.134.

dividido apenas com o grupo de abolicionistas que havia depositado no legalismo as benesses que agraciaram aqueles desprovidos de condições próprias de alçar tal conquista. Nos ensejos por garantir flores e glórias aos heróis do bom-mocismo e à princesa, a ideia era perpetuar a abolição como uma oferta, fruto da caridade e benevolência, dada aos "negros receptores" por "brancos doadores".³²⁸ Aos negros, agradecidos e conformados, caberia aceitar as novas regras do jogo, que imposta por seus benfeitores, pouco alteraria as relações sociais preestabelecidas.

A forte perspectiva do protagonismo abolicionista político-partidário sobre o desfecho da abolição, não ecoado apenas pela memória vitoriosa construída ao longo do tempo, de certa maneira, também foi contada pela historiografia. Assim, conhecemos a perspectiva da "razão nacional" que explicaria o envolvimento crescente dos liberais nos encaminhamentos do abolicionismo como pauta para o projeto de nação desenhado.³²⁹ Da mesma forma que a extinção do elemento servil também foi entendida como parte de uma verdadeira "revolução das camadas burguesas" que ascenderam nos meios urbanos brasileiros nas últimas décadas do oitocentos.³³⁰

Contudo, chama a atenção a historiografia, que na continuidade das pesquisas que se enveredaram pela "História Social da Escravidão" - sobretudo àquelas pesquisas que se debruçaram sobre as múltiplas formas de resistência escrava - apontou projetos e atuações abolicionistas diferentes das até então apresentadas, ampliando assim o repertório de leituras sobre o processo de extinção da escravidão no Brasil.

As evidências científicas de que o "palco" da abolição também foi ocupado por setores populares, desvela uma superação do sistema escravista que não pode ser interpretada somente ao som dos discursos que partiram das rodas parlamentares e/ou das organizações abolicionistas institucionalizadas. Havia setores sociais que, às margens das decisões do Estado e do corpo a corpo político, estavam "muito menos comprometidos com os cânones do liberalismo, do imperialismo e do racismo científico", desenvolvendo um forte apelo social e popular pela abolição que

³²⁸ DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a "Redentora" dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos* (1846-1988). Bauru: EDUSC, 2004.p.126.

³²⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Escritos de História e política. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.pp.48-63.

³³⁰ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991.pp.157-188.

contribuía diretamente para estremecer as bases da manutenção da ordem e da normalidade nas cidades e campos do país.³³¹

Nesse jogo de tensões de todos os lados, vimos no capítulo 3 que nos derradeiros anos que antecederam o 13 de maio de 1888, as movimentações ocorridas nas cidades sul mineiras acompanharam o ritmo dos descontentamentos que inundaram o Império contra a continuidade do sistema escravista. As ebulições sociais promovidas pelos diversos setores causaram revoltas escravas e ações de indivíduos e grupos que nas ruas e nos jornais pregavam as mais variadas percepções sobre a abolição. Na tentativa do controle dessas movimentações estava em operação a polícia, que procurava acalmar os ânimos e a euforia de seus articuladores e buscava se informar sobre as possíveis ações escravas e abolicionistas que, por ventura, pudessem se desenvolver na região.

Mesmo antes e depois da abolição, a documentação da polícia mineira nos deu pistas de vários momentos em que aquela instituição esteve diretamente envolvida a apurar as ameaças de desordens, bem como as tensões e os confrontos causados pelos indivíduos e grupos abolicionistas e escravistas. A cidade de Itajubá recebeu as atenções da Secretaria de Segurança e da Presidência da Província, após uma série de solicitações serem apresentadas por autoridades políticas e policiais. De acordo com as correspondências, era preciso força policial adequada para combater o "movimento de escravos e de abolicionistas". A justificativa hipotética para a aquisição de novas praças era reforçada pelos acontecimentos que se davam na região, como a tentativa de assassinato ao abolicionista Américo Luz de Muzambinho, um dos nossos personagens que será melhor apresentado em breve. Assim, "face a perturbação da ordem pública que passava haver alli" e ao movimento abolicionista que também crescia em outras pontas do sul da província, era prudente a estratégia de garantir a segurança individual e de propriedade dos habitantes de Itajubá. O Presidente da Câmara sugeriria que fosse enviada uma "força de cavalaria de linha composta de um oficial e dez praças", a fim de ficar à disposição somente para os casos em questão.³³² Para além da reivindicação interminável sobre o aumento do destacamento policial (recurso que, como vimos, foi muito utilizado por delegados e subdelegados) nos parece que a solicitação por uma tropa específica que atendesse a cidade e região

³³¹ MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico...*, op.cit.p.139.

³³² Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 22/03/1888, APM, Polícia, POL 104, n.376, fl.86.

expunha desafios à polícia itajubense, que passava a entender as tensões entre escravos, libertos, abolicionistas e escravistas ainda de forma mais latente e emblemática que em tempos anteriores.

Ao que indicava os jornais, Itajubá contou com uma das sociedades abolicionistas mais bem sucedidas da região, tendo como grande feito a execução de uma abolição antecipada ao projeto de lei nacional. Nos últimos suspiros da escravidão, fazendeiros e redatores do jornal *A Verdade* criaram a sociedade *Comissão Libertadora*. Como vimos, a folha itajubense desenvolveu constante propaganda abolicionista em nome desse grupo, incitando a libertação dos escravos por parte de seus senhores e a introdução da imigração. Com o passar da década e com a não efetivação de uma política de imigração para o sul mineiro, os redatores procuraram propagandear a necessidade do controle da transição escrava para o trabalho livre, compartilhando da mesma perspectiva que os membros da *Comissão*.

Reuniões com fazendeiros e outros proprietários de escravos anteciparam a constituição do grupo com o propósito de convencer e formar adeptos das ideias da abolição e da tutela da mão-de-obra nacional, a fim de continuar o trabalho agrícola sem maiores prejuízos para a cidade e região. A adesão foi engrossada a partir de sucessivos encontros que se deram em toda a comarca, sob a liderança de José Pereira dos Santos, promotor de justiça, que saiu a publicar pelo jornal, convites das reuniões aos interessados.³³³

Em 11 de março de 1888 foi realizada no Paço da Câmara Municipal, a reunião que oficializou a criação da *Comissão Libertadora*. Sob a certeza de que a abolição total estava por vir, os membros da *Comissão* argumentavam que era necessário que os interessados em preservar seus trabalhadores se adiantassem e evitassem maiores danos à lavoura. e a qualquer tipo de "desordem" que não pudesse ser controlada pela força policial. Assim, decidiram por deliberar a abolição de todos os escravos da comarca no prazo definido em 7 de setembro de 1888, com salário desta data em diante e com direito dos futuros libertos de cultivarem terras na fazenda de seus ex-senhores. Com o objetivo de evitar a desorganização do trabalho, combater a vadiagem e obrigar o trabalhador escravo e liberto a se fidelizar à terra, os membros da *Comissão* assumiram o compromisso de investir na colonização nacional.³³⁴

³³³ Jornal A Verdade, 19/01/1888, Itajubá, SIA-APM, fl.01.

³³⁴ Jornal A Verdade, 15/03/1888, Itajubá, SIA-APM, fl.01.

O incentivo de doar uma pequena parte de suas terras para os libertos avolumava o projeto pela colonização nacional, já que relegados pelos imigrantes, sobrava investir na formação de um núcleo de trabalhadores que confiassem na terra a sua sobrevivência e estivessem prontos à continuidade da produção da lavoura. Experiências como essas se reproduziram em outras plagas do Império e representavam as investidas daqueles que acreditavam superar os dilemas da crise escravista de forma ordenada, pacífica e paternalista.³³⁵ Mais que isso, significava tentar entender o que seria o "trabalhador livre", definição complexa e de difícil comparação com o que definimos nos dias atuais. Por mais que se esforçassem, os senhores que libertavam seus escravos e os incentivavam ao trabalho livre nas lavouras, tiveram extrema dificuldade em apagar as práticas escravistas no trato com a condição civil adquirida por seus empregados a partir de então. Uma das faces da precária noção de cidadania que libertos vivenciaram naquele momento era o contraditório exercício do trabalho livre. O sujeito que recebia a oportunidade de praticar sua liberdade, teria que aprender a lidar com as tentativas de uma relação trabalhista embasada na vigilância, tutela e servidão.³³⁶ Acreditamos que essa discussão seja um campo profícuo ainda a ser amplamente explorado pelos historiadores que se debruçam sobre as temáticas do pós-emancipação nas Américas e no Brasil.

Entusiasmados, os membros da *Comissão* ratificaram um propósito ainda afirmado no início dos trabalhos para a criação da sociedade, ou seja, de estabelecer em um futuro próximo, o princípio da civilidade e de colocarem Itajubá, definitivamente, nos trilhos do progresso:

Felizmente, o mal não é absoluto. Temos homens e famílias pobres que compreendem os seus deveres e procuram se localizar, atidos ao trabalho. Estes e os bons libertos são os naturaes substitutos do escravo na lavoura. Oportunamente virão os immigrants inteligentes trazer a emulação e o aperfeiçoamento na indústria agrária. E depois... o Brazil será uma das primeiras nações do mundo!³³⁷

³³⁵ MACHADO, M. H. P.T. *O plano e o pânico*...op.cit.p.68. Ver também: SLENES, Robert. "Senhores e subalternos no Oeste paulista". In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil* (vol.02). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.pp.284-287; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*...op.cit.p240.

³³⁶ FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. A emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Ver também: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Ed. UFPE, 2010.

³³⁷ Jornal A Verdade, 27/01/1888, Itajubá, SIA-APM, fl.01.

A certeza de que seriam considerados os grandes redentores dos escravos e recompensados com fidelidade e submissão, fez com o que a *Comissão* tivesse êxito ao longo das reuniões que se espalharam pela comarca. Com isso, criaram a bem sucedida ideia de que a abolição havia sido realizada e trataram de espalhar o feito pelos jornais do Império. Apesar de uma concessão condicional, decidida na fundação da sociedade, as posteriores edições de *A Verdade* noticiaram que os proprietários já estavam a abolir incondicionalmente após o 11 de março, não aguardando o prazo final anteriormente estabelecido. Assim, o grupo procurava construir para si, a imagem dos abolicionistas que se colocavam na vanguarda do movimento nacional. Obviamente, o caso de uma abolição antecipada ao 13 de maio de 1888 não foi exclusividade de Itajubá, mas a estratégia de utilizar desse recurso para propagandear as ações da *Comissão Libertadora* foi alcançada. O jornal *Cidade do Rio*, periódico abolicionista, de José do Patrocínio, dedicou algumas de suas edições a parabenizar Itajubá pela conquista da abolição. A *Comissão* não só responsabilizou os negociantes da região, que transitavam para a Corte, para comunicarem a notícia, como também enviou cartas ao periódico de Patrocínio.

O movimento libertador espontâneo invadiu também o sul da província de Minas Gerais, quebrando assim a segunda perna da trípole em que o Sr. Paulino de Sousa pretendia ditar os tristes oráculos da escravidão perpétua à raça desamparada pela lei. Na notícia do nosso colega se destacam os nomes dos beneméritos cidadãos que tomaram a humanitária iniciativa e que viram de pronto coroados o seu cometimento pela magnanimidade dos generosos fazendeiros do município. Para que a pátria os cubra de aplausos e de bênçãos, aí ficam esses nomes, que poderão ser obscurecidos pelas paixões de momento, mas que hão de brilhar para sempre na história da benemerência nacional.³³⁸

Estava aclamada assim a ação abolicionista do grupo itajubense, repercutindo na Corte e em outras plagas de Minas, sempre ansiosas por projetos que pudessem iluminar as incertezas da extinção do elemento servil na região. Acompanhando as felicitações do jornal carioca, o *Monitor Sul-Mineiro* regozijava com a abolição em Itajubá. O periódico que sempre defendeu um abolicionismo moderado, lamentava pela inoperância de Campanha frente aos feitos da "cidade luz" sul mineira (título atribuído a Itajubá por José do Patrocínio), que "reluzia as esperanças do movimento pela abolição". Pouso Alegre também era lembrada por ter realizado um processo de

³³⁸ Jornal Cidade do Rio, 15/03/1888, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional (doravante BN), fl.01.

aliança entre os fazendeiros a favor da causa, abolindo seus escravos dias a data itajubense. Os redatores não se cansaram em dar glórias às cidades mineiras que seguiam os passos abolicionistas da Corte e de São Paulo, esperançosos de que Campanha pudesse avançar em seus "foros de civilizada", a partir do movimento que também se articulava e aguardava a esperada abolição.³³⁹ Os ganhos políticos da *Comissão Libertadora* expandiram as fronteiras de Minas, sendo ecoados por movimentos abolicionistas conhecidos nacionalmente, como o do "Tigre da Abolição", que emprestou as páginas do seu jornal para dar visibilidade às conquistas dos abolicionistas itajubenses.

Na mesma cadência de Itajubá e Pouso Alegre, a cidade de São Gonçalo do Sapucaí seguiu os passos das demais e reuniu seus proprietários para conceder alforria incondicional aos seus escravos a partir de 7 de setembro de 1888, com exceção daqueles fugidos ou que abandonarem as fazendas após o ato de benevolência de seus senhores. O ato de São Gonçalo não só acompanhava a onda de outros cantos como representava uma vitória da *Gazeta Sul-Mineira*, que nos últimos anos da década de 1880, se dedicou a incentivar os fazendeiros para que se entregassem à abolição e à imigração como soluções apropriadas para o futuro de suas lavouras. Conduzir o processo de emancipação, confiando aos seus leitores-proprietários o protagonismo da ação foi a tônica do periódico republicano da cidade.³⁴⁰

A *Comissão Libertadora* foi composta por profissionais liberais e proprietários de escravos da comarca de Itajubá. Ao ser fundada em 11 de março de 1888, teve como presidente o capitão Antônio José Rennó; o vereador e coronel Joaquim Francisco; o juiz de Direito Adolfo Augusto Olinto; o promotor público José Pereira dos Santos; o juiz municipal do Termo e redator do jornal *O Itajubá*, Aureliano Moreira Magalhães; o editor do jornal *A Verdade* capitão Antônio José Leite; o diretor do Colégio São Paulo e redator da *A Verdade*, Cristiano Brasil.³⁴¹

É crescente e justo o entusiasmo que domina atualmente a todos os habitantes da cidade pelo compromisso da honra, em que todos, a bem da sagrada causa, se acham empenhados para no dia 30 do corrente, consagrado pela religião à Sagrada Paixão de Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, ser o município de Itajubá declarado livre, completamente, de escravos. Diariamente a Comissão Libertadora, criada neste município, registra as alforrias em grande

³³⁹ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 25/03/1888, Itajubá, CECML, fl.03.

³⁴⁰ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 19/04/1888, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fls.02 e 03.

³⁴¹ GUIMARÃES, Armelim. *História de Itajubá*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.p.170.

número e no momento em que escrevemos, para honra da cidade de Itajubá, dentro de seus muros, já não há mais um só escravo. É a primeira cidade da briosa e libérrima província de Minas que acontecimento tão importante se afirma. As horas estão marcadas para a completa e pacífica extinção da escravatura em nosso município. Honra aos seus habitantes, por tão nobre cometimento.³⁴²

A *Comissão Libertadora* teve na figura de seus sócios e redatores dos jornais da cidade uma ampla campanha para o fim da escravidão. Alinhada aos jornais *A Verdade* e *O Itajubá* e contando com a participação de seus proprietários, a *Comissão* divulgava constantemente no periódico as conquistas realizadas a partir das reuniões que promoviam com os fazendeiros da região e propagandeavam suas ideias a favor da abolição. A cada manumissão concedida à escravaria e a cada menção ao Livro de Ouro da Câmara Municipal - nunca assinado, pois os nobres cavalheiros itajubenses providenciaram a liberdade antecipadamente ao poder político - os membros da *Comissão* ganhavam honras nos jornais e eram elevados ao rol dos generosos cidadãos que contribuíam para disseminar os sentimentos abolicionistas no seio da sociedade itajubense.

³⁴² Jornal O Itajubá, 18/03/1888, Itajubá. Apud: GUIMARÃES, Armelim. *História de Itajubá*....op.cit.p.170. Este periódico possui apenas uma edição disponível no acervo da hemeroteca da Biblioteca Nacional e não foi encontrado em nenhum outro arquivo que consultamos.

Imagem 1: Fundadores do Clube Republicano Mineiro (participação de membros da Comissão Libertadora), 1883.

Fonte: HOENEN, Pedro. Reunião de republicanos mineiros em São Paulo (1883) com a participação de membros da futura Comissão Libertadora de Itajubá, como Cristiano Brasil. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31285

Os abolicionistas de última hora de Itajubá, organizados a partir da *Comissão*, sabiam que alforriar seus escravos e incentivar a ação era uma decisão complexa, que envolvia questões de consciência individual, bem como reverberavam no convívio social.³⁴³ Em tempos em que, moralmente, a escravidão se tornava um sistema condenável e os atos violentos contra os escravos passaram a ser apresentados sem mais pudor nas páginas dos jornais, alguns proprietários foram expostos às críticas e desprestigiados perante seus leitores. Assim, xingamentos a alguns senhores conviviam igualmente nos periódicos com outros adjetivos que procuravam ressaltar as ações benevolentes daqueles que distribuíam as alforrias. Não à toa, clubes da lavoura da

³⁴³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...* op.cit.p.98.

região procuravam estar a par das ações da *Comissão*, mesmo estando ela de acordo com os interesses senhoriais, em grande parte do tempo.³⁴⁴

Além disso, as constantes revoltas e fugas, a destruição das propriedades agrícolas, as ações civis movidas por mancipios que reivindicavam a liberdade, bem como o crescimento da criminalidade do escravo, deixavam evidentes aos senhores que o clima de tensões instaurado poderia causar o total descontrole em algum momento, gerando enormes prejuízos à lavoura e às famílias.³⁴⁵ Nesse sentido, manter a escravidão era visto por alguns proprietários como continuar a gerir uma "empresa de risco", e evitar a fadiga, com tais continuidades já desgastadas, poderia prevenir problemas futuros.³⁴⁶ Assim, os membros da *Comissão Libertadora* procuraram concentrar em suas mãos as ações de alforriar os escravos, iniciativa que simbolizava uma reação aos problemas provocados pela crise do escravismo, que parecia não ser contornada pelo Estado. Tomar aquele protagonismo para si, significava reafirmar o controle sobre a mão-de-obra, já que o que estava em jogo, era a salvação da lavoura e no caso de Itajubá, a grande produção de fumo estaria em risco, se acaso os escravos continuassem a abandonar as fazendas. Conceder a alforria, investir no Fundo de Emancipação e/ou doar um pedaço de terra também simbolizavam consolidar a imagem de seus ex-escravos como incapazes de conquistar a emancipação e gestarem sozinhos suas próprias vidas. Como vítimas de um sistema perverso, anticristão e imoral, a generosidade emanada por aqueles senhores distintos se eternizava nas páginas dos periódicos e na memória de seus contemporâneos.

Mas, voltemos à correspondência expedida pela Secretaria de Polícia à Presidência da Província mineira sobre o caso de Itajubá, citada páginas antes. Tal documentação ainda tem muito a nos contar e procuraremos captar outros aspectos do abolicionismo itajubense, que diferem das ações da *Comissão Libertadora*.

Segundo o ofício, as autoridades da cidade sul mineira tinham enviado inúmeras ocorrências de que alguns lugares da comarca "inspiravam sérios receios". Movimentações contra a normalidade e a ordem estavam acontecendo, o que impossibilitava que a força policial garantisse a "segurança individual e de propriedade dos habitantes d'aquella zona".³⁴⁷ Os constantes pedidos de destacamento

³⁴⁴ GUIMARÃES, Armelim. *História de Itajubá*....op.cit.p.173.

³⁴⁵ ALGRANTI, Leila. *O feitor ausente*...op.cit.pp.160-161.

³⁴⁶ MACHADO, M.H.P.T. *O plano e o pânico*...op.cit.p.35.

³⁴⁷ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 22/03/1888, APM, Polícia, POL 104, n.376, fl.86.

e de uma força de cavalaria para Itajubá, que se fizeram presentes no acervo pesquisado, não eram para o combate da *Comissão Libertadora* - proprietários de escravos e profissionais liberais da cidade, como os redatores do *A Verdade*. Garantir a integridade e a propriedade de seus cidadãos, implicava não perder o controle da população pobre e de cor, que há muito se mostrava impaciente e disposta a enfrentar as parcas forças policiais. A correspondência afirma que "fundados taes receios, atentos aos movimentos abolicionistas"³⁴⁸ era preciso prevenir e controlar as desordens que estavam acontecendo para que as ameaças de insurreições não viessem a tomar conta da localidade.

Nem sempre a documentação encaminhada às autoridades superiores relatavam a situação caótica de fugas e crimes praticados por escravos e a constante incapacidade das delegacias locais para reverterem a sensação de pânico que se abatia na população. Exigir mais praças, dentre tantos outros recursos que assolavam o descaso público com as instâncias policiais, era apenas um indício dos movimentos que se deram pela província naqueles anos finais da escravidão. Nas correspondências reservadas, os casos mais sérios vinham à tona, fazendo com que delegados e subdelegados se desfizessem de sutilezas ao relatar os acontecimentos. De qualquer forma, o certo é que as autoridades policiais parecem não ter registrado com tanto afincamento o avanço da criminalidade e do clima de tensão provocado por escravos, proprietários e abolicionistas.³⁴⁹

Alguns senhores e delegados preferiram manter sob máxima reserva algumas ocorrências mais explosivas, o que não quer dizer que a documentação de polícia e os jornais, deixaram de relatar situações de agressões físicas a escravos. Esse foi o caso que levou o Chefe de Polícia a buscar informações com o delegado de Itajubá sobre as agressões ao escravo Clemente, noticiadas pelo *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, e cometidas pelo fazendeiro Manoel Custódio dos Santos.

Segundo a correspondência, Clemente sofreu "barbaros castigos" não podendo ficar impune o "martírio desumano" imposto por seu proprietário, que também não lhe dava roupa, nem alimento, mantendo na fazenda todos os "instrumentos de suplício e tomentos". Chicoteado ao extremo e rompido os limites da Lei do Açoite, Clemente foi torturado, açoitado com "bacalhau" e teve vários dentes arrancados

³⁴⁸ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 22/03/1888, APM, Polícia, POL 104, n.376, fl.86.

³⁴⁹ MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico...*op.cit.pp.87-95.

porque interrompeu o serviço na roça para comer um pedaço de cana. Ao fugir com uma pesada corrente amarrada nos pés, conseguiu se apresentar às autoridades locais. O Chefe de Polícia da capital exigiu das autoridades locais extrema atenção ao caso para que "providências fossem tomadas para a punição desse crime".³⁵⁰

Aberto o inquérito e levado a julgamento, o fazendeiro Manoel Custódio dos Santos foi preso, juntamente com o feitor, Francisco Ayres de Oliveira. Em segundo julgamento, os réus foram soltos, tendo o fazendeiro jurado de morte o advogado Liduário Rodrigues de Sousa, por ter defendido o escravo Clemente.³⁵¹ Ao acolher as queixas do escravo e correlacioná-las com agressões não mais aceitáveis, as atitudes e os discursos das autoridades partiam tanto da interpretação legal, quanto de suas convicções frente ao que consideravam justo ou não, também de acordo com seus interesses. Da mesma forma, Clemente, entendedor de seus direitos, procurou a delegacia. Ele sabia que mesmo diante de uma instituição que, a priori, representava os interesses dos senhores, era possível sensibilizar o delegado com sua narrativa.³⁵²

Casos de agressões a escravos, já bastante condenados pela sociedade naquele momento, repercutiam cotidianamente nos jornais e nas correspondências policiais. Mas os incidentes escabrosos que rondavam a região, por muitas vezes, eram amenizados e censurados pelas fontes, não noticiando realisticamente os acontecimentos. Ao verificar as páginas dos jornais itajubenses que, nos últimos anos da escravidão se dedicaram aos feitos senhoriais frente à crise do elemento servil, é possível perceber que poucos foram os indícios que deixaram escapar sobre movimentações provocadas pela arraia-miúda.

Enquanto os jornais *A Verdade* e *O Itajubá* preferiram laurear as conquistas da *Comissão Libertadora*, em seu plano senhorial de controle e tutela da mão-de-obra liberta, a correspondência da polícia deixava escapar preocupações mais sombrias e embasadas no cotidiano da instituição, que procurava entender e dar conta das manifestações populares.

Acontece que os avanços trazidos com a ideia da abolição atribularam ainda mais os afazeres das delegacias e do destacamento policial, em um momento em que a

³⁵⁰ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia aos comandantes da polícia, 16/03/1887, APM, Polícia, POL 94, n.602, fl.119; Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo, 04/04/1887, APM, Polícia, POL 93, n.500, fl.86v; Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo, 31/05/1887, APM, Polícia, POL 93, n.695, fl.133;

³⁵¹ GUIMARÃES, Armelino. *História de Itajubá...* op.cit.pp.159-160.

³⁵² SANTOS, Ronaldo. *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo: IPE/USP, 1980. p.49.

instituição estava cada vez mais desprovida de forças para se ater em um dos seus princípios básicos: a repressão e a "correção moral" dos mais pobres e dos homens de cor.³⁵³ Para piorar, as poucas praças existentes nas delegacias e subdelegacias espalhadas pelo país ainda enfrentavam a hostilidade de escravos e abolicionistas, prontos a se vingarem das "dignidades expropriadas".³⁵⁴ No fim das contas, esses confrontos demonstravam não somente as preocupações e incertezas do corpo policial, como demarcavam o nível de ilegitimidade de que a escravidão gozava naqueles derradeiros anos.

Tamanha era a crença do controle senhorial e paternalista dos adeptos de algumas associações abolicionistas, e da imprensa que a representava, que o *Monitor Sul-Mineiro* tentava desqualificar as ações escravas e populares frente ao legalismo desses grupos:

É possível abafar uma ou outra insurreição de escravos, mas não se consegue vencer a ideia que, calma e nos limites da lei, proclama a necessidade de se libertar aos últimos representantes dessa multidão infeliz, sobre que tem cruelmente pesado séculos de soffrimento, inauditos, a martyrisarem desgraçados, que nem nos derradeiros momentos tiveram a calma precisa para restituir ao seu Deos o angustiado espírito em que perennes tribulações se agitou.³⁵⁵

Contudo, nem sempre os jornais empunham "tintas mais suaves" para camuflarem as insurgências escravas e/ou as movimentações de sujeitos e grupos não tão prestigiosos aos olhos dos redatores. Nos sobram indícios que desvelam que mesmo diante de toda a calma aparente expressada nas páginas dos periódicos, havia mais a se contar sobre o que acontecia fora do palco oficial da abolição. Assim, o jornal *A Verdade* publicou uma nota na "Secção Livre" que, a princípio, parecia ser mais uma homenagem à *Comissão Libertadora* e aos feitos prodigiosos realizados por seus membros, mas o discurso se modifica quando o texto procura "censurar e reprovar com indignação, o procedimento d'alguns individuos, que por meio de emissarios têm penetrado nas senzalas das fazendas, seduzindo os escravos para abandonarem o trabalho tornando-se deste modo perturbadores da ordem e anarchistas da sociedade". Na mesma edição, outra nota condenava um ato de libertação em massa que causou prejuízo aos fazendeiros da cidade vizinha Paraíso (atual Paraisópolis), já que "por meios illegaes e tumultuarios" um grupo declarou

³⁵³ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação...* op.cit.p. 110.

³⁵⁴ ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim...* op.cit.pp.414-431.

³⁵⁵ Jornal Monitor Sul- Mineiro, 30/10/1887, Campanha, CECML, fl.01.

livres os escravos, sem acordo prévio com seus proprietários, aproveitando de um movimento que tentava convence-los das alforrias condicionais e dos benefícios do trabalho livre. Esse grupo pertencente a um "movimento sedicioso", contou também com a ajuda de autoridades locais, segundo o jornal.³⁵⁶ Ao também mencionar o caso, o *Monitor Sul-Mineiro* afirmou que enquanto um grupo festejava a libertação na cidade, outro formado por aliciadores, promoveu uma fuga de mais de 50 escravos das fazendas para a província de São Paulo. Outros escravos que conseguiram fugir preferiram ficar pela região "com ânimo e resistência", já que as "montanhas e vales de Minas não contiveram seus escravos".³⁵⁷

Esses atos que ameaçavam a ordem e a tentativa de controle senhorial pouco foram vistos nos jornais. Neles prevaleceram a censura aos atos turbulentos do abolicionismo às avessas da política formalista da *Comissão Libertadora*. Assim, a ideia que construíam sobre liberdade, era o que movia as ações daqueles sujeitos, cada qual sobre um prisma diverso. Os redatores dos jornais afirmavam ser tal abolicionismo popular, "anarchista", "pernicioso" e "perturbador". Tais denominações faziam parte dos discursos daqueles que consideravam estar a sociedade brasileira "contagiada" com as ideias comunistas que colocavam em risco o bem material das elites, "o fantasma da anarquia, da liberdade e do comunismo ganhava a imaginação das elites com facilidade". Mais que se sentirem ameaçados pela improvável perda de terras e escravos, os senhores temiam a completa subversão social.³⁵⁸ De todo modo, esses sujeitos não alinhados ao legalismo e adversários do bom-mocismo representado pelos membros da *Comissão*, não tiveram seus nomes citados nem nos jornais, nem nas ocorrências da polícia, ficando apenas lembrados como "perturbadores" da ordem e "anarchistas" da sociedade, atores que muito teriam a nos contar sobre as redes e rotas de fuga de escravos que ajudaram a construir e que conectavam as ações do Sul de Minas às de São Paulo (algo que apontamos no final do terceiro capítulo).

Chegamos à conclusão de que avultar o movimento da *Comissão Libertadora* que se mostrava respeitoso às leis, paternalista e, sobretudo, temente ao descontrole social, frente às atuações de grupos e indivíduos que buscaram incendiar tais políticas normativas e propor um abolicionismo subterrâneo (que emergia as ruas e fazendas

³⁵⁶ Jornal A Verdade, 15/03/1888, Itajubá, SIA-APM, fl.03.

³⁵⁷ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 25/03/1888, Campanha, CECML, fl.03.

³⁵⁸ ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação...* op.cit.p.112.

sempre que preciso), era parte das estratégias de jornais e da correspondência policial, na maioria das vezes, com intuito de descaracterizar as lutas dessas movimentações populares e radicais a favor da abolição. Como fenômeno já analisado para outras partes do Império, o objetivo de censurar para não espalhar o pânico social e não expor ainda mais o poder público diante da incapacidade de controlar aquelas ações, foi bastante usual e coube às fontes amenizarem as tensões e conflitos. Entender as intencionalidades daqueles que assim a produziram é desafio dos historiadores.³⁵⁹

Com isso, queremos corroborar para a proposição já apresentada pela historiografia recente de que as ações abolicionistas se desvelam bem mais complexas do que se suponha há tempos atrás. Por inúmeras vezes, e ao longo dos festejos do 13 de maio de 1888, a imprensa coroava os membros da *Comissão Libertadora* como os verdadeiros abolicionistas e responsáveis pela conquista. Os pertencentes ao abolicionismo popular foram relegados ao mesmo mérito. Escravos e libertos que possam ter tido participação ativa também não foram lembrados, obviamente. Assim, ao menos para a imprensa sul mineira, ser um verdadeiro abolicionista era ser reconhecido como benevolente, amante da ordem e do controle social e estar pronto a representar os interesses de seus pares assim como seus próprios.

Diante do entendimento sobre uma nítida heterogeneidade abolicionista, bem como sobre os múltiplos projetos que se deram a favor do fim do escravismo, a *Comissão Libertadora* de Itajubá manteve certa linearidade em suas ações, ao menos a partir do que pudemos capturar na documentação, podendo ser considerada abolicionista.³⁶⁰ Para chegar a essa conclusão, procuramos nos pautar pelas informações relativas ao caráter das atividades desenvolvidas por seus membros: propagação dos ideais da abolição pela imprensa, incentivo às alforrias condicionais ou sem restrição, paternalismo e manutenção da ordem e dos interesses dos proprietários. A *Comissão Libertadora* se manteve assim, longe das ações realizadas por outros indivíduos da cidade e região que procuraram aliciar e contribuir na fuga de escravos, o que muitas vezes despertou a atenção da polícia, mas que pouco foram

³⁵⁹ MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico...* op.cit. pp.25-26.

³⁶⁰ Ao estudar a imprensa abolicionista mineira, Luiz Gustavo Cota também descreve a *Comissão Libertadora* como emancipacionista, ou seja, aquela preocupada apenas com a distribuição de alforrias. A partir de uma análise periódica do jornal *A Verdade*, a partir dos preparativos que levaram a sua fundação, é possível notar que seus membros também estavam envolvidos na defesa e nas propagandas a favor da causa abolicionista e não apenas envolvidos em divulgar no periódico os nomes e as benesses aos senhores que libertaram seus cativos. COTA, Luiz Gustavo. *Ave Libertas...* op.cit. pp.150-153.

levadas a sério pelos jornais. Certamente, esses estavam envolvidos com uma prática abolicionista muito além da normalidade pregada pela *Comissão*. A partir do que as fontes nos sugerem, tais indivíduos poderiam estar ligados à organização de meetings, publicações e ações diretas como o acoitamento de escravos e a presença em ações judiciais (caso que veremos a seguir).

Imagem 2: Vista da antiga Matriz de Itajubá, s/d

Fonte: http://caminhosdeminasitajuba.blogspot.com.br/2012_03_18_archive.html

Se vários foram os abolicionismos que se manifestaram nas páginas dos jornais estudados, também foram diversas as formas de vivenciar as ações abolicionistas. A historiografia já nos deixou evidências de que entre o desejo e a prática, perpassam as motivações das ações humanas e, assim, não é difícil entendermos determinadas contradições desses ditos abolicionistas, simplesmente porque esses são humanos. Com isso, queremos dizer que mesmo associações assumidamente a favor da abolição imediata, por vezes, não estavam nas vias populares, no aliciamento de escravos e presentes nas articulações dos meetings. Ao longo do percurso das trajetórias rastreadas pelas fontes, podemos perceber que há semelhanças entre grupos entendidos como emancipadores ou abolicionistas, ou seja, eram favoráveis ao fim da escravidão, mas embasavam suas ações na legalidade, nas

ideias de manutenção da ordem e, por vezes, da mesma ladainha humanitária-paternalista.³⁶¹ Para todos, a abolição deveria ser pensada para além da liberdade dos milhares de escravos que ainda existiam no Brasil naqueles anos finais. Sua efetivação promoveria as tão sonhadas perspectivas de progresso, estimularia a imigração, alavancaria a indústria e a agricultura e marcaria o início de novos tempos, elevado pelo caráter moral da nação, livre das mazelas sociais e nocivas que a escravidão e os escravos trouxeram.

Se não só de homens, políticos das rodas parlamentares e da elite local, se fez a militância abolicionista, quem eram esses outros sujeitos - escravos, libertos e livres - sempre tratados como inimigos da ordem e da sociedade e que sequer tiveram seus nomes citados nos documentos?

Onda avassaladora que rapidamente inundou 'o coração e a mente dos habitantes da cidade', assim foi, por muitos, descrito o movimento abolicionista, identificando como a conjunção de lutas parlamentares, atividades forenses, campanha jornalística e movimento popular. De fato, até certo ponto, tendo funcionado ao molde das frentes amplas, a ideia da abolição tornou-se, ao longo da década de 1880, um guarda-chuva sob o qual agasalhavam-se diferentes tendências e matizes, que apenas o evoluir dos acontecimentos foi capaz de sutilmente distinguir.³⁶²

Neste sentido, o processo de abolição e o abolicionismo precisam ser entendidos em amplo aspecto, não pertencendo apenas aos âmbitos dos discursos e práticas aristocráticas, mas também sendo desenvolvidos nas franjas sociais, a partir de movimentos populares e de indivíduos que, de forma mais tímida ou engajada, se

³⁶¹ Para Célia Maria de Azevedo pode-se entender por "abolicionismo" o modo de pensamento que tenha como foco central a crítica à escravidão, defendendo acabar com aquele sistema de forma gradual ou imediata. Este conceito também se refere à mobilizações sociais, advindos de diversos setores, que tinham como objetivo o fim da escravidão. Já "emancipacionismo" tem a ver com as medidas para barrarem o avanço da escravidão, sem contudo indicar o seu término. AZEVEDO, Célia Maria de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003. Já para Celso Castilho, a década de 1880 viu um complexo desenrolar de políticas abolicionistas, o que dificulta uma conceituação para "abolicionismo", já que pode causar generalizações se categorizarmos os grupos e indivíduos de forma inflexível, sem levarmos em conta suas particularidades, contradições, bem como as conexões dentro dos próprios grupos formalistas com setores mais populares. CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters: the politics of antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*. Tese de Doutorado. Berkeley: University of California, 2008. Citamos aqui alguns trabalhos significativos na história do abolicionismo e seus agentes, que muito contribuíram para a nossa análise. Obviamente, seremos injustos com alguns autores que muito estiveram presentes ao longo da leitura das fontes e da compreensão do contexto estudado: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil...*op.cit., pp.192-199; LIMA, Lana. *Rebeldia negra e abolicionismo...*op.cit.; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia...*op.cit., pp.489-518; AZEVEDO, Celia. *Onda negra, medo branco...*op.cit., pp.153-187; MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico...*op.cit.pp.133-162.

³⁶² MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico...*op.cit.pp.150-151.

indispuseram com a ordem e incendiaram os ideais de parcela da sociedade que acreditava conduzir as ações abolicionistas de forma orquestral, como se o ritmo e a interpretação que os sujeitos impunham e percebiam sobre a liberdade, pudessem ser tão facilmente decifráveis.

No que diz respeito às associações abolicionistas e emancipadoras em Minas Gerais, Liana Reis e Luiz Gustavo Cota nos apresentaram um panorama que procura dar conta desse complexo cenário que se estabeleceu na província. Segundo os autores e a partir da análise desenvolvida por eles junto à documentação de imprensa, Minas teve aproximadamente vinte agremiações entre os períodos de 1870 e 1888.³⁶³ Algumas apenas tiveram sua fundação anunciadas nos periódicos, não sendo possível acompanhar suas trajetórias ou mesmo saber se lograram êxito. Este foi o caso do *Diretório Abolicionista* de Caldas, no sul mineiro, capturado por meio do jornal *O Socialista*, quando promovia um baile em homenagem ao juiz de direito da comarca, José Antonio Saraiva Sobrinho. Nenhuma outra menção sobre suas atividades foram encontradas, segundo Luiz Gustavo Cota.³⁶⁴

Como mencionado no Capítulo 02, a historiografia promoveu uma análise sobre o movimento abolicionista em Minas Gerais calcado na "mitologia da mineiridade", que procurava desqualificar a participação de grupos organizados a favor do fim da escravidão, bem como de movimentações populares como as revoltas escravas. Para esses trabalhos, Minas teria visto o processo de abolição sem ter passado por abalos sociais e/ou sem maiores agitações abolicionistas.³⁶⁵ A partir de novas análises realizadas sobre um variado acervo documental, é possível perceber que o abolicionismo em Minas Gerais se comportou de maneira multifacetada, representado tanto pelos grupos elitizados quanto também pelas esferas menos visíveis da sociedade. A atuação daqueles sujeitos frente à crise do escravismo estava longe de ser homogênea, contribuindo ainda mais para uma perspectiva sobre o processo de abolição e do abolicionismo no Brasil.³⁶⁶

Como nosso trabalho se voltou para uma análise regional, focada numa porção da província mineira com grande concentração de escravos nos últimos anos da escravidão, procuramos trazer para esse debate, a perspectiva de um processo de

³⁶³ REIS, Liana. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira*....op.cit.; COTA, Luiz Gustavo. *Ave libertas*...op.cit.

³⁶⁴ COTA, Luiz Gustavo. *Ave libertas*...op.cit.p.154.

³⁶⁵ JOSÉ, Oílham. *A abolição em Minas*....op.cit.; REIS, Liana. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira*...op.cit.;

³⁶⁶ COTA, Luiz Gustavo. *Ave libertas*...op.cit.; SILVA, Denilson. *O drama social da abolição*...op.cit.

abolição extremamente dinâmico e plural, a partir de trajetórias de indivíduos, grupos e instituições. Procuramos explorar ao máximo, os acervos documentais que encontramos pelo caminho. Cientes dessas escolhas (que não necessariamente foram as mais fáceis ou menos susceptíveis de erros), centramos nossa análise na documentação de polícia e nos periódicos, tendo sido esta documentação fulcral para discorrer sobre o percurso, as expectativas e os significados que a ideia da abolição provocou nas ações daqueles sujeitos.

Voltemos assim para as contradições presentes na documentação: se a última década da escravidão simbolizou uma verdadeira efervescência da campanha abolicionista no país, foi em seus últimos respiros, na chamada fase final que vai de 1887 a 1888, que as lutas pela abolição adentraram, cotidianamente, os âmbitos sociais. Mesmo os mais recalcitrantes com a proposta, se apressaram em entender as mudanças e os tempos nebulosos em que viviam. Informar e não assustar a população sobre os confrontos que se davam nas cidades e nos campos, foi a tônica de muitos jornais, o que contrastava, muitas vezes, com as ocorrências policiais que relatavam as manifestações escravas e abolicionistas que se davam nos espaços público e particular. E à frente da batalha pela abolição, o pelotão de combate estatal que se colocava a fim de repreender, controlar e evitar transtornos maiores era composto pela parca força policial pertencente às delegacias e subdelegacias sul mineiras.

Como a exigência de novas praças era uma solicitação constante, não diferente fez o delegado Valeriano Mauro da Costa, de São Gonçalo do Sapucaí, reapresentando seu caso que inspirava cuidados e ansiava por resposta da Chefia de Polícia, já que inúmeros contatos não foram respondidos. O pedido por uma tropa especial para cobrir as necessidades da cidade era justificado, pois "nunca se viu tanto descalabro". Como o movimento abolicionista era "contagioso" e o abolicionismo em Campanha "estava em seu auge tirando-se escravos de uns dando-se a outros e marcando-se salários a bel prazer dos abolicionistas", alguns indivíduos em São Gonçalo estavam com os ânimos exaltados e "dispostos a favorecer a liberdade dos escravos".³⁶⁷ No fim do ofício, o delegado ofereceu à Secretaria de Polícia a proposta de contratação de alguns homens da cidade para reforçarem o destacamento.

Vale lembrar que as indisposições de escravos e libertos já tinham causado uma série de solicitações daquela delegacia para a polícia da capital. Vimos no

³⁶⁷ Ofício do delegado de São Gonçalo do Sapucaí para o Chefe de Polícia, 11/04/1888, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.20, doc 28.

capítulo 3 que, nos derradeiros dias antes do 13 de maio, o primeiro suplente do Juiz Municipal de São Gonçalo solicitou ao Chefe de Polícia reforço policial por conta da congada, já que escravos fugidos participavam da produção do evento e voltariam à cidade para os dias de festejos. Descreveu também que tais escravos foram "acoitados por abolicionistas revolucionários" de Campanha e, como o abolicionismo em São Gonçalo estava operando com força, era temido que esses sujeitos entrassem em confronto com alguns senhores que tentariam recuperar os fujões durante o evento.³⁶⁸ Se já não bastasse o clima perturbador que se dava em Campanha e a falta de praças, o delegado da cidade foi surpreendido com uma correspondência do Chefe da capital para que prestasse auxílio às delegacias vizinhas, a começar por Lambari, onde a "propaganda feita por abolicionistas contra os fazendeiros" levou a provocar o "estado anormal em que se acha aquele município".³⁶⁹ Os "revolucionários" eram traidores da ordem e da propriedade, devendo estar sob vigilância daqueles que se propõem a policiar a sociedade contra qualquer anormalidade. Assim, a documentação desvela um cenário bem diferente do que a *Gazeta Sul-Mineira*, sediada em São Gonçalo, teve a nos contar, sempre mantendo o discurso da abolição sob o controle dos fazendeiros que aderiram às alforrias.

³⁶⁸ Ofício do 1º Suplente do Juiz Municipal de São Gonçalo do Sapucaí para o Chefe de Polícia, 24/04/1888, APM, Polícia, POL 14, cx.03, doc 34.

³⁶⁹ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia aos comandantes da polícia, 08/05/1888, APM, Polícia, POL 102, n.1144, fl.200.

Imagem 3: Festa de congado de Nossa Senhora do Rosário em Campanha, s/d.

Fonte: Acervo fotográfico do Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort, Campanha-MG.

Os constantes pedidos de reforço policial também significavam a tentativa de preservação da ordem na cidade e motivos para tal prevenção eram justificados. Havia grupos ou indivíduos agindo na contramão da política formalista conduzida pela *Gazeta*. Sob a vigilância da polícia estava o trânsito dos escravos fugidos e, parece claro que, os festejos religiosos eram momentos de forte resistência e encorajamento para voltar à cidade e socializar com os demais.³⁷⁰ A polícia conhecia essa ação dos fugidos, como também estava ciente de que não poderia controlá-los, nem tampouco evitar qualquer confronto entre abolicionistas e fazendeiros.

Esses ofícios nos apontam a conexão entre grupos do abolicionismo popular e escravos fugidos. É possível que esses abolicionistas tivessem também conhecimento dos demais que atuavam nas cidades vizinhas. O clima aguerrido do momento poderia despertar ainda outros indivíduos a compactuarem com as fugas e com a inserção de escravos em outros lugares da região. Como o movimento era "contagioso" não se estava livre dele. Essas ações que causavam tumulto, pânico e desestabilizavam o sentido de ordem para os senhores e a polícia, cumpriam um papel de desencadear reações limites tanto na corporação, que tinha como opção exigir reforços e contar

³⁷⁰ ABREU, Martha. *O Império do divino*. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

com a sorte de ser atendida, quanto nos proprietários de escravos que procuraram engrossar seu bando armado, na tentativa de conter as fugas, revoltas e qualquer atitude suspeita de indivíduos que pudessem auxiliar nas fugas e aliciamento de escravos.

Se esse movimento popular mostrava, à sua maneira, a força política de escravos, libertos e livres, para além das ideias que a elite procurava impor para aquele período em que viviam, tanto abolicionistas históricos como os de última hora se aproveitaram das convulsões sociais para também lucrarem diante das necessidades dos demais. Ao contribuírem na fuga, muitos escravos eram convencidos pela oratória dos "revolucionários" que os encaminhavam para as fazendas sedentas por trabalhadores. Os senhores ameaçados por um possível abandono de sua escravaria, fechavam os olhos para a origem de seus novos empregados, agenciados pelos abolicionistas. Alguns escravos se entregavam ao carisma dos aliciadores, na expectativa de um caminho que os conduzisse à liberdade. Sem muita cerimônia, "o caifás tornado capataz, serviria para capitanear os escravos tornados mão-de-obra subserviente e barata".³⁷¹

O *Monitor Sul-Mineiro*, em 1887, denunciou como "oportunista" o abolicionista Antonio Correa, de Três Pontas, por facilitar liberdade a um escravo e depois usá-lo em benefício próprio. De acordo com o periódico, Antonio Correa, conhecido defensor da abolição na cidade, preferiu se separar de sua família "para dar posto a um sentimento menos justo e, talvez, uma ambição pequenina" quando se tornou um abolicionista de "má índole". Ao centrar as acusações ao bom moço de família, o *Monitor* deixou passar despercebido o outro responsável por aquela alforria, o próprio escravo. De mesmo nome que o abolicionista, Antonio, carpinteiro, de propriedade de D. Maria Theodora de Carvalho, viúva que vivia dos trabalhos que aquele cativo prestava a terceiros, plenamente consciente das oportunidades que aquele tempo o oferecia, saiu em busca de alcançar a liberdade, pedindo empréstimos aos fazendeiros que negaram a ele tal ajuda. Não desistindo de sua estratégia, procurou por Antonio Correa, que se prontificou a conseguir os 800 mil réis de que necessitava para comprar a alforria. Contudo, o jornal denunciava que a benevolência

³⁷¹ MACHADO, M. H. P. T. "De rebeldes a fura-greves...op.cit.", p.270.

do abolicionista estava num acordo firmado, em que Antonio se comprometeria a construir uma casa com mobília para seu benemérito assim que se visse liberto.³⁷²

Em artigo sobre as possibilidades de participação política abertas aos populares em Recife a partir dos Fundos de Emancipação, Celso Castilho e Camillia Cowling demonstraram como os escravos recorreram aos *Clubs* e a indivíduos que pudessem ajudá-los na aquisição da liberdade, ao perceberem os novos mecanismos que se colocavam em favor da alforria. Ao ampliar o repertório de resistências elaboradas pela escravaria, os Fundos simbolizaram uma nova ferramenta de mobilização popular e de disputas na arena política.³⁷³ Também foi recorrente entre as associações abolicionistas e emancipadoras, a arrecadação de donativos por meio de festas, meetings e de doações de particulares para a compra das alforrias, principalmente, após a Lei de 1871, quando foi permitido aos escravos pouparem o que pudessem ganhar e, assim, oferecer como indenização ao seu senhor.³⁷⁴

O periódico não nos informa se Antonio Correa era ligado a algum *Club* da cidade ou mesmo a um Fundo de Emancipação. Também não é possível saber quem foi o credor a quem recorreu o abolicionista pra realizar tal empréstimo. É sabido que o dinheiro foi "tomado a juros" até chegar às mãos do escravo. Ao condenar o abolicionista por sua ação, o jornal procurava não só criticar as práticas desses indivíduos que estavam pela região a oferecer ajuda aos escravos que buscavam por liberdade, como sensibilizar seus leitores para a inconsequência da desordem provocada. Tratado como "irresponsável" e "cruel", Antonio Correa se transformou em um oportunista, incapaz de "poupar as lágrimas da viúva desamparada", que ao perder sua fonte de renda, se viu atormentada e endividada pelos prejuízos causados pelo abolicionista. Sem se importar para os "vícios" de Antonio, que nem ao menos tinha seu próprio material de trabalho, teria colocado também em risco o sustento da mulher e dos quatro filhos que o escravo possuía. Perdia o novo liberto, sua família e sua ex-senhora. Assim, pela conquista de sua própria liberdade, também estava condenado Antonio, juntamente com o abolicionista que o ajudara. Para o periódico, não coube prudência a nenhum dos dois.³⁷⁵

³⁷² Jornal Monitor Sul-Mineiro, 13/03/1887, Campanha, CECML, fl.02.

³⁷³ CASTILHO, Celso; COWLING, Camillia. "Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e Fundos de Emancipação na década de 1880 no Brasil", *Revista Afro-Ásia*, n.47, 2013.

³⁷⁴ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.pp.182-192.

³⁷⁵ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 13/03/1887, Campanha, CECML, fl.03.

Assim, acreditamos que reconstituir os processos abolicionistas que se deram naquele instante, também é entender as múltiplas noções de trabalho que estavam sendo encaminhadas ou melhor dizendo, as diferentes formas de utilização da mão de obra que passaram a conviver mutuamente.³⁷⁶ Como a ideia do "trabalho livre" estava em constituição, era preciso criar soluções para impedir a fuga dos escravos das fazendas. Algumas dessas novas condições até deram certa autonomia ao trabalhador, como o sistema de parceria, mas esse teve de lutar cotidianamente, para que as condições do trabalho escravo não se perpetuassem, já que outras práticas escravistas pareciam mais difíceis de ser derrotadas naquele instante.³⁷⁷ Ao ajudarem a construir ações para a extinção da escravidão e a proporem um ideário de liberdade aos recém-libertos, muitos abolicionistas criaram maneiras de prender aquela população à terra, que sob controle e tutela, perpetuando por longo tempo, relações muito próximas ao trabalho compulsório, travestidas agora de trabalho livre.

Como não foram somente os abolicionistas que estiveram envolvidos na reorientação que deveria ser promovida aos libertos, a própria polícia também se interferiu na nova condição daquela população. Após o 13 de maio, o Chefe da capital encaminhou correspondência para todos os delegados e subdelegados da província, para reafirmar o papel da corporação a partir daquele momento:

Convém, a benefício do trabalho da ordem pública e da economia social, que esta solução radical de um problema tão importante não traga perturbações: que a liberdade assim conferida seja aproveitada pelos recém libertos de modo a lhes ser útil e a sociedade, em cuja comunhão lhes deu entrada a lei, que eles, por mal entendida compreensão e ignorância dos deveres do homem para com a sociedade, não entendão que a liberdade deve ser tomada com licença para a vadiagem, para o uso e abuso dos vícios da embriaguez, do jogo e de outros, sempre prejudiciais e funestas; convém que eles se compenetrem dos deveres e que está naturalmente abrigado todo cidadão; que se dediquem ao trabalho, único fator da felicidade dos povos; isto por meio de contratos com seus ex-senhores ou com outros; e, para esse desideratum, importante e de vasto alcance nos seus feitos, invoco todo o seu auxílio, quer de autoridade, quer de cidadão, e espero que V. S. não poupará esforços, por si e por seus amigos, no sentido de aconselhar os ditos libertos a bem se conduzirem e a se entregarem a ocupação honesta, em benefício comum.³⁷⁸

³⁷⁶ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.pp.267-304.

³⁷⁷ FONER, Eric. *Nada além da liberdade...*op.cit.pp.80-90.

³⁷⁸ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia aos comandantes da polícia, 18/05/1888, APM, Polícia, POL 102, fl.210.

Assim, a polícia também estava designada a não só cumprir o papel da repressão, mas auxiliar e conduzir os libertos para um convívio social em que a segurança e a ordem fossem preservadas, obedecendo aos interesses do Estado e daqueles que dominavam as relações do mundo do trabalho. Neste aspecto, a polícia e os abolicionistas estavam coadunados a não medirem esforços para alçarem o país ao posto de civilizado e livre, sob os auspícios do capitalismo, fazendo da campanha pela abolição não só uma busca pelo fim do cativeiro, mas também pela defesa da continuidade de relações que dificilmente poderiam ser modificadas para aqueles que as dominavam. As palavras e ações que disseminaram os sentimentos abolicionistas no seio do Brasil escravista, não se davam pela luta de conquista da equidade.

4.3 - Sinais dos tempos: as "desordens" e trajetórias abolicionistas

A década de 1880 se configurou como um período de grande efervescência social e política, que teve nas discussões sobre o ocaso da escravidão um dos temas centrais daquele processo. Estava deflagrado um momento de constantes movimentações sociais que procuraram imprimir suas marcas sobre as transformações que o país passava.

Como vimos até então, nem de longe, a abolição foi um percurso decidido e processado somente pela elite branca e pelos doutores do Império. Escravos, libertos e livres pobres promoveram uma série de revoltas, fugas e outras formas de resistência, que juntamente com os anseios da nova camada urbana que surgia naqueles últimas décadas do oitocentos, comprometeram dia após dia, os negócios, o sossego e ambição de escravistas que pretendiam protelar o cativeiro ao máximo que pudessem. Muitas vezes, esses homens e mulheres comuns assumiram um papel de participação política que se desenrolou às margens, produzindo ações não articuladas, aleatórias e acanhadas, mas que geravam efeitos importantes de luta e de transformação da realidade, garantindo àqueles sujeitos o papel de protagonistas políticos.

Por sua vez, o Estado monárquico procurou promover projetos que dificultassem o acesso para a aquisição de escravos, a partir da criação das leis emancipacionistas. Contudo, estas ações estavam centradas na preservação da ordem social, bem como na grande produção agrícola, não garantindo nenhuma certeza de quando se aclamaria a total extinção do cativeiro. De qualquer maneira, as

intervenções do Estado, a partir dos meios jurídicos e da atuação policial, eram mais uma evidência da corrosão do poder senhorial sobre a escravidão.³⁷⁹

Nessa perspectiva de um movimento abolicionista plural, a atuação dos agentes que se ofereceram para ajudar na libertação dos escravos, também marcou a "onda avassaladora" que tomou conta das cidades nos últimos suspiros do escravismo no país. Ao longo da segunda metade do século XIX, advogados, juízes e delegados se prestaram a agir conforme os ditames da lei ao defender escravos e libertos contra os mandos e desmandos de senhores afoitos por perpetuarem suas práticas violentas de poder. Por mais que coubesse à polícia substituir a força repressora do senhor frente à escravidão, quando assim solicitada e necessária, a presença daquelas autoridades contribuía para condenar os abusos senhoriais, principalmente, quando esses estavam pautados na ilegalidade. Com penetrações nas rodas sociais em níveis diversos, rábulas e advogados assumiram muitas vezes a defesa gratuita de cativos nas tribunas judiciárias espalhadas pelo país.³⁸⁰ Este é o caso de Braulio Lion que mobilizou uma série de ações, desde o discurso engajado nos jornais e o auxílio jurídico nas ações de liberdade, até sua participação na organização de fugas de escravos do Sul de Minas para os caifazes de Antonio Bento.

Braulio Lion nasceu em Campanha e cursou os ensinos secundário e superior na Corte. Dentista de formação e rábula por convicção, desenvolveu uma militância abolicionista em Campanha a partir de 1886, quando sua trajetória passou a ser contada nos documentos. Considerado o grande anfitrião das festividades do 13 de maio na cidade, Braulio Lion foi o principal homenageado, recebendo as felicitações dos escravos, da imprensa e até de seus adversários políticos. Por vezes, alçado pela imprensa local ao mesmo panteão abolicionista dos renomados José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Quintino Bocaiúva, o advogado campanhense traçou uma trajetória de desavenças com escravistas e autoridades, sendo lembrado pelos memorialistas como um dos mais "ferozes abolicionistas" de seu tempo.³⁸¹

Disposto a usar de recursos jurídicos a favor da abolição, colocou seus serviços à disposição de escravos que acreditavam ter "qualquer direito de pleitearem por sua libertação".³⁸² O "escritório abolicionista" de Braulio Lion ficava à Rua do

³⁷⁹ SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do povo*. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp.140-149.

³⁸⁰ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu da Carapinha...* op.cit. pp.189-195.

³⁸¹ VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. V.02. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1937.p.277.

³⁸² Jornal Monitor Sul-Mineiro, 14/02/86, Campanha, CECML, fl.04.

Fogo, Bráulio apresentou inúmeras ações de liberdade na Justiça local. Talvez tenha sido nessas intervenções frente ao poder dos senhores locais que ele embraveceu o setor escravista da cidade e região ao verem seus escravos buscarem no abolicionista uma maneira legal de alcançarem a liberdade, em um momento em que a escassez do elemento servil era a grande preocupação com a lavoura sul mineira. Curioso saber se ao retornar para Campanha, Braulio fez do gabinete odontológico, herdado do seu padraсто, Adolpho Lion Teixeira (também dentista), uma extensão da sua prática como advogado, ou se teria ele atuado, exclusivamente, nas causas jurídicas. O certo é que Braulio Lion só é citado como dentista já em fins do século XIX, quando utilizou novamente dos jornais para promover seu gabinete dentário em Campanha.³⁸³

As peripécias abolicionistas de Bráulio Lion parecem ter centrado forças em seu escritório, local de encontros de seu grupo e dos escravos e libertos que diariamente o procuravam. Não há indícios nos jornais, de que Bráulio tenha participado de uma associação. Já os memorialistas, como Alfredo Valladão, afirmam ter ele chefiado o *Centro Abolicionista* da cidade.³⁸⁴ O certo é que Bráulio Lion conseguiu reverberar para si, os resultados publicizados por sua luta abolicionista, em dimensão tão significativa quanto a de um grupo organizado. Fruto das transformações que aconteciam no país naqueles anos, Bráulio representava, em grande parte, os interesses do setor urbano, que desapegado da cultura escravista que ainda permeava os mais recalcitrantes, conseguia vislumbrar outras formas de exploração do trabalho e de organização social, para além das já desgastadas pela escravidão. Imbuído das noções recolhidas do cientificismo e diante do momento legalista assumido pelo Estado brasileiro a partir das leis emancipacionistas, Bráulio Lion fazia parte de uma "consciência social antiescravagista", que precedia o próprio movimento abolicionista e que incentivou os indivíduos a buscarem os usos legais, como ferramentas necessárias para defender suas ideologias.³⁸⁵ Em grande parte de sua trajetória esteve ele envolvido nos trâmites jurídicos, como anunciou o *Monitor Sul-Mineiro*, no início de 1886, ao libertar Jesuina, africana de 42 anos, de Joaquim Gonçalves Pimental, através de uma petição encaminhada à Justiça.³⁸⁶ Mais que isso, foi um intermediador do acesso à Justiça, para escravos e libertos que procuraram construir relações com esses advogados e rábulas (principalmente ao longo da

³⁸³ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 23/04/1896, CECML, fl.04.

³⁸⁴ VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princeza...* op.cit..p.278.

³⁸⁵ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...* op.cit.p.185.

³⁸⁶ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 28/02/1886, Campanha, CECML, fl.03.

segunda metade do oitocentos) que os auxiliassem a usar do Direito para travarem mais uma batalha contra a escravidão.³⁸⁷

Advogados formados ou rábulas, abusaram dos arcabouços jurídicos e das novas leituras que faziam do mundo para se lançarem em uma "militância da liberdade", já que a arena jurídica era também uma arena política e, com isso, suas performances nos tribunais representavam as expectativas que criavam sobre as leis, como também da realidade que viviam.³⁸⁸

Em 1887, Braulio Lion se envolveu em uma querela interminável com o juiz municipal de Campanha, Francisco Carneiro Ribeiro da Luz. O advogado abolicionista utilizou das páginas dos jornais para denunciar o juiz por abuso de cargo e por estar envolvido numa série de irregularidades, dentre elas, várias nas ações de liberdade de africanos indeferidas e que foram fundamentadas na Lei de 1831; também o acusava de não aceitar outras petições de liberdade que não fossem assinadas por advogados titulados; de permitir que senhores vendessem escravos antes do final do julgamento dos pedidos de liberdade, assim como de não conceder a alforria a seu próprio escravo que possuía quantia suficiente para conquistar tal direito. Influente, Braulio Lion se manifestava por meio da imprensa sul mineira, como também das articulações que traçou com o movimento abolicionista de São Paulo, alçando-se a articulista do jornal *A Redempção*, comandado por Antonio Bento. Foi nas páginas do emblemático periódico abolicionista que Braulio espalhou as denúncias contra o juiz de Campanha e apresentou suas justificativas jurídicas para alegar tais arbitrariedades.³⁸⁹

Convicto de que todas as ações de liberdade que havia apresentado à Justiça campanhense estavam rigorosamente embasadas nas leis, tendo ele as provas convincentes para a necessidade do deferimento de seus pedidos, convocava a sociedade por meio dos jornais, para que o caso do "juiz prevaricador" fosse levado adiante. De acordo com Braulio Lion, Francisco Carneiro Ribeiro da Luz estava compactuado com os senhores da cidade e interpretava as leis de acordo com seus próprios interesses e de seus apoiadores. Justificava, inclusive, a incoerência de uma

³⁸⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...* op.cit.p.173.

³⁸⁸ GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros...* op.cit.pp.233-256.

³⁸⁹ Jornal *A Redempção*, 10/03/1887, São Paulo, Centro de Apoio à Pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda" (doravante CAPH-USP), fl.03. O microfilme original de *A Redempção* pertence à Lamont Library, Harvard University.

autoridade julgar casos escravagistas, sendo proprietário de escravos.³⁹⁰ Para o abolicionista, o juiz tinha "zombado" dos direitos garantidos por lei aos cativos e, acima de tudo, golpeado o "sagrado direito da liberdade".³⁹¹ Proposição muito levantada por advogados, a ideia do "direito natural" era invocada como um argumento forte, capaz até mesmo de estar acima da ambiguidade das leis, ao corroborar para a defesa e o dever do Estado em garantir o direito "inalienável" de qualquer pessoa, ou seja, o direito da liberdade.³⁹²

No caso do abolicionista campanhense, os artigos que escreveu para *A Redenção* deixaram evidente que, para além de seus interesses pessoais ao denunciar o juiz, ele tentava forjar para si mesmo os méritos de defensor das leis, representante dos abolicionistas legalistas, que considerava ser os únicos capazes de lutarem pela liberdade dos "negros brutos e completamente ignorantes". Conferir as benesses aos escravos, sob a perspectiva da incapacidade e inferioridade daqueles sujeitos frente a seus herois, era um dos princípios que não só movia Braúlio Lion, mas também seus pares.

Sempre transparecendo domínio sobre os códigos jurídicos, demonstrou discursar nas páginas da *A Redenção*, como se as usassem como uma extensão de suas performances nos tribunais. No caso das denúncias realizadas contra o juiz Francisco da Luz, o *Monitor Sul-Mineiro*, contido periódico campanhense para as causas da abolição, emprestava suas letras para defender tal juiz, acusando Braulio Lion de "inconsequente" e "depreciador" dos homens de bem da região, pelo fato de não aceitar a cautela das decisões judiciais.³⁹³ Se grande parte das lutas abolicionistas daquele advogado foram travadas no campo do direito, pesava-lhe acusações de nem sempre ser adepto da legalidade e dos princípios da Justiça. O próprio *Monitor* acusou Braulio de ser um "abolicionista enragé", capaz de fazer tudo para conseguir atingir seus planos, inclusive causar inconvenientes para as próprias leis.³⁹⁴ Sua ligação com os abolicionistas de São Paulo lhe rendeu a menção de "Antonio Bento de Minas", o envolvendo numa série de fugas de escravos do sul mineiro, encaminhados ao grupo dos caifazes paulistas. A rede de Braulio Lion seria responsável por dar "abrigo, proteção e recursos" para os escravos que do sul da província se dirigiam a Campanha

³⁹⁰ Jornal *A Redenção*, 31/03/1887, São Paulo, CAPH-USP, fls. 02 e 03.

³⁹¹ Jornal *A Redenção*, 31/03/1887, São Paulo, CAPH-USP, fls. 02 e 03.

³⁹² GRINBERG, Keila. *Liberata...op.cit*. pp.70-78.

³⁹³ Jornal *Monitor Sul-Mineiro*, 20/03/1887, Campanha, CECML, fl.03.

³⁹⁴ Jornal *Monitor Sul-Mineiro*, 13/03/1887, Campanha, CECML, fl.03.

rumo a São Paulo, a salvos da sanha dos escravistas que se organizavam para a captura dos fugidos.³⁹⁵

A tentativa de alinhar a imagem de Braulio Lion a Antonio Bento perpassa a escrita dos memorialistas, como Alfredo Valladão que, inclusive, chega a afirmar que as incitações de fuga, promovidas pelo advogado eram anunciadas nas páginas da *Conjuração*.³⁹⁶

O certo é que a ideia de Campanha como um centro da vanguarda abolicionista no sul mineiro foi construída e cristalizada pelas memórias contadas nos textos dos autores locais. Não à toa, Braulio Lion é aclamado como mais um abolicionista da "Metrópole sul mineira", que carregava com orgulho a passagem pela cidade do mentor intelectual da abolição, Perdigão Malheiros.³⁹⁷ Dessa maneira, teriam sido as prerrogativas de Perdigão Malheiros a favor da abolição que prepararam a senda para a disseminação dos sentimentos a favor da liberdade na cidade. Braulio Lion, apesar das denúncias que pesavam contra ele devido ao seu envolvimento com o abolicionismo de Antonio Bento considerado mais radical, ganhava o ar do bom-mocismo. Era herdeiro do talento intelectual dos "filhos da terra" e um predestinado a encontrar terreno fértil para as escolhas que tomou como abolicionista.

Apesar da imagem personalista atribuída a trajetória de Braulio Lion, memorialistas e jornais deixaram pistas de quem seriam os apoiadores ligados a ele, os responsáveis pelas ações mais incisivas do grupo. O certo é que se o ferrenho advogado colocou-se a ultrapassar a linha da legalidade e se para expurgar seus anseios pelos conflitos gerados na arena jurídica, resolveu se envolver com as redes dos caifazes de Antonio Bento, não poderia ele organizar e executar sozinho os planos de fuga de escravos. Por trás de sua figura era provável que houvessem outros sujeitos que também trabalhavam para a construção de um abolicionismo subterrâneo e ousado, frente ao formalismo e legalismo praticados pelo próprio Braulio Lion por

³⁹⁵ De acordo com Alfredo Valladão, alguns nomes na cidade e região se ligavam as ações de Braulio Lion: Francisco Antonio de Lemos, José Vilhena Paiva, Bernardo José Mariano, Antonio Candido Mariano, Saturnino de Oliveira, Manoel de Oliveira Andrade, Julio Bueno e Francisco de Paula Araujo Lobato. Alguns deles também são descritos como integrantes do partido republicano de Campanha. VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa...*op.cit. pp.278-279.

³⁹⁶ Há apenas um número de *A Conjuração* no acervo do Arquivo Público Mineiro. O mesmo periódico não foi encontrado nos demais arquivos pesquisados.

³⁹⁷ Outras obras consultadas: CASADEI, Thalita de Oliveira; CASADEI, Antônio. *Aspectos históricos da cidade de Campanha*. Petrópolis: Ed. Jornal da Cidade, 1989; CASADEI, Antonio. *Notícias históricas da cidade de Campanha*. Campanha: Tradição e Cultura, 1987; BUENO, Julio. *História da Campanha...*op.cit.

muitas vezes.³⁹⁸ Braulio era filiado ao partido republicano de onde muitos apoiadores também vieram, porém não se sabe se pelo avançado da hora, os sujeitos mencionados nas fontes estavam apenas à reboque dos últimos acontecimentos, ao contrário do percurso criado por ele.³⁹⁹ Nas disputas pela condução e autoria do 13 de maio, membros dos partidos políticos procuraram tomar para si os louros daquela vitória. Não à toa, vimos no início desse capítulo que em Campanha, o Partido Republicano procurou usar dos jornais, para postular seu *Club Tiradentes*, que apareceu na cena da abolição para trazer à tona os beneméritos abolicionistas de ocasião. Assim, pronunciou *A Conjuração* que louvou vários nomes que estiveram a se revezar nos discursos que se deram ao longo de todo o festejo.⁴⁰⁰

A autobiografia *Minhas recordações*⁴⁰¹, de Francisco de Paula Ferreira de Rezende, advogado, fazendeiro e proprietário de escravos, contribui não só para entendermos as querelas entre escravistas e abolicionistas em Minas Gerais, como também nos aponta para as disputas travadas no campo da memória sobre o prisma dos proprietários de escravos no limiar da abolição.

Campanhense, advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo, após carreira como promotor e delegado em Campanha, Francisco de Paula Ferreira de Rezende se transferiu para Leopoldina, Zona da Mata mineira, onde se dedicou à lavoura. Republicano e grande crítico do governo imperial, acreditava ser a abolição um ato humanitário e irremediável, mas atropelado pela sanha dos abolicionistas que condenavam a lavoura, a riqueza e a dignidade dos proprietários de escravos. Se nutria das ideias republicanas de que o Estado deveria interferir menos nos assuntos econômicos e que a melhor forma de se fazer a emancipação era deixá-la ser conduzida pelos senhores.⁴⁰² Desde que decidiu se dedicar à fazenda e aos negócios

³⁹⁸ Evaristo de Moraes, em seu clássico "A campanha abolicionista", destacava a participação de populares que davam consistência as bem sucedidas fugas de escravos organizadas por Antonio Bento. De acordo com o autor, as redes de agentes contavam com inúmeros profissionais que possibilitavam o trânsito dos fugidos até o Quilombo do Jabaquara, em Santos, tendo os cocheiros papel fundamental na empreitada: "*Esta classe de homens pobres que trabalhavam ao rigor do sol e da chuva para sustentar a família, fez prodígios de bravura na redenção dos escravos. Alta noite, com perigo da própria vida, iam em socorro dos infelizes, que, caçados pela polícia e acudados mais que feras bravias, procuravam na capital o amparo a tantas infelidades.*" MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista: 1879-1888*. 2.ed. Brasília: Ed. UNB, 1986.p.225. Ver também: AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.p.160-167.

³⁹⁹ MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico...*op.cit.p.135.

⁴⁰⁰ Jornal A Conjuração, 22/05/1888, Campanha, SIA-APM, fls. 01 e 03.

⁴⁰¹ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 1987.

⁴⁰² FERNANDES, Maria Fernanda. *A esperança e o desencanto...*op.cit.,p.56.

da família, afirmava ter vivido anos de grande tranquilidade, até ter sido atormentado pelos ideais da abolição:

(...) a minha vida não passou de uma vida quase que inteiramente espiritual; até que o fato da abolição vindo arrebear para mim como um verdadeiro raio, veio pelo tão inesperado golpe, produzir em toda a minha existência uma revolução de tal natureza; que muitas vezes me parecia estar sonhando ou ter sido por uma espécie de arte mágica transportado para um país longínquo e onde nada eu encontrava que não me fosse estranho.⁴⁰³

O fazendeiro mineiro, que começou a escrever suas memórias em meados de 1887, se lamentava por ter visto sua fortuna reduzida pela metade, ao longo da década de 1880, provocada, principalmente, pela perda da propriedade escrava.

Em todas essas tão barulhentas festas da abolição, tão prolongadas e sempre tão cheias de vivas e de flores, se por ventura o nome de Luiz Gama chegou algumas vezes a aparecer, pode-se dizer foi apenas *per accidens* ou então unicamente de encabulada com aquela tão bem conhecida e tão imensa turba multa de abolicionistas de carregação ou de puro contrabando ou daqueles que unicamente o foram quando viram que muito pouco faltava para pingar a última hora. Quanto ao nome de Perdigão Malheiros, esse já desde muito que havia de todo se afundado; e a ninguém com toda a certeza encontrou que dele se lembrasse. Isto, no entretanto, era, aquilo que natural e muito logicamente deveria acontecer. Filha de um grande número de interesses, do servilismo e da mais sórdida especulação, a abolição, tal qual foi feita, muito pouco deve à ideia. Desde os seus mais altos promotores até o último e o mais desprezível dos papa-pecúlios, o que unicamente transparece é a especulação e sempre a especulação.⁴⁰⁴

Para ele, fossem os abolicionistas de "carregação ou de contrabando" ou os de "última hora", todos produziram desordens e tumultos na tentativa de fazer justiça com as próprias mãos. Em sua frustração por ter visto os interesses senhoriais atropelados pelos ideais e ações abolicionistas, Francisco de Paula Rezende deixa evidenciar um sentimento negativo por aqueles agentes, denominando-os como aproveitadores e oportunistas, salvo Perdigão Malheiros e Luiz Gama. A simpatia nutrida por esses dois personagens vinha de anos. O primeiro por ser seu primo. Em 1869, Francisco de Paula Rezende retornou a São Paulo para buscar escravos de sua mãe que estavam alugados há tempos. Na tentativa de recuperá-los, se envolveu em uma disputa judicial com Luiz Gama. Segundo ele, a escrava Geralda havia fugido do

⁴⁰³ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações...* op.cit., pp.468-469..

⁴⁰⁴ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações...* op.cit., p.475.

encarregado e estava morando na cidade, onde "tinha ido se estabelecer sobre si", alugando uma casa "em uma rua que corre além do Carmo pelas margens do Tamanduateí". Após encontrá-la e prendê-la foi interpelado por Luiz Gama que passou a defendê-la afirmando que Geralda "achava-se sobre si e que por consequência achava-se de fato na posse da sua liberdade".⁴⁰⁵

Assim como fez Braulio Lion, Luiz Gama parecia invocar o "direito natural à liberdade" para justificar que o impulso pela fuga e o destino que a escrava deu a sua vida, deveria ser visto como uma virtude de pessoa que merecia ser livre. Contudo, ao comprovar que ela era propriedade de sua mãe, foi-lhe concedido o direito de resgatar a escrava. Mesmo insistindo pela liberdade de Geralda, o memorialista relata ter sido Luiz Gama compreensivo e respeitoso com as leis, devolvendo-a inclusive o dinheiro que havia sobrado dos gastos de seus serviços pagos por ela. Isso o teria feito acreditar que "abolicionistas de coração puro" como Luiz Gama e Perdigão Malheiros eram exceções. Para ele, a abolição que se dava não foi a mesma defendida por Luiz Gama e nem a pronunciada por Perdigão Malheiros. Era "filha de um grande número de interesses" da "turbamulta" abolicionista, sobretudo, dos próprios "papa-pecúlios", que especulavam com a escassez da mão-de-obra, prejudicando os negócios da lavoura.⁴⁰⁶

Ao acompanhar os encaminhamentos no pós-emancipação no Sudeste brasileiro, Hebe Mattos também se deparou com os conflitos entre escravistas e abolicionistas em Minas Gerais e nosso personagem, Braulio Lion, continuava a atuar denunciando os fazendeiros que mantinham em cativeiros os libertos. De acordo com a autora, menos de um mês após o 13 de maio, as brigas entre Braulio Lion e o juiz Francisco Carneiro Ribeiro da Luz voltaram à tona nas páginas dos jornais. Passados os festejos, o abolicionista campanhense teria feito uma série de acusações aos fazendeiros e às autoridades da região por estarem os primeiros a reescravizarem os libertos e os segundos a permitirem tal descabimento. Outro acusado das agressões foi o subdelegado do distrito de Lambari e fazendeiro, Tenente Coronel Ernesto Carneiro de Santiago.⁴⁰⁷ As denúncias de Braulio Lion contra o subdelegado que "continuava a manter no cativeiro os seus ex-escravos" se deram por meio do jornal *A Conjuração* e reverberaram na capital da província, chamando a atenção do chefe de polícia, que

⁴⁰⁵ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações...* op.cit., pp.474-475.

⁴⁰⁶ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações...* op.cit., pp.474-475.

⁴⁰⁷ Cf. MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...* op.cit. pp.277-278.

rapidamente encaminhou ofício à delegacia de Campanha, pedindo providências sobre tais acusações.⁴⁰⁸ O subdelegado Ernesto Carneiro de Santiago também havia emitido comunicado ao chefe de polícia dizendo que a "propaganda feita por abolicionistas contra os fazendeiros" estava a pleno vapor em Campanha, causando desordens e conflitos.⁴⁰⁹

Os dasalinhos entre Braulio Lion e as autoridades, chegaram às vias da violência física. Após ser agredido e ter sua casa invadida por policiais que queriam levá-lo preso, o abolicionista foi salvo por seus simpatizantes, que procuraram se vingar do juiz, tendo sido ele atacado por "um desordeiro, ajudado pela negraria". O incidente havia causado um grande confronto com feridos e mortos. Por conta da situação acalorada que se encontrava em Campanha, Braulio Lion teria sido obrigado a deixar a cidade, sendo acolhido por Antonio Bento em São Paulo.⁴¹⁰

As desavenças que Braulio Lion cultivou ao longo de sua trajetória abolicionista não se encerraram com o 13 de maio de 1888, nem mesmo parece certo que havia um consenso de que a escravidão estava encerrada. Ao utilizarem da estratégia de manter sob condição cativa os libertos em Campanha, os fazendeiros forjavam a manutenção da ordem escravista sobre os egressos que, por sua vez, estavam cientes de que a luta por suas conquistas não haviam acabado.

Ao receber uma comunicação do *A Conjuração*, o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, divulgou o episódio campanhense em solidariedade a Braulio Lion, destacando a indignação da população frente ao descalabro das autoridades que agiram de forma arbitrária na tentativa de prisão do abolicionista. Relatava o jornal que "salvando assim a vida do prisioneiro dos bandidos, soube a população d'esta cidade também desaffrontar-se do attentado que lhe fôra irrogado"⁴¹¹, como se a defesa de Braulio Lion estivesse nas mãos daqueles populares, já que os policiais e o juiz estavam protegendo os fazendeiros. É possível assim insinuar que ao se entrincheirar para proteger Braulio Lion, aquela gente comum estava também lutando por seus próprios interesses diante das imposições e irregularidades cometidas pelos fazendeiros. A luta política das movimentações populares que ajudaram a abolir a

⁴⁰⁸ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia aos comandantes da polícia, 28/05/1888, APM, Polícia, POL 102, n.1301, fl.227v.

⁴⁰⁹ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia aos comandantes da polícia, 08/05/1888, APM, Polícia, POL 102, n.1144, fl.200.

⁴¹⁰ Cf. MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio...* op.cit.pp.277-278.

⁴¹¹ Jornal Diário de Notícias, 08/06/1888, Rio de Janeiro, BN, fl.02.

escravidão parece ter deixado claro para aqueles indivíduos que era preciso reagir constantemente para manter a garantia dos seus direitos, conquistados a duras penas.

A partir desse desfecho é possível entendermos algumas razões para certo esquecimento da figura de Braulio Lion na memória da cidade, contada sempre com descrição pelos memorialistas, que se centraram a narrar suas peripécias a partir das ações mais emblemáticas do abolicionista. Intitulado por aqueles autores e pelos jornais como "radical" e "aguerrido", esses cristalizaram e consolidaram uma memória sobre ele que se resumiu a sua experiência vivida como abolicionista. Braulio Lion parece ter pago por transitar entre abolicionismos que, algumas vezes, se enquadravam dentro dos cânones legalistas, ora, eram praticados nas vias informais, aliados aos populares e indesejados pelas rodas mais abastadas da cena social de Campanha.

Imagem 4: Residência de Braulio Lion (primeira da esquerda para a direita) à Rua do Fogo (atual Rua José Luiz Alves), Campanha-MG, s/d.

Fonte: Acervo fotográfico do Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort, Campanha-MG.

Após o episódio do atentado contra Braulio Lion e sua partida para São Paulo, pouco se sabe sobre ele, a não ser quando voltou a residir em Campanha, em fins do século XIX, promovendo seu consultório odontológico nos jornais, como já citamos. Em seu obituário, de 1898, descrito no jornal sul mineiro *Águas Virtuosas*, Braulio Lion era lembrado mais uma vez por sua trajetória abolicionista, sendo considerado

"o mais forte propagador da liberdade do negro e constituiu-se o centro de uma acção energica, na qual bem sabia que jogava vida".⁴¹²

O clima acalorado entre escravistas e abolicionistas, ao menos nos tempos derradeiros da escravidão, 1887-1888, provocou discórdias que extrapolaram as páginas dos jornais, aumentando ainda mais a situação de desconforto que a polícia enfrentava. A palavra "desordem" foi a preferida de jornalistas e autoridades para discorrerem sobre os confrontos que pululavam pelo Sudeste brasileiro, sobretudo nas regiões de maior resistência escravista. Injúrias e provocações quase que diárias entre os defensores da abolição e os seus mais recalcitrantes adversários produziram dimensões extremas, levando a ameaças de morte, emboscadas e, por fim, a confrontos armados.

Esses conflitos também ficaram marcados na vida de Américo Gomes Ribeiro da Luz, abolicionista que atuou em Muzambinho e Ouro Preto, ao longo da década de 1880. Natural de Campanha, nascido em 1854, iniciou seus estudos em Humanidades, em São João del Rei, concluído no Ateneu Fluminense, no Rio de Janeiro, onde também cursou Medicina. Em 1881, ele chegou em Muzambinho, cidade limite com a província de São Paulo, para exercer a profissão, por mais que a vida política e abolicionista tomasse conta de sua trajetória naqueles anos. O estopim das atuações e dos embates que Américo Luz travou se deu em 1888, quando ele sofreu um atentado promovido por um grupo de 100 capangas e fazendeiros, que tentou invadir sua residência para matá-lo.⁴¹³

Em documentação reservada para o Presidente da província e o Ministro da Justiça, o Chefe de Polícia comunicou sobre os ânimos exaltados que se davam em Muzambinho, por conta do atentado sofrido por Américo Luz, estando o bando a espreita para atacá-lo. O abolicionista também havia reunido um grupo com mais de 200 pessoas armadas. Segundo o ofício, em virtude das constantes fugas de escravos de São Paulo e da região para o município, Américo Luz foi acusado por fazendeiros de acoitar escravos fugidos. Assim, o chefe de polícia solicitou uma força com urgência a fim de evitar um grande descalabro na região e garantir a ordem pública. Devido a influência do abolicionista no campo político mineiro, informava o Chefe de

⁴¹² Jornal Águas Virtuosas, 03/03/1898, Lambari, BN, fl.04.

⁴¹³ SOARES, Moacyr. *Muzambinho: sua história e seus homens*. São Paulo: Gráfica Cruzeiro do Sul, 1940.pp.49-52.

Polícia, que havia sido apresentadas cartas do próprio Américo Luz por parte do Deputado José Pedro Xavier da Veiga, da Assembleia de Minas Gerais,⁴¹⁴

Ao longo da década de 1880, os senhores que estavam dispostos a manter a continuidade da escravidão até o limite, não mediram esforços para impedir a atuação das ideias abolicionistas, sobretudo nos momentos finais, quando já pressionados por outras forças políticas (o poder das autoridades em fazer valer as leis e as movimentações escravas) e passaram a cumprir as ameaças a grupos e indivíduos.

Assim agiram alguns proprietários dos Clubes da Lavoura de outras plagas ao vigiarem as ações abolicionistas em Itajubá "com vivos temores". Antes mesmo da *Comissão Libertadora*, alguns indivíduos da cidade já estavam na mira de fazendeiros que, constantemente, eram atacados nos jornais. Um desses ferrenhos defensores da abolição era Marcolino Guimarães, que já no início dos anos de 1880, tomava as páginas do *Gazeta Comercial* para propagar os mandos e desmandos da escravidão, despertando a fúria da elite terratenente da região.

Em 1884, o *Clube de Lavoura de Barra Mansa*, na província do Rio de Janeiro, solicitou a Câmara de Itajubá que abrisse uma reação aos "excessos dos abolicionistas que querem levar essa questão por meio de insultos e injúrias".⁴¹⁵ Enquanto os senhores puderam contar com a ajuda da polícia para investigar e desvendar as suspeitas de rebeliões escravas e os planos de fuga das fazendas, promovidos pelos abolicionistas, pairava ainda certa sensação de controle. Mas, naqueles anos derradeiros, a força policial já não mostrava mais tanto empenho na repressão aos escravos fugidos e nem tinha ampla condição para aquela empreitada.⁴¹⁶ O memorialista Francisco de Paula Rezende afirma que até os anos em que a "polícia tinha algum respeito pela propriedade escrava" foi ela uma aliada.⁴¹⁷ O certo era que mesmo atendendo aos interesses senhoriais e ávidos por lucrarem algum benefício por serviços prestados a eles, a própria força policial não tinha tentáculos suficientes para dar conta de todas as chamadas que recebia, tornando-se, por vezes, alvo das ações de escravos e abolicionistas.⁴¹⁸

No caso das "desordens" de Muzambinho, a polícia precisou criar uma força tarefa para conter os ânimos, evitar tragédias e prender os culpados. Um destacamento

⁴¹⁴ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia à Presidência da Província, 17/03/1888, APM, Polícia, POL 104, n.347, fl.80.

⁴¹⁵ GUIMARÃES, Armelino. *História de Itajubá...* op.cit.p.166.

⁴¹⁶ GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo...* op.cit.,pp.72-75.

⁴¹⁷ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações...* op.cit.,p.476.

⁴¹⁸ ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim...* op.cit.p.425.

da província de São Paulo serviu de apoio na cidade para auxiliar nas investigações sobre o atentado sofrido por Américo Luz e para conter novas ebulições que, porventura, surgissem entre os adversários do abolicionista e seus aliados. Comunicava o Chefe de Polícia de Minas Gerais, que em telegrama recebido pela polícia paulista, o reforço enviado ficaria na cidade até a força voltar sob o comando das autoridades.⁴¹⁹ Novamente as polícias mineiras e paulistas estavam conectadas para manter a ordem já tão comprometida pelas "desordens" causadas pelas fugas de escravos, motivo que as colocavam em trabalho constante naquela região de divisa. Em outro ofício, o Chefe de Polícia de Minas Gerais comunicava a transferência do promotor público da Comarca de Caldas para Muzambinho a fim de acompanhar as diligências do inquérito aberto para apurar o atentado contra o abolicionista.⁴²⁰ Assim como Maria Helena Machado verificou em "O plano e o pânico", os casos que mais ameaçavam a ordem pública e que foram tratados como perigosos, tiveram suas informações censuradas na documentação policial que apresentava somente o que era estritamente necessário.⁴²¹ No caso do inquérito descrito na correspondência citada acima, não foi possível encontrá-lo em nenhuma instituição de Muzambinho e nem na cidade de Caldas, antiga sede da comarca que abrangia a região.

⁴¹⁹ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia à Presidência da Província, 04/05/1888, APM, Polícia, POL 104, n.430, fl.96v.

⁴²⁰ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia à Presidência da Província, 28/04/1888, APM, Polícia, POL 104, n.584, fl.126v.

⁴²¹ MACHADO, M. H. P. T. *O plano e o pânico...*op.cit.pp.147-148.

Imagem 5: Américo Gomes Ribeiro da Luz, s/d.

Fonte: Acervo do Museu Municipal Francisco Cerávolo, Muzambinho-MG.

Por dias a imprensa se ocupou dos episódios que se sucederam com Américo Luz, que rapidamente também se utilizou de sua influência no meio político e abolicionista para buscar apoio e proteção. Apesar das notícias desencontradas, vários veículos da imprensa responderam com grande comoção ao atentado promovido pelos fazendeiros. O jornal *Cidade do Rio*, de propriedade de José do Patrocínio, divulgou com grande pesar a informação que havia recebido do *Correio do Machado*:

O Correio do Machado, órgão republicano que se publica na cidade deste nome, em Minas, dá em seu número de 18 do corrente um consta, cuja veracidade é preciso que se faça à luz, para punição dos criminosos. Trata-se de um destes crimes com os quais a escravidão tem infamado o Brasil e que tanto nos vexa, perante os países civilizados. Ei-lo: "Consta-nos que no Muzambinho, uma horda de selvagens, em número de duzentos, a soldo dos fazendeiros(e muitos deles) assassinaram o Dr. Américo Luz, por ser

abolicionista. Este fato é tão grave, é tão horroroso, que o damos com todas as reservas. Dizem que os fazendeiros se reuniram com capangas em número de duzentos e agrediram o Sr. Américo, que sucumbiu aos goles dos malvados que o picaram". Estaremos diante da Penha do Rio do Peixe?⁴²²

O mesmo jornal que havia se precipitado em divulgar a morte do abolicionista, informou dias depois que ele tinha conseguido se defender e estava a salvo, fora da cidade, assim como outros abolicionistas que também precisaram fugir para se proteger da violência senhorial e de seus capangas.⁴²³ Os demais jornais *A Província de Minas*, *Liberal Mineiro* e *A União*, todos de Ouro Preto, e os já conhecidos, *A Verdade*, *Gazeta Sul-Mineira* e *Monitor Sul-Mineiro* cobriram o desenrolar dos acontecimentos, apreendendo um discurso positivo sobre a imagem do abolicionista que, "atacado injustamente", sempre desenvolveu notória campanha abolicionista no cenário provincial e político.⁴²⁴

As redes de informação, consolidadas pelos avanços tecnológicos do fim do século XIX, interligaram as redações dos jornais mais rapidamente. As notícias que chegavam de vários cantos do Império, sobretudo, aquelas que diziam respeito aos rumos do fim do elemento servil, já poderiam chegar depressa ao público quando as cidades possuíam telegrafia elétrica. Com o processo de formação das propostas abolicionistas, a escravidão passava a ser vista cada vez mais como uma "mancha do atraso", ganhando as páginas diárias dos jornais.⁴²⁵

Outro aspecto interessante de análise está na dimensão que certos episódios ganhavam no imaginário coletivo e como esses eram tomados como tragédias a ser evitadas nos demais lugares. O caso do assassinato do delegado, Joaquim Firmino de Araujo Cunha, do município paulista da Penha do Rio do Peixe, cometido por fazendeiros que o acusavam de não cumprir com a fidelidade já estabelecida, ou seja, por não agir com os interesses senhoriais, era sempre rememorado quando alguma ameaça ou atentado se prenunciava na região. Por isso, autoridades e advogados que ousassem atuar de acordo com as leis, corriam o risco da violência sofrida pelo

⁴²² Jornal Cidade do Rio, 22/03/1888, Rio de Janeiro, BN, fl.02.

⁴²³ Jornal Cidade do Rio, 02/04/1888, Rio de Janeiro, BN, fl.03.

⁴²⁴ Jornal A Província de Minas, 23/03/1888, Ouro Preto, BN, fl.01; Jornal A União, 05/05/1888, Ouro Preto, BN, fl.04; Jornal Liberal Mineiro, 27/04/1888, Ouro Preto, SIA-APM, fl.01; Jornal A Verdade, 22/03/1888, Itajubá, SIA-APM, fl.03; Gazeta Sul-Mineira, 25/03/1888, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.03.

⁴²⁵ MACHADO, Humberto. *Palavras e brados...* op.cit.pp.112-113.

delegado de Rio do Peixe.⁴²⁶ Por sorte, Braulio Lion e Américo Luz não tiveram o mesmo fim.

Em outras partes de Minas Gerais, a violência contra abolicionistas e suas associações também se intensificaram nos últimos suspiros da escravidão. Em Ouro Preto, os estudantes da *Escola de Minas* diversificaram suas ações na capital, produzindo intensa crítica aos escravistas nos jornais da região, participando de meetings e, por vezes, se envolvendo com indivíduos de um abolicionismo com tendências mais radicais que atuavam na cidade. A própria polícia é acusada, constantemente, de agredir e vigiar as ações desses jornalistas e estudantes. As conexões mineiras com outras partes do Império também se davam por meio das palavras. O *Cidade do Rio* acolhia constantemente os textos produzidos pelas movimentações abolicionistas da cidade.⁴²⁷

Enquanto era possível haver algum tipo de controle eficaz com relação as agitações sociais, os proprietários mais resilientes com o fim da escravidão procuraram não perseguir abolicionistas e se limitaram a responder às provocações através da imprensa. Mesmo as autoridades e advogados que agissem conforme as leis, por vezes beneficiando escravos, já poderiam ser designados como "radicais" e inimigos para alguns proprietários. Além disso, o simples fato de qualquer suspeita de ligação desses sujeitos com indivíduos ou grupos de um abolicionismo popular, colocavam os "revolucionários" abolicionistas na linha de frente das reações dos senhores.

Américo Luz estava longe de ser um abolicionista de ocasião, o que dava motivos suficientes para que seus adversários desconfiassem de que as desordens sociais e as incertezas quanto ao futuro da lavoura e da propriedade escrava, tinham como responsáveis diretos os propagadores do abolicionismo, sobretudo naqueles momentos finais daquela década. Em 1882 seu nome aparece em duas ações judiciais na defesa de dois escravos de Muzambinho.

O escravo Antonio agrediu o escravo Jacob, na Freguesia de Guaxupé, por esse ter se envolvido com a mulher do primeiro. A rogo do ofendido, Américo Luz ofereceu seus préstimos para defendê-lo da agressão sofrida, tendo também realizado

⁴²⁶ MACHADO, M. H. P. T. "Os abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão". In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus. (orgs.) *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011.pp.26-27.

⁴²⁷ COTA, Luiz Gustavo. *Ave, Libertas...*op.cit. pp.200-203.

o auto de corpo de delito em Jacob.⁴²⁸ No mesmo ano, Américo Luz defendeu o escravo Manoel, que havia agredido seu ex-senhor, Antonio Candido de Lima, que encontrado ferido e desacordado a caminho de sua fazenda, denunciou Manoel.⁴²⁹ Não encontramos outros inquéritos ou mesmo processos que tenham contado com a participação de Américo Luz nos anos seguintes, até mesmo porque nossa personagem se voltaria cada vez mais para o campo político. Mas, vale dizer que as solicitações para que o abolicionista advogasse foram uma escolha adequada e bem pensada pelos escravos. Essa passagem de sua vida, nos demonstra que Américo Luz transitava em outras funções além da medicina, escolhendo advogar pelos escravos o que, possivelmente, já lhe rendia conflitos pessoais com a elite escravista há mais tempo.

Sobre sua atuação como abolicionista, só tivemos conhecimento a partir de sua chegada a Muzambinho, no início de 1881. O memorialista Moacyr Soares afirma que Américo Luz adentrou a cidade "como um ferrenho antiescravagista, tornando-se chefe abolicionista de grande influência ali e na zona adjacente".⁴³⁰ Ele também buscou o caminho da política para demarcar suas ideias contra a continuidade do elemento servil. Em pouco tempo, assumiu a Presidência da Câmara Municipal e em 1884 se tornou deputado da província.⁴³¹ Sua trajetória política e abolicionista ganhou grande destaque a partir das discussões do "Projeto Dantas", na Assembleia Provincial, quando se discutiu uma série de preocupações dos deputados mineiros em relação aos rumos do elemento servil e sobre o futuro da lavoura em Minas Gerais. Temerosos por uma nova lei emancipacionista, os deputados se manifestaram, em 1884, para que qualquer reforma que viesse a ser apresentada, respeitasse os princípios da propriedade privada, da indenização a seus proprietários, da emancipação gradual e da organização do trabalho livre. Américo Luz "francamente externou suas convicções abolicionistas" ao se pronunciar contra tal indicação apresentada na Assembleia.⁴³²

⁴²⁸ Inquérito policial, 20/10/1882, Muzambinho, Arquivo do Fórum da Comarca de Muzambinho (doravante AFCM), cx. ano1882. Não há uma catalogação específica para a documentação histórica e o arquivo também guarda os documentos em idade administrativa. Da mesma forma, o acesso é restrito aos funcionários e a consulta aos inquéritos só foi possível através de solicitação ao Juiz responsável. O mesmo aconteceu nos fóruns das cidades de Cabo Verde, Três Pontas, Caldas e Itajubá.

⁴²⁹ Inquérito policial, 03/10/1882, Muzambinho, AFCM, cx.ano1882.

⁴³⁰ SOARES, Moacyr. *Muzambinho...op.cit.*,p.50.

⁴³¹ SOARES, Moacyr. *Muzambinho...op.cit.*,p.51.

⁴³² Jornal A Província de Minas, 27/08/1884, Ouro Preto, SIA-APM, fl.01.

Tanto a trajetória abolicionista de Américo Luz, quanto de Braulio Lion, foram acompanhadas apenas pela documentação de polícia e dos jornais, no momento em que esses personagens retornaram para Minas Gerais, ao longo da década de 1880. Não foi foco de nossa pesquisa investigar os anos vividos por eles na Corte, mas acreditamos ser válido tal estudo em outra oportunidade, já que estiveram em contato, provavelmente, com o discurso científico/cientificista que contribuiu para a formação daquela elite. Como estudantes dos colégios secundaristas e da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, foram instruídos com as propostas modernizadoras e que traziam à baila as ideias civilizatórias, a hierarquização racial e o positivismo, como temáticas importantes para a formação clássico-humanista, de pensamento liberal, e que foi fundamental para preparar os futuros condutores da nação brasileira.⁴³³ Assim, Américo Luz e Braulio Lion poderiam ter se aproximado das ideias do abolicionismo que, a reboque das demais, já se encontravam em grande ebulição na capital do Império.

Américo Luz retornou para Minas Gerais, em 1880, iniciando sua trajetória abolicionista em Muzambinho um ano mais tarde. O primeiro registro que temos de Braulio Lion em seu retorno para Campanha é do início de 1886, quando ele passou a divulgar frequentemente seus serviços para escravos que desejavam requerer sua liberdade, como vimos anteriormente.⁴³⁴ Como as experiências vividas na Corte influenciaram aqueles personagens ao voltarem para a província mineira? De que maneira as ideias de Braulio Lion e Américo Luz se conectaram com as propostas do abolicionismo já existente nas cidades onde ajudaram a construir uma campanha a favor da abolição? Em que intensidade a formação intelectual daqueles agentes foi fundamental nas lutas que travaram no sul mineiro, a ponto de despertarem desavenças e disputas políticas numa região ainda resistente com a escravidão às vésperas do 13 de maio de 1888?

No caso de Américo Luz, o abolicionista travou grande disputa eleitoral com o Deputado Barros Cobra, conservador e escravocrata,⁴³⁵ acusado de ter sido o mandante do atentado que sofreu. Segundo o jornal *Liberal Mineiro*, o Deputado Barros Cobra planejou o ataque juntamente com outros escravocratas da região pelos motivos já conhecidos: a aguerrida luta política de Américo Luz na Assembleia e as

⁴³³ CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero*: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2012.

⁴³⁴ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 14/02/1886, CECML, fl.04.

⁴³⁵ Jornal Diário Popular, 03/07/1887, São Paulo, APESP, fl.02.

disputas eleitorais no Sul de Minas. O mesmo jornal informa que o abolicionista havia convencido lavradores a oferecerem liberdade incondicional aos seus escravos na cidade de Muzambinho, o que aumentou a ira dos mais recalcitrantes escravistas.⁴³⁶ O Deputado Barros Cobra tinha um histórico de rivalidades com abolicionistas e com os jornais de Pouso Alegre. Também era conhecido na região por agir com extrema violência contra seus escravos.⁴³⁷ Em um de seus últimos conflitos com Américo Luz, Barros Cobra foi acusado de promover um atentado na sede de um jornal abolicionista de Pouso Alegre, assunto publicizado e criticado por Américo Luz na Assembleia da província.⁴³⁸

Américo Luz parece ter provocado demais a paciência de seus opositores que, já pressionados por toda a resistência escrava e abolicionista intensificada naquela década, enxergavam na violência uma forma de também reagir a própria crise da escravidão. O memorialista Moacyr Soares apresenta motivos para pensarmos que as ações praticadas por Américo Luz já tinham passado do limite para os seus adversários:

De 1884 em diante, guinado à alta posição de deputado provincial para o biênio 1884-85, o Dr. Américo Luz, a-pesar-dos recuos necessários e transigências razoáveis dos maioraes da campanha abolicionista, movia-se incessante e imperturbadamente no âmbito da prática no sentido de proteção ao escravo, seguido por seus dois ilustres colaboradores: Cel. Francisco Navarro de Moraes Sales e Dr. Joaquim de Luna Miranda Couto. Os *mozambinhos* que beiravam a cidade, além de moradias de escravos daquela localidade, serviam de esconderijos para os que fugiam de outras terras. Ali ficavam, com franca permissão e proteção de Américo Luz, até que se apresentasse a oportunidade para transferi-los com mais rapidez e facilidade para Cubatão, estação férrea próxima de Santos, onde estariam fora do alcance dos capitães-do-mato. Nessa perigosa atividade, pois era ilegal, Américo Luz se excedeu. Os negros que êle desviava para aquele destino contavam-se às centenas, representando, portanto, uma grande riqueza que fugia às mãos de escravagistas, e que êle, ilegalmente, mas fazendo jús aos seus sentimentos humanitários, ajudava a transviar. Neste particular foi de um despreendimento perfeito. Pois, ao contrário de muitos que vendiam os seus escravos para depois se tornarem abolicionistas, nunca lhe pesou na consciência êsse 'meio-termo'.⁴³⁹

Enquanto praticava seu abolicionismo com "recuos necessários e transigências razoáveis" estabelecido nas vias jurídicas, nos discursos políticos e no trato

⁴³⁶ Jornal Liberal Mineiro, 27/04/1888, Ouro Preto, SIA-APM, fl.01.

⁴³⁷ Jornal Diário Popular, 17/03/1885, São Paulo, APESP, fls.01 e 02.

⁴³⁸ Jornal Liberal Mineiro, 27/04/1888, Ouro Preto, SIA-APM, fl.01.

⁴³⁹ SOARES, Moacyr. *Muzambinho...op.cit.,p.52.*

humanitário-paternalista com os escravos, seus opositores se dispuseram a aceitá-lo, mas sempre atentos aos seus atos dentro de uma sociedade em que a escravidão ainda tinha maior peso. Contudo, diante das conjunturas impostas nos últimos anos - causadas pelas interferências do Estado no poder senhorial, das ações escravas em busca da liberdade, da crescente atuação abolicionista, e da perda da credibilidade do sistema escravista perante a sociedade - os fazendeiros não tiveram dúvidas, diante de tantas incertezas, que indivíduos que cometiam "excessos", como Américo Luz, deveriam pagar por isso. Tais impulsos assumidos por esses abolicionistas extrapolavam as linhas da cartilha que sempre regeu o abolicionismo mais formal, preocupado em ensinar a elite escravista sobre a necessidade do fim do cativeiro, sem contudo, assustá-la com um discurso mais radical que colocasse em risco o direito à propriedade.⁴⁴⁰

Acoitar, incitar e auxiliar escravos para a fuga era comprometer o futuro da lavoura e desestabilizar as ordens estabelecidas no campo social e trabalhista. Se havia uma linha tênue que estabelecia uma aparente e aceitável convivência pacífica entre abolicionistas e escravocratas, os casos de Braulio Lion e Américo Luz, demonstram que ações, como as desenvolvidas por eles, se tornaram um grande incômodo, assim como as articulações que estabeleceram com os populares pelas causas da abolição. Vale lembrar que, mesmo a prática legalista já fazia de Braulio Lion e Américo Luz "radicais" por excelência para alguns senhores.

Em lugares citadinos de pequeno porte, como a região sul mineira, aqueles que abandonassem um abolicionismo pacífico e movido pelo legalismo, para se dedicarem às ações na sombra da ordem e da lei, se colocavam em grande evidência, devendo calcular os riscos que se dispuseram a assumir. Por mais que o Sul de Minas tenha ampliado alguns espaços urbanos, principalmente a partir da década de 1880, e diversificado sua articulação comercial para além do abastecimento da Corte por meio da produção cafeeira, a região não possuía nenhum grande centro, o que não impediu suas articulações com os movimentos abolicionistas de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

A historiografia já reafirmou por várias vezes que os discursos e práticas abolicionistas encontraram no mundo urbano um lugar profícuo para se disseminar. Atrelado aos avanços tecnológicos e econômicos que o ritmo de modernidade

⁴⁴⁰ MACHADO, Humberto. *Palavras e brados...* op.cit.pp.114-131.

impunha naquelas cidades, o abolicionismo teve grande penetração em alguns setores que já não mais se sentiam representados pelo governo imperial, como na própria Corte e em São Paulo.⁴⁴¹

Em recente artigo, Liana Reis reafirma que devido à diversificação econômico-regional de Minas Gerais, o grande contingente cativo, dividido entre pequenos e médios proprietários, e a "dispersão ruralizante", na qual esses escravos se encontravam, não só contribuíram para o apego à escravidão, como dificultaram a "disseminação de ideias novas". Assim, as associações abolicionistas, além de seu caráter conservador, procuraram agir "reduzindo as tensões sociais e dificultando atitudes radicais por parte dos escravos".⁴⁴²

Concordamos que a província mineira, de fato, não possuía uma cidade com o contingente populacional e/ou que se beneficiava, na mesma toada, das transformações capitalistas que se delineavam nos grandes centros, no fim do oitocentos. Por várias vezes já afirmamos que em Minas Gerais, os espaços rural e urbano se confundiam a todo instante, com exceção de Juiz de Fora, na Zona da Mata, que para aquele período, começava a se despontar como um dinâmico centro econômico que desfrutava dos novos tempos urbanos.⁴⁴³ Contudo, diante do que apresentamos por ora, podemos afirmar que em alguns centros urbanos do sul mineiro, se viu passar pelo palco da abolição diferentes matizes do abolicionismo que estava sempre articulado com movimentações de outras plagas, onde seus participantes procuraram executar projetos bastante arriscados, por vezes reprimidos pelas violências policial e particular a mando dos senhores. Sem levar em conta as trajetórias e ambivalências de indivíduos e grupos, que manifestaram suas ideias e ações abolicionistas, dificilmente se perceberá nuances do abolicionismo que esteve presente em Minas Gerais.

⁴⁴¹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil...* op.cit.; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia...* op.cit.

⁴⁴² REIS, Liana. "Abolição, poder e resistência escrava(1850-1888)", ...op.cit.p.244.

⁴⁴³ PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870/1930*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. Luiz Gustavo Cota, ao se debruçar sobre um abrangente escopo documental, percebeu que, apesar da conjuntura favorável a Juiz de Fora, diante dos avanços urbanos daquele fim de século, a cidade contou com forte resistência escravista, em que as ações abolicionistas não passaram, aparentemente, dos jornais. A partir de sua pesquisa, as regiões Centro, representada por Ouro Preto e o Triângulo Mineiro, Uberaba, receberam constantes campanhas a favor do fim da escravidão. COTA, Luiz Gustavo. *Ave, Liberdade...* op.cit.pp. 154-159; Denilson Silva, ao se reportar para um estudo sobre um estudo para São João del Rei, região das Vertentes, também reconhecer tons bastante diversificados nos projetos de abolição que se criaram, a partir das ações de indivíduos e grupos que atuaram na cidade. SILVA, Denilson. *O drama social da abolição...* op.cit.

Ao nos voltarmos para a trajetória de Américo Luz, vemos que este sobreviveu a uma tentativa de assassinato. Os atos violentos contra abolicionistas também eram vistos com indignação, assim como as agressões para com os escravos passaram a ser condenadas pela sociedade no limiar da abolição. Elevado a "mártir" da causa, Américo Luz contribuiu para condenar moralmente os algozes da escravidão.⁴⁴⁴ Tempos depois, o abolicionista se transferiu com a família para Juiz de Fora, continuando a atuar na medicina e na política. De qualquer forma, os "mocambinhos que beiravam a cidade"⁴⁴⁵, não só deram nome ao município de Muzambinho, como demarcaram um espaço de resistência dos escravos frente à força dominante que já não podia mais detê-los. Aqueles que não fugiram rumo a Cubatão e para o Quilombo do Jabaquara, se fixaram e procuraram a socialização dos arredores da cidade.⁴⁴⁶ Os relatos dos memorialistas nos dão pistas de que o atual bairro "Brejo Alegre" poderia ser o local aglutinador de tantas fugas e de formação de grupos que experimentaram modos de vida relativamente independentes na cena social, negociando seu trabalho livre com os fazendeiros, mesmo sob a tutela de abolicionistas.⁴⁴⁷ Seria o "Brejo Alegre" um novo formato de quilombo, produto das lutas sociais que se deram ao longo do processo que desencadeou no 13 de maio de 1888?

Já as reverências e os louros pela conquista da abolição, foram atribuídos para Américo Luz, conforme é possível perceber na memória local e nos relatos dos memorialistas.⁴⁴⁸ A camélia branca, uma das marcas daqueles que defenderam a ideia da liberdade, usada na lapela como forma de comunicação entre eles⁴⁴⁹, se tornou um dos símbolos de Muzambinho, presente ainda hoje nos jardins das casas de seus moradores, em associação direta com a história do abolicionista mais conhecida da cidade.

⁴⁴⁴ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 25/03/1888, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.03.

⁴⁴⁵ SOARES, Moacyr. *Muzambinho...* op.cit., p.51.

⁴⁴⁶ SOARES, Moacyr. *Muzambinho...* op.cit., p.52.

⁴⁴⁷ GOMES, Flávio; MACHADO, M. H. P. T. "Interiorização e os quilombos..." op.cit.

⁴⁴⁸ Ao longo da pesquisa, procuramos entrevistar moradores e descendentes dos abolicionistas da cidade de Muzambinho e região. Por razões de limitação do tempo, resolvemos utilizar essas fontes em um estudo futuro. De qualquer maneira, é possível presenciar as memórias deste processo da abolição, que encontramos nas falas dos depoentes, nos relatos memorialísticos da cidade. <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=314410&search=%7Cmuzambinho>

⁴⁴⁹ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Imagem 6: A camélia branca, símbolo abolicionista, em Muzambinho-MG

Fonte: Acervo do Museu Municipal Francisco Cerávolo, Muzambinho-MG.

Por fim, as experiências vivenciadas pelos abolicionistas que apresentamos deixam evidente que as ideias e as práticas a favor da abolição, seguiam contornos distintos, não podendo ser enquadradas por categorias rígidas, que buscam definir perfis de indivíduos e grupos como se os fatores que movem as ações humanas fossem sempre previsíveis.⁴⁵⁰

Nos anos definitivos para o fim da escravidão, abolicionistas ligados às esferas elitizadas e simpatizantes do bom-mocismo, se viram em situações em que nem sempre se tornava possível se deixar reger pela cartilha da legalidade. As lutas empreendidas pelos abolicionistas, que para os escravocratas não passavam de "desordens", simbolizavam a busca de uma ressignificação da ordem estabelecida, a partir das leis e das ideologias que se propunham a marcar um novo tempo, nem sempre em concordância com aquelas requeridas pelos escravistas. Ao defenderem as causas abolicionistas, demonstravam que as regras jurídicas que os orientavam, nem sempre tão claras e definidas, não davam conta de reverberar as tendências políticas em que acreditavam e nem aos seus interesses pessoais. Por isso, nada mais natural

⁴⁵⁰ AZEVEDO, Elciene. "Para além dos tribunais. Advogados e escravos no movimento abolicionista em São Paulo." In: LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli. *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.p.229.

entendermos que por vezes, Braulio Lion e Américo Luz, titubeavam em suas convicções ao tentarem conciliar o direito da propriedade e o da liberdade.

O envolvimento com setores de um abolicionismo popular, que não se curvava às ordens das esferas formais, foi necessário para acelerar o processo de transformações que se impunha. Naquela nova construção social que se estabelecia - em que indivíduos de um abolicionismo formal adentraram as ruas e compartilhavam do cotidiano e das ideias de outros da arraia-miúda - percebeu-se que havia um substrato comum que facilitava a comunicação e as ações conjuntas entre eles, da mesma forma que aqueles grupos formados pelo populacho souberam aproveitar de tais relações para forçarem suas demandas e vontades. Ao provocarem uma sensação de desgoverno e de desordens nos últimos tempos da escravidão, aqueles sujeitos construíram um relacionamento "circular" feito de influências recíprocas⁴⁵¹ que popularizavam discursos e ações. Ao mesmo tempo em que buscavam as vias legais, não se renderam a elas quando perceberam que não estavam a favor de suas agendas, imprimindo assim uma política nas franjas do formalismo, que passou, dia após dia, a condenar os pilares da escravidão.

⁴⁵¹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.pp.15-34.

Capítulo 05 - “A paciência de Deus em dissimular os tempos dessa ignorância”: protestantes e católicos e as ideias abolicionistas

Procuramos ao longo da tese, defender a ideia de um processo de abolição em Minas Gerais marcado por projetos muito complexos e distintos, elucidados na última década da escravidão, frutos de uma série de transformações pelas quais passava a sociedade e que tinham nas ações escravas e abolicionistas perspectivas importantes a serem analisadas.

Quando começamos nossa pesquisa documental no acervo de polícia do Arquivo Público Mineiro, tivemos contato com algumas correspondências trocadas entre as autoridades que mencionavam a presença de protestantes que teriam se envolvido com os conflitos ligados à ideia da abolição no sul mineiro. Esse caso que muito chamou nossa atenção naquele momento, nos levou a refletir sobre como a prática religiosa poderia adentrar os discursos acerca da campanha abolicionista. Além disso, os acervos de jornais consultados trouxeram-nos à tona o caso de um grupo abolicionista que sofreu um atentado por se dedicar às ações de liberdade, tendo como principal porta-voz as palavras de um padre com forte atuação republicana e abolicionista na cidade de Três Pontas.

Assim como em outros casos já relatados nesta pesquisa, sabemos que ao destacarmos as atuações de alguns personagens, acabamos por conseguir às vezes acompanhar as nuances presentes em suas trajetórias, principalmente a partir dos embates sociais em que esses se envolveram em relação à abolição. Com a possibilidade de entendermos que dentre as várias faces dos encaminhamentos que a abolição ganhou nos derradeiros anos do cativeiro, achamos pertinente analisar como representantes religiosos e seus fieis pensavam e atuavam de acordo com sua profissão de fé, sobretudo a católica e a protestante. Não estamos propondo um estudo sobre as relações do cristianismo com a escravidão/abolição, por entendermos que só essa possibilidade demandaria outra ampla pesquisa, mas sim uma breve análise a partir dos casos que encontramos nos acervos pesquisados.

Neste sentido, nossa proposta neste último capítulo é lançar luz sobre como as elites religiosas locais introduziram e construíram um olhar antiescravista, que ajudou a influenciar, pouco a pouco, a mentalidade do período, tanto no âmbito das igrejas, como também dos espaços públicos.

5.1 - Padre Calixto, o Club Abolicionista e Felicidade - um enredo social

Com o avançar dos tempos e o clima cada vez mais hostil em localidades em que o peso da escravidão insistia em demarcar as relações sociais, casos de atentados contra abolicionistas se multiplicaram com frequência, sempre alardeados e acompanhados pela imprensa e, sutilmente comentados pela documentação de polícia, como vimos nos capítulos anteriores. As relações construídas entre os agentes da lei - advogados, delegados, policiais e juízes - com escravos que buscavam incessantemente a liberdade, contribuíram para desqualificar ainda mais o poder local dos proprietários. O envolvimento dessas autoridades em qualquer situação que levasse à suspeição de atos não legais a partir da interação com o populacho, elevava ao limite os níveis de tensão entre abolicionistas e escravistas. Em decorrência disso, muitos sofreram agressões, foram expulsos de suas cidades ou fugiram por conta de ameaças.⁴⁵² O caso descrito a seguir pode ser elucidativo dessa tensão.

Em 12 de agosto de 1887, a cidade de Três Pontas foi tomada por centenas de cavaleiros, a mando dos fazendeiros da região, a fim de agredir e matar quatro advogados, José Luiz Coelho, Antonio Delcídio do Amaral, José Fernandes Clementino de Paula e Custódio Vieira de Brito. Armados e com galões de querosene no lombo de mulas, partiram para violentar aqueles abolicionistas, bem como incendiar suas casas. Atônita, a população se viu desprotegida com a guerra que se armava. A escassa força policial, juntamente com o juiz de direito, procurou conter o bando, que só se acalmou com a garantia das autoridades de que seria concedido o direito aos fazendeiros de procurarem os advogados, desde que acompanhados pelos policiais. Os advogados eram vistos como inimigos da ordem, pois evidenciaram pela imprensa que "não defendiam causas contra a liberdade do homem escravo, por serem abolicionistas".⁴⁵³ Ao adentrarem a cidade, bradando morte aos advogados, os fazendeiros afirmavam que eles incitavam as fugas, acoitavam escravos e os apoiavam em uma futura insurreição. Informados por um escravo de que os "justiceiros" estavam a caminho, os advogados conseguiram fugir em direção a Carmo do Campo Grande (atual Campos Gerais), se escondendo na casa do Pe. Joaquim Soares Calixto.⁴⁵⁴

⁴⁵² LIMA, Lana. *Rebeldia negra e abolicionismo...* op.cit.pp112-139; AZEVEDO, Célia Maria. *Onda negra, medo branco...* op.cit.pp.174-184.

⁴⁵³ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 25/09/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.04.

⁴⁵⁴ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 11/09/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fls.01e 02. Ver também: MIRANDA, Amélio de. *A história de Três Pontas*. Belo Horizonte: Ed. JC, 1980.p.145.

Padre Calixto, pároco na freguesia citada acima, pertencente à Três Pontas. Pe. Calixto exerceu presença constante na *Gazeta Sul-Mineira*, jornal republicano e abolicionista de São Gonçalo do Sapucaí. Em relação aos episódios que levaram ao ataque dos fazendeiros contra os advogados do *Club Abolicionista* de Três Pontas, Pe. Calixto se encarregou de apresentar a versão do grupo e promover a defesa dos advogados. Além de ministro da igreja, Pe. Calixto também fundou o partido republicano na cidade e após a abolição assumiu a carreira política, tornando-se deputado de Minas Gerais em 1896.⁴⁵⁵ Sobre ele, nada mais encontramos a não ser o que nos deixou escrito nos jornais. A reboque dos discursos de promoção ao seu partido, Pe. Calixto defendia as ideias da abolição, procurando justificar que o desespero dos senhores se devia a suas próprias anormalidades perante as leis - os castigos excessivos aos escravos, o não cumprimento das matrículas e a reescravização de sexagenários - cuidando os próprios escravos de condená-los, abandonando as fazendas. Assim, não poderiam os abolicionistas serem responsáveis por tal cenário:

Para acabar com a escravidão não é mister insurreição nem sangue e nem mortes. Basta a inercia do escravo e a sua vadiação ou não trabalhar quasi nada; bastam as fugas em massa e outras cousas que nunca aconselhamos. Quem irá aconselhar a insurreição si todos esperam do parlamento medida extintiva da escravidão, e si está no domínio público que a pedra rolou das montanhas, como dizem? Qual esse louco, se a questão não para? Em toda a parte, o desespero dos escravistas inventa insurreição e crimes para os abolicionistas (...)⁴⁵⁶

A ousada iniciativa do Pe. Calixto, como ministro da Igreja Católica, não era a única a ser publicizada nos jornais e no espaço público. Nos anos finais da escravidão, membros do clero assumiram um discurso mais incisivo a favor da abolição, mesmo diante da discrição dos cânones da igreja. As irmandades religiosas negras, desde o período colonial já demonstravam formas de resistir à escravidão, procurando acumular pecúlios para a compra de alforrias.⁴⁵⁷ Ao adentrar a segunda metade do oitocentos, muitas irmandades produziram críticas à continuidade do elemento servil,

⁴⁵⁵ Jornal *Gazeta Nacional*, 07/03/1888, Rio de Janeiro, BN, fl.02; MIRANDA, Amélio de. *A história de Três Pontas...* op.cit.p.36.

⁴⁵⁶ Jornal *Gazeta Sul-Mineira*, 23/10/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fls. 02 e 03.

⁴⁵⁷ SOARES, Mariza. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000;

manifestando um catolicismo mais "popular" frente às formalidades da prática religiosa das elites e do alto clero. Apesar da resistência do setor católico mais conservador e defensor das interferências da Igreja no Estado, os projetos modernizadores que ventilavam com mais frequência, principalmente a partir do último quartel do século XIX, impuseram um desafio para os seus membros frente às ideias do progresso, das ciências e da liberdade que pululavam pelo país. Os novos tempos condenavam algumas posturas católicas, colocando em xeque a sua própria participação acanhada nas discussões sobre os rumos da escravidão. Dessa forma, seus fieis e sacerdotes assumiram posicionamentos distintos o que, por vezes, iam na contramão dos ditames da igreja. Assim, alguns católicos se sentiram mais à vontade de se descolarem dos figurinos clássicos que vestiam a prática religiosa, apostando nas novas ideias de nação que penetravam no cotidiano, sem que isso significasse desvinculação com as suas crenças.⁴⁵⁸

Padre Calixto, ao engendrar suas lutas abolicionistas nas páginas dos jornais e nas disputas políticas, era influenciado pelas transformações sociais que o país viveu no limiar da abolição, como também influenciava os demais a partir de sua função como sacerdote e cidadão. Como um representante do clero e militante do partido republicano, Pe. Calixto enxergava nos novos projetos civilizatórios e políticos, motivos que deveriam definir seu prelado.

Atuações de sacerdotes a favor dos projetos abolicionistas em Minas Gerais não são raras, mesmo diante do apego à escravidão até às vésperas do 13 de maio de 1888. Confrontos entre bispos e padres, favoráveis e contrários ao cativo, se manifestavam através dos púlpitos, das missões religiosas pelo interior da província e em correspondências trocadas entre eles.⁴⁵⁹ Ao estudar as sociedades emancipadoras das comarcas de Diamantina e Ouro Preto, Luiz Gustavo Cota também pôde acompanhar as iniciativas de tais grupos a partir das arrecadações para a compra de alforrias e na promoção de discursos em prol das ideias abolicionistas, mesmo que de forma bastante tímida.⁴⁶⁰

Trajetórias como a do Pe. Calixto, bem como de outros religiosos católicos, vêm de encontro a uma interpretação historiográfica que procurou desconsiderar as atuações dos agentes da fé, generalizando esses agentes como se todos fossem

⁴⁵⁸ ABREU, Martha, *O império do divino...* op.cit. pp.316-326.

⁴⁵⁹ JOSÉ, Oíliam. *A abolição em Minas...* op.cit. pp.124-131.

⁴⁶⁰ COTA, Luiz Gustavo. *Ave, libertas...* op.cit. pp.178-179.

coniventes e cúmplices do sistema escravista. De acordo com essa perspectiva, as causas da abolição no Brasil estavam amplamente ligadas aos interesses nacionais, movendo as atuações de seus simpatizantes. Nesse sentido, a Igreja Católica nada fez pelas causas abolicionistas, se reservando, por vezes, a atos humanitários isolados, ou prometendo a conquista da liberdade para todos quando a alma fosse livre dos pecados e alcançasse o reino de Deus.⁴⁶¹ Não queremos, com isso, inverter o jogo sobre a participação católica, no que tange o processo de abolição, a partir do caso do Pe. Calixto e demais sacerdotes. A ideia é problematizar as atuações dos indivíduos e grupos pertencentes à Igreja e suas possíveis interações com a campanha abolicionista. Para o Pe. Calixto, os jornais eram veículos de comunicação para defender a todo custo que o *Club Abolicionista* agiu de acordo com a legalidade.

Os quatro advogados defendidos pelo Pe. Calixto faziam parte do *Club Abolicionista Três Pontano*, liderado pelo Alferes Custódio Vieira de Brito e José Fernandes Clementino de Paula. A *Gazeta Sul-Mineira* parabenizou a criação do *Club*, fundado em 07 de agosto de 1887, contando com a filiação de 32 membros de toda a região. As propostas anunciadas pelo *Club* eram de um "abolicionismo legal" em que seus filiados externariam o "fim humanitário de tão alta instituição".⁴⁶² Cinco dias após sua fundação, houve a invasão da cidade pelos fazendeiros.

Na *Gazeta Sul-Mineira*, jornal de grande campanha republicana, Pe. Calixto afirmava que o governo imperial era o culpado por tantos ataques e tentativas de assassinatos aos abolicionistas, sendo os senhores apenas "mal inspirados" pela política monárquica ao acreditarem ser possível "alterar o partido redemptor sem vêr o abysmo que cavão aos seus próprios pés".⁴⁶³ Não à toa, o periódico se ocupou por dias a cobrir o evento de Três Pontas, já que para seus redatores e para o Pe. Calixto era mais um bom momento para reafirmarem seus propósitos político-partidários perante seus leitores, bem como se solidarizarem com seus correligionários. Como uma folha preocupada em convencer os senhores a libertarem seus escravos, a partir de uma perspectiva paternalista-humanitária, não era um bom negócio atribuir a culpa por aquele descalabro a seus maiores interessados.⁴⁶⁴

⁴⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados...* op.cit.p.77; ver também: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem...* op.cit.pp.185-186.

⁴⁶² Jornal *Gazeta Sul-Mineira*, 21/08/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.02.

⁴⁶³ Jornal *Gazeta Sul-Mineira*, 21/08/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.01.

⁴⁶⁴ Não foi possível localizar nos relatos memorialísticos a adesão dos membros do *Club Abolicionista* entre os republicanos da cidade. Contudo, o Pe. Calixto Soares Calixto é descrito como participante do partido. Apesar de grande defesa e por ter se tornado o porta-voz do *Club* nos jornais, curiosamente, o

Quando installou-se o Club Abolicionista Três Pontano, Pelicano se installou a fallar, disse que o Club só queria a adhesão moral do povo; porque tratava-se somente de agitar a opinião em defesa da causa das causas públicas. Disse que a questão tinha sahido da agitação da ruas para o Parlamento e que a causa era essencialmente popular, porque a estatística prova que aonde morreu a escravidão, a renda pública augmentou, e que portanto a abolição era a prosperidade da pátria, era o bem de todos, era o bem público.(...) Estaes em mau caminho e é bom recuar. Nós estamos em maioria de brancos e pretos; temos mais intelligencia para tudo e não encontraes apoio nem na lei, nem nas consciências, nem na opinião pública.⁴⁶⁵

De acordo com "Pelicano" - pseudônimo muito utilizado ao longo de todas as notícias e que deixava seu autor muito à vontade para expor suas críticas, sem poupar palavras e xingamentos aos fazendeiros - os integrantes do *Club* haviam sido vítimas das circunstâncias em que a escravidão se encontrava na cidade.

A partir de parábolas bíblicas e analogias filosóficas, Pelicano defendia com afínco os advogados abolicionistas e condenava seus adversários. Seria o Pe. Calixto o ousado Pelicano? Os fazendeiros, que também usaram da imprensa para sua defesa, insinuavam que sim.⁴⁶⁶

Assim, o objetivo central do *Club* era "agitar a opinião em defesa das causas públicas"⁴⁶⁷, a fim de sensibilizar os demais da cidade para os interesses "comuns" de seus cidadãos. Esse aconselhamento ou difusão de ideias feitas pelo *Club*, não era para incitar a população, o que, obviamente, não convencia os fazendeiros. Mas, as críticas do *Club Abolicionista* não eram voltadas apenas aos proprietários de escravos. Elas também foram dirigidas à *Sociedade Emancipadora Sete de Setembro*, fundada na cidade em 12 de setembro de 1886, tendo como líder o delegado Antonio Ferreira de Brito, do Partido Conservador, que propunha a criação de um Fundo de Emancipação, formado por donativos e mensalidades de seus membros, com o intuito de alforriar anualmente os escravos na simbólica data que deu nome ao grupo, desde que estes estivessem regularmente matriculados e fossem merecedores das benesses da *Sociedade*. Não encontramos nenhuma outra agenda a que tenha se dedicado seus

Pe. Calixto não é descrito entre os filiados abolicionistas. MIRANDA, Amélio de. *A história de Três Pontas...* op.cit.p.36.

⁴⁶⁵ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 23/10/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.03.

⁴⁶⁶ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 02/10/1887, Campanha, CECML, fl.02.

⁴⁶⁷ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 02/10/1887, Campanha, CECML, fl.02.

filiados, contudo, um dado nos chamou a atenção: os advogados Antonio Delcídio do Amaral e José Fernando Clemente de Paula, fundadores do *Club Abolicionista* e perseguidos pelos fazendeiros, em 1887, estavam entre os membros que um ano antes fundaram a *Sociedade Emancipadora*.⁴⁶⁸

Desconhecemos as razões que levaram a saída dos dois advogados para criarem o *Club Abolicionista*, mas o certo é que o surgimento de um novo grupo que disputasse a condução dos rumos que tomariam a abolição em Três Pontas, não só foi resultado das rivalidades pessoais e políticas dos envolvidos, como também tencionaram ainda mais os conflitos que se sucederam naqueles últimos suspiros da escravidão. De acordo com o Pe. Calixto, o *Club Abolicionista* estava cercado "de um lado pela inveja, de outro o escravagismo" defendendo que seu abolicionismo agia com eficiência, conforme as leis e "sem cobrar mensalidades de seus associados", insinuação evidente à *Sociedade Emancipadora*.⁴⁶⁹

Frutos das iniciativas tardias que se propuseram a entender aquele momento, o *Club Abolicionista* e a *Sociedade Emancipadora Sete de Setembro*, foram respostas às incertezas que abatiam sobre alguns setores sociais frente às políticas do Estado, que não davam conta de garantir com exatidão o prazo final da escravidão.

Mesmo o *Club Abolicionista* afirmando que sua intenção era apenas "agitar a opinião pública"⁴⁷⁰, a imprevisibilidade de concretização de suas bandeiras pesava no discurso que promovia na imprensa. Assim, ao denunciar que a luta contra as "causas públicas" e o prolongamento da escravidão era atos "em vão", já que a maioria de "brancos e pretos" estava ciente das leis que os favoreciam, o *Club Abolicionista* não só convocava os leitores dos jornais, como provocava seus oponentes. Para o *Club*, os escravos não "sossegariam"⁴⁷¹ e a "revolução" já haveria tomado conta do país. Se alguns não estavam dispostos a acompanhar as movimentações, como as bem sucedidas de Ouro Preto e outros cantos, dariam seus membros "tempo ao tempo" para que Três Pontas respondesse aos novos sinais daquela era.⁴⁷² Somando ainda suas atuações no campo jurídico se propondo a representar os escravos na Justiça, o *Club* elevava as desconfianças de seus adversários, principalmente dos mais recalcitrantes escravistas. Com isso, seus membros impuseram um discurso militante,

⁴⁶⁸ Jornal A Província de Minas, 21/09/1886, Ouro Preto, SIA-APM, fl.02; Jornal o Monitor Sul-Mineiro, 19/09/1886, Campanha, CECML, fl.03.

⁴⁶⁹ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 02/10/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.02.

⁴⁷⁰ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 23/10/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.03.

⁴⁷¹ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 23/10/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.03.

⁴⁷² Jornal Gazeta Sul-Mineira, 18/09/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.03.

a fim de agregar novos adeptos para enfrentarem os conflitos que viessem a surgir. Não à toa, o Pe. Calixto avisava que se tais abolicionistas fossem agredidos, os "cidadãos farão a sua guarda cívica para a garantia de suas vidas", já que cabia aos cristãos agir como "apóstolos" que pregam e "soldados" que combatem.⁴⁷³

A ardorosa defesa de Pe. Calixto aos abolicionistas trazia para si não só a imagem de porta-voz do grupo, mas simbolizava um discurso paternal e protetor para com os seus colegas. Em uma defesa na *Gazeta Sul-Mineira*, além de incitar a população a se posicionar ao lado do grupo, afirmava Pe. Calixto que se quisessem assassinar os abolicionistas que "descarregassem seus golpes de morte" sobre ele próprio. Oferecer a sua vida em prol dos seus protegidos era doar o sangue e o corpo em favor dos seus "filhos", assim como fez o lendário "pelicano eucarístico", símbolo católico que representa o Deus que se ofereceu em sacrifício para salvar a humanidade.

Assim, Pe. Calixto doava sua vida aos abolicionistas, forjando para si a imagem de um salvador. A ideia da abolição também era salvar os pobres escravos, oferecendo a liberdade como dádiva, uma ação cristã dos defensores abolicionistas aos escravizados. A perspectiva paternalista-humanitária que tomou conta de muitos grupos abolicionistas e republicanos desconsiderava as revoltas e estratégias escravas do período, também tentando trazer para eles a condução do processo frente à incapacidade do escravo.⁴⁷⁴

O *Monitor Sul-Mineiro*, sempre em seu discurso receoso sobre as ideias da abolição, foi o veículo que abriu espaço para a defesa do grupo dos fazendeiros acusados do atentado aos abolicionistas. Os artigos foram assinados pelo "Enxame de fazendeiros", uma crítica do Pe. Calixto ao grupo, assumida ironicamente pelo autor do texto. De acordo com o porta-voz dos escravistas, Pe. Calixto "figurou como o protagonista" nas "desordens" que se abateram sobre Três Pontas, devendo ele tirar sua "máscara" e voltar "suas vistas para as cousas de deos" deixando de "accender o facho da revolução abolicionista".⁴⁷⁵

Ao responder ao grupo adversário, Pe. Calixto procurou justificar que suas ações eram apenas uma extensão do que já vinha acontecendo nas paróquias de outra plagas. Segundo ele, sua causa missionária não era em vão, já que agia da mesma

⁴⁷³ Jornal *Gazeta Sul-Mineira*, 11/09/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.02.

⁴⁷⁴ DAIBER JR., Robert. *Isabel, a "Redentora" dos escravos...* op.cit.pp.124-125.

⁴⁷⁵ Jornal *Monitor Sul-Mineiro*, 02/10/1887, Campanha, CECML, fl.03.

forma que o Bispo de Diamantina, Dom João Antonio dos Santos, que catequisava a sua pastoral em prol da extinção do cativeiro.⁴⁷⁶ A escravidão estava condenada "pelas leis, pela moral e também pela religião", e aqueles que "caminharam pela sombra para o massacre dos abolicionistas" que "deos lhes falle d'alma com a piedade suprema".⁴⁷⁷ Já para o porta-voz dos fazendeiros, o "Padre Calixto transviou-se de sua missão, inverteu seu papel e transformou-se em advogado do diabo".⁴⁷⁸

Ao imprimir uma série de críticas ao Pe. Calixto e ao *Club Abolicionista*, seus opositores afirmavam que tais injúrias promovidas pelo padre eram falsas e que os interesses do grupo estavam em incitar e condenar, precipitadamente, a lavoura na região:

Verdade é que, naquele escripto[do Club] não forão tão abolicionistas, como se ostentão por actos, pois só disserão não aceitar causas contra a liberdade. A datar dessa cohesão, nem um fazendeiro teve mais tranquilidade, porque os escravos alarmados por essa liga, desamparavão a lavoura e procuravão Três Pontas, onde esperavão receber a liberdade que lhes offerecerão aquellas falsas philantropias.⁴⁷⁹

Para o fim deste enredo, deixaremos de lado os discursos do Pe. Calixto para centrarmos a atenção nas declarações dos adversários do *Club Abolicionista*. De acordo com o jornal, ao não aceitarem causas que fossem contra a liberdade dos escravos, os abolicionistas trouxeram até eles uma gama de cativos que procuravam justificar legalmente o direito à alforria.

Conectados com as novas configurações que se davam para a busca da liberdade, muitos escravos, cansados de negociar com seus senhores, ou mesmo sem acreditar na eficiência das ações praticadas por instituições como a *Sociedade Emancipadora Sete de Setembro*, viram como alternativa mais eficaz, de acordo com o sentido de liberdade que construíam, a necessidade de estreitar relações com aqueles advogados. Este foi o caso da escrava Felicidade, que tempos antes da criação do *Club*, parecia apostar em outros mecanismo legais para alcançar a alforria, no caso, a via de acesso jurídica ofertada por aqueles abolicionistas.

Plenamente ciente das circunstâncias que a favorecia, Felicidade procurou Custódio de Brito, alegando sofrer maus-tratos diários e ter sido "ameaçada de morte"

⁴⁷⁶ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 23/10/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.04.

⁴⁷⁷ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 18/09/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.02.

⁴⁷⁸ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 02/10/1887, Campanha, CECML, fl.03.

⁴⁷⁹ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 02/10/1887, Campanha, CECML, fl.03.

por seu senhor. Ao mostrar compreender o essencial das expectativas e dos sentimentos daquela mulher, o abolicionista tratou de requerer a sua liberdade.⁴⁸⁰

Por mais que não houvesse, necessariamente, relações sólidas construídas entre escravos e abolicionistas, os primeiros procuravam interpretar com todo o cuidado as iniciativas que os aproximavam daqueles agentes da lei. No caso de Felicidade, essa estratégia era bastante consistente e com boas possibilidades de acertos porque talvez tivesse conhecimento do *Club Abolicionista* e do poder de atuação que cada um de seus membros passou a representar entre os escravos já antes da fundação do grupo.

A rede de sociabilidade e de comunicação entre escravos, libertos e demais populares era costurada a partir de muitos contatos e aqueles que pudessem potencializar qualquer benefício que interessasse aos primeiros, eram preservados para a utilização em um momento oportuno. A própria campanha antiescravocrata praticada pelo *Club* no tribunal, nas ruas e nos jornais poderia ter chegado de alguma maneira a Felicidade, que não titubeou ao procurar Custódio de Brito, já que precisava usar dessa estratégia para agir a seu favor.⁴⁸¹ Essas múltiplas formas de acesso aos livres e os trânsitos conquistados ao longo daquelas relações na sociedade escravista, nos evidencia as "fronteiras" construídas entre o escravo e o homem livre.⁴⁸²

Por que Felicidade resolveu apostar em Custódio de Brito como alvo certo para ajudá-la? A resposta é simples. Adão, seu marido, já havia fugido da fazenda de Francisco Antonio dos Reis, e procurado ajuda com o abolicionista, que o acolheu e aceitou requerer sua liberdade, alegando estar a matrícula daquele escravo irregular. A mesma ação seria construída pelo advogado, justificando que Felicidade tinha direito a ser livre pelas agressões diárias praticadas pelo seu senhor, bem como pelas ameaças de morte sofridas.⁴⁸³ O juiz de orfãos acatou a solicitação e ela se tornou liberta em poucos dias. Contudo, Felicidade não pertencia somente a Francisco dos Reis e sim a outros condôminos, tendo que indenizá-los com prestação de serviços no prazo de até sete anos. Os condôminos alegaram ser ilegal aquele deferimento, já que não houve a concordância de ao menos um deles com tal alforria. Assim, pediram a

⁴⁸⁰ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 23/10/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.04.

⁴⁸¹ GRAHAM, Sandra. *Caetana diz não*. Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁴⁸² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...* op.cit.pp.158-159.

⁴⁸³ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 25/09/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.04.

anulação da ação para o juiz municipal, que atendeu ao pedido. Quando os fazendeiros chegaram à cidade para buscá-la, ela já havia fugido, levando consigo seu filho ingênuo.⁴⁸⁴ O estopim para o conflito estava armado e com a iminência de se cumprir as ameaças, a polícia tratou de pedir reforços. Em correspondência reservada, enviada com máxima urgência, o Chefe de Polícia da província solicita reforço para Três Pontas:

Passo as mãos de V. Ex. as inclusas copias dos officios dos Drs Juiz de Direito e Municipal de Três Pontas, comunicando o facto ali occorrido no dia 12 deste mez, de terem 300 cavalheiros se apresentado nos subúrbuos da cidade, a fim de conduzir a viva força uma escrava que se achava ilegalmente em poder do Alferes Custódio Vieira de Brito, actual Promotor da Comarca, tendo aquellas autoridades conseguido dissuadi-los com a promessa de ser entregue a dita escrava a favor da qual, com o fim de pôr termo a questão, diversas pessoas cotisarão-se para sua liberdade. Segundo diz o Juiz Municipal espera-se a cada momento que o Alferes Custódio, com igual número de homens, para desforçar-se. Em vista de expendido V. Ex. dignará tomar as providências que parece acertadas.⁴⁸⁵

Indignados com a inconsequência dos advogados do *Club Abolicionista* e com a rápida ação que deu liberdade à Felicidade, os advogados envolvidos na trama foram acusados de pretender "desterrar, de um dia para o outro, a escravidão daquelle municipio". Os fazendeiros alegavam que Adão e Felicidade foram apenas alguns que abandonaram as lavouras e fugiram em direção a cidade, para ficarem sob a proteção de Custódio de Brito. Para muitos senhores, os atos de fuga e busca por auxílio jurídico com os advogados, realizados pelos escravos, eram resultado da penetração abolicionista propagandeada por seus agentes no seio da sociedade e isso justificava as ações de censura e violência contra os homens das leis.⁴⁸⁶ Segundo o porta-voz dos fazendeiros, Felicidade não estava seviciada, muito menos ameaçada de morte. Apenas fugiu pelo "anseio da liberdade", não sendo inspecionada pelos maus-tratos que alegava, o que comprometia o requerimento do advogado. Acontece que Custódio de Brito também era promotor e, assim, foi acusado de usar do seu cargo para forçar a liberdade da escrava. Nas palavras do mensageiro dos fazendeiros, o advogado teria afirmado que "essa é a lei, mas esta é a minha consciência" e assim levou adiante a

⁴⁸⁴ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 23/10/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl04.

⁴⁸⁵ Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia à Presidência da Província, 22/08/1887, APM, Polícia, POL 98, fl.86.

⁴⁸⁶ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia* (1870-1910). Campinas: Ed. Unicamp, 2006.p.112.

ação de liberdade da escrava, considerando "odiosa a lei que manda respeitar a propriedade alheia".⁴⁸⁷

Mais uma vez, os proprietários evocavam a primazia do direito à propriedade privada, enquanto aquele "abolicionista de nova espécie" utilizava do direito à liberdade. Em resumo, dias após sua fuga e abertura da ação, quando seu proprietário apresentou libelo para requerer de volta sua escrava, o juiz de direito havia deferido a sentença pela liberdade de Felicidade. Aquele teria sido, sob o prisma dos fazendeiros, o estopim e a prova do descalabro das autoridades que agiam contra os interesses dos senhores.⁴⁸⁸

De acordo com a *Gazeta Sul-Mineira*, os interesses em prejudicar Custódio de Brito eram pessoais e seria o delegado e presidente da *Sociedade Emancipadora*, Cel. Antonio Ferreira de Brito, o responsável pela tentativa de agredir os demais abolicionistas, estando ele interessado no cargo de promotor de Custódio de Brito.⁴⁸⁹ Mais uma vez, os interesses pessoais adentraram as causas da abolição, trazendo para o palco abolicionista as disputas e garantias individuais de seus agentes participantes.

Meses depois da tentativa de atentado contra os abolicionistas, nova correspondência encaminhada ao presidente da província revela que a situação foi contornada com o entendimento de ambas as partes sobre o destino da liberta. Felicidade deveria pagar as devidas indenizações aos demais condôminos.⁴⁹⁰ Estava findado o longo capítulo de desavenças entre abolicionistas e escravistas na cidade? O *Club Abolicionista* pôde enfim dar sequência em suas ações a favor da liberdade de outros escravos? As rivalidades pessoais e partidárias que permeavam as ideias sobre a abolição entre aqueles sujeitos se dissiparam? Teria Felicidade alçado a sua liberdade sem interferências diretas dos condôminos? Ela conseguiu ampliar seus espaços de autonomia enquanto liberta? Teria ela conseguido se reunir com sua família? Para algumas dessas perguntas dificilmente teríamos respostas.

A correspondência policial nos revela que após tantos desacertos, abolicionistas e escravistas se resolveram, ao menos sobre o caso de Felicidade. De qualquer maneira, ao enfrentar o poder daqueles condôminos, Felicidade afrontou o poder senhorial, armando suas jogadas com o objetivo de alcançar sua liberdade.

⁴⁸⁷ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 02/10/1887, Campanha, CECML, fl.02.

⁴⁸⁸ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 02/10/1887, Campanha, CECML, fl.03.

⁴⁸⁹ Jornal Gazeta Sul-Mineira, 11/09/1887, São Gonçalo do Sapucaí, CECML, fl.01.

⁴⁹⁰ Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia à Presidência da Província, 25/01/1888, APM, Polícia, POL 104, fl.26v.

Apesar da situação indenizatória, ela entendeu a necessidade de aproveitar dos momentos de grandes incertezas para buscar a condição de liberta. Caberia então à Felicidade forjar a construção do que entendia como seus direitos em um mundo pós-cativeiro.

E que fim teria levado o Pe. Calixto após aqueles eventos? Como já informado pelos relatos memorialísticos, o sacerdote intensificou sua campanha republicana e com a derrubada da monarquia, se inseriu na vida política, tornando-se deputado de Minas Gerais ao longo dos primeiros anos da república. Nas memórias presentes nestes relatos, Pe. Calixto parece não ter adentrado ao rol dos ilustres da localidade, tendo sua trajetória de vida ligada aos momentos de luta pela campanha abolicionista, a partir do caso da liberta Felicidade e da defesa do *Club*. Seus escritos nos jornais contribuíram para aprofundar as discussões acerca do abolicionismo na região, bem trazer à tona tudo o que sabemos sobre a atuação dos membros pertencentes ao *Club Abolicionista*.

Mais que isso, a partir da participação do Pe. Calixto nos embates travados com os escravistas que provocaram o atentado contra os abolicionistas, pudemos entender os interesses que estavam em jogo. Ao usar de suas convicções religiosas para propor ao campo de atuação política uma crítica à escravidão e a seus maiores representantes, Pe. Calixto buscava deslegitimar o cativeiro. É difícil mensurar qual o peso de sua vida pastoral nos discursos que promoveu nos jornais, mas nos parece que a sua conduta diante das transformações presentes em seu tempo é fruto não só de suas práticas políticas, enquanto partidário republicano, mas também parte de um membro sacerdotal da Igreja Católica pronto a se manifestar a favor da abolição sem se preocupar com as repercussões de suas opiniões frente aos seus superiores religiosos, nem aos protocolos católicos diante da questão. Sem dúvida, a participação de Pe. Calixto no evento de Três Pontas foi importante para somarmos à questão da resistência de Felicidade e à atuação do *Club Abolicionista*, a conduta religiosa do sacerdote que não pode ser deixada de lado quando nos propomos a entender esses instantes finais às vésperas da abolição.

O memorialista Amélio de Miranda, ao descrever o evento "desordens de Três Pontas", trouxe à tona um novo desfecho ao enredo aqui apresentado até então. Segundo ele, os conflitos entre abolicionistas e escravistas na cidade contou com um "redentor" pela libertação de Felicidade e um protetor aos advogados contra a sanha dos fazendeiros. Nestes relatos, Pe. Calixto ao menos foi citado como participante dos

agitos que se sucederam em Três Pontas. Os desfechos que conduziram a conquista da alforria para Felicidade e a preservação da integridade dos abolicionistas foram atos de heroísmo praticados pela participação de outro sacerdote, Padre Francisco de Paula Vitor, uma figura lendária para a história da cidade e do Sul de Minas.

Pe. Vitor nasceu em Campanha, em 1827. Era filho de uma escrava, sendo apadrinhado pelo bispo, que deu a ele condições de chegar ao seminário. Pároco em Três Pontas e contemporâneo dos personagens que tratamos aqui, teria Pe. Vitor "empunhado o crucifixo na entrada da cidade" e bradado aos fazendeiros que para avançarem, teriam que passar "por cima do corpo do Vigário". Segundo o relato, sensibilizados e envergonhados perante a atitude heróica do sacerdote, os fazendeiros se retiraram e Pe. Vitor cumpriu mais uma vez sua santidade ao arriscar sua vida para defender os "humanitários protetores" dos escravos, bem como a "raça infeliz" de Felicidade.⁴⁹¹ Para além destes relatos, nada encontramos na documentação a respeito de qualquer participação de Pe. Vitor nos episódios de Três Pontas. Sua "entrada" para as memórias dos momentos finais da escravidão, a partir dos embates entre aqueles sujeitos contrários e a favor da causa abolicionista, parece incidir com as intencionalidades de se construir uma imagem de santidade ao sacerdote, desde sua morte até os dias atuais.

Alçado ao posto de "redentor" dos escravos e por ter dedicado sua vida aos mais pobres e desvalidos, a história do Pe. Vitor de Três Pontas é hoje uma das atrações do circuito turístico religioso da região. Pe. Vitor se configura hoje como um dos candidatos a santos negros do Brasil nos processos de santificação aberto no Vaticano. Ao menos, para a história local, Pe. Vitor já é santo, transformado pelo povo em uma entidade arquetípica, ao mesmo tempo divina e guerreira, capaz de ter dado a vida pelos seus seguidores e pela defesa da justiça entre os homens. Ao ser descrito como aquele que por um simples ato de bravura, se agarrou ao crucifixo e se pôs a freiar a entrada da turba raivosa de fazendeiros, prestes a prender a escrava Felicidade e a violentar seus defensores abolicionistas, Pe. Vitor foi vestido do manto salvacionista, que com poderes de santidade, condena a escravidão e liberta um povo e salva uma cidade de uma grande catástrofe. Na disputa das memórias, a militância política e abolicionista do Pe. Calixto, bradada nos jornais e vivenciada ao longo daqueles anos, não teve força diante do ato de seu contemporâneo e colega de

⁴⁹¹ MIRANDA, Amélio de. *A história de Três Pontas...* op.cit.pp.143-147.

sacerdócio, Pe. Vitor. Se a participação do sacerdote negro nos episódios de disputas abolicionistas não pôde ser confirmada pela documentação, ao menos, não a partir daquela que encontramos para esta pesquisa, consideramos importante que estudos futuros possam dar conta de ouvir e dar voz aos que trouxeram Pe. Vitor à luz.

Imagem 7: Padre Francisco de Paula Vitor, s/d.

Fonte: Associação Padre Vitor, Três Pontas. <http://padrevictor.com.br>

5.2 - O “advogado dos escravos” - entre a delegacia e a igreja protestante

Os projetos modernizadores da agenda liberal, que encorpavam os discursos políticos e abolicionistas, nos últimos anos da escravidão, tencionaram a Igreja Católica a obrigaram a se manifestar frente aos dilemas sociais causados pelo atraso do fim do cativeiro no Brasil. Dessa forma, vimos ser preciso equilibrar o papel do

catolicismo diante desses projetos e das pautas abolicionistas, principalmente a partir das atuações de indivíduos dentro da própria instituição religiosa.

Naquele período, os defensores da abolição imediata ou gradual, apresentavam como uma das soluções para a substituição da mão-de-obra escrava, o investimento na imigração. As experiências dos europeus imigrantistas muito contribuiriam para a formação da nação brasileira, que pouco se apresentava em condições de levar adiante os ideais evolucionistas, progressistas e de liberdade que tanto se exigia para concretizar os projetos modernizadores em voga naquele momento. A reboque dessas propostas estava a entrada com maior frequências dos imigrantes que professavam a fé protestante e que, alinhados com novas diretrizes do liberalismo, também passaram a bradar pela ampliação da liberdade de culto e pelas bandeiras do cientificismo, da república e da abolição da escravidão.⁴⁹² Assim, o que pudemos acompanhar nas análises que realizamos é que no Sul de Minas, os projetos que procuravam discutir a abolição não só adentraram os espaços católicos, como também os protestantes, a partir das missões presbiterianas que percorreram a região em fins do século XIX, convertendo pessoas e auxiliando-as na fundação das primeiras comunidades.

As políticas do período joanino possibilitaram a entrada dos imigrantes europeus, que contribuíram para a fundação de colônias pelo interior do país, construindo suas igrejas para servirem às necessidades espirituais dos fieis que se fixavam no Brasil. A esse grupo protestante, Elizete da Silva denominou de "protestantismo de imigração". Na segunda onda imigratória, a partir de meados do oitocentos, as ações motivacionais que conduziram o "protestantismo missionário", em suas diferentes matizes, buscaram no Brasil uma realização missionária que agregasse os interesses "terrenos", bem como os religiosos. Com isso, presbiterianos, batistas e metodistas passaram a fundar suas primeiras igrejas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul.⁴⁹³

Nos caso dos presbiterianos que imigraram para o Brasil a partir da década de 1860, não estava em voga somente a ideia de um projeto missionário. Com o fim da Guerra Civil, nos EUA, os mais calcificantes escravistas, frustrados com a abolição no país, enxergavam no Brasil uma continuidade de suas ideologias e de seus

⁴⁹² ABREU, Martha. *O império do divino...* op.cit.pp.316-317.

⁴⁹³ SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.p. 24.

negócios com o mundo da escravidão.⁴⁹⁴ Também estavam em jogo nesses deslocamentos norte-americanos os projetos científicistas-racialistas e europocêntricos, que pretendiam ratificar no Brasil as mazelas provocadas pelas miscigenação a partir de uma sociedade amplamente escravista e hierarquizada racialmente.⁴⁹⁵ Na outra ponta, o Estado brasileiro estreitou as relações com os sulistas, formalizando o interesse pela imigração branca e escravista daquela porção dos EUA.⁴⁹⁶ No campo econômico, a presença norte-americana contribuiria para a diversificação produtiva brasileira, a partir do cultivo do algodão e do fortalecimento desse produto no mercado internacional.⁴⁹⁷

Assim, ligados às ideias do "destino manifesto", os norte-americanos se dirigiram, principalmente, para duas áreas no Brasil: o Pará, mais especificamente Santarém (processo de colonização que fracassou ao longo dos anos) e o Oeste Paulista, onde as colônias obtiveram maior sucesso, atraindo novos grupos imigrantistas norte-americanos, bem como aqueles que fracassaram em outras partes do país. Se para os sulistas, o fracasso na Guerra de Secessão acabou por obrigá-los a expandir as fronteiras do próprio continente, as colônias que se formaram no Oeste Paulista, além de investirem na prosperidade econômica, procuraram incentivar a vinda de missionários religiosos e de educadores como proposta de se refazer a imagem dos Estados Unidos no Brasil.⁴⁹⁸

Ao construirem igrejas e escolas, estava implícito não só o alinhamento com as novas ideias que tomavam conta da sociedade brasileira, como o cientificismo e o liberalismo, mas também a difusão dos princípios de missão evangelizadora, que perpassavam pelo atendimento espiritual para uma sociedade considerada degenerada, miscigenada e inferior. A dinâmica racial brasileira era um desafio aos imigrantes sulistas, mas que enxergavam aqui um campo fértil diante de uma sociedade escravista.⁴⁹⁹

⁴⁹⁴ HORNE, Gerald. *O sul mais distante*. Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

⁴⁹⁵ MACHADO, M. H. P. T. "Os rastros de Agassiz nas raças do Brasil...op.cit.

⁴⁹⁶ BRITO, Luciana. *Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.pp.160-162.

⁴⁹⁷ OLIVEIRA, Ana Maria. *O destino (não) manifesto*. Os imigrantes norte-americanos no Brasil. São Paulo: União Cultural Brasil-Estados Unidos, 1995.p.95.

⁴⁹⁸ OLIVEIRA, Ana Maria. *O destino (não) manifesto*...op.cit.pp.162-163. Ver também: GUILHON: Norma. *Confederados em Santarém: saga americana na Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Presença, 1987.

⁴⁹⁹ BRITO, Luciana. *Impressões norte-americanas sobre escravidão*...op.cit.p.172.

No caso presbiteriano, ao fundarem igrejas e escolas, os missionários puderam contar com a simpatia daqueles que viram no protestantismo um aliado na busca por novos rumos para a sociedade brasileira. Eles traziam consigo o ideal de salvar os "pagãos da danação eterna", oferecendo para as pessoas a ideia do avivamento e o redirecionamento humano. Aos poucos, essas colônias se organizaram e passaram a difundir suas ideias e a promover a conversão por meio do trabalho missionário.⁵⁰⁰

Segundo Éber Lima, a primeira leva de norte-americanos que chegou no Brasil, na segunda metade do XIX, era composta por herdeiros de várias confissões protestantes e a princípio, não se mostraram tão dispostos a defender as causas emancipacionistas, nem mesmo os missionários do norte dos Estados Unidos. O clima religioso brasileiro não propiciava condições favoráveis a essas afirmações, já que a instabilidade de liberdade de culto causava receios nos recém-chegados. Era preciso tornar o protestantismo identificado com a elite conservadora e ao mesmo tempo demonstrar que a nova fé representava algo novo e moderno, frente ao catolicismo oficial.⁵⁰¹

O que vamos apresentar a partir de agora, tem a ver com histórias de convertidos brasileiros ao presbiterianismo que se envolveram com os dramas da escravidão já nos momentos finais que desembocaram no 13 de maio de 1888. Convertidos estes que usaram dos discursos do cristianismo para entenderem e se posicionarem diante das causas da abolição.

Ao longo da pesquisa que realizamos no Acervo de Polícia do Arquivo Público Mineiro, tivemos contato com diversas correspondências sobre um núcleo presbiteriano em Cabo Verde (cidade próxima a região limítrofe entre o Sul de Minas e São Paulo) acusado de participar das "desordens" abolicionistas que tomavam conta da região em 1887.

Uma correspondência encaminhada pela Secretaria de Polícia para a Presidência da Província nos reapresenta o caso:

Tendo um dos suplentes do Juiz Municipal do Cabo Verde trazido ao conhecimento de V. Ex. em uma representação que o actual Delegado de Polícia daquelle termo, cidadão Antonio de Padua Dias, tem abusado do cargo, perseguido diversas pessoas das quaes

⁵⁰⁰ MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.pp.95-100.

⁵⁰¹ LIMA, Éber. *Entre a sacristia e o laboratório*. Os intelectuais protestantes brasileiros e a produção da cultura. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.pp.13-15.

é desaffectedo, que tem aliciado escravos com prejuízo de seus senhores e que também concedeo passaportes a escravos fugidos(...).⁵⁰²

Conforme vimos no capítulo 03, o delegado Antonio de Pádua Dias se envolveu em uma imbricada história, em 1887, ao defender um sexagenário que lhe pediu socorro contra seu antigo senhor que queria lhe reescravizar. Esse foi mais um dos motivos das acusações que recaíram sobre ele, custando-lhe o cargo público que assumia em Cabo Verde. Dentre as inúmeras acusações, promovidas pelo suplente do juiz municipal, Luiz Antonio de Moraes Navarro, Antonio de Pádua abusava do poder, perseguia inimigos e aliciava e concedia passaportes para escravos fugidos. Já a história do delegado que lutaria para recuperar seu cargo estava apenas começando e muitos outros elementos precisariam vir à tona para que pudéssemos entender uma série de questões envolvidas neste caso a partir das acusações apresentadas acima.

Antonio de Pádua Dias e Francisco de Assis Dias foram convertidos ao presbiterianismo em 1879, pelo missionário norte-americano John Boyle e pelo missionário convertido Miguel Torres. Juntamente com o irmão mais velho, Manoel Pereira Dias, Antonio e Francisco passaram a estudar a bíblia e ajudaram a formar o primeiro núcleo presbiteriano em Cabo Verde.⁵⁰³

O missionário John Boyle chegou ao Brasil, em 1873, pelo Comitê de Missões de Nashville da Igreja Presbiteriana do Sul e se instalou em Mogi-Mirim, de onde iniciou suas missões evangelizadoras pela província mineira.⁵⁰⁴

Antonio de Pádua era sitiante e ao longo de sua vida também foi tropeiro, comerciante, policial e rábula, antes de assumir a delegacia. Logo após a fundação da Igreja, os irmãos Dias foram nomeados presbíteros na cidade. Os primeiros cultos aconteceram na casa da família Dias e quando o missionário John Boyle e o

⁵⁰² Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia à Presidência da Província, 25/01/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.26, doc.29.

⁵⁰³ FERREIRA, Júlio Andrade. *O apóstolo de Caldas*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2010. pp.112-113.

⁵⁰⁴ Uma das questões que abre margem para estudos futuros tem a ver com a influência (ou não) dos missionários das Igrejas do Sul nos assuntos acerca da abolição no Brasil. Se os missionários presbiterianos das Igrejas do Norte dos EUA estiveram mais empenhados em se envolver nas discussões acerca da abolição, acreditamos não ser possível afirmar que os missionários das Igrejas do Sul eram, essencialmente, escravistas. John Boyle, missionário responsável pela conversão dos irmãos Dias era da porção sul do país. Sobre estas hipóteses: LÉONARD, Émile. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: JUERP/ASTE, 1981.p.101; Ver também: MATOS, Alderi. *Pioneiros presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.pp.195-200.

*colpotor*⁵⁰⁵, Felipe Wengenton, chegaram a Cabo Verde, Antonio de Pádua Dias passou a realizar os cultos dentro dos salões da Loja Maçônica da qual era membro.⁵⁰⁶

A assistência mútua entre protestantes e maçons no período representava os anseios daqueles indivíduos diante das ideias liberais, da valorização da liberdade de culto, da Educação e das razões do progresso e da civilização no Brasil. Além disso, a Igreja Presbiteriana e a Maçonaria somavam forças frente à perseguição católica.⁵⁰⁷ Ao realizar os primeiros cultos da Igreja Presbiteriana na Loja Maçônica, Antonio de Pádua Dias se colocou cada vez mais em rota de colisão com os católicos da cidade. Não à toa, os conflitos que se deram em Cabo Verde, a partir de sua demissão, desencadearam uma série de questões que estavam em disputas no campo social, que perpassavam razões pessoais, políticas e religiosas e que seriam potencializadas pelas acusações apresentadas por seus adversários de que seria ele favorável às causas abolicionistas.

A cruzada católica contra as atuações protestantes em Cabo Verde teve na figura do Suplente do Juiz Municipal, Luiz Antonio Navarro, uma ardorosa militância na tentativa de derrubar Antonio de Pádua Dias do comando da delegacia. Em outra correspondência encaminhada diretamente à Presidência da Província, o suplente acusou o grupo de Antonio de Pádua Dias de "gente ruim, mais própria para salteadores, que anda aos bandos, cantando pelas estradas, cathequisando os pobres ignorantes". Segundo a correspondência, os católicos e a ordem na cidade estavam desprovidos de uma atuação policial séria, já que "as autoridades policiais estão reunidas no templo protestante", que desamparava seus cidadãos e propiciava a desobediência daquela gente que tinha na figura pública do delegado, o "presbítero da seita".⁵⁰⁸

As desavenças também partiram para os jornais, que acusavam Antonio de Pádua Dias por abandono da delegacia perante a fé protestante, estando a "cadea

⁵⁰⁵ Os colportores eram responsáveis em vender e distribuir bíblias e folhetos das igrejas, abrindo caminhos para a chegada de missionários que trabalhariam para a conversão da comunidade. Eles eram assistentes no processo de evangelização. HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.

⁵⁰⁶ "História da formação da Igreja Presbiteriana de Cabo Verde", manuscrito de 25 de outubro de 1912, de Joaquim Leonel de Magalhães, membro presbiteriano. Acervo particular da Igreja Presbiteriana de Cabo Verde.

⁵⁰⁷ MANSUR, Alexandre. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. Ver também: VIEIRA, David. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. 2ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1980.

⁵⁰⁸ Correspondência recebida pela Presidência da Província, 07/01/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.03,doc.09.

deserta" e a cidade vulnerável aos desmandos do delegado. Como solução, a carta enviada à *Gazeta de Notícias*, na Corte, sugeria ao Ministro da Justiça que disponibilizasse a delegacia para outro cidadão que pudesse zelar pela segurança e a manutenção da ordem na cidade.⁵⁰⁹

Imagem 8: Antigo Templo Presbiteriano de Cabo Verde, fundado em 1909, s/d.

Fonte: CARVALHO, Adilson de. *A Freguesia de Nossa Sra. da Assumpção do Cabo Verde e sua história*. São Paulo: s/d.p.218.

Diferentemente das comunidades presbiterianas que se formaram nas capitais, o presbiterianismo que se difundiu em Minas Gerais, buscou atrair uma população rural, atendendo a um grupo de despossuídos e/ou pequenos proprietários e que não se organizaram rapidamente aos moldes do formalismo presbiteriano dos grandes centros urbanos.⁵¹⁰ Ao menos, parece ser o caso do grupo de Cabo Verde, que apresentava uma religiosidade popular e fundamentada no cotidiano de seus fiéis.

O primeiro grupo presbiteriano, do qual estamos falando, estava inserido em uma região da cidade que hoje recebe o nome de "São Bartolomeu". De acordo com

⁵⁰⁹ Jornal *Gazeta de Notícias*, 15/11/1887, Rio de Janeiro, BN, fl.02.

⁵¹⁰ MENDONÇA, Antonio. *O celeste porvir...* op.cit.pp.185-209.

os memorialistas, aquela era uma área afastada do centro urbano, fazendo parte do complexo cafeicultor da região.⁵¹¹ Ao denunciar as "badernas" produzidas por aquele grupo de "pobres ignorantes", Francisco Navarro, promovia uma perspectiva de inferiorizar os protestantes frente aos católicos e suas famílias distintas e bem nascidas. No discurso do Suplente, eram os protestantes que, antes vigiados e repreendidos pela polícia, estariam naquele momento se servindo dela, bem como tendo na figura do delegado seu maior benfeitor.

Ao assumir o lugar de Antonio de Pádua Dias como delegado, Francisco de Assis Dias foi incansável defensor do irmão contra as acusações de Francisco Navarro. Segundo ele, era evidente que havia uma perseguição política e pessoal arquitetada pelos contrários à fidelidade de Antonio de Pádua Dias para com a política imperial e com o cumprimento das leis. Além disso, tanto ele quanto o irmão, eram perseguidos por professarem o presbiterianismo. Em seu discurso afirmava ser um "servidor fiel do governo e de deos" e dizia não temer os "filisteus", porque a justiça de "deos e dos homens triumpham".⁵¹²

Quanto às acusações de perseguição aos católicos, Francisco de Assis afirmava que "como autoridades que sendo de outra crença respeitamos a religião do estado mais que os intitulados catholicos desta cidade" e que sua função como autoridade era "defender as leis" e "respeitar ao rei como ungido do Senhor". No apelo religioso percebido nas palavras de Francisco de Assis, era possível verificar que ele procurava associar as parábolas bíblicas com as situações que perpassavam os conflitos da delegacia. A imagem do irmão era narrada como a de um verdadeiro "apóstolo" perseguido e injustiçado por seus opositores políticos, que se comportavam como grandes caluniadores contra um "servo de Deus em nome da Justiça".⁵¹³ Para Francisco de Assis, as irregularidades do mandonismo local, ao serem denunciadas pelos delegados, provocavam a ira dos inimigos e cabia a ele somente contar com a justiça de deus e a dos homens a seu favor.

Ao denunciar Antonio de Pádua Dias, Francisco Navarro apresentou justificativas que procuravam colocar em xeque a manutenção do delegado no cargo. Ao acusá-lo de dar passaporte a "escravo fugido" e de aliciar os cativos que

⁵¹¹ FERREIRA, Júlio Andrade. *O apóstolo de Caldas...*p.115.

⁵¹² Ao usar a denominação "filisteus", Francisco de Assis construía uma defesa de sua imagem e a do irmão, procurando nas analogias bíblicas, uma argumentação para se defender das acusações dos adversários. BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Edição Pastoral. 10ª impressão. São Paulo: Paulus, 1999; Ofício recebido da delegacia de Cabo Verde, 13/02/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.03, doc.12.

⁵¹³ Ofício recebido da delegacia de Cabo Verde, 13/02/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.03, doc.12.

transitavam pela região, o Suplente do Juiz Municipal tentou dar consistência as suas palavras, buscando evidências no passado de Antonio de Pádua Dias que o desabonasse para o cargo que ocupava.

Como vimos no capítulo 03, Antonio de Pádua Dias conseguiu provar que apenas cumpria a lei ao não aceitar compactuar com o fazendeiro Antonio Gonçalves de Siqueira, que pretendia manter em cativeiro um sexagenário. Sobre o aliciamento de escravos fugidos, também não havia provas que evidenciasse a questão.⁵¹⁴ Assim, parecia que Antonio de Pádua Dias estava prestes a comprovar sua inocência, mas outros elementos foram acrescentados à denúncia.

Ao atender o pedido do Chefe de Polícia, o Juiz Municipal de Caldas, José Ignácio de Barros Cobras Junior, apresentou seu ponto de vista sobre os conflitos em Cabo Verde. De acordo com ele, as acusações de que Antonio de Pádua Dias era conhecido como o "advogado de escravos" não procediam, pois, apesar de ter sido "solicitador de causas" em seu passado, sempre defendeu os "direitos de escravos em ações de liberdade, quase todas fundadas e julgadas procedentes".⁵¹⁵

A tentativa de desqualificar Antonio de Pádua Dias diante do cargo de autoridade, não estava ligada somente aos atos considerados suspeitos pelos seus opositores, como aliciar escravos ou dar passaporte a fugidos. Sua atuação como rábula em ações de liberdade muito endossava os argumentos de Francisco Navarro, de que a autoridade responsável pela ordem, na verdade fazia de sua delegacia um refúgio de escravos fugidos e um local em que o populacho protestante se sentia representado. Assim, as denúncias impostas contra o delegado - causador de "desordens" e favorável as causas dos escravos - apresentam grande reunião de interesses locais. O crescente desgoverno dos escravos, somado às atuações de advogados e autoridades frente aos interesses senhoriais, tencionavam as relações entre os homens da lei e os escravistas. Antonio de Pádua Dias nada mais fez do que colocar em prática, tanto como rábula quanto como delegado, aquilo que interpretava das leis emancipacionistas em prol de seus próprios interesses, bem como das causas que defendia, sendo a abolição uma delas.

O fato é que em nossa pesquisa não encontramos outros elementos que nos convença de que as atuações do delegado evidenciassem que tenha produzido uma

⁵¹⁴ Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 21/05/1887, APM, Polícia, POL 93, n.471, fl. 123v.

⁵¹⁵ Correspondência recebida do Juiz de Caldas para a Secretaria de Polícia, 05/05/1887, APM, Polícia, POL 93, ex.26, doc.29.

trajetória abolicionista na região ou mesmo que tenha usado desse recurso para se fazer passar por um filiado aos ideais da abolição. Mas obviamente, tanto sua interferência na libertação de escravos na Justiça, quanto o seu cumprimento legal enquanto delegado, deu a ele o figurino apropriado para que fosse visto como um radical, desertor dos interesses senhoriais. Vale pontuarmos também que, mesmo ao agirem de acordo com as leis, os irmãos Dias não negaram em momento algum o poder coercitivo da polícia no combate às repressões sobre as revoltas escravas e o direito à propriedade privada.⁵¹⁶ Cada qual o via de acordo com o prisma que lhe era mais conveniente. As demais ocorrências da delegacia de Cabo Verde, registradas nos livros de Polícia, nos deixam cientes disso.⁵¹⁷

O que talvez colocasse os irmãos Dias em rota de colisão com os fazendeiros mais resistentes ao escravismo no cenário sul mineiro, estava ligado ao forte apego à mão de obra escrava por parte de alguns fazendeiros que enxergavam somente na escravidão a sobrevivência da lavoura e de seus negócios. Em uma região com ares rurais bem definidos e uma produção cafeeira considerável, Cabo Verde poderia ser um palco perigoso para qualquer autoridade que buscasse agir conforme os ditames das leis emancipadoras, mesmo que este não alardeasse nada a favor da extinção do cativo.⁵¹⁸

Sem que houvesse outros agentes que publicizassem suas ideias abolicionistas e que engrossassem as fileiras da causa na cidade - mesmo que essas fossem regidas por práticas que somente estabelecessem as estratégias das alforrias condicionais e do controle do trabalho do liberto - a integridade de agentes como os irmãos Dias parecia

⁵¹⁶ Ronaldo dos Santos afirma que o comportamento dos delegados não era uniforme: assim cada um reagia a partir de suas convicções não, necessariamente, deixando-as evidente. Tudo dependia de suas "convicções pessoais" e das reações apresentadas pelos embates travados pelos grupos sociais, que pudessem assim comprometer a sua vida. SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo...* op.cit.p.49.

⁵¹⁷ Em geral, nos referimos a tentativa de combate da delegacia de Cabo Verde em conter as movimentações escravas e as ideias de perturbações da ordem pública, como a Correspondência citada no subitem 02, do Capítulo 03: Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia, 22/11/1887, APM, Polícia, Pol 98, fl.99; Outros casos: Ofício recebido da delegacia de Cabo Verde, 20/01/1887, APM, Polícia, POL 1 3, cx.03, doc.06; Ofício recebido da delegacia de Cabo Verde, 20/01/1887, APM, Polícia, POL 1 3, cx.03, doc.07; Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao Governo Provincial, 15/12/1887, APM, Polícia, POL 93, n.1703.

⁵¹⁸ O caso do delegado Joaquim Firmino, do Rio de Peixe, no Oeste paulista, tratado por Maria Helena Machado corrobora para pensarmos como a atuação legalista e, aparentemente, moderada dessas autoridades poderia reverberar de forma a alarmar os mais recalcitrantes proprietários que enxergavam nas ações do delegado mais um perigo a ser combatido por eles. "Os abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão"...op.cit.pp.26-28. Ver também: LIMA, Lana. *Rebeldia negra & abolicionismo...* op.cit.

estar mesmo em sério perigo, quando comparamos suas trajetórias com a de outros personagens do sul mineiro já tratados aqui.

Neste sentido, a luta de Antonio de Pádua Dias para provar sua inocência e recuperar o seu cargo, teve que lidar com o jogo político e os interesses locais. Na busca por defender sua idoneidade, ele buscou ajuda em outras autoridades para que pudesse provar sua inocência. Ao ser acusado de "advogado dos escravos", Antonio de Pádua Dias tratou logo de se apoiar nos serviços do colega advogado, Alberto John Monteiro de Barros, que se prontificou a enviar à Secretaria de Polícia da capital uma série de ofícios de Juizes da região que comprovavam serem falsas as acusações que pesavam contra o delegado.⁵¹⁹ Além disso, o advogado requereu do Juiz de Orfãos, certidões das decisões de Ação de Liberdade, em que Antonio de Pádua Dias estava envolvido, "certificando mais o teor das sentenças e despachos dados nas causas"⁵²⁰, como também providenciou no cartório local a certificação das mesmas ações. De acordo com o ofício, Antonio de Pádua Dias havia sido conseguido deferir uma série de solicitações, como as dos escravos Domingos, Felicidade e do casal Adão e Narciza.

Não fomos bem sucedidos na investigação de tais ações, que já não se encontravam na cidade. Mas os ofícios encaminhados à Secretaria de Polícia nos deram conta que desde a década de 1870, Antonio de Pádua Dias havia entrado, ao menos, com 12 pedidos de liberdade.⁵²¹ Também consta que, no jornal *Liberal Mineiro*, da capital da província, em 1883, Antonio de Pádua Dias propagandeou os seus serviços nas causas da liberdade, ao chamar a atenção do Juiz Municipal sobre os casos dos "pretos africanos Domingos, Pedro e Joanna e seus filhos, que vieram para o Brasil há cerca de 20 anos, depois da Lei de 1831".⁵²²

Na correspondência para a Secretaria de Polícia, em fins de 1887, nos parece que Antonio de Pádua Dias foi vitorioso em sua luta pela volta ao cargo de delegado. De acordo com o documento, o governo provincial atestava que, em consulta ao Ministro da Justiça, não havia nada que desaprovasse a figura do acusado, tendo suas ações sido geradas dentro da lei. Da mesma forma, sua profissão de fé protestante não

⁵¹⁹ Ofício do advogado Alberto John Monteiro de Barros para o Juiz Municipal de Cabo Verde e Muzambinho, 14/04/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.26., doc.29;

⁵²⁰ Ofício do advogado Alberto John Monteiro de Barros para o Juiz Municipal de Cabo Verde e Muzambinho, 14/04/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.26., doc.29.

⁵²¹ Ofício do advogado Alberto John Monteiro de Barros para o Juiz Municipal de Cabo Verde e Muzambinho, 14/04/1887, APM, Polícia, POL ¹ 3, cx.26., doc.29.

⁵²² Jornal Liberal Mineiro, 01/02/1883, Ouro Preto, BN, fl.02.

impedia que fosse delegado, já que o cargo não era dedicado exclusivamente para indivíduos que professassem a religião oficial do Estado.⁵²³ Assim, se Antonio de Pádua Dias expressou, de forma declarada, suas posições ideológicas diante das causas da abolição, nunca saberemos. Não, ao menos, a partir da documentação que nos chegou em mãos. Ciente de que sobre si pesava duas acusações e que essas poderiam comprometer o seu cargo (a de que era adepto ao protestantismo e "advogado dos escravos", preferiu ele assumir a primeira e negar a segunda, por ser um denominativo comprometedor diante dos projetos que alçava conquistar. O fato é que a trajetória dos irmãos Dias, mais especificamente o drama social em que esteve envolvido Antonio de Pádua Dias, nos revela a dinâmica dos enredos ligados às agendas da abolição em meio a uma imensidão de histórias de indivíduos que reagiam de maneiras muito diversas e complexas.

Imagem 9: Antonio de Pádua Dias (em pé à esquerda), 1891.

Fonte: CARVALHO, Adilson de. *A Freguesia de Nossa Sra. da Assumpção do Cabo Verde e sua história*. São Paulo: s/d.p.249.

⁵²³ Correspondência da Secretaria de Governo para a Secretaria de Polícia, 16/12/1887, APM, Polícia, SG 487, n.536.

E em sua história eternizada nos relatos memorialísticos, nos parece convincente que tratou ele (e seus descendentes) de alcançar o posto de anfitrião da comunidade presbiteriana do sul mineiro, bem como destacar seus feitos no campo jurídico da cidade. Antonio de Pádua Dias se tornou Promotor Público em fins do século XIX e Francisco de Assis foi vereador no mesmo período. Nenhuma menção ao denominativo "advogado dos escravos", que o fez conhecido naquele período, foi feita nos relatos memorialísticos.⁵²⁴

Entre tramas policiais, abolicionistas, de disputas religiosas e de conflitos políticos locais, Antonio de Pádua Dias soube conduzir a defesa de seus interesses frente à uma sociedade repleta de incertezas, na qual ele procurava se inserir constantemente.

5.3 - O "celeste porvir" - a intelectualidade presbiteriana e a abolição

Nos anos derradeiros da escravidão no Brasil - e diante das inúmeras movimentações sociais que se apresentavam nas ruas, nas fazendas, no Parlamento e na Justiça - a Igreja Presbiteriana, em seu 22º Presbitério no Rio de Janeiro, em 1886, resolveu condenar a escravidão, com base na Declaração da Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, de 1818.

Em consonância com as transformações que conclamavam pelo progresso e os ideais civilizatórios no país, o Presbitério discutiu sobre os dilemas da instituição escravista, "desejando ardentemente que este país se liberte do grande mal da escravidão, vê com alegria a propaganda abolicionista se firmando no terreno seguro da consciência cristã".⁵²⁵

Em 1887, na Abertura Anual do Presbitério, Eduardo Carlos Pereira, pastor brasileiro, afirmaria que "este presbítero, desejando ardentemente que este país se liberte do grande mal da escravidão, vê com alegria a propaganda abolicionista se firmando no terreno seguro da consciência cristã".⁵²⁶ A partir dos escritos de Eduardo Carlos Pereira, a intenção nesse momento é produzir uma análise do discurso de um intelectual presbiteriano que utilizou de sua inspiração religiosa para defender as ideias da abolição, principalmente, a partir de sua obra "A religião christã em suas

⁵²⁴ CARVALHO, Adilson de. *A Freguesia de Nossa Sra. da Assumpção do Cabo Verde e sua história*. São Paulo: s/d.pp.240-249.

⁵²⁵ LESSA, Vicente Themudo. *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo - 1863-1903*. Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.pp.165-168.

⁵²⁶ LESSA, Vicente Themudo. *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo...*op.cit.p.265.

relações com a escravidão", escrita em 1886, enquanto estava em missão por Campanha.

Eduardo Carlos Pereira nasceu em Caldas, em 1855, em uma fazenda escravista voltada à produção da agropecuária de subsistência e de abastecimento. De 1870 a 1873, se transferiu para Araraquara-SP para estudar no Colégio Ypiranga. Em Campinas, ele conheceu o missionário George N. Morton do Sul dos EUA, sendo convertido ao presbiterianismo. Eduardo Carlos dedicou grande parte de sua vida ao mundo da educação, se tornando pesquisador da gramática da Língua Portuguesa e da Teologia.⁵²⁷

A educação protestante destinava-se à formação de uma nova elite brasileira, prezando por um ensino liberal e progressista, reverberando os currículos norte-americanos do período. De acordo com alguns missionários, a evangelização era uma consequência natural da educação formal.⁵²⁸ Por anos, Eduardo Carlos se dedicou também ao magistério, lecionando nos colégios de cunho protestante. Já em São Paulo, ele adentrou nos estudos do protestantismo se tornando membro efetivo da Igreja Presbiteriana da cidade em 1875.⁵²⁹

Diferentemente dos irmãos Dias, Eduardo Carlos imergiu na formação intelectual, além de vivenciar cenários da escravidão e do protestantismo muito distintos durante suas andanças pelo Sul de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo.

⁵²⁷ MENDONÇA, Antonio. *O celeste porvir...* op.cit., pp.131-132.

⁵²⁸ OLIVEIRA, Ana Maria. *O destino (não) manifesto...* op.cit.pp.162-166.

⁵²⁹ MATOS, Alderi. *Os pioneiros presbiterianos do Brasil* (1859-1900). São Paulo: Cultura Cristã, 2004.p.332.

**Imagem 10: Eduardo Carlos Pereira e sua esposa
Luiza Pereira de Magalhães, 1905.**

Fonte: SANTOS, Alderi. Os pioneiros presbiterianos do Brasil (1859-1900): missionários, pastores e leigos do século 19. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.p.333.

Sua chegada à Campanha se deu em fins de 1882, quando assumiu a liderança da Igreja Presbiteriana.

As disputas religiosas entre católicos e protestantes puderam ser acompanhadas a partir dos embates entre Eduardo Carlos Pereira e o Pe. José Theophilo Moinhos de Vilhena. O *Monitor Sul-Mineiro* abriu espaço para os dois sacerdotes que se dispuseram a usar das páginas do periódico para proporem uma imagem de si e da fé professada diante de seus fiéis.

As boas-vindas aos missionários protestantes não foram amistosas desde o início. Ao descobrir que Eduardo Carlos e Miguel Torres haviam chegado à cidade e estavam convertendo fiéis católicos, o Pe. José Theophilo disparou no jornal que o protestantismo era uma "religião falsa, completamente falsa, galho decepado da grande árvore do catholicismo, o protestantismo estrebuxa, contorce-se em movimentos automáticos, sem direção, norte, princípio e nem fio".⁵³⁰

⁵³⁰ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 18/11/1882, Campanha, CECML, fl.01.

A resposta imediata de Eduardo Carlos se resumiria no versículo bíblico "ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda creatura".⁵³¹ Diante do princípio salvaçãoista e de busca de uma nova "canaã", Eduardo Carlos desenvolvia seu discurso para defender o protestantismo como a fé livre do atraso e da omissão católica, frente aos dilemas enfrentados naquele instante. Como missionários, eles estavam preparados para todas as intempéries que seus algozes pudessem provocar. Já o Pe. José Theophilo buscava alertar seus fiéis para que não fossem ludibriados pela sedução da fala protestante, pois são seus fiéis causadores de "anarchias" e "rupturas" e que defendiam uma liberdade que não era cristã.⁵³²

As divergências entre os dois ministros cristãos se arrastaram ao longo de toda a década de 1880, até a partida de Eduardo Carlos, em 1888, para assumir a Igreja de São Paulo. O fato é que Eduardo Carlos usou da imprensa sul mineira para propagandear e alargar a comunicação entre ele e os fiéis.

Se Antonio de Pádua Dias usava dos tribunais e da delegacia para se inserir socialmente nos dos espaços dominados, predominantemente, por católicos, Eduardo Carlos se escorou na imprensa para garantir que fosse ouvido, de acordo com seus interesses e do grupo profético que militava. Ao menos até aquele momento, as suas ações incomodavam o líder católico e não aos escravistas, como no caso de Antonio de Pádua Dias.

Da mesma forma que era possível dizer que às convicções pessoais de Eduardo Carlos o tenham feito agir com mais coragem frente aos seus opositores católicos e a favor daquilo que acreditava, a luta pela abolição assumiu papel de destaque em sua intelectualidade e vida missionária. No caso da obra *A religião cristã em suas relações com a escravidão*, Eduardo Carlos procurava condensar suas ideias a partir de vivências próprias e outras reflexões que haviam surgido ao longo do seu trabalho como missionário. Resultado de uma série de artigos publicados na *Imprensa Evangélica*, o livro se propôs a ser não só um ato de condenação presbiteriana ao sistema escravista, como procurava conscientizar seus fiéis das incompatibilidades entre o cristianismo e a escravidão.

Segundo Evaristo de Moraes, Eduardo Carlos acertava diretamente aqueles demais pastores que, de forma apática ou omissa, se esquivavam da aproximação das parábolas bíblicas com a realidade social. Produzia uma resposta que criticava aqueles

⁵³¹ Jornal Monitor Sul-Mineiro, 20/11/1882, Campanha, CECML, fl02.

⁵³² Jornal Monitor Sul-Mineiro, 31/07/1887, Campanha, CECML, fl.01.

que pretendiam conciliar a posse de escravos e os sentimentos religiosos. Ainda segundo Moraes, os escritos de Eduardo Carlos mobilizavam outros pastores e fiéis que adentraram à campanha abolicionista em São Paulo, militando ao lado de figuras como Antonio Bento. As escolas de cunho protestante passaram a assumir um discurso mais explícito sobre as mazelas sociais provocadas pela escravidão.⁵³³

Eduardo Carlos afirmava que a escravidão atrasava o progresso brasileiro e se constituía como um “crime” a Deus. Em um tom de pregação e de convencimento de seus fiéis e leitores, ele lamentava que muitos cristãos se entregavam ao “sacrilégio” de defender a propriedade escrava, utilizando para isso da “palavra de Deus, de justiça e de amor”⁵³⁴. A obra foi dividida em 6 capítulos e versa sobre as impressões do autor sobre o mundo da escravidão, a condenação do cativo pela Bíblia e as diretrizes que os fiéis deveriam seguir para não agirem com incoerência diante da ideia da liberdade.

No início do livro, ele recorreu às suas memórias de infância em Caldas para descrever as agruras da escravidão por ele presenciadas. Essas memórias trouxeram à tona um sujeito que utilizava de sua própria trajetória para argumentar a favor do que pensava.⁵³⁵ Segundo Eduardo Carlos:

Um dia, um ruído partindo de um quarto fechado, na extremidade do terreiro, chamou minha atenção. Approximei-me e escutei. Gemidos surdos e supplicantes distinguiram-se no meio do som de algumas cousas flexíveis que cabiam compassadas sobre um corpo molle. De vez em quando, uma voz ameaçadora respondia às supplicas humildes de alguma victima. Conheci a voz e comprehendí os gemidos: alli dava-se uma dessas scenas da escravidão, monstruosas e dilacerantes, que tem de mil fazendas chamando terríveis maldicções sobre este desventurado paiz. Sentia bater-me revoltado o coração; mas que podia eu fazer, se não derramar uma lágrima inefficaz de indignação e piedade pelo pobre captivo?(...) Oh! Maldita instituição, que desperta no homem o instinto da fêra, obliterando os mais comeseinhos sentimentos de humanidade!⁵³⁶

Para ele, a escravidão seria um “roubo”, pois a liberdade seria um “dom primitivo” de Deus e essencial para a vida humana. Evocando também o “cientificismo” e a razão da intelectualidade brasileira, acreditava ele que as

⁵³³ MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista...* op.cit. p.240.

⁵³⁴ PEREIRA, Eduardo Carlos. *A religião christã em suas relações com a escravidão*. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckeler & c., 1886.p.8.

⁵³⁵ PEREIRA, Eduardo Carlos. *A religião christã em suas relações com a escravidão...* op.cit., pp.8-9.

⁵³⁶ PEREIRA, Eduardo Carlos. *A religião christã em suas relações com a escravidão...* op.cit., pp.4-5

evidências contrárias à continuidade da escravidão estavam postas na sociedade. Eduardo Carlos elevava as lutas abolicionistas do último quartel do oitocentos, lamentando essa frente não ter sido lançada em tempos anteriores.⁵³⁷ Nos ensejos dos últimos suspiros da escravidão e em um momento de efervescência das ideias abolicionistas, Eduardo Carlos procurava angariar a simpatia de um maior número de adeptos para as causas da abolição.

Eduardo Carlos falava a linguagem da religião para professar seu abolicionismo, em que deus ocupava o centro das discussões e conduzia à liberdade. Nesse caso, nos parece haver uma semelhança com o abolicionismo religioso norte-americano, abrindo margens para essa investigação, em que não podemos afirmar ter sido os abolicionistas brasileiros somente praticantes de uma "linguagem secular" para propagandear suas ideias acerca da questão. É necessário redimensionar esta questão, já que até aqui ela vem nos parecendo mais complexa do que se poderia imaginar.⁵³⁸

Apesar de romper com a matriz missionária norte-americana, fundando a Igreja Presbiteriana Independente, em 1903, Eduardo Carlos sempre se mostrou simpatizante às conquistas abolicionistas dos Estados Unidos, valorizando a formação dos movimentos nortistas e o progresso gerado na região com o fim da escravidão. Dava salvas aos abolicionistas Garrison, Brown e Buxton, colocando-os como exemplos para os brasileiros e para os próprios sulistas, que castigados pela resistência que promoveram contra o fim da escravidão, viram o progresso triunfar no norte do país.⁵³⁹

Em outro capítulo, Eduardo Carlos propôs justificar a dependência histórica do homem com a escravidão que sempre "trouxe desastrosas consequências sociais". Ao voltar os olhos para a escravidão no Brasil, Eduardo Carlos criticava veemente as leis conhecidas como abolicionistas por acreditar que elas apenas camuflavam o

⁵³⁷ PEREIRA, Eduardo Carlos. *A religião cristã em suas relações com a escravidão...*, op.cit., pp.28-29.

⁵³⁸ AZEVEDO, Célia Maria. *Abolicionismo...* op.cit.pp.43-45.

⁵³⁹ PEREIRA, Eduardo Carlos. *A religião cristã em suas relações com a escravidão*, op.cit., pp.33-35. Segundo Eduardo Carlos: “Julgavam os Estados do Sul, na América do Norte, que acabar com os escravos era matar o ‘rei algodão’, destruir a lavoura, e, conseqüentemente, a riqueza e prosperidade do paiz. No 1º de janeiro de 1863, um golpe violento do grande Lincoln converte em cidadãos 4 milhões de escravos. Após o terrível abalo, e apesar de 4 annos de tremenda guerra civil, a riqueza e progresso dos Estados Unidos não tem rivaes, e os sulistas em nada tem que invejar a prosperidade do Norte.”(PEREIRA, 1886: 39)

problema do sistema escravista, sendo coniventes com os interesses dos senhores. Ao comparar a passagem bíblica em que Moisés e o povo hebreu (resgatado do Egito) com a situação dos legisladores e dos escravos no Brasil, afirmava que não podendo “o legislador dos hebreus” abolir a escravidão, criava Moisés uma série de medidas no sentido de proteger o seu povo, acabando com os abusos do cativo e tirando o caráter cruel das repressões, até libertá-los. Já na terra prometida, os hebreus teriam uma série de normas para possuir e tratar seus escravos, zelando por suas vidas e os deixando livres.⁵⁴⁰

Esta postura de Moisés, sob fortes ordenações divinas, nada se compararia com a omissão dos legisladores brasileiros do século XIX, o que envergonhava Eduardo Carlos que denunciava as arbitrariedades do tráfico após a Lei de 1831, bem como a aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe, excluindo a proposta inicial do Gabinete Dantas. Para Eduardo Carlos, esta última lei não exigiu a declaração de naturalidade dos escravos no preenchimento das novas matrículas, o que deu margens para que os proprietários falsificassem os registros de matrículas de escravos que já eram livres desde a Lei de 1831.

Mesmo que a comparação de Eduardo Carlos causasse certa ambiguidade, já que ao combater as contradições das leis brasileiras, tenha usado de uma situação bíblica em que o cativo era legitimado e não rompido definitivamente, o autor propunha que os cristãos mudassem de postura frente ao sistema escravista, baseando-se na figura bíblica do apóstolo Paulo, já que esse não tinha a pretensão de “reformular os moldes das velhas sociedades”, mas não se amedrontava com a defesa de um escravo fugido de seu dono, por exemplo.⁵⁴¹ Seria essa uma incitação ao acolhimento de escravos fugidos feita por Eduardo Carlos?

Neste sentido, a cristandade precisava se posicionar e defender a libertação dos escravos em prol de uma sociedade na Terra que fosse mais justa para uma garantia de salvação divina. Eis:

⁵⁴⁰ Ao mencionar tal episódio bíblico, Eduardo Carlos se referiu às passagens em que o trabalho escravo era aceito em Israel, desde que fosse por dívida ou pobreza. As leis descritas nos livros bíblicos procuravam amenizar as agruras do cativo, oferecendo a possibilidade de libertação aos escravizados, melhores condições de vida dentro das propriedades, impedindo o abuso e violência por parte dos donos. (Êxodo 21: 1-11; Deuteronômio 23: 15-16; 15: 12-18). Bíblia Sagrada. Edição Pastoral. 10ª impressão. São Paulo: Paulus, 1999.); PEREIRA, Eduardo Carlos. *A religião cristã em suas relações com a escravidão...* op.cit., pp.12-13.

⁵⁴¹ PEREIRA, Eduardo Carlos. *A religião cristã em suas relações com a escravidão...* op.cit., p.24.

Se a religião, portanto, que professas, condena o captiveiro, escolhe entre ella e os escravos que possues. Ou guarda teus escravos, e continua aproveitar do suor do rosto do teu proximo, e, neste caso, imitando o exemplo dos gadarenos, pede a Jesus que se retire de tua casa; ou então, restitue a teus escravos a liberdade roubada e declara por esse acto que não és um mero hypocrita.⁵⁴²

Para Eduardo Carlos, o escravo era a imagem de deus e assim a sua propriedade pertencia ao criador e era “sagrada”. Aos protestantes não cabia o direito de roubar o “direito inviolável” do pastor, que como senhor de todos - livres e escravos - era o único condutor da vida dos seres humanos. A mensagem de Eduardo Carlos era clara: "de um captiveiro amargo e degradante não te libertou o sangue do compassivo Redemptor? E agora ao contemplares teu escravo, não ouves a terrível repulsão de teu Senhor?"⁵⁴³

Ao estudar os missionários batistas no Caribe, Emília Viotti da Costa afirma que o cristianismo havia se tornado um alento e um modo de iluminar as desigualdades sociais com que se deparavam aqueles fiéis. De qualquer maneira, aquela linguagem bíblica e cristã poderia provocar um sentido de subserviência em um contexto de rebeldia social. Por conta disso, havia uma rejeição ferrenha à presença missionária naquela região por parte de muitos proprietários.⁵⁴⁴

⁵⁴² PEREIRA, Eduardo Carlos. *A religião christã em suas relações com a escravidão...* op.cit.,p.36.

⁵⁴³ PEREIRA, Eduardo Carlos. *A religião christã em suas relações com a escravidão...* op.cit.,p.44.

⁵⁴⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos em Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.pp.28-33.

Imagem 11: A religião christã em suas relações com a escravidão", 1886.

Fonte: Acervo particular (Éber Ferreira Lima)

Às vésperas da abolição e consciente das movimentações que se davam pelo fim do cativeiro, Eduardo Carlos foi convicto em se posicionar frente a uma abolição imediata e capaz de extinguir o "mal" sobre a terra. Por isso, ele postulava a ideia de que o púlpito não poderia ser acometido de ressalvas e receios, se a abolição se encontrava à "luz de verdades incontestáveis". Se a escravidão era uma instituição ilícita e ofensiva a deus, "por que então a reserva, o silêncio medroso ante um crime tão grave?". Com isso, convocava seus fiéis a criarem condições para "dissimular os tempos desta ignorância"⁵⁴⁵, devendo tornar o trabalho missionário uma forma de preparação de escravos que receberiam tal benesse. A reboque dos discursos paternalista-humanitários e dos princípios de tutela sobre o escravo, considerado incapaz de conduzir sua vida sozinho, Eduardo Carlos reproduzia o tom conservador também presente em outros projetos abolicionistas discutidos até então. Para ele, não bastaria abolir a escravidão, pois seria necessário preparar o "povo" e "elevar a

⁵⁴⁵ PEREIRA, Eduardo Carlos. *A religião christã em suas relações com a escravidão...*op.cit.,p.31.

sociedade a compreensão da justiça e santidade". Se assim não fosse "era deitar remendo de panno novo em vestido velho, ou despejar vinho novo em velhos ôdres."⁵⁴⁶

Para os trabalhos que venham a se preocupar com os estudos das missões protestantes pelo Brasil, torna-se pertinente mensurar o peso das questões raciais presentes nas ações e discursos daqueles missionários frente ao sujeito escravo.⁵⁴⁷ Apesar dos códigos de conduta e do sentimento de culpa serem bastante alargados nas falas protestantes, sobretudo no que vimos na apresentação da obra de Eduardo Carlos, parte do que ele enxergava do outro era a reprodução de uma visão estereotipada. Assim, se a escravidão era "pecado", caberia aos fiéis levar a "verdade" e preparar os escravos, moralmente degenerados pelas agruras do cativo.

Também nos parece importante uma investigação que aponte as repercussões desses escritos e das missões pelo território brasileiro, tanto aquelas realizadas pelos missionários norte-americanos quanto pelos brasileiros.

Com isso, queremos concluir que as trajetórias dos agentes da fé que pudemos acompanhar, nos chama a atenção para que as ideias da abolição, sob o ponto de vista religioso, não podem ser elucidadas a partir de uma interpretação uníssona. É evidente que agentes católicos se deixaram experimentar pelos projetos de abolição, se posicionando frente às omissões da Igreja⁵⁴⁸, da mesma forma que as atuações protestantes se mostraram dinâmicas e variáveis ao sabor das transformações sociais que se deram naqueles últimos suspiros da escravidão no país. Redimensionar as interpretações sobre como as designações cristãs enxergavam as ideias da abolição, sobretudo a partir das trajetórias de seus agentes, poderá somar novas perspectivas sobre os projetos abolicionistas que se deram na última década da escravidão.⁵⁴⁹

Se a religiosidade proferida por aqueles agentes da fé deu conta de responder, à sua maneira, aos dilemas da crise da escravidão, essa influência religiosa no processo da abolição necessita ser considerada. Havia uma inspiração religiosa muito convincente por trás das ações dos personagens apresentados aqui.

Para Eduardo Carlos, a ideia de um protestantismo que apresentasse uma interpretação bíblica, traduzida para uma linguagem familiar e acessível aos fiéis, sem

⁵⁴⁶ PEREIRA, Eduardo Carlos. *A religião cristã em suas relações com a escravidão...* op.cit., p.31.

⁵⁴⁷ Sobre as ideias racialistas e civilizatórias que alguns missionários norte-americanos projetaram para suas missões no Brasil, ver: BRITO, Luciana. *Impressões norte-americanas sobre escravidão...* op.cit.

⁵⁴⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados...* op.cit. pp.76-79.

⁵⁴⁹ DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp.108-109.

cortes e sem precisar da mediação de intérpretes a todo instante, significava encontrar o que buscavam avidamente: por um lado, um deus vivo, fraterno e humano (que não aceitava a escravidão de seus pares); por outro, uma nova concepção de sacerdócio e de mundo (um fiel protestante que agia de acordo com as leis e procurava ocupar maior espaço nas relações de força ou um padre que se articulava entre os afazeres do sacerdócio e da política).

Pe. Calixto, Antonio de Pádua Dias e Eduardo Carlos Pereira conheceram a efervescência das vozes que se entrelaçavam e disputavam espaço no processo de abolição que se deu na década de 1880. Os três procuraram leituras, por vezes parecidas, mas com atuações distintas no cenário em que se moldavam os projetos da abolição. Os três usaram da inspiração religiosa para lutarem a favor de suas convicções.

Considerações finais

Ao longo desta tese, procuramos contribuir para o debate que temos participado sobre os enredos que conduziram ao simbólico 13 de maio de 1888. Está claro que esta data não pode ser vista nem como o ponto final, nem mesmo o mais importante para se entender sobre a desintegração do sistema escravista. Nossa intenção foi apostar na ideia de um processo histórico que levou a extinção do cativo e que teve na década de 1880, um grande momento de efervescência da campanha abolicionista no país. Acreditamos que esta pesquisa vem a corroborar com os demais trabalhos que problematizaram as movimentações sociais e que foram responsáveis pela formação de uma complexa "teia" de discursos e atuações de indivíduos que, ativamente, estiveram por trás da derrocada da escravidão.

Se o 13 de maio teve como efeito primeiro libertar os que ainda viviam sob o jugo do cativo; se grande parte dos libertos conquistaram a liberdade a partir de inúmeras formas de resistência empreendidas por eles naquela década; se outras agitações sociais se somaram a essa "teia" construída para ser assentada sobre o sistema escravista; e se algumas instituições do Estado - polícia e a Justiça - possibilitaram condições para minar ainda mais as relações de força empregadas pelos senhores; dificilmente, poderíamos nos arriscar a contar a história da abolição em Minas Gerais sem levar em conta sua complexidade ao congregar uma série de fatores que perpassam desde a conjuntura internacional até as movimentações populares que, cotidianamente, enfraqueceram o poder senhorial. A história da abolição não está no 13 de maio, mas sim no conjunto de ações e trajetórias de indivíduos que ao longo do tempo imprimiram suas marcas e suas lutas. E o que procuramos analisar aqui foi a passagem final desta trama social.

A partir dos diferentes aspectos já problematizados pela historiografia para os fenômenos que se deram naquela década, procuramos fazer um breve "passeio" pela porção sul da província mineira na tentativa de entendermos, a partir das linhas e entrelinhas que a documentação nos possibilitou ver, os desafios que seus agentes enfrentaram frente aos encaminhamentos que se deram naquele processo da abolição. As histórias e as ações dos personagens que visitamos nos convenceram de que o "mito da mineiridade", que afirmava ter sido Minas Gerais um território "ordeiro" e incapaz de insurgir contra a "normalidade" foi nada mais que a vitória de um projeto

político desenhado para a província e que até alguns anos atrás levou a historiografia a não enxergar a complexidade e a dinâmica dos diversos projetos que estiveram em disputa.

Acreditamos que as ações daqueles sujeitos históricos formaram um processo que nos aponta várias facetas e nos leva a diferentes caminhos para o seu entendimento. Acreditamos assim que a abolição na província mineira precisa ser entendida muito mais por sua diversidade de projetos de extinção do cativeiro que por sua diversidade regional.

O processo de abolição que tentamos esquadrihar procurou trazer à tona as ações construídas a partir das ambiguidades inerentes naqueles sujeitos, procurando resgatar as incertezas e expectativas que pairavam sobre eles. Os espaços de autonomia conquistados pelos escravos, não mais sob o constante olhar vigilante e feitorizado, possibilitaram trânsitos, descobertas, estreitamento de novos laços e buscas por formas de pleitear a liberdade. A leitura de que era possível recorrer a polícia ou enfrentar seus senhores nos tribunais, quando seus direitos eram desrespeitados, alargou as possibilidades que os escravos possuíam de tencionarem as regras até então estabelecidas. As fugas também produziram grande efeito sobre o poderio privado dos senhores, o que levou o Estado a se defrontar com os interesses daquele grupo. A participação de advogados, delegados e juízes na mediação dos conflitos existentes entre senhores e escravos é um exemplo disso. E como as ações de controle da polícia eram completamente permeáveis, tornava-se difícil manter a ordem, aumentando cada vez a sensação de desgoverno.

Já sobre as práticas e os discursos analisados, a partir da imprensa e das correspondências policiais, procuramos demonstrar que eles devem ser entendidos a partir de diferentes matizes abolicionistas. Assim, apontamos para indivíduos e grupos que experimentaram atuações acanhadas e emancipadoras até outros que extrapolaram as vias legais, procurando participar de redes populares que acoitavam e auxiliavam escravos a fugirem em busca de outros sentidos de liberdade para suas vidas. Também vale dizer que, com o avançar da década de 1880, alguns sujeitos passaram a enfatizar com mais vigor sua militância abolicionista, colocando em risco suas vidas frente à violência de alguns proprietários que passaram a vê-los como inimigos e desordeiros. E não podemos esquecer que por trás daquelas atuações a favor da abolição, imperava quase sempre um discurso paternalista-humanitário, que subestimava a capacidade de participação dos escravos

Também, por vezes, os conflitos entre abolicionistas e escravistas desvelaram interesses pessoais e político-partidários. Vimos com isso que alguns tornaram-se abolicionistas de ocasião e outros empreenderam um embate social mais efetivo ao longo do período estudado. Diferentemente do que se viu até pouco tempo sobre o perfil desses sujeitos, os abolicionistas estavam representados em todos os setores. O abolicionismo popular pôde ser sentido em muitos enredos que apresentamos, sempre sob a tentativa de ameaçar o controle dos senhores e do Estado, já que seus representantes não estavam mais dispostos a obedecerem a ordem estabelecida. Infelizmente, esmiuçar quem eram esses sujeitos e suas atuações é tarefa difícil devido a censura intencionalmente pensada nos discursos pronunciados nos documentos.

Ao encerrarmos esta tese vale dizer que as lutas pela abolição não foram lutas pela equidade social e/ou racial. O que vimos surgir no apagar das luzes após o 13 de maio de 1888 foi a consolidação das teorias racialistas e dos projetos políticos segregadores, que apontavam os egressos do cativeiro e seus descendentes como subalternos e inferiores. Não à toa, muitos negros tiveram que passar pelos rígidos mecanismos de controle, para que o projeto de nação que se almejava não fosse ameaçado. Com isso, tentamos desconstruir alguns mitos da abolição - como a passividade dos escravos diante dos seus próprios interesses - procurando entender o seu processo como fruto das ações de vários atores sociais e de uma expressiva movimentação popular. Nosso esforço esteve no sentido de explicar que as razões humanas nem sempre criam ações e discursos pautados pela racionalidade e por tomadas de decisões bastante assertivas e conclusivas. Sob esta perspectiva, procuramos compreender os movimentos sociais diante de um cenário completamente indefinido, demarcado somente pelas incertezas e expectativas de sujeitos que não sabiam o final de suas próprias histórias.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1- Fontes Primárias

Manuscritas

Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG

- **Fundo Chefia de Polícia:** Documentação avulsa e livros de registros ordenados por séries e subséries (1880-1888): série 01 – Correspondência recebida pelo Chefe de Polícia, POL '13; série 02 – Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia, POL 94, POL 102, POL 111, POL 10, POL 324, POL 328, POL 338 e POL 339.

- **Fundo Secretaria de Governo:** Documentação avulsa e livros de registros ordenados por séries e subséries (1880-1888): SG 153 a SG 159; SG 487 a SG 489; SG 605 a SG 611; SG 1234 e 1235.

- **Fundo Assembleia Legislativa Provincial:** Documentação avulsa e livros de registros ordenados por séries e subséries (1880-1888): AL '1; AL '3; AL '5; AL '6.

- **Fundo Presidência da Província:** Documentação avulsa e livros de registros ordenados por séries e subséries (1880-1888): PP '12; PP'18.

IPHAN/13ª Superintendência Regional, Escritório Técnico II - São João del Rei-MG

- **Fundo Autos Crimes:** Inquéritos Policiais e Processos Criminais (1880-1888), caixas 36,37,38, 39, 40, 41, 42 e 43.

Arquivo Público e Histórico - Cristina-MG

- **Fundo Autos Crimes:** Inquéritos Policiais e Processo Criminais(1880-1888), caixas 168,169, 171,172,173,174,175.

Museu Histórico Francisco Cerávolo - Muzambinho-MG

- Atas da Câmara Municipal

Arquivo do Fórum da Comarca de Muzambinho - Muzambinho-MG

- **Fundo Autos Crimes:** Inquéritos Policiais

Arquivo do Fórum da Comarca de Cabo Verde - Cabo Verde-MG

- **Fundo Autos Crimes:** Inquéritos Policiais e Processos Criminais (1880-1888)

- **Fundo Documentos Avulsos:** autos de depósito

Arquivo Público do Estado de São Paulo - São Paulo-SP

- **Fundo Chefia de Polícia:** Documentação avulsa (1886-1888), caixas 30, 31, 165, 178, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 209, 211, 212, 218, 219, 222, 230, 247.

Impressas

Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort - Campanha-MG

- **Fundo Periódicos:** Coleções completas e avulsos (1880-1888) - Monitor Sul-Mineiro, Gazeta Sul-Mineira, O despertador, Colombo, A Conjuração.

Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro-RJ

- **Hemeroteca digital:** Consulta a edições avulsas (1886-1888) - Cidade do Rio, Gazeta de Notícias, A União, Liberal Mineiro, Diário de Notícias.

Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG

- **Fundo Jornais Mineiros/Hemeroteca digital:** Coleção completa e avulsos (1880-1888) - Liberal Mineiro, A Província de Minas, A Verdade, Livro do Povo, Colombo.

Arquivo Público do Estado de São Paulo - São Paulo-SP

- **Fundo Periódicos:** Coleção completa e avulsos (1880-1888) - Diário Popular, Província de São Paulo, Jornal da Tarde.

Escritos políticos, Legislação e relatos memorialísticos

BUENO, Julio. *História da Campanha*. Campanha: Colombo, 1941.

CASADEI, Antonio. *Notícias históricas da cidade de Campanha*. Campanha: Tradição e Cultura, 1987.

_____; CASADEI, Thalita de Oliveira. *Aspectos históricos da cidade de Campanha*. Petrópolis: Ed. Jornal da Cidade, 1989.

FERREIRA, Júlio Andrade. *O apóstolo de Caldas*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2010.

MIRANDA, Amélio de. *A história de Três Pontas*. Belo Horizonte: Ed. JC, 1980.

Relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais do período entre 1880 e 1888. Documentos digitalizados disponíveis no site da Chicago University; http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 1987.

SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Martins, 1942.

SOARES, Moacyr. *Muzambinho: sua história e seus homens*. São Paulo: Gráfica Cruzeiro do Sul, 1940.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princeza*. V.02. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1937.

VASCONCELLOS, Diogo de. *Limites entre São Paulo e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1910.

_____. *As primeiras vilas do ouro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

_____. *História antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

_____. *História média de Minas Gerais*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos, Fundação João Pinheiro, 1998.

2- Fontes secundárias

Livros, Dissertações e Teses

ABREU, Martha. *O Império do divino*. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação*. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALGRANTI, Leila. *O feitor ausente*: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons*: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822, Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2001.

_____; OLIVEIRA, Mônica de. *Nomes e números*: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro*. Minas Gerais – Campanha da Princesa(1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

AZEVEDO, Celia Maria de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites, século XIX. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *Abolicionismo*: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada(século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu da Carapinha*. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

_____. *O Direito dos escravos*. Lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica*: demografia de Minas Gerais, 1720 – 1888. Bauru: EDUSC, 2004.

BERTIN, Enidelce. *Os meias-caras*. Africanos livres em São Paulo no século XIX. Salta, SP: Schoba, 2013.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Edição Pastoral.10ª impressão. São Paulo: Paulus, 1999.

BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade*. O exército cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRITO, Luciana. *Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

BRUGGER, Silvia. *Minas patriarcal*. Família e sociedade(São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CARRARA, Angelo. *Minas e currais*. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais. 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravismo e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero*: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889). Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Escritos de História e política. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Adilson de. *A Freguesia de Nossa Sra. da Assumpção do Cabo Verde e sua história*. São Paulo: s/d.

CASTILHO, Celso. *Abolitionism Matters: the politics of antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*. Tese de Doutorado. Berkeley: University of California, 2008.

CASTILHO, Fábio. *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. "Uma revolução da leitura no século XVIII?". In: NEVES, Lúcia Maria B. P. das. *Livros e impressos. Retratos do setecentos e do oitocentos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.

COLEMAN, Deirdre. "Henry Smeathman, the fly-catching abolitionist". In: CAREY, Brycchan; ELLIS, Markman; SALIH, Sara. *Discourses of slavery and abolition. Britain and its colonies, 1760-1838*. New York: Palgrave, 2004.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONSENTINO, Daniel do Val. *Um múltiplo de transições. A transição para o trabalho livre em Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª edição. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

_____. *Coroas de glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos em Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado(1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

COTA, Luiz Gustavo. *Ave Libertas: abolicionismo e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

COTTA, Francis. *Breve história da polícia militar de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira, Itajubá – 1785-1850*, Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel, a "Redentora" dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos(1846-1988)*. Bauru: EDUSC, 2004.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELIAS, Norbert. *Escritos e ensaios I*. Estado, processo opinião pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Maria Fernanda. *A esperança e o desencanto*. Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008.

FLAUSINO, Camila. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. A emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 33ª edição. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2004.

FURTADO, Júnia. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*. O outro lado do mito. São Paulo: Companhia, 2003.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São João del Rei(1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAHAM, Sandra. *Caetana diz não*. Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade*. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *O fiador dos brasileiros*. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2002.

_____. "Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX." In: LARA, Sílvia; MENDONÇA, Joseli. *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991.

GUIMARÃES, Armelim. *História de Itajubá*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

GUIMARÃES, Elione. *Violência entre parceiros de cativeiro*. Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-abolição*. Família, trabalho, terra e conflito(Juiz de Fora, 1828-1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HORNE, Gerald. *O sul mais distante*. Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem do trabalho livre na região da Zona da Mata mineira, 1870-1920*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral(org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LARA, Sivia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli. *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil. 1808-1842. 2ª edição. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Dep. Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LESSA, Vicente Themudo. *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo - 1863-1903*. Subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Éber. *Entre a sacristia e o laboratório*. Os intelectuais protestantes brasileiros e a produção da cultura. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

LIMA, Lana. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco C. Teixeira da. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MACHADO, Humberto. *Palavras e brados*. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. Niterói: Ed. da UFF, 2014.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O plano e o pânico*. Os movimentos sociais na década da abolição. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. "Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo". In: PORTA, Paula(org.). *História da cidade de São Paulo*. A cidade no Império, 1823-1889. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. "De rebeldes a fura-greves. As duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos Pós-Emancipação". In: GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia(orgs.) *Quase-cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

_____. "Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas": a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Vol.III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. "Os rastros de Agassiz nas raças do Brasil: a formação da coleção fotográfica brasileira". In: MACHADO, Maria Helena P. T.; HUBER, Sasha. *Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*. São Paulo: Capacete & 29th São Paulo Biennial, 2010.

_____. "Os abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão". In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus. (orgs.) *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011.

MANSUR, Alexandre. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

MARTINS, J.P. Oliveira. *O Brazil e as colonias portuguesas*. Lisboa: Bertrand, 1880.

MARTINS, Roberto. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century, Minas(Brazil)*. Nashvill, Vanderbilt Universit, 1980.

_____. "Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez.". In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral(orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MATOS, Alderi. *Pioneiros presbiterianos do Brasil*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 2011.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. A Inconfidência Mineira. Brasil e Portugal(1750-1808). 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.

MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis*. A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.

MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Ed. UFPE, 2010.

MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista: 1879-1888*. 2.ed. Brasília: Ed. UNB, 1986.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

MOUTINHO, Laura. Razão, "cor" e desejo. Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais "inter-raciais" no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

NEVES, Erivaldo. *História regional e local*. Fragmentação e recomposição da História na crise da modernidade. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*(1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1983.

OILIAM, José. *A abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

OLIVEIRA, Ana Maria. *O destino (não) manifesto*. Os imigrantes norte-americanos no Brasil. São Paulo: União Cultural Brasil-Estados Unidos, 1995.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

PAIVA, Eduardo. *Escravidão e universo cultural na colônia*. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PASCOAL, Isaías. *Reprodução da força de trabalho no Sul de Minas - século XIX - no contexto de uma formação econômica não-exportadora*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2005.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESSANHA, Andréa. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição*. Rio de Janeiro, 1884-1888. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

PINSKY, Carla; DE LUCA, Tania Regina. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870/1930*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRATT, Marie. *Os olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.

PRIORI, Ângelo. "História regional e local: métodos e fontes", *Revista Pós-História*, Assis, 1994.

REIS, Liana. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850-1888*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

_____. "Abolicionismo, imprensa e poesia". In: VENÂNCIO, Renato. *Panfletos abolicionistas*. O 13 de maio em versos. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2007.

_____. *Crimes e escravos na Capitania de todos os negros*(Minas Gerais, 1720-1800). São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. "Abolição, poder e resistência escrava(1850-1888)". In: RESENDE, Maria Efigênia; VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Vol.01. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2013.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial*(Minas Gerais, 1839-1884). Dissertação de Mestrado, Araraquara, Universidade Estadual de São Paulo, 2006.

RODARTE, Mario. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1999.

ROSEMBERG, André. *De chumbo e festim*. Uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 2010.

ROTHMAN, Joshua. *Notorius in the Neighborhood. Sex and families across the color line in Virginia, 1787-1861*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

ROVARON, Carlos Eduardo. *Ocupação da região da caldeira vulcânica de Poços de Caldas(séc. XVIII-XX)*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

SAES, Alexandre; MARTINS, Marcos(orgs.). *Sul de Minas em transição*. A formação do capitalismo na passagem para o século 20. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2012.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço*. Diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo: IPE/USP, 1980.

SARAIVA, Luis Fernando. *O Império nas Minas Gerais: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*, Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Retrato em branco e preto*. Jornais, escravos e cidadão em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. "Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da abolição brasileira. In: CUNHA, Olívia da; GOMES, Flávio. *Quase-cidadão*. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do povo*. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. Uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Denílson Cássio. *O drama social da abolição: escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João del-Rei, Minas Gerais (1870-1900)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra pátria: anglicanos e batistas na Bahia*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Marcos A. (org.). *República em Migalhas - História regional e local*. São Paulo, Marco Zero - CNPQ, 1990.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. 4ª edição. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SLENES, Robert. "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888". In: COSTA, Iraci(org.). *História econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

_____. "Senhores e subalternos no Oeste Paulista". In: ALENCASTRO, Luiz Felipe(org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STROTHER, Z.S. "Display of the body Hottentot. In: LINDFORS, Bernthed(ed.). *Africans on stage. Studies in ethnological show business*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. A origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VELLASCO, Ivan. *As sedução da ordem*. Violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais, século XIX. São Paulo; Bauru: EDUSC, 2004.

VIEIRA, David. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. 2ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1980.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990.

WIRTH, John. *O fiel da balança*. Minas Gerais na federação brasileira. 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WISSENBAACH, Maria Cristina. *Sonhos africanos, vivências ladinas*. Escravos e forro em São Paulo(1850-1880). São Paulo: Hucitec, 2009.

Periódicos e Anais

CARDOSO, Ciro. "Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas", *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, XIII, n.01, 1983.

CASTILHO, Celso; COWLING, Camillia. "Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e Fundos de Emancipação na década de 1880 no Brasil", *Revista Afro-Ásia*, n.47, 2013.

CUNHA, Alexandre Mendes & GODOY, Marcelo Magalhães. "O espaço das Minas Gerais: processo de diferenciação econômico-regional e regionalização nos séculos XVIII e XIX", *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu, 2003.

GODOY, Marcelo. "Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX", *Texto para discussão* n.109, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1996.

GOMES, Flávio; MACHADO, M. H. P. T. "Interiorização e os quilombos em São Paulo nos séculos XVIII e XIX.", *Iberoamericana*, XI,42, 2011.

GRINBERG, Keila. "A fronteira da escravidão: a noção de 'solo livre' na margem sul do Império brasileiro", *Anais do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Florianópolis, 2007.

LÉONARD, Émile. *O protestantismo brasileiro*. São Paulo: JUERP/ASTE, 1981.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco C. Teixeira da. "Região e História Agrária", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995.

LUNA, Francisco Vidal ; CANO, Wilson. "Economia escravista em Minas Gerais", *Cadernos IFCH-UNICAMP*, n.10, 1983.

MACHADO, Maria Helena P. T. "Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão.", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.16, v.08, 1988, pp.143-160.

_____. "Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava(sudeste), 1880", *Revista Afro-Ásia*, n.42, 2010.

_____. "Os caminhos da abolição: os movimentos sociais e a atuação dos escravos", *Latin American Studies Association*, San Francisco, Congress Paper Archive, 2012.

MARTINS, Maria do Carmo; LIMA, Maurício; SILVA, Helenice da. "População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidências.", *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 2002.

_____; SILVA, Helenice. "Produção econômica de Minas Gerais em meados do século XIX.", *Anais do V Congresso Brasil de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu, 2003.

MARTINS FILHO, Amílcar. "Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited", *Hispanic American Historical Review*, n.63(3), 1983.

MARTINS, Roberto. "A economia escravista de Minas Gerais no século XIX", *Texto para discussão*, n.10, Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1980.

_____. "Minas Gerais, século XIX. Tráfico e apego à escravidão num economia não-exportadora.", *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol.13, n.01, jan-abr, 1993.

_____. “Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, outra Vez”, *Texto para Discussão* nº 70, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1994.

PAIVA, Clotilde; GODOY, Marcelo. “Território de Contrastes Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX.”, *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, CEDEPLAR / UFMG, 2002.

_____; BOTELHO, Tarcísio. “População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas.”, *Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira CEDEPLAR/UFMG*, Diamantina, 1995.

RODARTE, Mario, et al. “Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX”, , *Anais do VII Congresso História Econômica & História de Empresas*, v.7, Belo Horizonte, 2004.

SCOTT, Rebecca. "She...Refuses to Deliver Up Herself as the Slave of Your Petitioner' Émigrés, Enslavement, and the 1808 Louisiana Digest of the Civil Laws(Symposium on The Bicentennial of the Digest of 1808--Collected Papers)." *Tul. Eur. & Civ. L. F.*, 24 , 2009.

SLENES, Robert. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX.”, *Revista Estudos Econômicos*, n.18, 1988.

VEIGA, José Pedro Xavier da. "A imprensa em Minas Gerais(1807-1897)", *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano III, 1898.

VISCARDI, Cláudia. “História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas”, *Lócus*, Juiz de Fora, vol.3, nº1, jan-jun,1997.